



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL – PPGEC  
CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E GESTÃO TERRITORIAL**

**AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO  
DE CAMBORIÚ-SC: UMA ABORDAGEM PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
LOCAL SOB A ÓTICA DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E  
ANÁLISE DA PAISAGEM**

**CLÁUDIA MARIA CORREIA BORGES RECH**

**Florianópolis  
Julho, 2009**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL – PPGE  
CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E GESTÃO TERRITORIAL**

**AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO  
DE CAMBORIÚ-SC: UMA ABORDAGEM PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO  
LOCAL SOB A ÓTICA DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E  
ANÁLISE DA PAISAGEM**

Tese submetida ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil (Cadastro Técnico Multifinalitário e Gestão Territorial) como requisito necessário à obtenção do título de DOUTORA em Engenharia Civil.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ruth Emília Nogueira

**CLÁUDIA MARIA CORREIA BORGES RECH**

**Florianópolis  
Julho, 2009**

**“AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO NO ESPAÇO RURAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ-SC: UMA ABORDAGEM PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO LOCAL SOB A ÓTICA DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E ANÁLISE DA PAISAGEM”**

**CLÁUDIA MARIA CORREIA BORGES RECH**

Tese julgada adequada para a obtenção do Título de DOUTORA em Engenharia Civil e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil - PPGEC da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

-----  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Janaíde Cavalcante Rocha – Coordenadora do PPGEC

-----  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ruth Emília Nogueira - Orientadora

COMISSÃO EXAMINADORA:

-----  
Prof. Dr. Mário Carlos Beni – USP/SP

-----  
Prof. Dr. Paulo dos Santos Pires - Univali/SC

-----  
Prof. Roberto de Oliveira, PhD - ECV/UFSC

-----  
Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosemy da Silva Nascimento – UFSC/GCN

Para meu esposo Wilson Rech e minha mãe Maria Correia Borges pelo carinho, força e ajuda incondicional na realização do meu ideal. Vocês são os meus amores, a minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Esta tese foi realizada em quatro anos, desde a sua concepção até a sua conclusão. Foi um trabalho de dedicação e vali-me dos esforços conjuntos de muitas pessoas queridas. Gostaria de agradecer carinhosamente:

À Universidade Federal de Santa Catarina, através do Programa de Pós-Graduação da Engenharia Civil, pela oportunidade concedida.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ruth Emília Nogueira, pela orientação, incentivo e amizade. Jamais esquecerei a oportunidade que me proporcionou.

Aos membros da banca, pela aceitação do convite e disponibilidade para a leitura e apreciação do trabalho.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação da Engenharia Civil, em especial o Prof. Dr. Carlos Loch, pelo profissionalismo e oportunidade no desenvolvimento de atividades práticas no laboratório.

Aos proprietários dos imóveis rurais: “Pousada Recanto das Bromélias e Centro de Lazer Cascata do Encanto”, pela receptividade, abertura da propriedade para o desenvolvimento do trabalho e acompanhamento nas pesquisas de campo.

À Prefeitura Municipal de Camboriú-SC, pela abertura das informações necessárias ao trabalho.

Ao Prof. Delamar Schumander da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI, pelo apoio de alguns equipamentos de campo.

Ao amigo Prof. Vilmar Boni, que sempre acreditou no meu potencial oportunizando-me o cargo de Coordenadora do Curso de Turismo de uma das unidades de ensino superior cenequista, pela disponibilidade de tempo para a revisão gramatical da tese.

À amiga turismóloga Dayana da Silva, pela contribuição profissional da análise subjetiva compartilhada da paisagem, e pela dedicação, incentivo, força e incansável acompanhamento nas visitas técnicas e nos inúmeros trabalhos de campo.

Ao participante da comunidade, pela contribuição da análise da paisagem e nos trabalhos de campo, não permitindo revelar a sua identidade.

Aos meus queridos familiares, às irmãs Tereza Cristina e Renata e aos sobrinhos, pelo momento que deixamos de conviver durante essa fase da minha vida.

Aos meus amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a execução deste trabalho:

Guilherme Franco

Aldori João da Silva

Maria Margarete Willain da Silva

Wilson Rech Júnior

Emanuela Nascimento

Diego Rangel Almada de Oliveira

E, sobretudo, a Deus.

É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar espaço, o mundo depende das virtualidades do lugar. Nesse sentido pode-se dizer que, localmente, o espaço territorial age como norma. (SANTOS, 2008)

## RESUMO

No campo científico, os estudos ligados ao fenômeno do turismo ampliam-se, na atualidade, com o enfoque de procedimentos ligados ao planejamento territorial e suas importantes aplicações práticas. A incorporação de atividades turísticas ao espaço rural vem sendo associada a uma nova política de desenvolvimento das localidades no território brasileiro. Neste contexto, esta pesquisa tem o propósito de apresentar a contribuição do Cadastro Técnico Multifinalitário e da análise da paisagem para a identificação da atratividade dos recursos turísticos do espaço rural de Camboriú-SC, com o intuito de subsidiar o planejamento turístico local. O trabalho estruturou-se na vertente metodológica qualitativa e quantitativa. A lógica do pensamento científico para a realização da pesquisa foi caracterizada em quatro etapas: Cadastro Técnico Multifinalitário, componentes do turismo, análise da paisagem e avaliação do potencial turístico no espaço rural de Camboriú-SC. Para mostrar o diferencial do Cadastro Técnico Multifinalitário no planejamento turístico, foi utilizada a entrevista como técnica de coleta de dados, estabelecida com vinte (20) propriedades rurais, sendo dez (10) equipamentos turísticos e dez (10) equipamentos não turísticos, utilizando-se dados do boletim do INCRA, adaptados. Foi evidenciada a importância da informação territorial confiável com o apoio do Cadastro Técnico Multifinalitário, integrando ao processo variáveis de análise que possam subsidiar a gestão territorial no âmbito do turismo. A base sistêmica de coleta de dados compreendeu os componentes do turismo, abordando a infraestrutura turística do município, a infraestrutura de apoio, o mercado turístico e a superestrutura, incluindo também oficinas dos ambientes interno e externo. Quanto à metodologia de análise da qualidade visual da paisagem, empregou-se o levantamento de dados através da subjetividade compartilhada entre o pesquisador, um turismólogo e um participante da comunidade para a identificação da valoração da paisagem no espaço rural do município. A avaliação do potencial turístico no espaço rural foi delineada no cenário real/potencial e no cenário de prospecção do planejamento turístico. Buscou-se evidenciar a integração contínua de informações técnicas e jurídicas da estrutura fundiária nos estudos turísticos. Os resultados da investigação mostraram a utilização do Cadastro Técnico Multifinalitário e a análise da paisagem como ferramentas indispensáveis para o planejamento do turismo, apontando um prognóstico com informações plausíveis à gestão municipal. Concluiu-se que o espaço rural de Camboriú-SC necessita de uma participação conjunta de atores governamentais e não governamentais na definição de metas para o desenvolvimento das atividades turísticas, integradas a novos paradigmas de auxílio aos planos estratégicos de gestão territorial.

**Palavras-chave:** Cadastro Técnico Multifinalitário, valoração da paisagem, componentes do turismo, planejamento turístico, gestão territorial.



## ABSTRACT

In the scientific field the studies connected to the tourism phenomenon has increased nowadays, focusing procedures related to territorial planning and its important practical applications. The incorporation of touristic activities to the rural space has been associated to a new locality development policy in the Brazilian territory. Considering such context, this research has the objective of introducing the contribution of the Technical Multipurpose cadastre and the landscape analysis to the identification of the touristic resources' attraction degree of Camboriú's rural area, seeking the improvement of the local touristic planning. Such work was structured on the qualitative and quantitative methodological streams. The logic of the scientific thought adopted to make the research can be divided in four stages: Technical Multipurpose cadastre, tourism components, landscape analysis and the touristic potential evaluation in Camboriú-SC rural space. To show how the Technical Multipurpose cadastre makes the difference in the touristic planning, an interview was used as a technique for data collection, established with (20) rural properties, having ten (10) of them touristic equipments and ten (10) of them non-touristic equipments, using data from the INCRA report, adapted. The importance of the reliable territorial information was evidenced with the Technical Multipurpose cadastre support, integrating to the process analysis variables which can subsidize the territorial management in the tourism sphere. The data collecting systemic basis consisted of the tourism components, approaching the touristic infrastructure of the municipality, the support infrastructure, the tourism market and the superstructure, also including workshops from inside and outside environments. As for the methodology of the analysis of the visual quality of the landscape, the research of data through the subjectivity shared with the researcher, a tourism specialist and a member of the community for the identification of the value given to the landscape in the rural space has been applied. The evaluation of the touristic potential has been outlined at the real/potential scenario and at the prospect of touristic planning scenario. It has been sought to evidence the continuous integration of technical and juridical information of the land structure in the touristic studies. The results of the investigation have shown the use of the Technical Multipurpose cadastre and the analysis of the landscape as indispensable tools for the tourism planning, pointing at a prognosis with plausible information to the municipality management. It has been concluded that the rural space of Camboriú-SC needs the participation of both governmental and non-governmental actors at the definition of goals for the development of touristic activities, integrated to new diding paradigms to the strategic plans of territorial management.

**Key Words:** Technical Multipurpose cadastre, landscape valuation, tourism components, touristic planning, territorial management.

## RÉSUMÉ

Dans le champ scientifique, les études liées au phénomène du tourisme s'amplifient, à l'époque actuelle, avec les procédés liés à la planification territoriale et ses importantes applications pratiques. L'incorporation d'activités touristiques à l'espace rural est de plus en plus associée à une nouvelle politique de développement des localités dans le territoire brésilien. Dans ce contexte, cette recherche a pour objectif de présenter la contribution du Cadastre Technique Multifinalitaire et de l'analyse de paysage pour l'identification de l'attrait des ressources touristiques de l'espace rural de Camboriú-SC, avec l'objectif de donner des subsides à la planification touristique locale. Le travail a été structuré dans la méthode qualitative et quantitative. La logique de la pensée scientifique pour la réalisation de la recherche a été établie en quatre étapes. Cadastre Technique Multifinalitaire, composants du tourisme, analyse du paysage et évaluation du potentiel touristique dans l'espace rural de Camboriú-SC. Pour montrer le différentiel du Cadastre Technique Multifinalitaire dans la planification touristique, on a utilisé l'interview comme technique de collecte de données, établie avec vingt (20) propriétés rurales, dont dix (10) sont des équipements touristiques et dix (10) sont des équipements non touristiques, en utilisant des données du bulletin de l'INCRA, adaptées. On a mis en évidence l'importance de l'information territoriale de confiance avec l'appui du Cadastre Technique Multifinalitaire, en intégrant au processus des variables d'analyse qui puissent donner des subsides à la gestion territoriale dans le domaine du tourisme. La base systémique de collecte de données a compris les composants du tourisme, en abordant l'infrastructure touristique municipale, l'infrastructure d'appui, le marché touristique et la superstructure, y compris aussi des ateliers des environnements interne et externe. Quant à la méthodologie d'analyse de la qualité visuelle du paysage, on a employé la levée de données à partir de la subjectivité partagée entre le chercheur, un tourismologue, et un participant de la communauté pour l'identification de la mise en valeur du paysage dans l'espace rural de la ville. L'évaluation du potentiel touristique dans l'espace rural a été délimitée dans le cadre réel/potentiel et dans le cadre de prospection de la planification touristique. On a cherché à mettre en évidence l'intégration continue d'informations techniques et juridiques de la structure paysanne dans les études touristiques. Les résultats de l'investigation ont montré l'utilisation du Cadastre Technique Multifinalitaire et l'analyse du paysage comme des outils indispensables pour la planification du tourisme, en pointant vers un pronostic avec des informations plausibles à la gestion municipale. On conclut que l'espace rural de Camboriú-SC a besoin d'une participation conjointe des acteurs gouvernementaux et non gouvernementaux dans la définition d'objectifs pour le développement des activités touristiques, intégrées à de nouveaux paradigmes d'aide aux plans stratégiques de gestion territoriale.

**Mots-clés:** Cadastre Technique Multifinalitaire (Cadastro Técnico Multifinalitário), mise en valeur du paysage, composants du tourisme, planification touristique, gestion territoriale.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução Histórica do Turismo.....	40
Figura 2 – Modelo Referencial do Sistema Turístico.....	44
Figura 3 – A Paisagem e suas Definições.....	52
Figura 4 – Elementos da Caracterização da Paisagem no Espaço Rural.....	56
Figura 5 – Etapas de Planejamento.....	57
Figura 6 – Análise de SWOT.....	58
Figura 7 – Entendimento da Categoria Propriedade por Autores Clássicos.....	67
Figura 8 – Vértices das Propriedades Rurais.....	69
Figura 9 – Função Social da Propriedade Rural Discutida pelas Constituições Brasileiras.....	70
Figura 10 – Modos de Implantação no Mapeamento e os Níveis de Medidas das Variáveis Geográficas.....	75
Figura 11 – Evolução Histórica do Município de Camboriú-SC.....	78
Figura 12 – Evolução Histórica de Camboriú-SC: uma visão contemporânea.....	79
Figura 13 – Mapa de Localização.....	81
Figura 14 – Mapa Geológico de Camboriú-SC.....	84
Figura 15 – Mapa Geomorfológico de Camboriú-SC.....	88
Figura 16 – Mapa de Declividade de Camboriú-SC.....	89
Figura 17 – Mapa Hipsométrico de Camboriú-SC.....	90
Figura 18 – Mapa de Solos de Camboriú-SC.....	93
Figura 19 – Mapa de Hidrografia de Camboriú-SC.....	97
Figura 20 – Mapa de Uso e Cobertura do Solo de Camboriú-SC.....	100
Figura 21 – Mapa de Aptidão Agrícola de Camboriú-SC.....	102
Figura 22 – IDH da Costa Verde e Mar.....	106
Figura 23 – Sistema Turístico Cadastral Territorial.....	112
Figura 24 – Lógica do Pensamento Científico.....	113
Figura 25 – Critérios de Análise Cadastral das Propriedades.....	114
Figura 26 – Marcos Implantados nas Propriedades Rurais, Camboriú-SC.....	138
Figura 27 – Detalhes da Implantação dos Marcos nas Propriedades Rurais.....	139
Figura 28 – Planta da Propriedade Cascata do Encanto, Camboriú-SC.....	141
Figura 29 – Planta da Propriedade Recanto das Bromélias, Camboriú-SC.....	142
Figura 30 – Componentes do Turismo.....	145
Figura 31 – Estrutura de Coordenação da Gestão Descentralizada.....	146
Figura 32 – Estrutura Organizacional da AMFRI.....	148
Figura 33 – Pontos Relevantes/Ações para a Região Costa Verde e Mar.....	149
Figura 34 – Representação das Etapas do Planejamento Participativo.....	168
Figura 35 – Análise de SWOT.....	169
Figura 36 – Eixos Temáticos e Nível de Hierarquização da Oficina Interna.....	170
Figura 37 – Eixos Temáticos e Subitens Analisados nas Oficinas I e II do PEMTI	175
Figura 38 – Metodologia de Análise da Paisagem.....	196
Figura 39 – Definição do Ponto de Observação.....	197
Figura 40 – Fórmula da Média Simples Aplicada na 1ª Etapa de Análise da Paisagem.....	201
Figura 41 – Escala de Hierarquização de Pesos.....	201
Figura 42 – Fórmula de Aplicação da Média Ponderada na 2ª Etapa da Paisagem.....	201
Figura 43 – Fórmula da Média Final de Valoração da Paisagem.....	202
Figura 44 – Escala de Hierarquização da Relevância Turística da Paisagem.....	202

Figura 45 – Qualidade Visual da Paisagem da Localidade Santa Luzia.....	205
Figura 46 – Qualidade Visual da Paisagem da Localidade Macacos.....	207
Figura 47 – Qualidade Visual da Paisagem da Localidade Rio Pequeno.....	209
Figura 48 – Qualidade Visual da Paisagem da Localidade Caetés.....	211
Figura 49 – Qualidade Visual da Paisagem da Localidade Limeira.....	213
Figura 50 – Qualidade Visual da Paisagem da Localidade Rio do Meio.....	215
Figura 51 – Qualidade Visual da Paisagem da Localidade Braço.....	217
Figura 52 – Qualidade Visual da Paisagem da Localidade Vila Conceição.....	219
Figura 53 – Mapa da Qualidade Visual da Paisagem no Espaço Rural de Camboriú-SC.....	221
Figura 54 – Sistema de Objetos e Sistema de Ações.....	228
Figura 55 – Mapa do Cenário Real/Potencial Turístico do Espaço Rural de Camboriú-SC.....	234
Figura 56 – Ciclo Prospectivo de Gestão Territorial – Tríade Participativa.....	238
Figura 57 – Turismo no Espaço Rural de Camboriú-SC.....	239

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Hectares das Propriedades Rurais, Camboriú-SC.....	122
Gráfico 2 – Forma de Aquisição das Propriedades Rurais, Camboriú-SC.....	123
Gráfico 3 – Ano de Aquisição das Propriedades Rurais, Camboriú-SC.....	123
Gráfico 4 – Renda Familiar dos Proprietários, Camboriú-SC.....	125
Gráfico 5 – Atividade Profissional dos Proprietários, Camboriú-SC.....	125
Gráfico 6 – Atividade Econômica dos Proprietários, Camboriú-SC.....	126
Gráfico 7 – Abastecimento de Água nas Propriedades, Camboriú-SC.....	127
Gráfico 8 – Formas de Utilização da Água nas Propriedades, Camboriú-SC.....	127
Gráfico 9 – Pesquisa de demanda nos equipamentos turísticos do espaço rural.....	160
Gráfico 10 – Pesquisa de demanda (sexo dos entrevistados).....	161
Gráfico 11 – Pesquisa de demanda (faixa etária dos entrevistados).....	161
Gráfico 12 – Pesquisa de demanda (escolaridade).....	162
Gráfico 13 – Pesquisa de demanda (Profissão dos Entrevistados).....	163
Gráfico 14 – Pesquisa de demanda (Infraestrutura dos equipamentos turísticos).....	163
Gráfico 15 – Pesquisa de demanda (Qualidade do ambiente).....	164
Gráfico 16 – Pesquisa de demanda (Sinalização das vias de acesso aos equipamentos turísticos).....	165
Gráfico 17 – Pesquisa de demanda (Serviços de informações).....	166
Gráfico 18 – Pesquisa de demanda (indicação dos equipamentos turísticos).....	167
Gráfico 19 – Principais problemas ambientais no espaço rural.....	223
Gráfico 20 – Importância dos recursos naturais.....	224
Gráfico 21 – Conservação e conhecimento das leis e órgãos que protegem o meio ambiente.....	225

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Níveis de Pesquisa.....	28
Quadro 2 – Limitações Rurais.....	32
Quadro 3 – Classificação Rural-Urbana no Brasil.....	38
Quadro 4 – Definição do Espaço.....	45
Quadro 5 – Organização Estrutural (Superestrutura e Infraestrutura) do Sistema Turístico.....	48
Quadro 6 – Tipologias de Turismo.....	50
Quadro 7 – Indicadores para a Análise da Qualidade Visual da Paisagem no Espaço Rural.....	55
Quadro 8 – Marcos da Intervenção Governamental do Turismo.....	59
Quadro 9 – Finalidades do CTMU e CTMR.....	64
Quadro 10 – Leis Federais.....	65
Quadro 11 – Evolução Histórica da Estrutura Agrária no Brasil.....	68
Quadro 12 – Conceituação de Mapa.....	74
Quadro 13 – Unidades Geológicas de Camboriú-SC.....	83
Quadro 14 – Características Geomorfológicas de Camboriú-SC.....	86
Quadro 15 – Classificação dos Solos em Camboriú-SC.....	92
Quadro 16 – Classes da Aptidão de Uso das Terras de Camboriú-SC.....	101
Quadro 17 – Legislação Federal e Estadual – Área de Preservação Permanente.....	104
Quadro 18 – Aspectos Humanos de Camboriú-SC.....	105
Quadro 19 – Seleção e Caracterização dos Imóveis Rurais de Camboriú-SC....	136
Quadro 20 – Classificação dos Meios de Hospedagem.....	150
Quadro 21 – Equipamentos Hoteleiros do Espaço Rural de Camboriú-SC.....	151
Quadro 22 – Realidade do Estabelecimento de A&B no Espaço Rural.....	152
Quadro 23 – Realidade dos Equipamentos de Entretenimento no Espaço Rural.....	153
Quadro 24 – Resultado (A) da Oficina do Ambiente Interno.....	171
Quadro 25 – Descrição dos Níveis Hierárquicos Analisados nas Oportunidades e Ameaças.....	176
Quadro 26 – Resultados (B) das Oficinas do Ambiente Externo.....	177
Quadro 27 – Retroalimentação de Serviços de A&B no Espaço Rural.....	184
Quadro 28 – Retroalimentação do Sistema de Transporte no Espaço Rural.....	186
Quadro 29 – Retroalimentação da Situação da Sinalização das Vias de Acesso no Espaço Rural.....	188
Quadro 30 – Retroalimentação da Relevância da Captação de Eventos no Espaço Rural.....	189
Quadro 31 – Retroalimentação dos Meios de Hospedagem no Espaço Rural....	190
Quadro 32 – Retroalimentação da Contribuição da Atividade Turística para o Espaço Rural.....	192
Quadro 33 – Exemplificação da Planilha Aplicada na Análise da Paisagem.....	200
Quadro 34 – Cenário Prospectivo de Planejamento Turístico no Espaço Rural de Camboriú-SC.....	241

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados Meteorológicos de Camboriú-SC.....	94
Tabela 2 – Área Delimitada para Aplicação do Inventário Rural, Camboriú-SC..	116
Tabela 3 – Sexo dos Entrevistados, Camboriú-SC.....	117
Tabela 4 – Faixa Etária dos Entrevistados, Camboriú-SC.....	117
Tabela 5 – Naturalidade dos Entrevistados, Camboriú-SC.....	118
Tabela 6 – Tempo de Residência dos Entrevistados, Camboriú-SC.....	119
Tabela 7 – Escolaridade dos Entrevistados, Camboriú-SC.....	120
Tabela 8 – Condição da Pessoa no Imóvel Rural, Camboriú-SC.....	120
Tabela 9 – Tipo de Imóveis Rurais, Camboriú-SC.....	121
Tabela 10 – Construções Existentes nas Propriedades Rurais, Camboriú-SC...	124
Tabela 11 – Lixo/Contenções utilizadas pelas propriedades, Camboriú-SC.....	128
Tabela 12 – Formas de Coleta de Lixo Disponibilizadas no Espaço Rural, Camboriú-SC.....	128
Tabela 13 – Destino Final do Eixo Coletado no Espaço Rural, Camboriú-SC....	129
Tabela 14 – Situação do Esgoto nas Propriedades Rurais, Camboriú-SC.....	129
Tabela 15 – Tipo de Cultura Produzido nas Propriedades Rurais, Camboriú-SC.....	130
Tabela 16 – Condições de Plantio das Culturas nas Propriedades Rurais, Camboriú-SC.....	131
Tabela 17 – Tipos de Criação Existentes nas Propriedades Rurais, Camboriú-SC.....	131
Tabela 18 – Instalações Construídas para Atender a Pecuária nas Propriedades, Camboriú-SC.....	132
Tabela 19 – Colonização Predominante no Espaço Rural, Camboriú-SC.....	132
Tabela 20 – Edificações Centenárias Existentes no Espaço Rural, Camboriú-SC.....	133
Tabela 21 – Acervo Histórico Existente no Espaço Rural, Camboriú-SC.....	134
Tabela 22 – Artesanato Local Produzido no Espaço Rural, Camboriú-SC.....	134
Tabela 23 – Existência de Sítios Arqueológicos no Espaço Rural, Camboriú-SC.....	135
Tabela 24 – Principais Mercados Emissores Nacionais.....	156
Tabela 25 – Principais Mercados Emissores Estrangeiros.....	157
Tabela 26 – Meios de Hospedagem Utilizados pelos Turistas.....	157
Tabela 27 – Veículos de Propaganda de Influência à Viagem.....	158
Tabela 28 – Motivo da Viagem.....	158
Tabela 29 – Principais Atrativos Turísticos.....	159
Tabela 30 – Meios de Transportes Utilizados pelos Turistas.....	159

## LISTA DE SIGLAS

AMFRI – Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí  
A&B – Alimentos e Bebidas  
CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas  
CITMAR – Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar  
COMBRATUR – Comissão Brasileira de Turismo  
CNTUR – Conselho Nacional de Turismo  
CTM – Cadastro Técnico Multifinalitário  
CTMU – Cadastro Técnico Multifinalitário Urbano  
CTMR – Cadastro Técnico Multifinalitário Rural  
CNIR – Cadastro Nacional de Imóveis Rurais  
CRP – Cenário Real Paisagístico  
DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito  
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo  
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação  
FIG – Federação Internacional dos Geômetras  
GPS – Global Positioning System  
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
OCDE – Organization For Economic Co-Operation and Development  
OMT – Organização Mundial do Turismo  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
PEMTI – Plano Estratégico de Marketing Turístico Integrado  
PIB – Produto Interno Bruto  
PNGC – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro  
PNUD – Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento  
PNT – Plano Nacional do Turismo  
PIT – Posto de Informação Turística  
QVA – Qualidade Visual Alta  
QVB – Qualidade Visual Baixa  
QVM – Qualidade Visual Média  
SANTUR – Santa Catarina Turismo  
SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica  
SIG – Sistema de Informação Geográfica  
SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação  
SWOT – Strengths Weaknesses Opportunities Threats



## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DA PESQUISA</b> .....	18
1.1 INTRODUÇÃO.....	18
1.2 JUSTIFICATIVA.....	21
1.3 PROBLEMA/HIPÓTESE.....	24
1.4 CARÁTER INÉDITO DA PESQUISA.....	25
1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	26
1.6 OBJETIVOS DA TESE.....	27
1.7 ESTRUTURA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
<b>CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	30
2.1 O RURAL NA HISTÓRIA: ORIGEM, EVOLUÇÃO E CONCEITUAÇÃO.....	30
2.1.1 O Rural sob o Aspecto Paleolítico-neolítico.....	30
2.1.2 O Rural na Antiguidade e na Idade Média.....	31
2.1.3 O Rural na Modernidade.....	33
2.2 UMA NOVA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL.....	34
2.2.1 Relação Rural-Urbano.....	34
2.2.2 A Ruralidade nos Países Capitalistas Desenvolvidos.....	35
2.3 A QUESTÃO RURAL NO BRASIL.....	38
2.4 FUNDAMENTOS DO TURISMO.....	39
2.4.1 Conceitos Básicos do Turismo.....	41
2.4.2 Sistema Turístico: componentes e gerenciamento.....	43
2.4.3 Turismo no Espaço Rural: uma abordagem no conjunto das tipologias do turismo.....	50
2.4.4 A Paisagem e sua Leitura Cultural.....	51
2.4.5 A Paisagem no Espaço Rural: caracterização e enfoque turístico.....	53
2.4.6 A Análise da Qualidade Visual da Paisagem Rural.....	54
2.5 PLANEJAMENTO TURÍSTICO COM ENFOQUE NA GESTÃO TERRITORIAL.....	57
2.6 CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E GESTÃO TERRITORIAL: SITUACÃO HISTÓRICA DO CADASTRO E PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL.....	61
2.6.1 Propriedade Rural: definição e delimitação.....	66
2.6.2 Função Social da Propriedade Rural sob o Prisma Jurídico.....	70
2.7 REPRESENTAÇÃO DE DADOS ESPACIAIS COMO FERRAMENTA PARA O GERENCIAMENTO TERRITORIAL.....	72
<b>CAPÍTULO 3 – CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CÂMBORIÚ-SC</b> .....	78
3.1 A CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO.....	78
3.2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO.....	80
3.3 ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	82
3.3.1 Aspectos Físicos.....	82
3.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS.....	105
<b>CAPÍTULO 4 – SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO LOCAL: ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS</b> .....	109
<b>Parte 1 – O Cadastro Técnico Multifinalitário como Ferramenta para o Planejamento Turístico</b> .....	109
4.1 SISTEMA TURÍSTICO CADASTRAL TERRITORIAL: PROTÓTIPO REFERENCIAL.....	110
4.2 METODOLOGIA DE ANÁLISE CADASTRAL DAS PROPRIEDADES RURAIS EM ESTUDO, CÂMBORIÚ-SC.....	114

<b>Parte 2 – Componentes do Turismo no Espaço Rural de Camboriú-SC.....</b>	144
4.3 PARÂMETROS DE INVESTIGAÇÃO DOS COMPONENTES DO TURISMO...	145
4.4 METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO.....	167
<b>Parte 3 – Análise da Paisagem e Atrativos Naturais do Espaço Rural, Camboriú-SC.....</b>	194
4.5 METODOLOGIA DE VALORAÇÃO DA PAISAGEM.....	195
4.6 QUALIDADE VISUAL DA PAISAGEM.....	220
<b>CAPÍTULO 5 – AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO NO ESPAÇO RURAL DE CAMBORIÚ-SC SOB A ÓTICA DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E ANÁLISE DA PAISAGEM....</b>	227
<b>CONCLUSÃO.....</b>	244
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	249
<b>GLOSSÁRIO.....</b>	257
<b>APÊNDICE A – Inventário Rural no Espaço Rural, Camboriú-SC.....</b>	263
<b>APÊNDICE B – Identificação dos Vértices: implantação dos marcos e coleta de dados com GPS.....</b>	265
<b>APÊNDICE C – Levantamento dos Componentes do Turismo.....</b>	266
<b>APÊNDICE D – Pesquisa de demanda.....</b>	268
<b>APÊNDICE E – Retroalimentação.....</b>	270
<b>APÊNDICE F – Levantamento da Análise da Paisagem.....</b>	271
<b>APÊNDICE G – Cartas de Autorização.....</b>	274

## **CAPÍTULO 1**

### **ASPECTOS INTRODUTÓRIOS DA PESQUISA**

#### **1.1 INTRODUÇÃO**

Os estudos ligados ao fenômeno do turismo estão se ampliando, na atualidade, com o enfoque de procedimentos conexos ao planejamento territorial e suas importantes aplicações práticas.

O turismo apresenta-se como uma atividade economicamente viável para uma localidade, apontando significativo crescimento no setor terciário. Atualmente, ressalta-se como um papel impulsionador no desenvolvimento de um espaço geográfico, mobilizando pessoas em busca de apreciação de lugares que representam atrativos ao olhar do visitante.

Os instrumentos de análise do planejamento turístico são compreendidos como novos paradigmas para o desenvolvimento e diversificação econômica de uma destinação. Assim, por englobar aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais, a atividade turística é analisada sob diversas óticas, abordando elementos que permitem entender o funcionamento sistêmico de sua estrutura, possibilitando a elaboração de reflexões acerca de suas tipologias e dos principais componentes que proporcionam o seu desenvolvimento.

No contexto turístico, evidenciam-se as tipologias de turismo, que se configuram como importantes eixos da motivação para a realização de deslocamentos e que segmentam o mercado apresentando diferentes produtos, como o caso do turismo no espaço rural. Essa tipologia surge como uma fonte estimuladora para o desenvolvimento de uma localidade com base na natureza e que possui atividades agropastoris.

No tocante à sua modalidade, o turismo no espaço rural desempenha um papel fundamental, refletido na promoção de ações voltadas para a sensibilização da comunidade e principalmente dos turistas quanto aos seus hábitos e comportamentos diante dos recursos que compõem o cenário paisagístico da localidade visitada. Com vigor econômico e social para as localidades rurais, a atividade turística se estabelece como novo vetor ao desenvolvimento das comunidades locais.

Os aspectos fisionômicos e o estudo das paisagens no espaço rural implicam em formas de estudos direcionados à temática de valorização local implícita à importância do seu potencial, buscando estabelecer uma linguagem visual e estruturada para que se possa consolidar uma comunicação entre a singularidade do lugar e os indivíduos.

A incorporação de atividades turísticas no espaço rural, atendida a novas políticas de desenvolvimento das localidades e, recentemente, projetadas no processo de regionalização no território brasileiro, evidencia a criação de estudos voltados à reorganização do espaço, principalmente com métodos que possam instrumentalizar o processo de gestão territorial sustentável.

Nesse sentido, ressalta-se a necessidade do envolvimento do poder público em promover ações, traçando parcerias com o trade turístico e os demais setores, visando ao planejamento participativo da atividade turística, buscando recursos que possibilitem a valorização do potencial do município.

Conforme Dias (2003 a, p.27) “[...] através de medidas locais, um governo municipal pode ser capaz de atrair investimentos e [...], tornar o município um centro de atração turística que poderá rivalizar com outros centros do restante do mundo”. Nesse âmbito, a diversidade de atividades turísticas inspira objetivos protagonistas de identidades locais.

A pesquisa científica aqui proposta constitui-se, portanto, na avaliação de um espaço de interesse turístico representado pelo conjunto de recursos naturais e culturais. O recorte de análise da área, delimitada pelo espaço rural do município de Camboriú-SC, apoiar-se-á no reconhecimento territorial instrumentalizado pelas diretrizes do Cadastro Técnico Multifinalitário e análise da paisagem, onde ambos formam o marco das características investigadoras de qualificação dos elementos que compõem os cenários paisagísticos, resultados da avaliação atual da destinação, projetando a partir da base interpretativa o processo esperado para o fenômeno turístico local.

A estrutura da pesquisa contempla uma abordagem analítica do espaço investigado, utilizando, para tanto, o método qualitativo e quantitativo, viabilizando a interação entre os campos teóricos e práticos. O processo epistemológico do estudo será representado pela amplitude sistêmica do turismo diante do dinamismo da multiplicidade de variáveis que integram a sua estrutura, destacando os recursos naturais, o ambiente construído, a infraestrutura e a superestrutura.

Desta forma, o estudo apresentar-se-á como um instrumento de valoração do espaço rural de Camboriú-SC e de suporte à gestão territorial. A pesquisa foi organizada em cinco capítulos, cujos temas tratam, respectivamente, dos aspectos introdutórios da pesquisa, da revisão bibliográfica, da caracterização histórica e geográfica do município de Camboriú, dos subsídios para o planejamento turístico local e da avaliação do potencial turístico no espaço rural de Camboriú sob a ótica do Cadastro Técnico Multifinalitário e análise da paisagem.

O Capítulo I compreende a estrutura do estudo com o delineamento da relevância da aplicação da investigação, os problemas/hipóteses, caráter inédito adotado para a pesquisa, as limitações encontradas durante as realizações práticas, os objetivos e a metodologia que nortearam o processo sistêmico da pesquisa.

O Capítulo II evidencia a abordagem conceitual adotada para fundamentar os preceitos técnico-científicos do estudo.

O Capítulo III consiste em um recorte histórico e geográfico do município de Camboriú-SC, abordando as características do quadro físico, humano, econômico e socioambiental, destacados com os elementos que compõem o espaço geográfico.

O Capítulo IV apresenta os resultados obtidos com a aplicação de metodologias e instrumentos de análise das potencialidades turísticas do município. A parte 1 apresenta o Cadastro Técnico Multifinalitário como ferramenta para o planejamento turístico. A parte 2 focaliza os componentes do turismo no espaço rural de Camboriú-SC. A parte 3 enfoca a análise da paisagem e atrativos turísticos no espaço rural de Camboriú-SC.

Por fim, o capítulo V retrata a avaliação do potencial turístico no espaço rural de Camboriú-SC sob a ótica do Cadastro Técnico Multifinalitário e análise da paisagem como subsídios para o planejamento turístico local. Com o retrato do cenário real/potencial e a perspectiva do cenário futuro, esse capítulo estimula os questionamentos sobre o posicionamento de gestores públicos, empreendedores do trade turístico e a comunidade local na percepção da contribuição dos paradigmas apresentados no desenvolvimento da atividade turística no espaço rural.

O propósito é abrir reflexões em diferentes áreas do conhecimento com metodologias que possibilitam compreender a funcionalidade de análises do território consistindo em percepções sistemáticas e abordagens práticas de estudo.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

O fenômeno turístico representa um campo de estudo voltado para o conhecimento da realidade local. Como frequentador do território, o turismo necessita construir estratégias de interpretação do espaço para que as suas atividades sejam ordenadas de forma sustentável, garantindo a manutenção dos atrativos e o processo de desenvolvimento com diretrizes que representem a funcionalidade dos serviços e da qualidade da paisagem. Neste parâmetro, a necessidade de um planejamento territorial rural e a carência de informações espaciais básicas que subsidiem a administração pública são uma realidade no Brasil.

Há, no Brasil, uma falta de integração nas diversas esferas do poder (federal, estadual e municipal) quanto ao planejamento adequado dos territórios. Essa lacuna precisa ser estimulada por parte dos gestores.

Acredita-se que a visão integrada deve partir de estudos ligados ao diagnóstico do espaço e planejamento territoriais, em todos os níveis, sendo que as diferentes esferas governamentais têm o papel aglutinador no desenvolvimento do turismo sustentável.

As pesquisas científicas podem servir de suporte à tomada de decisões, levando em conta que o turismo contribui para o desenvolvimento socioeconômico e cultural. Se não houver, porém, um plano de monitoramento de suas atividades, essas atividades poderão também degradar o ambiente natural, social, cultural.

É importante que as diretrizes políticas sejam transparentes de forma a executar ações com visão integrada e que o turismo seja uma das prioridades das políticas públicas em todas as esferas governamentais. Neste contexto, a contribuição do Cadastro Técnico Multifinalitário e a análise da paisagem no espaço rural são potencializadas através de pressupostos que diferenciam o estudo para o município de Camboriú-SC, tais como:

a) A carência de planos estruturados a partir do levantamento físico-territorial no espaço rural demonstra uma limitação de estudos nessa área e pertinentes aos fatores considerados indispensáveis ao estudo turístico, destacando as características paisagísticas das localidades e a infraestrutura. Neste parecer, o município de Camboriú-SC, marcadamente rural e com vocação para o desenvolvimento turístico, necessita de um planejamento estruturado a partir do conhecimento da realidade. Como

destinação turística deve-se observar a diversificação de atrativos para que se possam utilizar prerrogativas locais para a gestão territorial.

b) No Brasil, o turismo no espaço rural é uma modalidade que se apresenta em expansão. Os caminhos do desenvolvimento dessa atividade estão ligados à questão da fragilidade econômica da atividade primária que se desenvolve no espaço rural e que está abrindo em alguns lugares “espaços” para a exploração turística, principalmente quando há elementos da paisagem, com os atrativos geográficos que possibilitam desenvolver, diante desse cenário, uma atividade econômica como a do turismo.

No cruzamento dessas informações, é importante considerar que o município de Camboriú-SC apresenta características naturais que podem agregar-se a um turismo sustentável, possibilitando à população local uma alternativa econômica, evitando o processo migratório. Nesta base formulada, a pesquisa é relevante, como suporte aos gestores municipais, para a compreensão da dinâmica dos processos que envolvem o “rural”, dentre eles o natural, o socioeconômico e o cultural. O conhecimento da real estrutura fundiária, a disponibilidade das áreas ociosas e o diagnóstico do espaço vivido quando reconhecidos pelas esferas governamentais, podem mostrar caminhos para garantir as possibilidades de uso do espaço agrário às gerações futuras.

c) As políticas de investimentos e seus benefícios voltados para o desenvolvimento turístico integrado são desarticuladas no Brasil. Nota-se que há um descompasso entre os agentes públicos e privados no que diz respeito às diretrizes integradas em níveis regionais e locais, proporcionando riscos para o planejamento turístico. No caso do município de Camboriú-SC, a pesquisa servirá como oportunidade para fomentar no espaço rural um estudo integrado entre os elementos naturais, socioeconômicos e culturais, como referência à gestão territorial, tendo como objetivo instigar o turismo no espaço rural, através do planejamento participativo.

d) A importância dos elementos do Cadastro Técnico Multifinalitário como avaliação técnica e econômica das necessidades municipais. É preciso que as políticas de desenvolvimento contextualizem o planejamento territorial, reconhecendo as suas dife-

renciações. Para o município de Camboriú-SC, que deseja o desenvolvimento do turismo no espaço rural, é preciso ter respaldo técnico na questão do conhecimento pautado em um inventário da realidade para o planejamento do espaço turístico. Aqui entra o sistema de informação do território com base no Cadastro Técnico Multifinalitário<sup>1</sup>, agregado às informações temáticas do cadastro ambiental e socioeconômico em diferentes escalas territoriais.

A utilização dos mapas temáticos do Cadastro Técnico Multifinalitário como o mapa de Uso e Cobertura do Solo, de Declividade, o Hipsométrico, o Geológico, o Geomorfológico, o de Aptidão Agrícola são imprescindíveis na composição de um Sistema Cadastral Rural. No que tange à importância desses aspectos, há problemas de conhecimento técnico dos profissionais que planejam o turismo, quanto aos procedimentos metodológicos aplicados na execução de mapas do cadastro. Além disso, os egressos universitários que chegam ao mercado de trabalho não têm uma formação técnica que abrange tais interfaces na área do planejamento e, ainda agregado nesse processo, verifica-se o desconhecimento da utilização da tecnologia, principalmente aquelas dos Sistemas de Informação Geográfica - SIG<sup>2</sup>, como suporte à gestão pública sustentável.

Desta forma, a caracterização sinóptica do espaço rural de Camboriú-SC, no seu contexto metodológico ao abordar as categorias território e paisagem, exige o levantamento de dados territoriais, através do Cadastro Técnico Multifinalitário e da elaboração de mapas com multifinalidade. A forma gráfica de representação dos fenômenos geográficos constitui um suporte para o planejamento, destacando as unidades territoriais.

Assim, este trabalho procura articular o conhecimento territorial, através dos componentes turísticos inventariados no Cadastro Técnico Multifinalitário e na análise

---

<sup>1</sup> O Cadastro, segundo a Federação Internacional dos Geômetras – FIG (1998) é definido como um “sistema baseado em parcelas, a informação é geograficamente referenciada em unidades territoriais exclusivas e bem definidas. Essas unidades são definidas por limites formais ou informais que determinam a extensão territorial ocupada para uso exclusivo dos indivíduos e grupos específicos [...]. O Cadastro pode ser estabelecido para propósitos fiscais [...] para propósitos legais [...] para ajudar na administração e uso da terra (por exemplo no planejamento) e permite o desenvolvimento sustentável.

<sup>2</sup> Sistema de gerenciamento de banco de dados capaz de manejar uma grande quantidade e variedade de informações e dados espaciais com referências geográficas e os correspondentes dados qualitativos ou atributos. (SCHENINI; LOCH, 2006).



se da paisagem para a identificação da atratividade turística no espaço rural de Camboriú.

### 1.3 PROBLEMA/HIPÓTESE

A avaliação dos destinos turísticos requer estudos para o conhecimento da área em foco. Nota-se, porém, uma carência de propostas metodológicas de planejamento participativo local que possam subsidiar o planejamento territorial e a sua aplicabilidade na gestão pública. Neste campo, para o delineamento das questões voltadas para o planejamento turístico no espaço rural de Camboriú-SC, é considerável abordar como problema de pesquisa: quais os indicadores de valoração da paisagem são importantes para potencializar o turismo no espaço rural? Qual o grau de relevância do Cadastro Técnico Multifinalitário para o planejamento turístico?

Neste sentido, é eloquente que a investigação tenha a sua veracidade testada através da experimentação. Assim, definiram-se as seguintes hipóteses:

a) Sob as condições de fazer a análise da qualidade visual da paisagem rural utilizando os indicadores de diversidade (apontando os ambientes geomorfológicos, biogeográficos e uso do solo), naturalidade, singularidade e detratores baseando-se em procedimentos conceituais e metodológicos, então, no campo de observação estas variáveis se destacam como adequadas para a identificação dos elementos que caracterizam a paisagem, no que diz respeito à sua estética e resultado cultural para a valoração do espaço como potencial turístico;

b) O conhecimento pautado no inventário da realidade para o planejamento turístico no espaço rural contempla a utilização do Cadastro Técnico Multifinalitário como um sistema de informação territorial relevante para o monitoramento do uso da terra e como subsídio de diversas tarefas no espaço rural, ligado às políticas de desenvolvimento do turismo sob a dimensão socioeconômica, cultural e ambiental.

#### 1.4 CARÁTER INÉDITO DA PESQUISA

A pesquisa científica e sua abordagem metodológica são caracterizadas por procedimentos que levam à confiabilidade dos dados.

O turismo sustentável é possível a partir de um reordenamento territorial com qualidade, em conformidade com ações integradoras dos gestores com a comunidade em torno de um objetivo comum, principalmente em relação à definição de uso e cobertura do solo no espaço.

O desenvolvimento do planejamento turístico no espaço rural necessita de uma compreensão holística do setor, cabendo aos atores envolvidos uma gestão participativa. Como ponto de partida, a gestão do território e o turismo como um fenômeno dinâmico manifestam a fragilidade existente de metodologias aplicadas aos planos estratégicos desse setor.

Assim, o aspecto inovador deste estudo é apontar a contribuição do Cadastro Técnico Multifinalitário e da análise de valoração da paisagem no planejamento turístico como instrumentos de base e de apoio à tomada de decisões, verificando como a integração de dois paradigmas poderá beneficiar a promoção do desenvolvimento sustentável do turismo no espaço rural.

Considerando uma das importantes atividades socioeconômicas do globo, o turismo elenca a necessidade de um sistema de informações do território com variáveis que avaliam o uso e cobertura do solo através de um critério contínuo e integrado.

O diferencial do objeto científico é ramificar informações para o desenvolvimento do turismo no espaço rural, fundado a partir de um eixo sistêmico e conexo, para construir uma racionalidade participativa nas políticas públicas de turismo.

O cenário turístico real/potencial de uma localidade é direcionado pelo reconhecimento do território a partir da articulação de dados que possam servir de ferramentas para a implementação de planejamentos projetados. Assim, a proposta é engajar as ferramentas do Cadastro Técnico Multifinalitário e a análise da paisagem no planejamento turístico com a multifinalidade de indicadores para permitir a consolidação da integração dos fatos propostos na prospecção do cenário e arranjos locais para o desenvolvimento turístico.

## 1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

As restrições avaliadas na sistematização da investigação consistiram em:

- I – Insuficiência de literatura sobre o Cadastro Técnico Multifinalitário Rural em aplicações de planejamento turístico.
- II – A observação exploratória subjetiva de análise da qualidade visual da paisagem dificultando o tratamento das informações. Por outro lado, o método adotado não pode ser refutado pelos resultados e comprometidos pelo instrumento de aplicação.
- III – Não utilização de fotos aéreas no levantamento cadastral das propriedades rurais em função dos produtos existentes abrangerem apenas o espaço urbano do município. No contexto, limitou-se a elaboração de mapas temáticos, utilizando como base cartográfica produtos de referência da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), em raras exceções com a base do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Apesar da limitação, é importante salientar que os produtos cartográficos confeccionados evidenciaram uma correta interpretação de dados espaciais e coerente utilização dos elementos gráficos, proporcionando uma interação entre os mapas e os usuários com dinamismo e multifinalidade.

## 1.6 OBJETIVOS DA TESE

O objeto da pesquisa, representado pela avaliação do potencial turístico no espaço rural de Camboriú-SC, definiu o propósito central do estudo e a sua divisão específica.

Considerando a relevância sistemática da investigação, o objetivo geral da pesquisa compreendeu:

- Avaliar o potencial turístico no espaço do município de Camboriú-SC e aferir a contribuição do Cadastro Técnico Multifinalitário e da análise da paisagem na identificação da atratividade dos recursos turísticos, com o intuito de subsidiar o planejamento turístico local.

Os objetivos específicos destacaram:

- a) fazer a caracterização geográfica da área de estudo;
- b) identificar os principais componentes do turismo no município para elaborar o prognóstico turístico com base nas informações em pesquisas de campo e oficinas de planejamento participativo;
- c) estabelecer procedimentos metodológicos para utilizar os dados do Cadastro Técnico Multifinalitário como ferramentas do planejamento das atividades turísticas no espaço rural.
- d) Fazer a avaliação da qualidade visual da paisagem no espaço rural do município.

## 1.7 ESTRUTURA E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A adoção de métodos que sejam adequados para o objeto de investigação requer o uso de procedimentos metodológicos com argumentos que atestam o fenômeno pesquisado.

Na aplicação do plano metodológico, a utilização de métodos científicos é um procedimento indispensável na comprovação de hipóteses. Neste parâmetro, Marconi; Lakatos (2004, p. 46) relatam que “a finalidade da atividade científica é a obtenção da verdade, por intermédio da comprovação de hipóteses, que, por sua vez, são pontes entre a observação da realidade e a teoria científica.”

No panorama específico, o método que foi utilizado na pesquisa compreendeu duas vertentes: o método qualitativo e o quantitativo. Segundo Marconi; Lakatos (2004, p. 269) “o qualitativo preocupa-se em analisar e interpretar aspectos profundos [...], no quantitativo os pesquisadores valem-se de amostras amplas e de informações numéricas.”

Diante da interpretação dos fenômenos, a pesquisa contemplou um enfoque exploratório, descritivo e explicativo, conforme o quadro 1.

<b>Níveis de pesquisa</b>	<b>Características</b>
Descritiva	“Não objetiva explicar o fenômeno investigado”; “é aquela em que se expõem características de determinada população ou determinado fenômeno. Pode também estabelecer correlações entre variáveis”.
Exploratória	“É aquela realizada em áreas e sobre problemas dos quais há escasso ou nenhum conhecimento acumulado e sistematizado.”; “Geralmente, a pesquisa exploratória é a primeira etapa de uma investigação maior que também abrangerá outros níveis de pesquisas.”
Explicativa	“Tem a finalidade de explicar por que o fenômeno ocorre, ou quais os fatores que causam ou contribuem para sua ocorrência.”; “é aquela cujo principal objetivo é tornar inteligível e justificar os motivos de algum fenômeno [...] implica a existência prévia de pesquisas descritivas e exploratórias como base para suas explicações.”

Quadro 1 – Níveis de pesquisa

Fonte: Adaptado Acevedo; Nohara (2007, p. 46); Tobar; Yalour (2001, p. 69)

A pesquisa compreendeu conteúdos embasados em procedimentos fundamentais, com ponto de partida em conhecimentos teóricos, apoiando-se em métodos, técnicas, sistematização de dados e análise necessários ao êxito do estudo.

A metodologia da pesquisa foi caracterizada em quatro etapas, no campo da construção do cenário de prospecção de valoração do indivíduo do espaço rural do município de Camboriú – SC.

**Etapa 1 – Cadastro Técnico Multifinalitário**

**Etapa 2 – Componentes do Turismo**

**Etapa 3 – Análise da Paisagem**

**Etapa 4 – Avaliação do potencial turístico no espaço rural de Camboriú-SC**

A primeira etapa do estudo compreendeu a sistematização de informações a respeito do Cadastro Técnico Multifinalitário, através da análise das propriedades rurais, utilizando como instrumento o inventário rural e a seleção/levantamento de dados dos imóveis rurais, definindo as propriedades objetos do estudo. Para o levantamento dos dados nas propriedades, foi efetuada a coleta de pontos de controle terrestre GPS para a elaboração de produtos cartográficos.

Na segunda etapa, evidenciou-se o sistema turístico por meio de uma análise realizada acerca dos componentes do turismo. Foi utilizado como base o modelo referencial do Sistema Turístico (BENI, 2006), com adaptações. Para tal, foram utilizados os parâmetros de investigação e metodologias do planejamento, com a aplicação de oficinas, no intuito de construir o cenário real/potencial evidenciando a gestão participativa.

A terceira etapa consistiu no levantamento técnico sobre a qualidade visual da paisagem, para a qual foi elaborada uma metodologia de valoração da paisagem, tendo como base os métodos qualitativos e quantitativos de análise da paisagem. Esse processo resultou na identificação das potencialidades paisagísticas do espaço rural de Camboriú-SC, através de uma escala de hierarquização da qualidade visual da paisagem.

A quarta etapa compreendeu o processo norteador do estudo, que partiu do cruzamento das informações, enfatizando a construção do cenário de prospecção do planejamento turístico no espaço rural.

É importante salientar que a metodologia de cada etapa será mostrada em cada capítulo ao apresentar os resultados. Foi construído um sistema de idéias organizadas para a veracidade das informações.

## **CAPÍTULO 2**

### **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

#### **2.1 O RURAL NA HISTÓRIA: ORIGEM, EVOLUÇÃO E CONCEITUAÇÃO**

A história do rural no mundo vem construindo inúmeros debates e pesquisas científicas, com registros de estudos apontados para as diferenças espaciais que representam as particularidades entre o rural e o urbano.

No processo de globalização, o espaço rural participa integralmente do contexto histórico, social, cultural e ecológico, porém diferenciado pelas formas de ocupação do território.

Nessa afirmação, Gerdan et al (2002) relata que o espaço rural caracteriza-se em duas faces, destacando-se como espaço físico diferenciado pelas formas de dominação social e ocupação do solo, englobando o uso social das paisagens naturais e geográficas, as relações campo-cidade e enquanto um lugar de vida, percebido e vivido como referência de identidade.

A importância da reflexão histórica tem sido apontada como fundamental para a compreensão das transformações ocorridas no campo. O quadro de análise através do tempo compõe a sistematização do desenvolvimento rural através de literaturas que resgatam a origem, os processos e as funções da construção e reconstrução do espaço rural.

##### **2.1.1 O Rural sob o aspecto paleolítico-neolítico**

Ao longo da história evolutiva, o “sentido de lugar” se manifesta na sociedade paleolítica pela vivência cotidiana caracterizada pela caça, pesca e coleta de frutas. Apesar da moradia não ser fixa, os nômades deixavam marcas da sua presença no espaço.

Aproximadamente há quinze mil anos, Mumford (1998, p.17) relata que através das aldeias mesolíticas “surgem os primeiros vislumbres de finalidades agrícolas e, da mesma forma, os primeiros animais domésticos [...]”. Continuamente, aborda no processo de colonização e domesticação, talvez há doze mil anos o início do “plantio de sementes de certas gramíneas, a domesticação de outras plantas dota-

das de sementes, como as abóboras e os feijões, e a utilização de animais em rebanhos, o boi, o carneiro [...] e cavalo.”

Esse período, antes das cidades, intitula a existência do rural e apesar da aldeia ser um aglomerado humano, conforme Sposito (2005, p.14) “não pode ser considerada como urbana, porque a sua existência está relacionada diretamente com o que se entende hoje como atividades primárias (agricultura e criação), atividades estas que [...] exigem territórios extensivos.”

As transformações nas relações entre o homem e a natureza possibilitaram o sedentarismo, uma ocupação permanente no lugar, conhecida como “revolução agrícola” ou revolução neolítica. Assim, o período no processo de desenvolvimento levou “os povos primitivos a ter a primeira visão dos processos naturais e a reproduzi-los mais sistematicamente.” (MUMFORD, 1998, p. 18). As técnicas de construção de armas, construção de barcos e utensílios e mudanças culturais evidenciaram as características da época.

Avaliar o contexto rural sob o prisma das condições de ocupação e uso do solo significa indagar como reconhecer o rural. Nota-se que as aldeias já apresentavam elementos que iriam caracterizar o urbano, porém vale ressaltar que “estruturalmente, [...] nela não há quase divisão de trabalho, a não ser entre o trabalho feminino e masculino, ou determinado pelas possibilidades e limites da idade e da força.” (SPOSITO, 2005, p. 13). Nesta visão, o período neolítico foi definido com um processo produtivo elencado com a participação igualitária do trabalho.

Desta maneira, outros parâmetros ainda são indagados sobre o rural na Antiguidade e na Idade Média, permitindo reflexões acima da relação campo-cidade.

### 2.1.2 O Rural na Antiguidade e na Idade Média

As lacunas existentes entre a conceituação do rural e as origens das cidades, ainda geram reflexões ao estudar o tempo histórico correspondente à antiguidade.

Nota-se uma simbiose entre as atividades exercidas no espaço rural e a configuração urbana.

Para Mota; Braick (1997), o período de transição das propriedades coletivas para as propriedades particulares e organizadas ocorreram no final do Neolítico, evi-



denciando a relação entre os povos agricultores, caçadores e pastores. Às margens do Rio Nilo, Tigre e Eufrates manifestaram-se as primeiras civilizações.

A trajetória das limitações rurais pode ser resumida no quadro 2.

<b>Simbiose entre o Espaço Rural e Urbano</b>
<p>“Talvez existissem aldeias, onde quer que houvesse possibilidade de rudimentar agricultura e criação de gado.”</p>
<p>“[...] marca da cidade está em que foge a essas limitações rurais e a esse horizonte próximo: é ela produto de uma enorme mobilização de vitalidade, poder e riqueza, que a princípio esteve necessariamente confinada a uns poucos grandes rios [...]”</p>
<p>“Os próprios rios foram as primeiras auto-estradas, tão logo se inventaram os barcos [...]. Formaram um sistema dorsal de transportes que servia de modelo para a vala de irrigação e o canal. [...]. A construção desses melhoramentos exigia um grau de intercuro social, cooperação e planejamento [...]”</p>
<p>“Na transparência da autoridade para a cidade, o aldeão sem dúvida perdeu, em grau não pequeno, seus poderes de autogoverno e sua sensação de se achar à vontade num ambiente em que cada ser humano, quase cada animal, cada caminho da terra ou curso d’água, era inteiramente conhecido seu. Todavia, na medida em que o aldeão se identificava com ela sua própria vida, era recompensado com uma prosperidade e com uma segurança que jamais gozara antes.”</p>
<p>“A primeira coisa que percebemos, assinalando a passagem da aldeia para a cidade, é um aumento da área construída e na população. Todavia, essa diferença está longe de ser decisiva, já que, na antiga cultura neolítica, as aldeias mais desenvolvidas, em algum ponto de encontro natural entre regiões, podem ter ganho em população e terras aráveis, sem quaisquer outros desenvolvidos importantes.”</p>
<p>“Na formação original da cidade, a simbiose positiva da comunidade de aldeia neolítica foi, em grande parte, substituída ou pelo menos solapada por uma simbiose negativa apoiada na guerra, na exploração, na escravidão.”</p>

Quadro 2 – Limitações rurais

Fonte: Mumford (1998)

A coletânea apresentada no quadro 2 mostra a complexidade da configuração do rural e do urbano na Antiguidade. Complementa Sposito (2005) descrevendo os aspectos que marcaram a Organização Social e urbanização durante a Antiguidade:

a) a cidade passou a ser caracterizada como um espaço de dominação política, onde o excedente alimentar dos produtores rurais eram repassados para as elites do espaço urbano; b) ampliação da capacidade de produção e distribuição de alimentos; c) divisão territorial e social do trabalho; d) a parte central do lugar pertenciam às instituições sociais, o poder político e nas áreas circunvizinhas estavam os artesãos e produtores agrícolas, respectivamente.

Já na Idade Média, período entre o século V e XV, o espaço rural ganhou evidência novamente no território. A produção econômica feudal exclusivamente agrícola volta a reinar na história. Com a queda do Império Romano houve “uma mudança nos objetivos da exploração dos latifúndios, pois privados do mercado, perderam a possibilidade de demanda para sua produção.” (SPOSITO, 2005, p. 27).

Territorialmente, a economia de subsistência retorna ao campo com a atividade artesanal nos limites do feudo e com a servidão.

Esse processo expressivo na história medieval proporciona, ainda, maiores conhecimentos sobre o cotidiano do rural na era da modernidade.

### 2.1.3 O Rural na Modernidade

Durante a Modernidade, compete circunscrever as transformações vivenciadas no meio rural, destacadas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Neste quadro, “a ordem capitalista, ao se impor à ordem feudal, transformou a terra em mercadoria e levou a aristocracia feudal sem capital acumulado a arrendar ou vender parcelas de suas terras.” (SPOSITO, 2005, p. 38).

A origem de cidades com doutrina mercantilista e com exploração colonialista proporcionou a divisão de classes: a burguesia e o proletariado. A monetarização tornou-se o centro das relações sociais e políticas. Conseqüentemente, a estrutura fundiária e as atividades agrícolas não eram o foco da economia.

Gradativamente, através do enraizamento histórico e cultural, o capitalismo foi ganhando força e nova ideologia se disseminava no contexto econômico. A industrialização guia a Idade Contemporânea. Conforme Sposito (2005, p. 43), “dado o caráter urbano da produção industrial (produção essa totalmente diferenciada das atividades produtivas que se desenvolvem de forma extensiva no campo, como a agricultura e a pecuária)”, concentraram-se nas cidades o capital e a força de trabalho.

O liberalismo, sem intervenção do estado caracterizou-se pela “introdução de novas tecnologias e novas fontes de energia no processo produtivo.” (SENE; MOREIRA, 2002, p. 22).

Com o crescente desenvolvimento do capitalismo, as empresas cresceram especialmente gerando uma centralização de capitais. Esta fase monopolista para Sposito (2005, p. 63) “corresponde a uma nova divisão internacional do trabalho [...]. É possível realizar, na periferia, uma produção do mesmo tipo que a do centro.” Nota-se a integração na economia planetária.

É importante relatar que, atualmente, a produção no dinamismo globalizado manifesta-se na articulação entre o urbano e o rural. Com a aceleração da produtividade, a industrialização chegou ao campo. Com a mecanização, amplia-se a capacidade de produção agrícola e a estrutura fundiária volta a chamar atenção dos estudiosos, através do exercício de conhecer e propor um gerenciamento territorial dentro de uma nova perspectiva do desenvolvimento rural.

## 2.2 UMA NOVA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Novas abordagens sobre o rural consistem na interpretação do espaço local. O debate contemporâneo apresenta como foco a revalorização do lugar. Os principais atributos para o desenvolvimento rural são esboçados pela integração entre a cidade e o campo.

Os processos mundiais viabilizam uma rede de relações sociais, econômicas, ambientais, mostrando as potencialidades de cada território. A abrangência das questões estruturais e funcionais do espaço rural e do espaço urbano pela forma de uso e ocupação do solo, organização social e valores peculiares gera perspectiva na qualidade de vida.

Tais considerações se estendem ao conhecimento da dicotomia conceitual rural-urbano em diversas escalas territoriais e elenca uma gestão diferenciada no contexto de intervenção em uma comunidade rural.

### 2.2.1 Relação Rural-Urbano

Os critérios tradicionais para definir e delimitar o espaço rural e o espaço urbano levam necessariamente a uma reflexão sobre as atividades e funções exercidas no âmbito territorial.

Falar de desenvolvimento rural implica no conhecimento de parâmetros que são utilizados para tal caracterização.

O cruzamento de atividades de produção entre o rural e urbano mostra segundo Favareto (2007, p. 85) que “nos tempos recentes tornou-se quase um hábito acrescentar o adjetivo ‘novo’ para tratar da qualidade do rural no mundo contemporâneo.” Porém, afirma o autor nesse questionamento que “fala-se em ‘novo rural’, em ‘novas ruralidades’, muitas vezes sem um maior esforço analítico em elucidar o que é recente e o que é propriamente permanente.”

A literatura voltada para a diferenciação entre rural e urbano traz variáveis de análise. Para Hugo; Champion; Lattes (2001, p. 1) As definições da área urbana variam muito entre países, mas usualmente envolve adoção de um ou vários critérios: o tamanho da população, densidade populacional, proximidade das áreas construídas [...], proporção da população nas ocupações não agrícolas, presença de serviços ou atividades particulares<sup>3</sup>.

Assim, a distinção rural-urbano é relativa e apresenta diferenciação entre países. É importante observar as principais tipologias empregadas nos países capitalistas desenvolvidos na América Latina e no Brasil.

### 2.2.2 A Ruralidade nos Países Capitalistas Desenvolvidos

As definições sobre o que é o rural nos países capitalistas desenvolvidos, conhecidos como países do Norte, são delineadas em diversas dimensões que vêm sendo utilizadas no mundo contemporâneo.

A discussão da ruralidade no eixo da globalização contempla vertentes científicas de remoção da dicotomia urbano-rural.

Lefebvre (2002); Kayser (1972) no estudo da ruralidade apontaram duas hipóteses na década de 1970: completa urbanização e renascimento rural. A reflexão teórica esboçada nas duas hipóteses é marcada pela contraposição de idéias.

A hipótese da completa urbanização expressou a dominação da sociedade urbana pós-industrial, com transformações acentuadas ligadas ao emprego, cresci-

---

<sup>3</sup> urban area definitions vary greatly between countries but usually involve the adoption of one or several of the following criteria: a population size threshold, population density, contiguity of built-up areas [...], proportion of the population in non-agricultural occupations, presence of particular services or activities

mento e industrialização. A produção social do espaço estava ligada à urbanização. Os fenômenos, rural e urbano, inseridos como antagônicos. Posteriormente, nos estudos avançados de sociologia urbana, sua argumentação foi reformulada no livro “the production of space”, explicitando certa vitalização no espaço rural. (LEFEBVRE, 1995).

A hipótese do renascimento rural, inversa à “revolução urbana”, Kayser (1990) apresentou idéias de uma revitalização do espaço rural, áreas então consideradas estagnadas e de esvaziamento. Apontou situações dos Estados Unidos e Europa chamando de renascimento à atração populacional, o crescimento de atividades não-agrícolas, iniciativas de desenvolvimento local e outros. (FAVARETO, 2007).

Quanto às hipóteses discutidas sobre o destino da ruralidade Veiga (2006, p. 334) evidencia o nascimento de outra ruralidade, a terceira hipótese. Para ele, “o mais completo triunfo da urbanidade engendra a valorização de uma ruralidade que não está renascendo, e sim nascendo<sup>4</sup>.” Nesse âmbito, vale ressaltar o argumento do autor, denominando o processo como “fenômeno novo, que muito pouco tem a ver com as relações que essas sociedades mantiveram no passado com tais territórios<sup>5</sup>. O argumento de Veiga (2006) mostra que tal fenômeno relaciona-se com a integração entre o rural e o urbano, associados por duas dimensões da globalização contemporânea: econômica e ambiental. A primeira ligada ao comércio, cadeias produtivas e fluxos financeiros. A segunda, no campo das fontes de energia e biodiversidade.

Por esta ótica, a nova ruralidade é evidenciada por novas formas de uso e ocupação do solo rural, ou seja, “o que é novo nessa ruralidade pouco tem a ver com o passado, pois nunca houve sociedades tão opulentas quanto as que hoje tanto estão valorizando sua relação com a natureza.” Assim, o complexo dinamismo entre o rural e o urbano resumiu em três vetores: “aproveitamento econômico por meio de um leque de atividades [...] no âmbito do turismo; desdobramentos paisagísticos [...] de conservação da biodiversidade; crescente necessidade de buscar a utilização de fontes renováveis de energia disponíveis nos espaços rurais.” (VEIGA, 2006, p. 334).

---

<sup>4</sup> “the most complete triumph of urbanity engenders the valorization of a rurality that is not undergoing a rebirth process, but is rather being born.”

<sup>5</sup> “the new phenomenon has little to do with the relationship established in the past between these societies and such territories.”

Uma sucinta reflexão sobre a nova ruralidade no mundo contemporâneo permite analisar os critérios de classificação em relação às definições sobre o que é rural em alguns países do Norte.

Na Europa, um dos critérios utilizados para classificar o rural corresponde aos aspectos demográficos, incluindo a população absoluta e a população relativa, dentre eles: “Irlanda (densidade populacional inferior a 100 hab/km<sup>2</sup>); Grécia (30 hab/km<sup>2</sup>); Dinamarca (limite de dez mil pessoas). Na Holanda e Inglaterra, a utilização do solo é o fator predominante. A Alemanha já utiliza os fatores econômicos e demográficos, juntamente com a utilização do solo”. (FAVARETO, 2007, p. 115).

No enfoque territorial, os espaços rurais receberam uma abordagem proposta pela Organization for Economic Co-Operation and Development – OCDE (1996)<sup>6</sup> analisados em dimensões geográficas, que são o local e o regional.

Em nível local, Veiga (2004, p. 55) relata que a OCDE “passou a considerar rurais as comunidades com densidade populacional inferior a 150 habitantes por quilômetro quadrado (ou 500 hab/km<sup>2</sup> no caso específico do Japão).” Nota-se que esse parâmetro de estudo classificou as localidades urbanas e rurais conforme o limite da população relativa.

Em nível regional, Veiga (2004, p. 55) relata que a OCDE utilizou três categorias de região, conforme a população regional residente em comunidades rurais: “em regiões consideradas predominantemente rurais essa participação é superior a 50%. Nas consideradas significativamente rurais ela fica entre 15% e 50%. E nas regiões predominantemente urbanas, abaixo de 15%.”

De modo geral, percebe-se a importância do espaço rural na representatividade dos países capitalistas desenvolvidos no mundo globalizado, destacando-se pela potencialidade econômica e locais estratégicos para o desenvolvimento territorial.

---

<sup>6</sup> A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico apresenta atualmente 30 países membros: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, República Tcheca, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Coreia, Luxemburgo, México, Países Baixos, Nova Irlanda, Noruega, Polônia, Portugal, Eslováquia, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido, Estados Unidos.

## 2.3 A QUESTÃO RURAL NO BRASIL

A questão da ruralidade no Brasil também é um processo de estudo recente e traz reflexões sobre parâmetros ideais para denominar o que seja rural e urbano.

Para Veiga (2003, p. 63) “o Brasil é menos urbano do que se calcula.” E complementa a sua tese que a “metodologia oficial de cálculo do ‘grau de urbanização’ no país está obsoleta.”

A maneira arcaica de classificação rural-urbano no Brasil pode ser resumida, conforme o quadro 3.

<p>a) Até 1938: “não teve dispositivo legal que estabelecesse diferença entre cidade e vila [...] os limites geográficos de sua jurisdição eram demarcados pelos limites das freguesias, desde que se tratasse de espaço com a ocupação consolidada”.</p> <p>b) Decreto-lei 311 (1938): definiu cidade “todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais.”</p> <p>c) 1991: “o IBGE definiu três categorias de áreas urbanas<sup>7</sup> (urbanizadas, não urbanizadas e urbanas isoladas) e dois tipos de aglomerados rurais<sup>8</sup> (extensão urbana, rurais isoladas).”</p> <p>d) O IBGE define “que toda sede de município é necessariamente espaço urbano, seja qual for a sua função, dimensão ou situação.”</p>
---

Quadro 3 – Classificação Rural – Urbano no Brasil

Fonte: Veiga (2003)

Verifica-se que a intitulação rural-urbano no Brasil não caracteriza a realidade. Os censos demográficos realizados entre 1940 e 2000 revelam que um terço da população brasileira é rural, considerando a população relativa inferior a 150 hab/km<sup>2</sup>, conforme a classificação do OCDE (1996).

Apesar dessas considerações, Veiga (2002) acrescenta nas suas análises que para definir o rural é importante partir “do conhecimento do grau de artificialização dos ecossistemas, cujo critério ou variável-chave poderia ser a densidade demográfica”, afirmando ainda que o mais correto “é procurar critérios que possam dar

<sup>7</sup> Áreas urbanas (IBGE, 2000): urbanizadas (aquelas legalmente definidas como urbanas caracterizadas por construções, arruamentos e intensa ocupação humana [...] e aquelas reservadas à expansão urbana); não urbanizadas (aquelas legalmente definidas como urbanas, caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural); urbanas isoladas (área definida por lei municipal e separada da sede municipal ou distrital por área rural ou por um outro limite legal).

<sup>8</sup> Aglomerados rurais (IBGE, 2000): extensão urbana (são assentamentos situados em áreas fora do perímetro urbano legal [...]; constituídos por loteamentos já habitados, conjuntos habitacionais [...]; rurais isolados (são os assentamentos situados em áreas legalmente definida como rural [...] por uma distancia igual ou superior a 1km).

conta simultaneamente dos aspectos ecológicos e socioeconômicos da utilização dos territórios pela espécie humana.”

Neste sentido, é relevante ressaltar que a compreensão das diferenças espaciais rural-urbano, ainda, precisa ser evidenciada no âmbito das entidades organizacionais. A nova ruralidade brasileira emerge da curiosidade no campo científico e necessita de novas tipologias de classificação do rural em torno de critérios não meramente funcionais. É preciso determinar parâmetros estruturais, menos ínfimos e com o propósito de direcionar uma dinamicidade na definição territorial.

## 2.4 FUNDAMENTOS DO TURISMO

O turismo no âmbito mundial é contextualizado nos eixos temáticos social, cultural, econômico e natural, sendo visto como um novo paradigma para o desenvolvimento sustentável.

Este caráter interdisciplinar do turismo evidencia o seu relevante papel na relação sociedade-natureza, o que requer um estudo detalhado acerca de seus conceitos e dos elementos que compõe o sistema turístico, abordando também assuntos conexos à atividade, como subsídios para uma análise estrutural do fenômeno, no que tange a gestão territorial do espaço.

A atividade turística sempre esteve presente no contexto das civilizações antigas, assumindo em cada período da história um aspecto diferenciado quanto à sua prática e representatividade.

Diante da sua complexidade, a atividade turística apresenta diferentes vertentes, que caracterizam a necessidade de repensar o passado, através de uma abordagem histórica, traçando um paralelo sobre os principais acontecimentos que marcaram o turismo mundialmente.

Neste sentido, o processo histórico do turismo é ressaltado pelos principais fatos e que ao longo de sua trajetória passou por transformações que proporcionaram o desenvolvimento da atividade.

A figura 1 apresenta de forma sucinta a evolução do turismo.



Cronologia	Das origens até o século XIX	Da revolução industrial até a primeira guerra mundial	Período entre as duas guerras mundiais	Da segunda guerra mundial até a década de 60	Da década de 70 até à década de 80	Da década de 90 ao início do século XXI
	Indícios do surgimento do turismo moderno. “durante esse período, a nobreza europeia enviava seus filhos para viagens educativas que podiam durar até três anos e de modo geral eram acompanhados por um instrutor, um intelectual.” (p. 33)	“Marco inicial do desenvolvimento do turismo moderno [...]. COOK organizou uma viagem, em 5 de julho de 1841, levando um grupo de 570 passageiros [...]” (p. 34).	“Cresce o turismo de circuitos, baseado na utilização do automóvel, que, devido aos avanços tecnológicos e às novas formas de gestão começa a ser mais rentável que o trem.” (p. 37).	“A partir dessa época o turismo desenvolveu-se rapidamente, transformando-se no maior movimento de massas já ocorrido na história da humanidade.” (p. 39).	“As características desse período são: evolução do transporte; forte crescimento da indústria turística; aplicação de novas tecnologias na indústria turística; política de cooperação internacional; tendências dos mercados emissores e receptores; concentração empresarial.” (p. 39).	“Crescem as modalidades de turismo alternativo [...]. Destacando-se o turismo voltado para a natureza.” (p. 40).

Figura 1 – Evolução Histórica do Turismo  
Fonte – Dias (2005)

Este processo evolutivo apresenta formas peculiares do turismo desenvolvido durante a história da humanidade. Os deslocamentos motivados pelos mais intrínsecos sentimentos do homem aos poucos foram sendo inovados e incorporaram as novas tecnologias.

O desejo e a necessidade de lazer começaram a despertar o interesse pela melhoria dos meios de locomoção, hospedagem e nos serviços de alimentos e bebidas, resultando atualmente numa representativa parcela do mercado, deixando de ser privilégio de elite e adquirindo um caráter massivo.

A crescente economia passou a ter destaque no âmbito mundial. De acordo com Dias (2005, p. 41), “o crescimento sem precedentes torna-se o maior movimento de pessoas já ocorrido na humanidade, ascendendo à posição de principal atividade econômica mundial, superando os setores tradicionais.”

Diante deste prospecto, cabe ressaltar algumas definições da atividade que, atualmente, vem sendo considerada um fenômeno, mediante a apresentação das ideias dos principais autores relacionados com o turismo.

## 2. 4. 1 Conceitos básicos do turismo

O turismo e sua relevância estão evidenciados na organização do espaço, abrangendo diferentes concepções, o que reflete principalmente na sua definição.

A discussão da importância do turismo nas diferentes economias mundiais integra conceitos e esclarecimentos sobre a articulação da sua história à aplicação de suas atividades no contexto territorial.

Na estrutura científica, integrante das Ciências Sociais Aplicadas, o Turismo realça estudos cada vez mais aguçados em outras áreas do conhecimento, destacando a Geografia e a Arquitetura, estendendo-se à Engenharia.

No entanto, os fundamentos apresentados sobre a definição de turismo são explicitados por autores que corroboram suas idéias na dinâmica do mundo contemporâneo.

Segundo Ignarra (2003, p. 14) “o turismo compreende o deslocamento de pessoas do seu espaço habitual, para outros, por períodos determinados e sua motivação não está relacionada ao exercício profissional.”

O caráter do turismo tem sua essência associada à sociabilização do indivíduo (turista), através da prática do lazer, proporcionando o intercâmbio cultural, agregando valores diferenciados ao conhecimento e às experiências vivenciadas durante seus deslocamentos.

A Organização Mundial do Turismo – OMT (2001, p. 38) relata que o turismo “é um conjunto de atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por período inferior a um ano e motivados por razões diversas.”

Esta percepção retrata de uma maneira generalizada sobre o contexto da atividade turística, analisada a partir de um olhar voltado para o turista, destacando o período de permanência e a motivação, que neste caso é evidenciada além da prática do lazer.

Dias (2005, p. 18) referencia o conceito de turismo sob duas vertentes básicas: “sob o caráter econômico e no que tange à prática sociocultural.” A primeira visa à lucratividade para o núcleo receptivo, com a oferta de serviços e produtos diferenciados, e a segunda compreende a sociabilização do indivíduo, no tocante aos deslocamentos realizados em função do desejo de conhecer uma nova cultura ou contemplar a paisagem de uma localidade diferente ao que está habituado.

Para Oliveira (2002, p. 36) o turismo “é um conjunto de elementos representados pelo caráter econômico, financeiro, político e cultural, produzidos numa determinada localidade em decorrência do deslocamento dos turistas.” Esta fala ressalta o caráter socioeconômico do turismo, mas concebido de forma espontânea, resultante de um processo de integração do visitante com a localidade visitada, onde, durante sua estadia, movimentou divisas.

A atividade turística compreende, então, o deslocamento dos turistas temporariamente para um espaço que não é seu de origem, englobando uma gama de serviços diferenciados, promovendo a interação entre turistas e comunidade, possibilitando assim, o efeito multiplicador<sup>9</sup> dessa atividade, resultando na geração de benefícios para os envolvidos direta ou indiretamente com o setor turístico em nível nacional, estadual e municipal.

Neste parâmetro, o processo de definição do turismo é um ato complexo e impreciso, devido às múltiplas faces que lhe são conferidas, dificultando também estabelecer uma diferenciação entre os turistas, que se deslocam pela prática do lazer, e os indivíduos que viajam em função de outras atividades, pois, no instante em que promovem um deslocamento são integrados nas estatísticas gerais da atividade turística.

Assim, busca-se identificar conceitos que possam explicitar a diferenciação entre turistas e excursionistas (visitantes de um dia).

Para Oliveira (2002, p. 38) “os turistas são visitantes temporários que permanecem pelo menos 24 horas no local visitado [...] e excursionistas são visitantes temporários que permanecem menos de 24 horas no local visitado.”

Através da diferenciação da tipologia de turistas, ressalta-se a importância da segmentação do mercado turístico no direcionamento dos estudos estatísticos da atividade acerca dos deslocamentos humanos e suas motivações, traçando um perfil mais próximo da realidade da demanda.

Ansarah (2001, p. 27) aborda que “segmentar o mercado é identificar clientes com comportamentos homogêneos.” Esse processo possibilita a realização de um estudo aprofundado de acordo com a divisão de mercado, sobre composição demográfica da demanda turística, gostos e preferências.

---

<sup>9</sup> Beni (2006) do ponto de vista econômico, o efeito multiplicador do turismo pode ser medido de duas maneiras: uma, enfocando a venda dos produtos – o gasto inicial do turista – e a outra a partir da contribuição desse gasto para a receita nacional.

Com base na segmentação do mercado, é possível estabelecer a oferta turística, disponibilizando serviços diferenciados compostos por bens e serviços, adequados às características do público.

A OMT (2001, p. 40), ressalta que “são várias as classificações existentes sobre a demanda turística e todas são importantes, pois pela definição dos modelos de demanda, busca-se formular adequadas estratégias de marketing.”

Neste contexto, a atividade turística necessita de um estudo detalhado sobre seu sistema operacional, por meio de uma análise holística sobre os seus componentes e suas tipologias, buscando o ordenamento de cada um deles dentro da organização estrutural do turismo.

#### 2.4.2 Sistema Turístico: componentes e gerenciamento

Complexa e dinâmica, a atividade turística é analisada pelos seus componentes e a relação que os mesmos assumem com a sociedade.

Este processo é explicitado através do sistema turístico, o qual Dias (2005, p. 24), define como um “conjunto de elementos interligados que sofrem influência recíproca, ou seja, influenciam e são influenciados.”

A estrutura fenomenológica do turismo está articulada na confluência dos seus componentes, que, segundo Beni (2006), está compreendido nas relações ambientais, na organização estrutural e nas ações operacionais. A figura 2 descreve o processo.

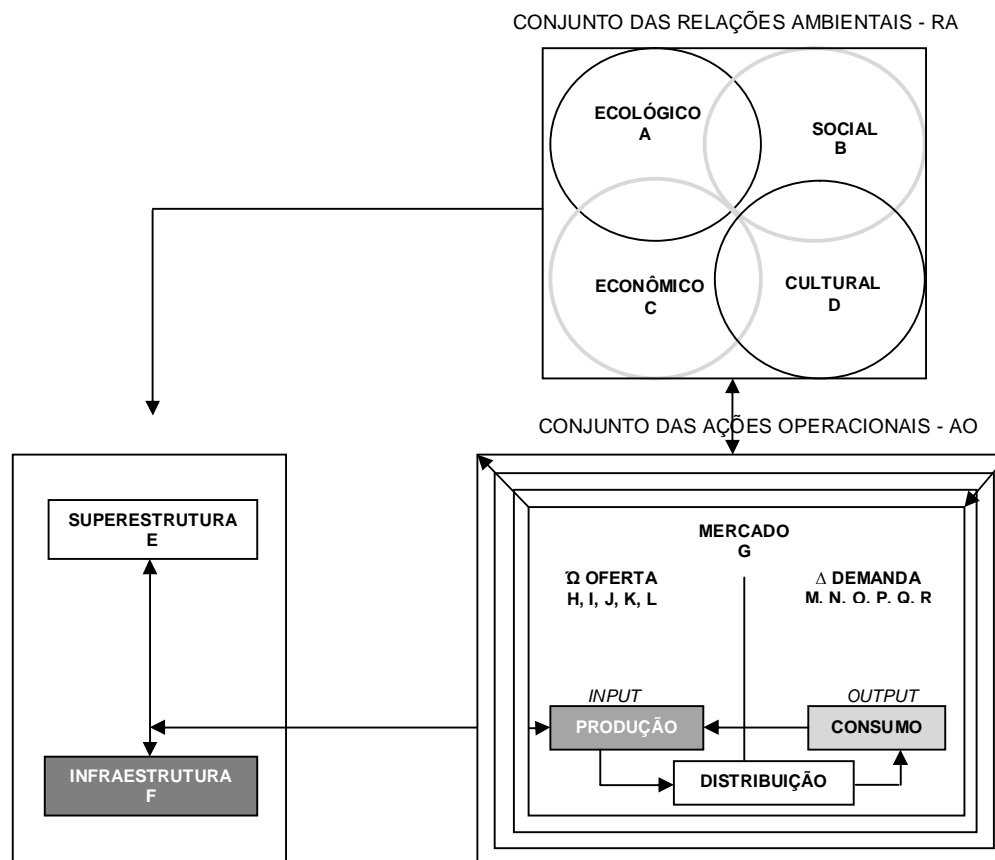


Figura 2 – Modelo Referencial do Sistema Turístico  
Fonte: Beni (2006).

Diante da estruturação da atividade turística, baseada no modelo sistêmico apresentado por Beni (2006), é possível contextualizar os aspectos dimensionais dos componentes do turismo atrelado ao conjunto das relações ambientais.

- a) **Subsistema Ecológico:** contempla na sua análise os fatores do espaço natural e o construído, compreendendo os aspectos geomorfológicos e biogeográficos da paisagem para o planejamento territorial.

O contexto ecológico do sistema turístico é explicitado através dos elementos que compõem o espaço, seja ele natural ou construído, no qual estão inseridos os cenários paisagísticos e os atrativos turísticos naturais ou frutos da artificialização da sociedade contemporânea.

Neste sentido, o papel do subsistema ecológico pode ser evidenciado por meio da análise dos tipos de espaço e a relação natureza-sociedade como objeto de

contemplação da paisagem natural e cultural vivenciado pelo homem, visando à conservação dos recursos naturais.

Segundo Boullón (2002, p. 77), os tipos de espaço podem ser delineados, conforme o quadro 4 apresentado abaixo.

a) Espaço Real	Compreende toda superfície do planeta. Define-se como real, pois é possível apresentarmos a sua existência, deslocarmos-nos de um ponto a outro e até mesmo transformá-lo.
b) Espaço Potencial	É o espaço real, porém utilizado de forma diferenciada ao do atual.
c) Espaço Cultural	É aquele da superfície terrestre, que teve sua forma modificada pela ação do homem.
e) Espaço Artificial	São partes da superfície terrestre onde predomina a ação do homem. Todos os elementos que compõem o seu cenário são construídos e ornamentados pela ação humana.
g) Espaço Vital	Esta forma espacial tem referência ao processo do qual os seres vivos necessitam para poder existir.

Quadro 4 – Definições do Espaço

Fonte: Boullón (2002)

No âmbito geográfico, o espaço é organizado e dividido em função dos níveis de desenvolvimento. Ele é percebido e vivido pelas pessoas, expandindo-se na definição de paisagem.

No tocante à relação homem-natureza, a consciência conservacionista, corrobora o processo desafiador de compartilhar a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável entrelaçando novos valores para a gestão territorial.

De acordo com Ferretti (2002, p. 109) “a sustentabilidade envolve o ambiente natural e suas inter-relações desenvolvidas entre os elementos que compõem e, também, com o meio.”

Neste sentido, observa-se que a integridade dos cenários paisagísticos naturais e urbanos depende de uma visão holística do meio, analisando os fatores geográficos, demográficos, sociais e culturais do espaço no qual o homem encontra-se ambientado.

b) **Subsistema Social:** ressalta dois aspectos fundamentais - mobilidade e turismo. Agrega, ainda, fatores psicossociais.

O avanço da globalização em ritmo acelerado resulta em mudanças sociais significativas na sociedade. Esse processo é reafirmado pela prática do turismo. Ao promover o deslocamento, o indivíduo está evidenciando um paradigma de sociabilização.

Dias (2005, p. 117) relata que o “turismo é um fenômeno social, no qual o turista é o principal agente, através de um deslocamento temporário fora de seu local de residência habitual provoca mudanças culturais e sociais em uma localidade.”

Nos deslocamentos realizados para um determinado lugar, o indivíduo encontra-se psicologicamente aberto para o contato com a comunidade receptora. A motivação desprendida em função do desejo de viajar e de conhecer novas culturas influencia na transformação de hábitos e costumes da população local.

- c) **Subsistema Econômico:** enfoca três etapas de análise – informações sobre o desenvolvimento do turismo, a significância econômica do turismo e outros efeitos econômicos do turismo.

A complexidade do aspecto econômico do turismo é ressaltada por meio dos deslocamentos, dos benefícios gerados em uma destinação e pelo efeito multiplicador em decorrência do consumo turístico.

O turismo é compreendido como um conjunto de bens e serviços que caracterizam a oferta turística e, concomitantemente, desperta no indivíduo o interesse em viajar e ampliar os horizontes culturais.

Neste sentido, o enfoque dado à primeira etapa da análise do subsistema econômico baseia-se em informações sobre o desenvolvimento do turismo, verificando no contexto estratégico a sua situação real, aspectos como o tráfego e balanço turístico, o uso da capacidade instalada de alojamento e o recurso humano empregado no setor (ACERENZA, 1986).

Na segunda etapa de análise, é ressaltado o significado do setor do turismo para o desenvolvimento econômico no âmbito nacional, tal qual pode ser observado sob 2 (dois) aspectos básicos: positivo e negativo.

No tocante aos aspectos positivos, pode-se avaliar a atividade turística como fonte propulsora de geração e distribuição de renda, criação de empregos diretos e/ou indiretos, desenvolvimento intersetorial, bem como o estímulo aos investimentos na infraestrutura turística (IGNARRA, 2003).

Os impactos negativos do subsistema econômico são analisados através dos deslocamentos realizados pelos turistas, quando é possível mensurar o aumento dos preços em geral, os efeitos inflacionários e a especulação imobiliária (IGNARRA, 2003).

Este processo possibilita compreender a dinâmica da atividade turística e seu efeito multiplicador, no contexto da sociedade, enfatizando a operacionalização do sistema turístico.

- d) **Subsistema Cultural:** avalia os fatores histórico-artísticos, usos e costumes da população.

O turismo possui também caráter cultural, identificado através das particularidades de cada destinação turística, onde o indivíduo tem a oportunidade de vivenciar experiências que não estão no contexto cotidiano de sua residência.

Segundo Dias (2005, p. 117) “ao se deslocarem, as pessoas encontram pessoas de diferentes culturas e interagem com os mais diversos tipos sociais, de modo totalmente diferente daquele que ocorreria no seu cotidiano.” Verifica-se que conhecer uma nova cultura, estar em contato com autóctones, é construir uma visão holística da trajetória humana, ressaltando os traços da diversificação cultural por meio dos casarios, da arquitetura, da arte e costumes de uma localidade.

Para Cooper et al (2007, p. 256) “o turismo leva as pessoas a locais desconhecidos e amplia a compreensão e o conhecimento de outras culturas e ambientes. Isso é um processo educativo e parte importante da atividade.”

A herança cultural de um destino é uma potencialidade da atividade turística. A exploração acentuada nesse processo cultural provoca impactos negativos irreversíveis em uma localidade. Neste contexto, vale ressaltar que a atividade turística engloba questões psicológicas, explicitado na situação comportamental existente entre o turista e a comunidade local.

O deslocamento de pessoas de seu local de residência para outras localidades intensifica a mudança de hábitos e de vida da comunidade. E em determinadas situações, o turismo pode despertar na relação entre turistas e população conflitos e sentimentos de topofobia<sup>10</sup>. Ou seja, a harmonia existente na comunidade e o desejo de participar da atividade turística como um agente integrador podem resultar em um processo de rejeição e de desinteresse pelo desenvolvimento do turismo na destinação.

Para Beni (2006, p. 95), o processo de valoração da cultura possui dois aspectos: de um lado “populariza o acesso a diferenciais culturais [...], de outro, tende

---

<sup>10</sup> O modo pelo qual se vive o mundo e a relação necessária que se tem e se encontra na vida diária requerem um envolvimento do indivíduo em suas emoções. Quando as relações são de ausência de afeto, desagradáveis, elas são experiências de topofobia.



a transmitir novos valores homogeneizados da cultura dominante ocidental, provocando conflitos e o gradual desaparecimento de identidades culturais.”

Este aspecto multifacetado que o turismo assume é a essência do seu desenvolvimento. A articulação dos subsistemas ecológico, social, econômico e cultural possibilita a compreensão de elementos básicos da composição operacional do sistema turístico.

Outro fator indispensável para a operacionalização do sistema do turismo é quanto à organização estrutural, na qual é enfatizado o papel da superestrutura e da infraestrutura no contexto da atividade turística.

Este subsistema compreende organizações públicas e privadas, que influenciam na atividade turística como atores do desenvolvimento. Neste sentido, o quadro 5 apresenta a composição deste conjunto.

Organização estrutural	Composição
Superestrutura	“Refere-se às empresas públicas e privadas e a sua operação íntegra: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ações de organizações;</li> <li>• Planejamento estratégico;</li> <li>• Gestão e operação da atividade de turismo;</li> <li>• Formulação de políticas do turismo.</li> </ul>
Infraestrutura	Compreende a geral e específica: <p><b>Geral:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Rede viária e de transporte;</li> <li>• Sistema de telecomunicações;</li> <li>• Distribuição de energia, água;</li> <li>• Captação de esgotos;</li> </ul> <p><b>Específica</b> - Dividida em duas classes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Relacionada com a situação do investimento;</li> <li>• Atividade econômica:</li> </ul>

Quadro 5 – Organização estrutural (Superestrutura e Infraestrutura) do Sistema Turístico

Fonte: Beni (2006)

A promoção da atividade turística está atrelada à articulação entre a superestrutura e a infraestrutura, buscando constantemente a formulação de política e estratégias que possam favorecer positivamente o processo de desenvolvimento local.

Considerando as características da organização estrutural, vale ressaltar a correlação existente entre seus componentes com as ações operacionais da oferta e a demanda no segmento do mercado turístico.

Segundo Crisóstomo (2004, p.51) “o produto turístico pode ser definido como um conjunto de elementos centralizado numa atividade específica e num determinado destino.”

O produto turístico é baseado em um segmento do turismo (tipologias/atrativos) e pelos serviços disponibilizados em uma localidade, oportunizando o seu desenvolvimento de maneira permanente ou eventualmente.

Entre os componentes operacionais do sistema turístico, evidenciam-se os empreendimentos turísticos que são ofertados numa determinada localidade como apoio à exploração turística.

De acordo com Boullón (2002, p.49) “os serviços vendidos aos turistas são elaborados por um subsistema que denominamos ‘empreendimento turístico’, integrado por dois elementos: a) o equipamento; b) as instalações.”

Entende-se, que a atividade turística é um conjunto entrelaçado de bens e serviços efetivos no mercado. Desta forma, os serviços são oferecidos através dos equipamentos, configurando a base para o desenvolvimento do turismo.

Para Vieira; Candido (2003, p.168) os equipamentos turísticos compreendem “todas as construções que permitem a prestação de serviços específicos e indispensáveis aos turistas [...]”

Desta forma, os equipamentos turísticos são todos os estabelecimentos orientados e organizados pelo poder público ou por empresas privadas que se destinam à prestação de serviços no turismo.

No contexto do sistema turístico, cabe considerar as tipologias de turismo, ou seja, atividades que são caracterizadas de acordo com as necessidades, comportamentos e motivações dos turistas, oferecendo bens e serviços diferenciados nas localidades receptoras.

Neste sentido, podem-se citar algumas das tipologias do turismo como turismo ecológico, turismo rural, turismo de aventura, turismo de terceira idade e turismo esportivo.

O quadro 6 apresenta algumas das tipologias, destacando de forma sucinta suas concepções.

<b>TIPOLOGIA DE TURISMO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>ECOLÓGICO</b>	Deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivadas pelo desejo/necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno.
<b>RURAL</b>	Deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e instalações rurícolas.
<b>AVENTURA</b>	Deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem roteiros programados e ausência ou incipiência de equipamentos receptivos, motivadas pela atração exercida pelo desconhecido e desejo de enfrentar situações de desafio físico e emocional.
<b>CULTURAL</b>	Refere-se à afluência de turistas a núcleos receptores que oferecem como produto essencial o legado histórico do homem em distintas épocas, representado a partir do patrimônio e do acervo cultural encontrado nas ruínas, nos monumentos, nos museus e nas obras de arte.
<b>RELIGIOSO</b>	Refere-se ao grande deslocamento de peregrinos, portanto turistas potenciais, que se destinam a centros religiosos, motivados pela fé em distintas crenças.

Quadro 6 – Tipologias de Turismo  
Fonte: Beni (2006)

De acordo com as definições relacionadas no quadro 6, dando ênfase para o turismo no espaço rural, será elaborada a seguir uma abordagem conceitual visando à compreensão dessa tipologia que está em plena expansão no Brasil e na sistematização do objeto de estudo.

#### 2.4.3 Turismo no espaço rural: uma abordagem no conjunto das tipologias do turismo

O turismo realizado no espaço rural está em plena expansão no Brasil. Por isso, esta tipologia vem sendo analisada, não somente como alternativa para a diversificação da economia da localidade, mas como uma alternativa de geração de empregos para a população residente e pela dinamização da economia das propriedades rurais.

A inserção do turismo no espaço rural é resultado do processo desencadeado na década de 60. Niehues (2006) relata que a falta de perspectiva, políticas públicas insuficientes e a não valorização da agricultura gerada em função da mecanização da produção agrícola fez com que os pequenos proprietários rurais buscassem novas estratégias para se recolocarem no cenário social.

Para Novaes (1999, p. 29) “o turismo pode ser uma oportunidade para os espaços rurais que procuram uma alternativa de desenvolvimento local, e ao mesmo tempo, uma oportunidade de valorizar seu patrimônio, suas paisagens e sua cultura”.

A prática da atividade turística no espaço rural tem em um dos seus vetores a base para complementação dos trabalhos realizados no dia a dia das propriedades rurais, possibilitando para os produtores uma segunda fonte de renda, agregando valor aos seus produtos.

Novaes (1999) explica ainda que o turismo no espaço rural dirige-se ao segmento de mercado que, em geral, se caracteriza pela demanda de qualidade, entendida como visitantes de consciência ambiental e de considerável poder aquisitivo.

Essa demanda geralmente é constituída por pessoas que residem nos conglomerados urbanos, onde a motivação está atrelada à vivência do espaço, ao contato direto com a comunidade e, principalmente, com a natureza.

Além do contato direto com a comunidade e seu entorno, os turistas podem pernoitar e até mesmo participar de atividades realizadas diariamente nas propriedades rurais.

Cruz (2003, p. 20) destaca que, “o turismo no espaço rural pode abarcar a visitação a propriedades rurais, com ou sem pernoite, e o envolvimento ou não do turista com as práticas rurais comumente presentes nesses espaços.”

O turismo no espaço rural possibilita também a contemplação de cenários paisagísticos diferenciados, constituindo-se assim na potencialidade da oferta turística, propondo aos turistas experiências visando a compreender a necessidade da conservação dos recursos naturais.

#### 2.4.4 A Paisagem e sua leitura cultural

A pluralidade de conceitos sobre a paisagem traz inúmeras análises de sua importância quanto ao planejamento e desenvolvimento do espaço.

A paisagem e sua sistematização na corrente do pensamento geográfico foi o conceito-chave no início do século XIX, estudada por Alexandre Von Humboldt. A fundamentação desse estudioso era a causalidade existente entre o mundo sensível e o da razão.

Assim, “a paisagem causaria no observador uma impressão, a qual, combinada com a observação sistemática dos seus elementos componentes, e filtrada pelo raciocínio lógico, levaria à explicação”. (MORAES, 1999, p. 48).

O termo paisagem no âmbito da ciência tem sido um campo de estudo para diversos profissionais e oferece inúmeras definições. A figura 3 apresenta algumas conceituações.

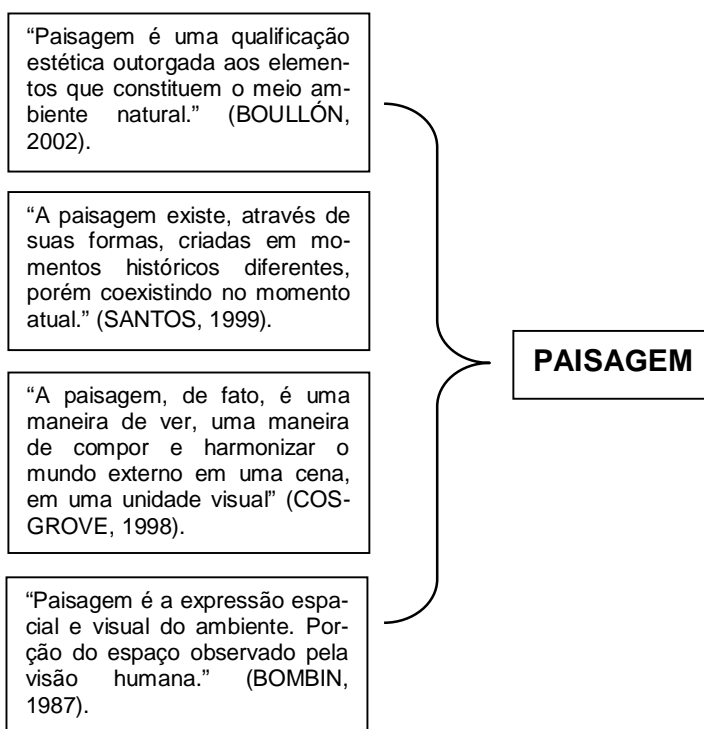


Figura 3 – A paisagem e suas definições

Fonte: Boullón (2002); Santos (1999); Cosgrove (1998); Bombin (1987).

Na abordagem conceitual, busca-se empregar múltiplos significados das paisagens correlatos à forma em que elas apresentam ao olhar do observador.

Os parâmetros adotados no estudo da paisagem seguem implicações ligadas a sua morfologia e da ação antrópica. No seu campo de pesquisa encontram-se formas, símbolos, função, um conjunto de elementos caracterizando a sua estrutura, ou seja, o acúmulo do tempo: o passado e o presente.

As diversas opiniões para decodificar o significado da paisagem têm despertado o interesse de investigar sobre a sua importância na organização do espaço.

Na década de 1980, no seu cenário de análise, a paisagem foi caracterizada na dimensão cultural. Nesse período, dois elementos se destacaram nas pesquisas: a paisagem como “marca” e como “matriz” (BERQUE, 1998).

A paisagem como marca retrata como a cultura (agente transformador) imprime a sua marca espacial. Correlacionada a esse processo, as próprias marcas estabelecem matrizes de forma funcional que favorecem a ocupação humana.

Neste contexto, o estudo de Berque sobre a paisagem foi aplicado no Japão em 1984 através de um inventário agregando para a análise uma abordagem cultural e com fortes relações entre paisagem-marca e paisagem-matriz (CORREA; ROSENDAHL, 1998).

A análise da paisagem vai muito além de um estudo do cenário, da divisão de um grupo de observadores e de um instrumento de coleta de dados. A paisagem é o retrato da cultura, da sociedade, em uma escala temporal atrelado ao valor intrínseco do antigo e do contemporâneo, no qual o indivíduo consegue estabelecer significados e compreender o espaço em que está ambientado.

#### 2.4.5 A paisagem no espaço rural: caracterização e enfoque turístico

As interpretações teórico-analíticas do espaço rural sobre as diversas modalidades de estudo elencam investigações científicas associadas ao legado natural e cultural.

O espaço integra atividades “numa espécie de nova paisagem, na qual o visual e as forças invisíveis, em interação, sejam consideradas na concepção dos lugares, sem menosprezar os fluxos e as trajetórias globais que os determinam.” (FERREIRA, 2002, p. 341).

O espaço rural acessível a um sistema de atividades e com patamares de significados ligados ao seu uso vem despertando aos empreendedores locais iniciativas quanto às potencialidades vigentes no contexto do desenvolvimento também local. Esta valorização agregada à percepção humana evidencia a paisagem rural como recurso turístico.

De acordo com Ferretti (2002, p. 19) “a paisagem e o turismo são realidades que se inter-relacionam. A paisagem é um fator de vital importância ao turismo e possui peso considerável na oferta turística.”

Assim, a atratividade do espaço rural é destacada “por meio de atividades agropastoris e de outros aspectos da ocupação do espaço, impregnados pela herança cultural de seus protagonistas.” (PIRES, 2003, p. 117).

Para Silva et al (1998) o turismo no espaço rural consiste em atividades de lazer retratadas pelas modalidades com base na oferta compreendendo o turismo rural, o turismo ecológico, o turismo de aventura, o turismo esportivo e outros.

Conforme o Ministério do Turismo (2004), dentre a oferta de serviços equipamentos e produtos destacam-se a hospedagem, alimentação, entretenimento, recreação e outros.

Desta forma, o levantamento, a classificação, o cadastramento dos serviços compõem o ordenamento territorial para o desenvolvimento do turismo no espaço rural brasileiro.

É importante ressaltar que um sistema semântico e as particularidades dos lugares são determinados por suas paisagens. Assim, “a noção de que a paisagem não é um suporte passivo, mas uma entidade ativa, integrante e testemunha de uma dinâmica cultural que se constrói no tempo e se manifesta no espaço” (OLIVEIRA, 2005, p. 225) pode se apresentar como um diferencial ao fenômeno turístico.

Na caracterização da paisagem rural, Pires (2003) apresenta para o sul do Brasil duas variáveis diferenciais e determinantes para a análise do ambiente: a topografia e o uso do solo. Essas variáveis estão configuradas na paisagem campestre (topografia plana/campos) e na paisagem cultivada (atividades espaciais diversificadas).

Neste cenário, o turismo como uma atividade socioeconômica em expansão “pode ser uma oportunidade para os espaços rurais que procuram uma alternativa de desenvolvimento local.” (NOVAES, 2003, p. 29). Assim, o levantamento das potencialidades da paisagem rural pode ser representado pela análise da sua qualidade visual.

#### 2.4.6 Análise da qualidade visual da paisagem rural

A crescente importância do turismo no contexto natural, socioeconômico, cultural e ambiental otimiza aos pesquisadores neste campo um olhar descobridor dos lugares, da sua história, da paisagem, formando uma rede de interpretações

significativas de valoração dos recursos turísticos. O processo enfatiza a interação de atividades que potencializam o ambiente.

No campo da observação, a qualidade visual da paisagem se caracteriza pela sua esteticidade. Para tanto, a paisagem, na definição de Ignácio et al (1984), corresponde ao grau da qualidade visual, de modo a garantir que ela não seja alterada ou destruída.

A paisagem é constituída por elementos através dos quais se evidencia a particularidade de cada espaço observado. Nesse sentido Boullón (2002, p. 149) ressalta que “cada paisagem é um fator singular cujo valor não se mantém constante em toda sua extensão. Ao percorrê-la, sempre encontraremos [...], locais onde se expressa com maior esplendor e beleza.”

A análise da qualidade visual da paisagem rural e sua valoração compreendem alguns dos principais indicadores e sua aplicabilidade no contexto dos ambientes observados. O quadro 7 apresenta de forma sucinta os indicadores e suas características.

<b>Indicadores</b>	<b>Características</b>
Diversidade	“Expressa a variedade paisagística existente num determinado espaço territorial.”
Naturalidade	“Expressa-se pela ausência ou pela insignificância de elementos ou estruturas de origem humana numa área.”
Singularidade	“Caracteriza-se pela existência de ocorrências de origem natural, cultural [...] e elementos visuais dotados de atributos, tais como: unicidade, raridade, harmonia [...]”
Detração	“Decorre do estabelecimento de atividades humanas na paisagem e caracteriza o impacto visual por elas gerado.”

Quadro 7 – Indicadores para a análise da qualidade visual da paisagem no espaço rural.

Fonte: Pires (2001).

A avaliação da qualidade visual da paisagem é enfatizada pelo diagnóstico da sua representação estética. Nesse sentido, Pires (2003, p. 125) apresenta os elementos que caracterizam a paisagem no espaço rural (figura 4).





Para a atividade turística, a valoração da paisagem considerando os aspectos culturais e humanizados consiste na potencialidade atrativa de uma determinada região, compondo o conjunto da oferta do turismo.

## 2.5 PLANEJAMENTO TURÍSTICO COM ENFOQUE NA GESTÃO TERRITORIAL

O fenômeno turístico exige a formulação de estratégias que possam favorecer positivamente o seu desenvolvimento. Desta forma, evidencia-se o planejamento turístico, ressaltando os principais processos e técnicas que influenciam na tomada de decisão.

De acordo com Petrocchi (2001, p. 19) o planejamento “é a definição de um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização.” Neste campo, o planejamento é considerado uma ferramenta indispensável para a articulação de estratégias, visando o desenvolvimento de uma destinação.

Segundo Dias (2003) no tocante ao uso do espaço, o planejamento constitui uma técnica imprescindível para a gestão pública. Através da utilização dos processos e técnicas do planejamento, é possível ter uma visualização da atual situação e, diante dos objetivos pré-estabelecidos, projetá-lo no futuro. (figura 5).

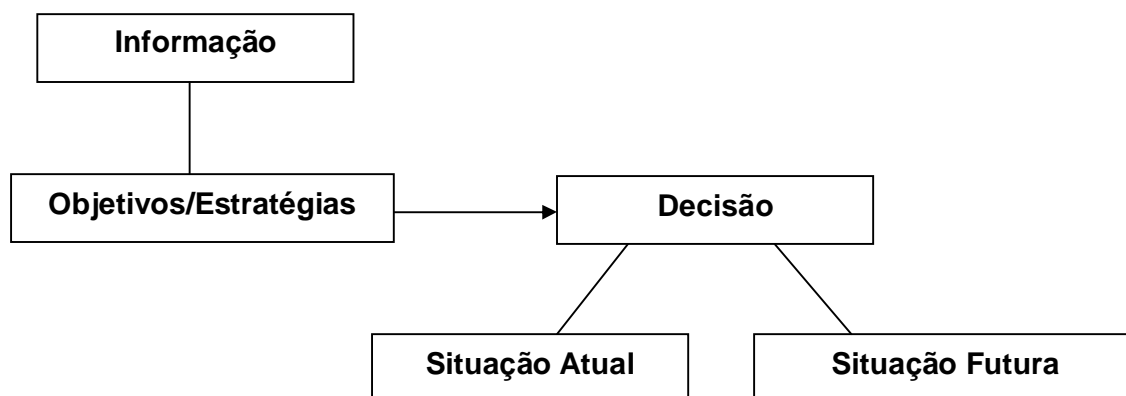


Figura 5 – Etapas de Planejamento  
Fonte: Adaptado Dias (2003)

Segundo Molina; Rodrigues (2001), o diagnóstico compreende a análise da situação do objeto ou objetos que se deseja modificar, observando a sua estrutura, composição e comportamento atual.

O diagnóstico consiste no levantamento de dados e na realização de uma análise macroambiental, elencando os aspectos do ambiente interno (pontos fortes e fracos) e do ambiente externo (oportunidades e ameaças). Este procedimento é conhecido também como análise de *SWOT*<sup>12</sup>. A figura 6 apresenta o processo de análise de SWOT.

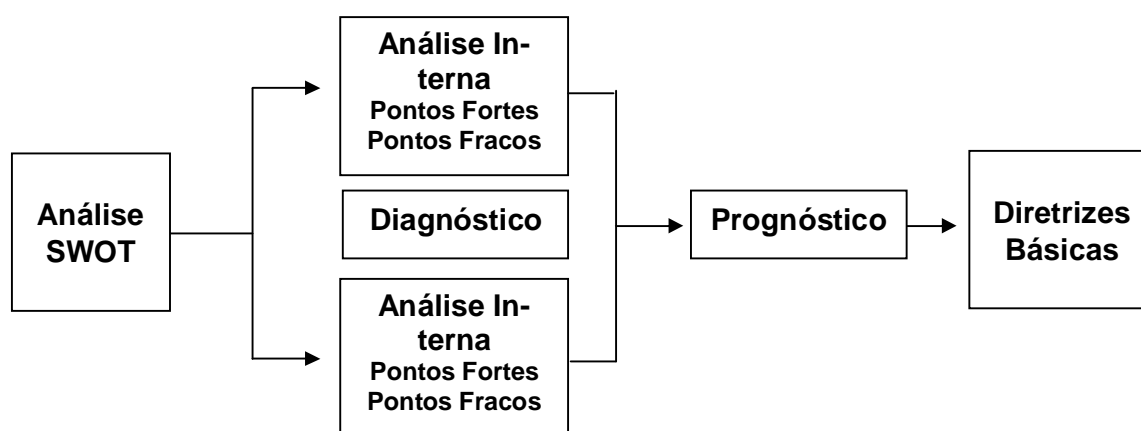


Figura 6 – Análise de SWOT  
Fonte: Kotler, 2002 (adaptado)

Na análise interna (pontos fortes e fracos), segundo Petrocchi (2001, p. 77), são analisados os fatores gerenciáveis internos ao sistema turístico em referência (estado, região, município e organização).

Como indicadores de análise do ambiente externo, têm-se as oportunidades e as ameaças, abordando conforme Kotler (2002) questões macroambientais, tais como: dados econômico-demográficos, tecnológicos, político-legais e socioculturais, e no microambiente os fatores: clientes, concorrentes, distribuidores e fornecedores. Diante do exposto, ressalte-se que o planejamento, mediante aos procedimentos adotados pela gestão territorial, é o ponto chave para a atividade turística se desenvolver em uma determinada destinação.

Nas inter-relações do turismo, há que se destacar o envolvimento da gestão pública na implementação da atividade turística nas esferas nacional, estadual e

<sup>12</sup> SWOT: Strengths (pontos fortes), Weaknesses (pontos fracos), Opportunities (oportunidades) e Threats (ameaças), segundo Kotler (2002).

municipal, formatando o seu papel no planejamento e no processo de tomada de decisão.

É através da definição da política pública que se norteia o desenvolvimento do turismo em uma localidade, estabelecendo estratégias e ação que possam assegurar à comunidade o bem-estar.

Goeldner; Ritchie; McIntosh (2002) definem a política de turismo como um conjunto de regulamentações, objetivos e estratégias elaboradas visando ao desenvolvimento da atividade turística, fornecendo uma estrutura na qual são tomadas as decisões de maneira coletiva ou individual, influenciando diretamente no contexto turístico de uma localidade.

A integração da política ao turismo fortalece as suas bases para o desenvolvimento, contextualizando a necessidade de formular diretrizes que possam garantir benefícios para todos os componentes do sistema turístico.

Beni (2006) apresenta alguns fatos da gestão da atividade turística promovidos pela administração pública, conforme o quadro 8.

<b>Marcos da intervenção governamental no turismo</b>	
<b>Período</b>	<b>Fato</b>
1948-1958	Início do planejamento do turismo em nível nacional (COMBRATUR – Comissão Brasileira de Turismo)
1963-1966	Criação da EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo e do CNTUR – Conselho Nacional de Turismo.  Definição da Política Nacional de Turismo
1977	Lei nº 6513, de 20 de dezembro de 1977. (cria áreas e locais de interesse turístico)
1987	Incorporação das questões ambientais na formulação das políticas.  Lançamento, pela EMBRATUR, do turismo ecológico como novo produto turístico brasileiro.
1988	O turismo é citado na Constituição brasileira em seu art. 180, onde se atribuem responsabilidades iguais a todos os níveis governamentais.
1996-2002	Apresentação de nova Política Nacional de Turismo para o período de 1996-1999, contendo dez objetivos estratégicos, entre os quais destacam-se a descentralização, “conscientização” e articulação intra e extragovernamental.
	Ministério do Turismo

2003-2005	<p>Criação do Conselho Nacional de Turismo e do Fórum Nacional de Secretários de Estado do Turismo</p> <p>Lançamento do Plano Nacional de Turismo (2003-2007).</p> <p>Implantação do Programa de Regionalização Turística "Roteiros do Brasil".</p> <p>Lançamento do Salão Brasileiro de Turismo</p>
-----------	--

Quadro 8 – Marcos da intervenção governamental do turismo

Fonte: adaptado Beni (2006).

No panorama da política pública, tem-se estruturado na esfera nacional o Plano Nacional do Turismo (2003-2007) que, segundo o Ministério do Turismo (2003), trata-se de um instrumento de planejamento, que tem como finalidade expor o pensamento do governo e do setor produtivo, orientando para as ações de consolidação do desenvolvimento da atividade turística.

De acordo com Beni (2006, p. 104), "ao governo federal compete, portanto, orientar a Política de Turismo, coordenando as iniciativas e adaptando-as às reais necessidades de desenvolvimento econômico e cultural da sociedade".

Na esfera municipal, evidencia-se a participação da gestão pública na formulação de uma política de turismo, que assegure um desenvolvimento baseado e respaldado nas diretrizes da sustentabilidade dos recursos ambientais existentes na localidade.

Conforme Dias (2003, p. 146), "cabe ao poder local juntamente com a comunidade, estabelecer suas prioridades, construindo uma política municipal voltada aos seus interesses, tendo como base a Política Nacional de Turismo."

O processo participativo da gestão da atividade turística favorece a identificação da situação atual de uma localidade, visando a promover ações e mobilizar a população quanto aos benefícios que o turismo poderá proporcionar à comunidade.

## 2.6 CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E GESTÃO TERRITORIAL: SITUAÇÕES HISTÓRICAS DO CADASTRO E O PROCESSO DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL

As formas de apropriação do espaço no que tange ao desenvolvimento urbano ou rural promovem uma discussão de aspectos ligados ao cadastro básico e ao cadastro técnico multifinalitário como instrumentos da gestão territorial sustentável.

As estratégias e os critérios multifinalitários que possibilitem conhecer a realidade dos imóveis e espaços territoriais enfatizam um conhecimento mais amplo da abordagem conceitual, como base para apontamentos fundamentais ao planejamento do território.

Segundo a Federação Internacional das Geômetras (1998), os cadastros podem ser classificados em diversas formas, destacando:

- a) “Pela função primária (apoio à taxação, transferência, distribuição da terra, ou atividades multifinalitária de administração territorial)”;
- b) “Pelos tipos de direitos registrados (propriedade privada, direitos de uso [...])”;
- c) “Pelo grau de responsabilidade do estado para assegurar a exatidão e confiabilidade dos dados (responsabilidade estatal completa, responsabilidade pública e privada compartilhada)”;
- d) “Pela localização e jurisdição (cadastro urbano e rural [...])”;
- e) “Pelas diferentes formas pelas quais é coletada a informação das parcelas (levantamentos nos terrenos amarrados a controle geodésico [...])”.

Como subsídio para a análise do território, Larsson (1996) relata que “o cadastro e o registro de terras são setores fracos na maioria dos países subdesenvolvidos. Fortalecendo esses sistemas, pode ser uma forma de estimular o desenvolvimento<sup>13</sup>.” Desta forma, são elencados alguns benefícios de sua aplicação: melhor base de informação para o planejamento e a administração; melhores especificações de direitos e mais segurança; melhores possibilidades para financiar o desen-

---

<sup>13</sup> *the Cadastre and land register are weak sectors in most countries. Strengthening these systems may, therefore, be a basic way to stimulate development*

volvimento; facilidades na implementação de medidas políticas; melhor governo e controle<sup>14</sup>.”

Ainda, no panorama internacional, Loch; Erba (2007, p. 26) descrevem que o Cadastro de Imóveis não segue um modelo único na atualidade, apontando:

- a) Na reunião internacional de especialistas em cadastro (Bogor, Indonésia em 1996): “o cadastro é um sistema de informação baseado na parcela, que contém um registro de direitos, obrigações e interesses sobre a terra.”
- b) Seminário Nações Unidas – FIG (Bathurst, Austrália em 1999): a definição do cadastro é apontada “[...] para a solução dos problemas de posse da terra e para o impacto que esses problemas têm no desenvolvimento sustentável dos países, cobrindo [...] não somente técnico, mas também de orientação social.”
- c) Congresso de Comitê de Cadastro da União Européia – EU (Roma, Itália em 2003): o cadastro é definido, independente do sistema legal dos Estados membros, “como um registro sob a responsabilidade governamental, e seu uso é vinculado aos princípios de igualdade, segurança e justiça para todos os cidadãos da U.E.” É abordado que “a unidade básica do cadastro é a parcela, que pode estar agrupada por unidades de inscrição, recebendo um código único e inalterável.”
- d) IX Seminário sobre Cadastro Imobiliário (Cartagena, Colômbia em 2006): o cadastro é definido como “um registro sob a responsabilidade do setor público, que não pode ser objeto de propriedade nem de comércio privado.” A unidade básica do cadastro nos países ibero-americanos é a parcela que “podem estar agrupadas em unidades de inscrição segundo os procedimentos próprios de cada país.”

Os princípios básicos do Cadastro, destacados pela medição, legislação e economia são sistematizados nos países do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL com a terminologia “Cadastro Territorial.” Desta Forma, no território brasileiro utiliza-se o cadastro como registro e particularmente, conhecido como cadastro técnico ou cadastro de imóveis.

É importante evidenciar que no contexto brasileiro, a parcela territorial corresponde à unidade de registro do Cadastro Imobiliário, adotando-se a terminologia

---

<sup>14</sup> *Better information base for planning and administration; Better specification of rights and more security; Better possibilities to finance development; Easier implementation of policy measures; Better steering and control*

*lote* para unidade de registro do Cadastro Urbano e *propriedade rural* para unidade de registro do Cadastro Rural (LOCH; ERBA, 2007).

Entre as abordagens de classificação, outra definição de unidade de registro foi apontada no Cadastro 2014, intitulada no documento do Congresso da FIG de Melbourne, Austrália em 1994, como objeto territorial, ou seja, condições homogêneas dentro dos limites da porção territorial. (ibid).

Com a visão da complementaridade da tríade território, tributação e jurisdição no contexto da gestão territorial nasce a acepção do Cadastro Técnico Multifinalitário com parâmetros de sustentabilidade, no que diz respeito às condições sociais e ambientais do imóvel e do espaço ocupado pelo ser humano.

Conforme Loch; Erba (2007, p. 41), “a visão mais ampla e multifinalitária do cadastro começou a ser estruturada depois da II Guerra Mundial e consolidou-se a partir da Agenda 21 [...] durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.”

O Cadastro Técnico Multifinalitário e o seu papel quanto ao desenvolvimento sustentável provoca um gerenciamento cauteloso por parte dos administradores territoriais. Para Williamson (2008), é importante para todas as nações a construção de um sistema de gerenciamento integrado de terra, usando o cadastro como apoio ao desenvolvimento sustentável.

A integração de variáveis de análise territorial ou os cadastros temáticos como ambientais, socioeconômicos e outros devem fazer associação ao sistema cadastral. O conjunto de itens deve ser interligado por uma rede de informações atendendo aos devidos fins. Portanto, a estruturação do Cadastro Técnico Multifinalitário deve abranger elementos que suplantam o Cadastro Imobiliário.

A multifinalidade deve ir além de garantir o direito à propriedade e a tributação. O objetivo é proporcionar subsídios à gestão territorial e com produtos que possam beneficiar o universo envolvido no processo.

Assim, Loch (1990) destaca que o cadastro multifinalitário compreende um instrumento completo de parâmetro para planejamento, quando respaldados quanto à sua funcionalidade, estrutura e procedimentos de pesquisa no campo das ciências e das técnicas cartográficas. Reforçando o contexto, são funções do CTM: função fiscal, jurídica e de base<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Os produtos de levantamentos cartográficos resultantes das operações para o cadastro fiscal e jurídico, formando a base para um futuro sistema de informações.



É importante sublinhar que os governos devem investir no cadastro. Tanto o Cadastro Técnico Multifinalitário Urbano – CTMU como o Cadastro Técnico Multifinalitário Rural – CTMR têm como objeto de investigação as propriedades dentro de uma configuração espacial. Desta forma, Loch (1989) descreve as principais finalidades no quadro 9.

CTMU	CMTR
✓ “Coletar as informações descritivas, ou seja, todos os elementos que caracterizam a cidade em estudo, manter atualizado o sistema descritivo, manter atualizado o sistema cartográfico <sup>16</sup> .”	✓ “Analisar a forma do terreno, a posição em relação a um referencial, o acesso a uma estrada principal ou cidade, a posição da casa e benfeitorias do imóvel (terreno), o que é cultivado.”

Quadro 9 – Finalidades do CTMU e CTMR  
Fonte: Loch (1989)

O Cadastro Técnico Rural no enfoque do planejamento contempla estratégias epistemológicas em relação ao desenvolvimento sustentável. Leff (2001, p. 82) acrescenta que “a complexidade dos problemas ambientais gerados pela racionalidade econômica dominante e a necessidade de integrar ao seu estudo um conjunto de conhecimentos [...] de diversos campos do saber.”

Entrelaçado à citação, nota-se uma necessidade de implementação de cadastros temáticos, os quais, integrados, proporcionarão a compreensão da realidade do espaço rural e a intervenção dos gestores para compartilhar investimentos que possam compor a multifinalidade do processo para a reorganização territorial.

A preocupação em instrumentalizar o processo de gestão territorial rural, requer um planejamento capaz de atender o uso ordenado de solo. É necessário colocar em pauta que o Cadastro Técnico Multifinalitário como ferramenta é indispensável para a avaliação da degradação ambiental através de um conjunto de mapas temáticos, conhecimento da propriedade e outros. Informações essas integradas e atualizadas continuamente como forma de possibilitar um acompanhamento do uso do solo e viabilização do desenvolvimento sustentável (KELM; LOCH; LOCH, 1998).

A partir desta perspectiva, a estruturação de um sistema cadastral permite ao proprietário, à comunidade e à gestão pública acesso à informação técnica e físico-espacial como referência para os investimentos e projetos de atividades agrícolas

<sup>16</sup> Constituído pelo conjunto de cartas e de uma malha de pontos com coordenadas planas conhecidas no terreno (LOCH, 1989).

e não agrícolas como o turismo, viabilizando a conservação dos recursos naturais e formas diferenciadas de uso e ocupação do solo.

Assim, é fundamental o planejamento de todas as etapas que irão contemplar o cadastro técnico multifinalitário: estruturação, tempo de execução, investimento e o retorno da aplicação do sistema.

Na contextualização do processo, estabelecendo também para propósitos legais, o CTM apresenta com uma de suas funções garantir o direito à propriedade. Assim, o quadro 10 apresenta as principais leis federais pertinentes ao Cadastro Técnico Multifinalitário Rural, leis federais aplicáveis ao turismo e leis federais aplicáveis ao Meio Ambiente.

<b>Leis Federais Pertinentes ao Cadastro Técnico Multifinalitário Rural</b>		
<b>Lei nº 4.504</b>	30.11.1964	Dispõe sobre o Estatuto da Terra.
<b>Lei nº 4.947</b>	06.04.1966	Fixa normas de Direito Agrário, dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá providências.
<b>Lei nº 5.868</b>	12.12.1972	Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências.
<b>Lei nº 6.015</b>	31.12.1973	Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.
<b>Lei nº 6.739</b>	05.12.1979	Dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais, e dá outras providências.
<b>Lei nº 9.393</b>	19.12.1996	Dispõe sobre o imposto sobre a propriedade territorial rural – ITR, sobre o pagamento da dívida representada por títulos da dívida agrária, e dá outras providências.
<b>Lei nº 10.267</b>	28.08.2001	Altera dispositivos das Leis nºs 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.
<b>Leis Federais Aplicáveis ao Turismo</b>		
<b>Áreas de Especial Interesse Turístico</b>	Lei Federal 6.513/77 e Decreto 86.176/81	Dispõe sobre a criação de áreas especiais e de locais de interesse turístico e sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural
<b>Atividades e Serviços Turísticos/Agências</b>	Lei Federal 6.050/77, decreto-lei 2.294/86, decreto federal 84.934/80, decreto federal 87.348/82, resolução do CNTur 04 e 08/83	Regulamenta as atividades e os serviços turísticos no Brasil, as agências, as diferentes tipologias de empresas turísticas, estabelece competências da Embratur e as sanções às atividades irregulares.
<b>Embratur/Política Nacional de Turismo</b>	Lei Federal 8.181/91 e decreto 448/92	Extingue o Conselho Nacional de Turismo, dá novas atribuições à Embratur e estabelece a Política Nacional de Turismo.
<b>Eventos</b>	Decretos Federais 89.707/84 e 86.761/81 e Resolução Normativa CNTur 14/84	Dispõem sobre empresas prestadoras de serviços para a organização de congressos, convenções, seminários, feiras, exposições e eventos congêneres.
<b>Guia de Turismo</b>	Lei Federal 8.623/93, decreto 946/93 e Resoluções Normativas 256/89, 325/94 e 377/97	Regulamentam a atividade de guia turístico.
<b>Hospedagem</b>	Decreto 84.910/80	Regulamenta os meios de hospedagem e acampamento turístico “camping”.
<b>Relação Consumidor x Agentes de Turismo</b>	Lei Federal 8.078/90	Estabelece o Código de Defesa do Consumidor que regula a prestação de serviços.
<b>Transporte</b>	Decreto nº 87.348, de 29 de junho de 1982. Regulamenta a Lei 6.605, de 13 de dezembro de 1997.	Estabelece as condições em que serão prestados os serviços de transporte turístico de superfície e dá outras providências.
<b>Leis Federais aplicáveis ao Meio Ambiente</b>		

<b>Flora</b>	Lei nº 4.771/65, de 15 de dezembro de 1965	Código Florestal.
	Resolução CONAMA 04/85	Regulamenta a vegetação em área de preservação permanente (art. 2º da Lei 4.771/65).
	Decreto 750/93	Dispõe sobre o corte a exploração e a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios inicial, médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica.
	Decreto 1.282/94	Regulamenta o Código Florestal
	Resolução CONAMA 249/99	Aprova as Diretrizes para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica.
<b>Unidade de Conservação</b>	Decreto 84.017/79	Regulamenta os Parques Nacionais
	Decreto 89.336/84	Regulamenta as áreas de Relevante Interesse Ecológico
	Decreto 99.274/90	Regulamenta as Áreas de Proteção Ambiental – APAs.
	Lei nº 9.985/00, de 18 de junho de 2000	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).
	Decreto nº 4.340/02, de 22 de agosto de 2002	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (regulamenta vários artigos da lei 9.985).

Quadro 10 – Leis Federais

Fonte: Leis Orgânicas (2006)  
Salvati (2004)

Para a gestão pública municipal Costa et al (2006, p. 95), evidencia o Cadastro Técnico Multifinalitário como um instrumento que pode construir “as informações necessárias para o diagnóstico estratégico do ambiente, otimizando o levantamento de informações a serem utilizadas quando da formulação das ações que irão compor o planejamento municipal.”

A integração da pesquisa científica à gestão territorial por meio de cadastros multifinalitários (legislação, medição e economia) registra a identidade da área territorial e proporciona em nível local e regional ações públicas fundamentais à sustentabilidade do ambiente.

### 2.6.1 Propriedade Rural: definição e delimitação

Os enfoques teóricos que delineiam a compreensão sobre a Categoria Propriedade permitem uma reflexão partindo dos autores clássicos que marcaram períodos importantes na história da humanidade.

Cavedon (2003) relata na sua obra sobre função social e ambiental da propriedade, as principais contribuições de autores clássicos sobre a configuração da propriedade. A figura 7 descreve tais considerações.

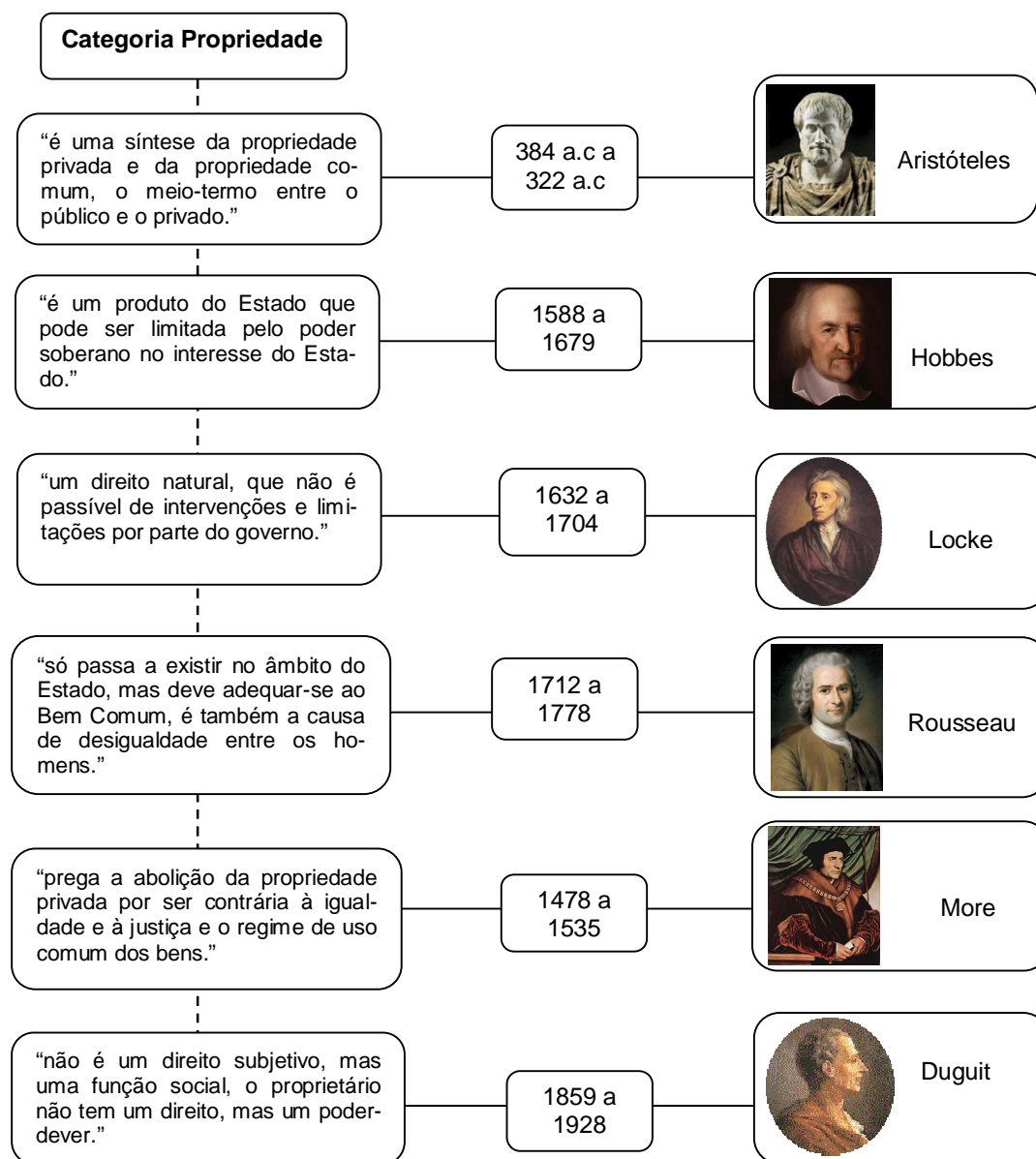


Figura 7 – Entendimento da Categoria Propriedade por Autores Clássicos  
Fonte: Adaptado Cavedon (2003)

As concepções abordadas pelos autores clássicos sobre propriedade e as discussões acerca do seu entendimento conceitual, proporciona aos estudos relacionados ao espaço rural uma visão jurídica importante ao ordenamento territorial.

Desta forma, no contexto histórico da propriedade é importante contextualizar como se deu a constituição territorial no Brasil quanto à configuração da propriedade e a evolução da estrutura agrária.

A ocupação territorial rural e as concepções de propriedade ganham uma projeção teórica e epistemológica cada vez mais peculiar no campo científico. O

quadro 11 apresenta breves considerações histórico-jurídicas ao direito à propriedade no Brasil.

<b>Período</b>	<b>Fatos Históricos</b>
<b>1500 - 1530</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Período de ocupação efetiva de Portugal no território brasileiro.</li> <li>✓ Concessões de terras para a construção de engenhos (produção de açúcar).</li> <li>✓ Divisão do Brasil em capitanias hereditárias (grande propriedade).</li> </ul>
<b>1530 - 1822</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Implementação de Sesmarias</li> <li>✓ A propriedade rural apresentava uma configuração de concentração latifundiária, monocultura: cana, algodão, tabaco.</li> <li>✓ Ocupação territorial com benefícios para poucos de regime de sesmaria. No sul do Brasil, a natureza da economia se destacou em relação a condição social dos colonos.</li> <li>✓ Ocupação das áreas do interior por latifúndio pastoril</li> <li>✓ Surgimento da agricultura de subsistência (milho, mandioca, arroz) intercalada nas monoculturas em larga escala.</li> <li>✓ As matas na área costeira e nas margens dos rios (1797) foram declaradas propriedade da Coroa (determinação Régia).</li> </ul>
<b>1822- 1850</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Abolição das sesmarias (1822). Suspensão das concessões de futuras sesmarias.</li> <li>✓ Sistema de posse por colonos pobres. Apropriação territorial.</li> <li>✓ Origem da propriedade privada. Primeiro “direito de propriedade” (1824).</li> <li>✓ Problemas da demarcação das terras doadas.</li> <li>✓ Punição ao corte ilegal de madeiras pelo Código Penal do Império (1830).</li> </ul>
<b>1850 - 1891</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Lei das Terras Devolutas. “Representa o marco zero do ordenamento da ocupação e do uso da propriedade rural no Brasil.”</li> <li>✓ Importância as questões ambientais nas propriedades rurais, destacando a proteção florestal.</li> <li>✓ Constituição da 1ª República (1891).</li> <li>✓ Foi criada a repartição de terras de uso público.</li> <li>✓ As terras que não foram usadas pela concessão teriam que ser devolvidas pelo Estado.</li> <li>✓ Cada Estado adotou uma política fundiária.</li> <li>✓ Formação de pequenas propriedades, principalmente no sul do país com a chegada de imigrantes europeus.</li> <li>✓ Registro de “Torrens” para a área rural.</li> </ul>
<b>1891 - 1980</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promulgação da Constituição Federal. As terras devolutas passaram para o domínio do Estado, incluindo o poder de legislação.</li> <li>✓ Código Civil (1916). O direito de propriedade corresponde estrutura de poder. O proprietário tinha o direito de uso e dispor dos bens.</li> <li>✓ O Código Civil (1916) proporcionou o acúmulo de grandes áreas nas mãos de poucos. Havia mais interesse especulativo do que produtivos. Não apresentava normas ambientais.</li> <li>✓ 1º Código Florestal (1934).</li> <li>✓ Desapropriação por utilidade pública (1941).</li> <li>✓ Estatuto da Terra (1964), criando o “primeiro cadastro de imóveis rurais.”</li> <li>✓ Decreto-lei nº 554 de regulamentação do Estatuto da Terra: “não havendo acordo de desapropriação por interesse social, quanto à indenização a ser paga, a União emite a posse do imóvel desapropriado, mediante depósito do valor da propriedade declarado pelo seu titular, para fins do ITR.”</li> <li>✓ Função social da propriedade (1969).</li> <li>✓ Criação do INCRA (1972). Sistema de Cadastro Rural Nacional.</li> <li>✓ Imóveis Rurais ocupando 46% do território brasileiro (1978).</li> </ul>
<b>Atual</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR) pela lei atual exige a demarcação, medição e georreferenciamento.</li> </ul>

Quadro 11 – Evolução Histórica da Estrutura Agrária do Brasil

Fonte: INCRA (1987).

Dissertar sobre o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais pela lei atual elenca a necessidade de um entendimento em face da Norma Técnica para o georreferenciamento das propriedades.

Segundo a Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais (2003, p. 6), os levantamentos cadastrais são destinados aos “limites definidores das propriedades rurais, de sua superfície topográfica, de seus acidentes naturais, artificiais e culturais.” É importante destacar que a norma técnica é aplicada à lei 10.267 (2001) e ao decreto 4.449 (2002).

A figura 8 apresenta um exemplo da identificação dos limites da propriedade rural, levando em consideração os vértices.

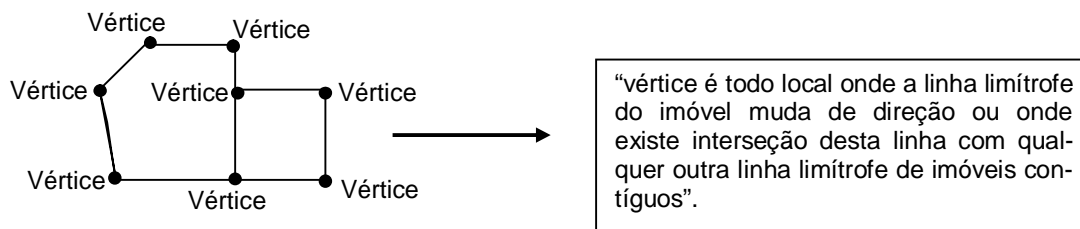


Figura 8 – Vértices das propriedades rurais

Fonte: Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais (2003).

Na caracterização físico-territorial, a relevância de se associar as informações obtidas na pesquisa de campo aos objetivos propostos na investigação científica é eloquente, pois ao planejar os dados a serem levantados e arquivados, deve-se considerar que o cadastro não é um conjunto apático, mas sim, uma ferramenta em contínua evolução. (LORENA, 1987).

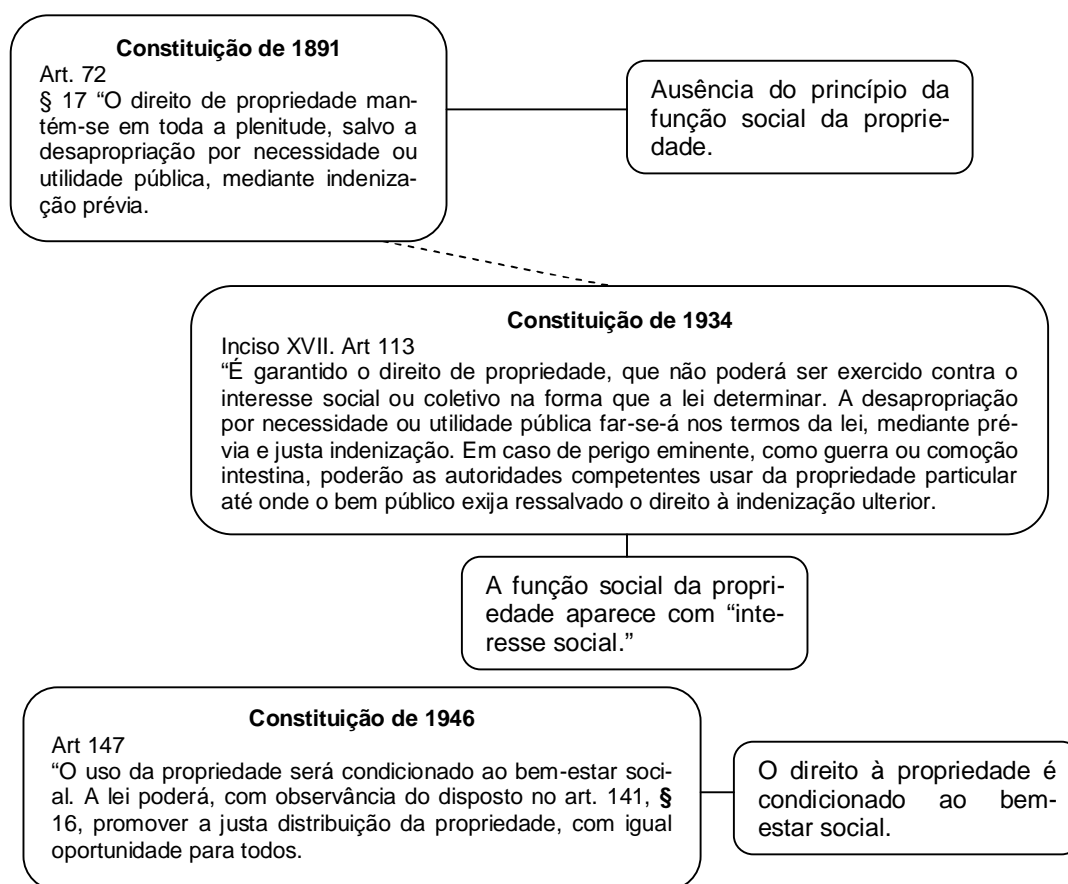
Para a pesquisa de campo da propriedade, Alves; Souza (1998) sugerem o planejamento, o processamento fotográfico, o levantamento cadastral do imóvel rural e a elaboração da planta geral.

Assim, a representação da propriedade dispõe à gestão pública dados para a contemplação de estratégias ligadas ao planejamento de uso do espaço físico-territorial.

## 2.6.2 Função Social da Propriedade Rural sob o Prisma Jurídico

A descrição do perfil da propriedade com base legislativa vem contemplando questionamentos no contexto da formação territorial brasileira e estratégias decisórias no âmbito da gestão administrativa, principalmente quanto à função social da propriedade rural.

O direito à propriedade sob a dimensão social é discutido pelas Constituições Brasileiras<sup>17</sup> por um processo evolutivo de caracterização jurídica. Figura 9.



<sup>17</sup> As citações foram retiradas das obras CAVEDON, Fernanda de Salles. **Função social e ambiental da propriedade**. Florianópolis, 2003. PETERS, Edson Luiz. **Meio Ambiente e Propriedade Rural**. Curitiba: Juruá, 2005.

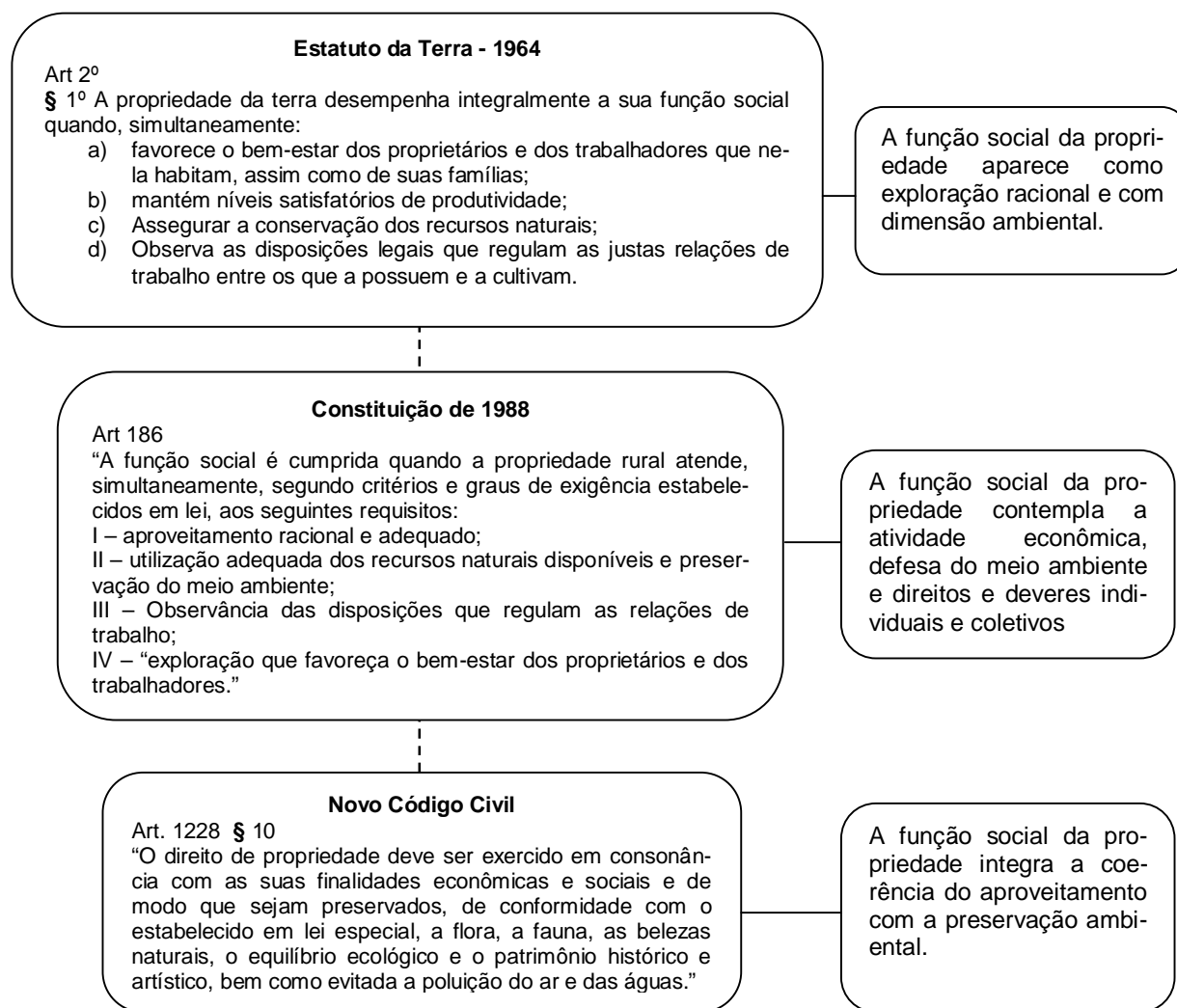


Figura 9 – Função social da propriedade rural discutido pelas Constituições Brasileiras

Fonte: Adaptado Cavedon (2003); Peters (2005).

Deve-se considerar que a função social da propriedade é assegurada pelo direcionamento das atividades exercidas pelo proprietário em junção à preservação e conservação ambiental, não restringindo assim apenas ao exercício do direito à propriedade.

O art. 186 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) explicita de forma mais ampla as disposições quanto à função social da propriedade, proporcionando reflexões acerca do cumprimento dessa função.

Cavedon (2003, p. 76) relata que o cumprimento da função social da propriedade rural “somente se dará quando o seu uso e exploração forem compatíveis



com a manutenção da integridade e da qualidade dos recursos ambientais nela existentes, garantindo o potencial produtivo da propriedade e uma reserva de bens ambientais para o uso das futuras gerações.”

Neste discurso, as instâncias que explicam a dinâmica socioambiental no planejamento dos territórios rurais e o processo de desenvolvimento elegem uma racionalidade social definida como “o sistema de regras de pensamento e comportamento dos atores sociais, que se estabelecem dentro de estruturas econômicas, políticas e ideológicas determinada, legitimando um conjunto de ações e conferindo um sentido à organização da sociedade em seu conjunto.” (LEFF, 2001, p. 121).

Assim, a caracterização da propriedade ao longo do processo histórico e da concepção jurídica constituiu um fundamento sucinto na perspectiva de compreender as dimensões da propriedade imobiliária no Brasil e a inclusão da função social através das condicionadoras leis.

## 2.7 REPRESENTAÇÃO DE DADOS ESPACIAIS COMO FERRAMENTA PARA O GERENCIAMENTO TERRITORIAL

O crescente número de estratégias de qualidade para o diferencial turístico no ramo do mercado mundial e das particularidades dos lugares requer um planejamento que possa assegurar modelos sustentáveis no campo das atividades turísticas, elucidando a importância da utilização da cartografia na representação dos dados espaciais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2006) a Cartografia “é um conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que [...] visa à elaboração de mapas, cartas e outras formas de representação gráfica [...] bem como sua utilização.”

Para Loch (2006, p. 37), “o objetivo da cartografia, inicialmente, consiste na representação da superfície terrestre ou parte dela, de forma gráfica e bidimensional, que recebe o nome genérico de ‘mapa’ ou ‘carta’.” Completa, ainda que “[...] algumas definições incluem os aspectos da ‘confecção’ e ‘uso’ de mapas, cartas e outros produtos tais como, maquetes, visualizações 3-D da superfície e etc.”

Conforme Robinson et al (1995) para definir a Cartografia o pesquisador deve atentar-se a várias questões como a comunicação, as características dos mapas

e os benefícios de perceber a cartografia como um meio de comunicação entre o mapa e o seu usuário.

Os produtos cartográficos como ferramentas imprescindíveis no fornecimento de informações estão sendo evidenciados neste início de século, especialmente no contexto físico-territorial e de cenários visando ao planejamento das localidades em estudo.

Entretanto, a falta do conhecimento do uso desses produtos, ainda, é uma realidade no Brasil, representada pela falta de uma cultura cartográfica.

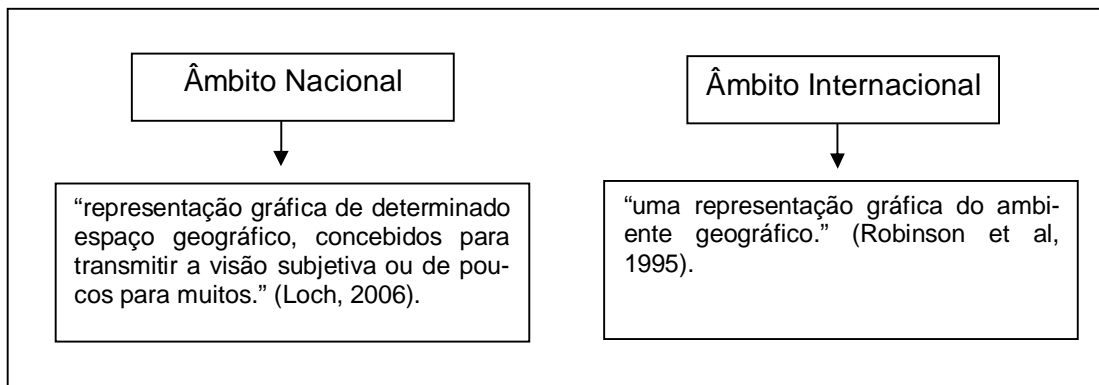
Ao longo da história da humanidade, destacam-se acontecimentos apontados por Martinelli (2007), que marcam o desenvolvimento da Cartografia:

- a) Século XV a XVII: Renascimento (surgimento das relações capitalistas; desenvolvimento da navegação surgindo à necessidade de mapas e de instrumento de orientação, a bússola, invenção da imprensa, grandes descobrimentos com a expansão do mercantilismo);
- b) Século XVIII: Instituição de academias científicas - o início da Cartografia Moderna;
- c) Século XVIII e início do XIX: divisão do trabalho científico - o surgimento da Cartografia Temática;
- d) Final do século XIX: avanço do Imperialismo - inventário cartográfico; grande impulso aos mapeamentos.

Atualmente, os produtos cartográficos já estão inseridos no contexto digital. Para o turismo, em nível de avaliação territorial, a utilização desse instrumento proporciona ao planejamento a credibilidade das informações obtidas e a “possibilidade de se realizar um cruzamento de uma gama de informações complexas, através de um sistema de Informações Geográficas, proporcionando análises ambientais precisas e a visualização de cenários futuros.” (DUQUE; MENDES, 2006, p. 75). A aplicabilidade da Cartografia tem um papel fundamental no diagnóstico e prognóstico da área de estudo.

Na reflexão sobre o mapeamento como ferramenta de análise visual, Loch (2006, p. 114), ressalta a importância da comunicação cartográfica sob a visão do leitor, reforçando que “a visualização, a leitura ou a interpretação do mapa por parte do usuário acontecerá sem que ele possa modificar o conteúdo, a simbologia ou a disposição dos elementos que formam o mapa.”

Considerando o mapa um produto cartográfico, vale descrever duas definições relevantes no contexto profissional, conforme o quadro 12.



Quadro 12 – Conceituação de “mapa”.  
Fonte: Loch (2006); Robinson et al(1995)

Neste parâmetro, diante da diversidade de mapas elaborados no campo científico, a representação dos dados espaciais deve assegurar a confiabilidade para a sua utilização.

Para Loch (2006), o mundo real é representado seguindo dois caminhos diversos: a cartografia de base (mapas cadastrais) e a cartografia especializada (mapas temáticos).

A base cartográfica “diz respeito à cartografia topográfica que preparará um pano de fundo de referência adequado a acomodar o tema.” (MARTINELLI, 2007, p. 28).

O mapa temático compreende “todo processo de criação e utilização de qualquer produto cartográfico [...] analisando o espaço como sendo expressão de uma realidade física e social.” (BADO; SANTIL, 2002, p. 60). Desta forma, é importante destacar que diante da visualização da realidade, os temas são diferenciados não apresentando, assim, convenções fixas.

A figura 10 ilustra alguns exemplos de simbolização na representação cartográfica, considerando a realidade e os níveis de medida dos fenômenos geográficos.


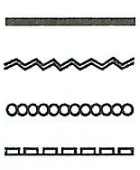
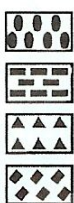


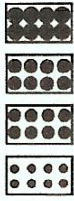
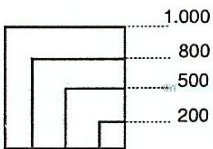
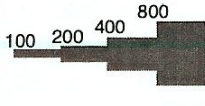

MODO DE IMPLANTAÇÃO			
NÍVEL DE MEDIDA	PONTUAL	LINEAR	ZONAL
NOMINAL	 A H J C	 R B E F	 P C R F
ORDINAL	 Grande Médio Pequeno	 Pequeno Grande	 Alto Baixo
INTERVALAR PROPORCIONAL	 1.000 800 500 200	 100 200 400 800	 0 - 50 51 - 100 101 - 200 > 2001

Figura 10 – Modos de implantação no mapeamento e os níveis de medidas das variáveis geográficas.

Fonte: Loch (2006)

Outra maneira de representar os dados espaciais é através de Cartogramas denominados como “os tipos especiais de mapas temáticos que preservam a forma, orientação e continuidade das unidades em questões como: municípios de um estado ou estados de um país.” (LOCH, 2006, p. 212).

A importância da Cartografia também se evidencia na escolha da escala compatível às necessidades de um sistema cadastral moderno. Conforme Zampieri et al (2000, p. 1), “o monitoramento global e integrado em nível de propriedades com o objetivo de implantar o cadastro técnico multifinalitário rural, deve ter suporte em mapas temáticos, em escala grande, de modo que se estabeleça um parâmetro confiável de correlação multitemporal.”

No campo de um sistema cadastral permanente e integrado para o espaço rural do Estado de Santa Catarina, Loch et al (2000) sugerem considerar as pesquisas da realidade do espaço geográfico mapas temáticos integrados para o planejamento e desenvolvimento rural. Na integração, os principais temas relacionados ao Cadastro Técnico Multifinalitário Rural destacaram-se o mapa de solo, planialtimétrico, estrutura fundiária, declividade, uso e cobertura da terra, aptidão do solo.

No que diz respeito à escala a ser utilizada, o pesquisador deve avaliar a localidade a ser representada, de forma a atender os seus objetivos. Para atender as necessidades da extensão rural do Estado de Santa Catarina, os autores citados no parágrafo anterior sugerem a escala 1: 5000, porém chamam a atenção para as regiões do Planalto Serrano, com presença de reflorestamento, pastagens nativas casos em que poderão ser elaborados mapas com escala de 1: 10000.

Resumidamente, os mapas de escalas grandes (1: 5000; 1: 10000) apresentam com mais precisão as dimensões das parcelas, caracterizando o espaço pesquisado e um cadastro mais completo.

Para o reconhecimento do território, de interesse técnico e científico, o sensoriamento remoto constitui uma ferramenta precisa para o planejamento e para a gestão pública. Para Ramos; Ramos; Loch (2004, p. 1), a aplicação de tecnologias como o sensoriamento remoto “pode contribuir para a construção de propostas de desenvolvimento baseadas na adequada ocupação do território [...] e orientando planejamentos futuros.” Constata-se que “com o surgimento dos sistemas computacionais e o desenvolvimento de ‘softwares’ voltados para o processamento dos dados geográficos” inova a Cartografia na disponibilização do produto final (representação gráfica do espaço).

No dinamismo dessa questão, o Sistema de Informação Geográfica (SIG), adequado para análise espacial de dados geográficos se potencializa diante da sua aplicabilidade por “cruzar informações de diferentes temas [...] levando-se em conta a proximidade e a conexão de um dado com o outro.” (DUQUE; MENDES, 2006, p.66).

Na prática, a evolução tecnológica participa do processo de gestão territorial com instrumentos de representação do espaço. Deste modo, como ferramenta para estudos peculiares das localidades, a Cartografia cadastral desenvolve produtos que podem ser aplicados como referência de estratégias para políticas públicas.

Para Loch; Erba (2007), “é no cadastro que as parcelas nascem para a vida jurídica, onde se conservam, se transformam e se extinguem. Esses acontecimentos requerem uma constatação objetiva no terreno: a mensuração e um instrumento que represente: a planta de mensuração.”

Nota-se então, que através da mensuração, documentação da representação espacial, o proprietário pode traçar metas de uso que possam servir de procedimentos decisórios quanto ao direito e à função social da propriedade.

As metodologias utilizadas de representação do espaço geográfico devem ser planejadas e com padrões definidos pela normatização cartográfica. Os diferentes fins de pesquisa exigem conhecimento e aplicabilidade de técnicas para obtenção de resultados de claro entendimento do usuário.

Para o turismo, a cartografia digital possibilita um sistema de informações imprescindível ao gestor. Para tanto, Duque; Mendes (2006, p. 90) descrevem sobre o geoprocessamento, afirmando que essa ferramenta possui “inúmeras utilidades para serem instrumentos auxiliares no planejamento turístico, pois trabalham com a coleta, tratamento, análise e representação de dados, o que proporciona um grande número de informações de qualidade e precisão, que serão úteis ao planejador, em seu trabalho, e ao turista.”

Portanto, a comunicação com o turista, utilizando a Cartografia como instrumento de informações, necessita de que o planejamento turístico seja dotado de preceitos confiáveis de produtos que representam o potencial da fonte de dados.

### CAPÍTULO 3

## CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ-SC

### 3.1 A CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO

A história do município de Camboriú-SC é contextualizada através dos colonizadores vindos não somente da Ilha dos Açores (Portugal), mas também oriundos de localidades vizinhas.

Este retrato da história é marcado pela descoberta de terra fértil e pela oportunidade vislumbrada de implantação de empreendimentos agrícolas (CORRÊA, 1985).

A ordem cronológica apresentada na figura 11 exemplifica e caracteriza a identidade cultural adquirida pelo município.

1758	O povoamento de Camboriú teve início com a chegada dos colonizadores Baltazar Pinto Corrêa e Antonio Rosa, ficando conhecido como Bom Sucesso.
1836	Tomás Francisco Garcia veio com a família e escravos, dando início ao desenvolvimento de áreas de cultivo.
1840	Sob a Lei nº 129 de 26 de março, foi autorizada a construção da 1ª capela – Santo Amaro.
1849	A povoação de Camboriú é elevada a Freguesia, devido à autonomia política adquirida.
1884	A Freguesia já apresentava um desenvolvimento agrícola favorável e condição político-administrativa independente, o que possibilitou o desmembramento do município de Itajaí.
1885	Em 15 de janeiro, foi instalado o município de Camboriú.
1894	O então prefeito Bejamin Vieira solicitou ao Governador Hercílio Luz verba para a construção de uma estrada ligando o município de Camboriú a Itajaí, bem como a restauração do caminho do Morro do Boi e o conserto do varadouro do Rio Camboriú.
1929	Foi iniciada instalação da rede telefônica, na gestão do então prefeito Cesário Pereira.
1936	Foi aberto o edital de concorrência pública para a instalação de energia elétrica.
1964	Foi apresentado, em 25 de fevereiro, um projeto de resolução, com urgência, para a criação do município de Balneário Camboriú. E, em 8 de abril do mesmo ano, sob a Lei nº. 960, foi criado o município de Balneário Camboriú.

Figura 11 – Evolução histórica do município de Camboriú-SC.

A emancipação do município de Balneário Camboriú acarretou mudanças significativas para as comunidades envolvidas. Balneário Camboriú assumiu um posicionamento diferenciado, atribuído à proximidade do litoral.

Já o município de Camboriú-SC passa a ser caracterizado pelo ar bucólico, intrínseco do interior. Cidade conservadora, resguarda o estilo arquitetônico, traço marcante da cultura de seus colonizadores (CORRÊA, 1985).

Camboriú-SC inicia uma nova versão de sua história. O desmembramento dos municípios trouxe dificuldades para a cidade, desfalcando o município de importantes arrecadações (REBELO, 1997). No entanto, buscou na agricultura, na pecuária, na indústria extrativa e artesanal a possibilidade de se erguer economicamente. Além disso, vê na atividade turística uma oportunidade de diversificar a renda das propriedades rurais.

É importante ressaltar alguns pontos relevantes após 1964 (figura 12).

1970	Inauguração da BR101.
1992	No dia 20 de setembro, foi inaugurada a nova Prefeitura de Camboriú, obra em granito, possuindo dois (2) pisos e jardins. Uma construção inovadora.
1993	Lançado o projeto de Turismo Ecológico-Rural, na gestão do prefeito Aínor Francisco Lotério.
1996	Camboriú ganha um sistema moderno de telefonia, composto por uma central digital com 2100 telefones. Também foi entregue, no dia 21 de setembro, a Praça Flávio Vieira totalmente reestruturada.
1999	Foi realizado o inventário das terras da Bacia Hidrográfica do Rio Camboriú, criado pela empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI e Centro Integrado de Informações de Recursos Ambientais – CIRAM.
2006	Foi iniciado um Plano Estratégico de Marketing Turístico Integrado – PEMTI, que engloba onze (11) municípios da região da AMFRI (Costa Verde e Mar). Entre eles, está Camboriú.
2007	O município de Camboriú elabora o seu plano diretor.
2008	Criação do consórcio para implementação do Plano Estratégico de Marketing Turístico Integrado.

Figura 12 – Evolução histórica de Camboriú-SC: uma visão contemporânea



Este processo de identificação histórica é a base fundamental para o reconhecimento territorial de Camboriú-SC, alinhando entre o passado e o presente, pontos que possam configurar o alicerce do desenvolvimento político-administrativo e econômico, potencializando a atividade turística.

### 3.2 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Camboriú-SC é integrante da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), localizado na região sul do território brasileiro, no estado de Santa Catarina (figura 13).

Com área territorial de 211,60km<sup>2</sup>, o município de Camboriú-SC encontra-se localizado entre as coordenadas geográficas: 26°57'13" e 27°11'47" de latitude sul e 48°35'41" e 48°53'05" de longitude oeste. O município está delimitado a norte, noroeste e oeste pelo município de Itajaí; a sudoeste pelos municípios de Brusque e Canelinha; ao sul pelo município de Tijucas; a sudeste e leste pelo município de Itapema e a nordeste pelo município de Balneário Camboriú.

A delimitação da área de estudo compreende o espaço rural com 176,8km<sup>2</sup>, abrangendo oito localidades: Braço, Caetés, Limeira, Macacos, Rio do Meio, Rio Pequeno, Santa Luzia e Vila Conceição.

No cenário turístico, o município de Camboriú-SC integra-se à Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI, destacado como um dos municípios componentes da Costa Verde e Mar.

É importante frisar que a Costa Verde e Mar exerce um papel de destaque na atividade turística do Estado de Santa Catarina, no que tange ao desenvolvimento e promoção do turismo de forma integrada e sustentável, compreendida no contexto do Plano Nacional do Turismo 2007-2010 no Brasil. Neste sentido, o município de Camboriú-SC, é apontado como um dos diferenciais do turismo regional, apresentando características marcadamente rurais, que agregam valores à oferta turística da Costa Verde e Mar.

## MAPA DE LOCALIZAÇÃO, CAMBORIÚ - SC (2009)



Fonte:  
 Sistema de Coordenadas: Universal Transversa de Mercator - UTM  
 Datum horizontal: South American Datum 69 - SAD69  
 Zona UTM: 22 Sul, Meridiano Central 51°W.  
 Imagem do satélite SRTM  
 Limites estaduais e municipais, IBGE 2005.  
 Autora: Cláudia Maria Correia Borges Rech

Figura 13 - Mapa de Localização

### 3.3 ANÁLISE DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A relação que se estabelece entre a sociedade-natureza e sua dinamicidade norteiam a proposição de uma leitura do espaço geográfico e a sua reorganização territorial.

No prisma da abordagem “natureza humanizada”, o município de Camboriú-SC se enquadra como resultado histórico integrado a uma paisagem vivida e marcada pela dinâmica da natureza e da sociedade.

A seguir, os registros apresentam as características do município de Camboriú-SC.

#### 3.3.1 Aspectos Físicos

##### a) Estrutura Geológica

Para o reconhecimento territorial de uma localidade, a Geologia tem a sua participação eloquente nas potencialidades paisagísticas. Os estudos geológicos e suas relações com outras ciências caracterizam cenários que possam ser representativos para análise de uma investigação científica.

A estrutura geológica de Santa Catarina classifica-se em Área de Escudo Atlântico, Área da Bacia do Paraná e Área de Sedimentos Quaternários (GAPLAN, 1986).

O Escudo Atlântico ou Embasamento Cristalino engloba rochas antigas do Pré-Cambriano, sendo as principais associações rochosas constituídas pelas formações geológicas Suíte Intrusiva Valsungana e grupo Brusque (GAPLAN, 1986).

A Área de Sedimentos Quaternários é caracterizada pela planície costeira, formada por sedimentação de diversos ambientes que se interdigitam, compreendendo os depósitos aluvionares e marinho-costeiro misto (GAPLAN, 1986). Quadro 13 e a figura 14 caracterizam as unidades geológicas de Camboriú.

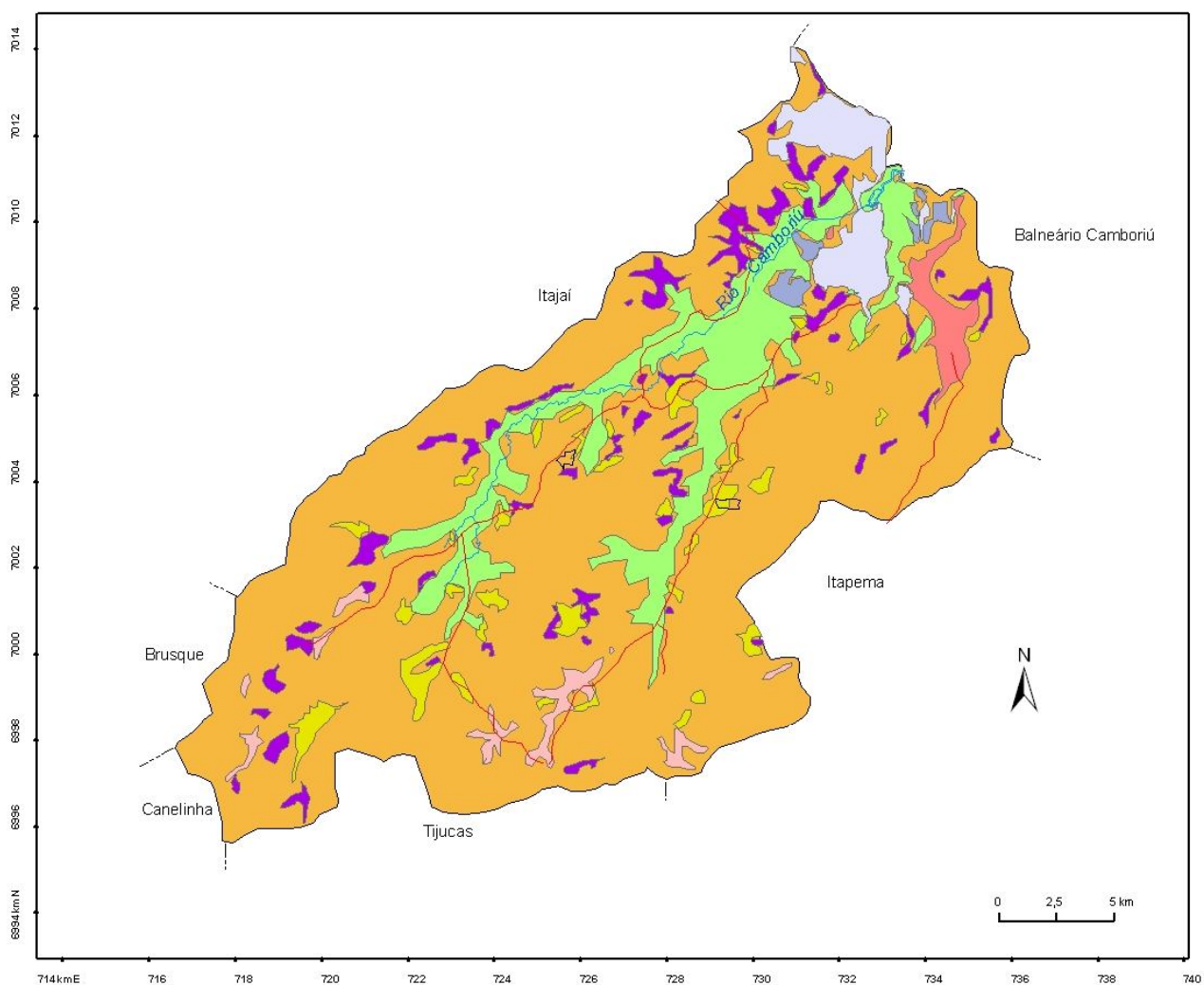
Unidades Geológicas	Composição
Suíte Intrusiva Valsungana	Unidade composta por rochas plutônicas, compreendendo monzo-granodiorito e álcali-monzo sienogranito.
Grupo Brusque	Unidade composta por rochas metamórficas do complexo granito-gnáissico. Compreende o granulito indiferenciado, metagrauvaca, metarenito, tufa e metavulcânica básica e intermediária.
Depósitos Aluvionares	Unidade composta por sedimentos fluvionais, formando extensas planícies. São constituídos por areias, argilas, cascalhos e material siltico-argiloso.
Depósitos Marinho – Costeiro Misto	Unidade composta por sedimentos praias, por vezes interrompidos por rochas do embasamento, compondo a faixa litorânea da bacia do Rio Camboriú, formada por areias quartzosas, siltes e argilas.

Quadro 13 – Unidades Geológicas de Camboriú-SC

Fonte: GAPLAN (1986)

A identificação da estrutura geológica do município representa um conhecimento pautado para a análise da paisagem local, subsidiando o retrato do potencial físico do espaço rural de Camboriú-SC.

## MAPA GEOMORFOLÓGICO, CAMBORIÚ - SC (2009)



Fonte:  
 Levantamento de campo: 2007/2008  
 Sistema de Coordenadas: Universal Transversa de Mercator - UTM  
 Datum horizontal: South American Datum 69 - SAD69  
 Zona UTM: 22 Sul, Meridiano Central 51°W  
 Mapeamento Geológico do Brasil, CPRM, 2005  
 Autora: Cláudia Maria Correia Borges Rech

Figura 15 - Mapa Geomorfológico de Camboriú-SC

## b) Aspectos Geomorfológicos

As formas do modelado terrestre correspondem às heranças paisagísticas significativas aos lugares.

A Geomorfologia “estuda as formas topográficas e suas características [...] e as diversas etapas pelas quais passa um determinado relevo terrestre, até chegar à fisionomia atual” (GUERRA; GUERRA, 1997, p. 304).

O município de Camboriú-SC se insere no compartimento geomorfológico costeiro compreendido pelas Serras do Tabuleiro/Itajaí e Planícies Litorâneas.

As Serras do Tabuleiro/Itajaí resultam num “modelo de dissecação diferencial”. Conforme Gaplan (1986, p.33), “os vales são profundos com encostas íngremes e sulcadas, separadas por cristas bem marcadas na paisagem”. Acompanhando os vales dos rios “ocorrem relevos de topos convexos configurando morros em forma de meia laranja. Em muitos casos acham-se isoladas por planos aluviais”.

Na região das serras, com a presença de morros elevados com cristas bem marcadas e encostas íngremes, o relevo favorece a atuação de processos erosivos.

As planícies correspondem aos depósitos sedimentares resultantes de processos marinhos e eólicos, de idade quaternária. As altitudes médias estão “em torno de 10m, atingindo em alguns terraços mais interiores nas proximidades das montanhas e serras a oeste até 30m de altitude” (GAPLAN, 1986, p. 33).

Laus Neto (1999) classificou a geomorfologia de Camboriú-SC em sete sub-paisagens. Quadro 14 representa as principais características.

Subpaisagem	Relevo Dominante	Hipsometria	Declividade	Características
Encostas Erosionais	Montanhoso	40 a 720m	46%	Presença de granitóides, forte suscetibilidade à erosão, terrenos pedregosos.
Encostas Erosionais Coluviais	Fortemente Modulado	40 a 720m	30%	Presença de granitóides, forte suscetibilidade à erosão, terrenos pedregosos.
Encostas Coluviais Erosionais	Plano a suavemente ondulado	Abaixo de 20m e de 20 a 40m	2% e 8%	Formadas por disposição gradual de materiais de solos e fragmentos menores por força da erosão pluvial e laminar.
Fundos de Vale Coluviais Erosionais	Plano	Abaixo de 20m	1%	Formados por sedimentos recentes do quaternário. Não suscetibilidade à erosão e não pedregoso.
Fundos de Vale Aluviais Coluviais	Plano	Abaixo de 20m	2%	Formados por sedimentos recentes do quaternário. Não suscetibilidade à erosão e não pedregoso.
Terraços Aluviais	Plano	Abaixo de 20m	2%	Formados por sedimentos recentes do quaternário. Não suscetibilidade à erosão e não pedregoso.
Terraços Marinheiros	Plano	Abaixo de 20m	3%	Formados por sedimentos recentes do quaternário. Não suscetibilidade à erosão e não pedregoso.

Quadro 14 – Características Geomorfológicas de Camboriú-SC  
 Fonte: Adaptação Laus Neto (1999)

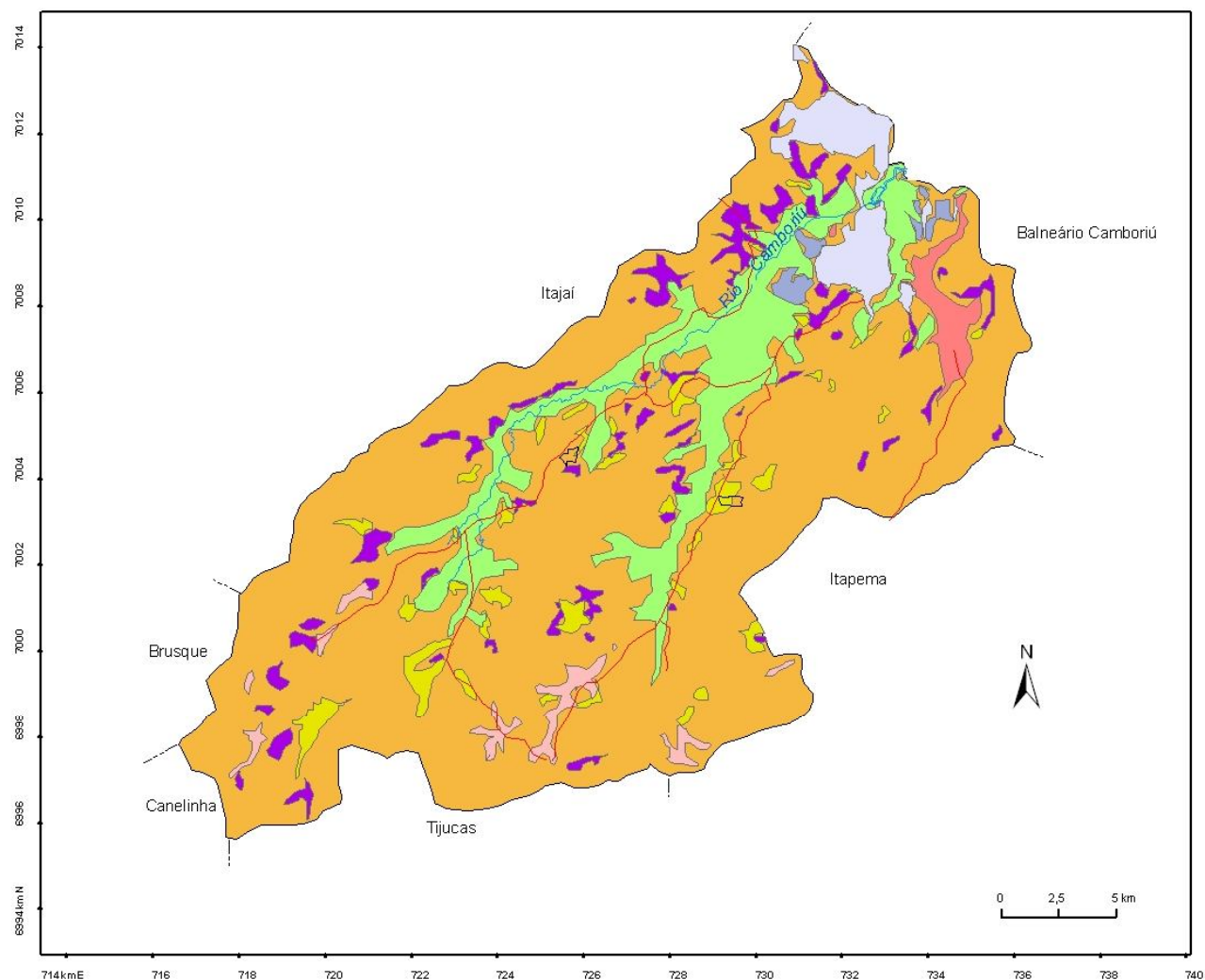
Nota-se que o município de Camboriú-SC, considerando os aspectos paisagísticos e o processo que determina a forma de relevo, apresenta as áreas de maiores declividades nas encostas erosionais (46%) e nas encostas erosionais coluviais (30%).

O relevo do município de Camboriú-SC é denominado como montanhoso e fortemente ondulado, seguindo a classificação da Embrapa (1999) em função da declividade: plano (0 – 3%); suavemente ondulado (3 – 8%); ondulados (8 – 20%); fortemente ondulado (20 – 45%); montanhoso (> 45%).

A análise altimétrica do município trata, também, de um referencial para a gestão territorial. Cumpre assinalar que as diferenças altimétricas despontam como informações que possam dar suporte ao desenvolvimento do turismo no espaço rural, cobradas pelas exigências ambientais e influências na aptidão agrícola das terras. As figuras 15, 16 e 17 correspondem aos mapas dos aspectos geomorfológicos.



## MAPA GEOMORFOLÓGICO, CAMBORIÚ - SC (2009)

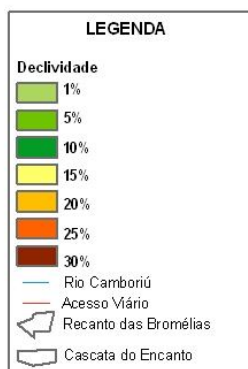
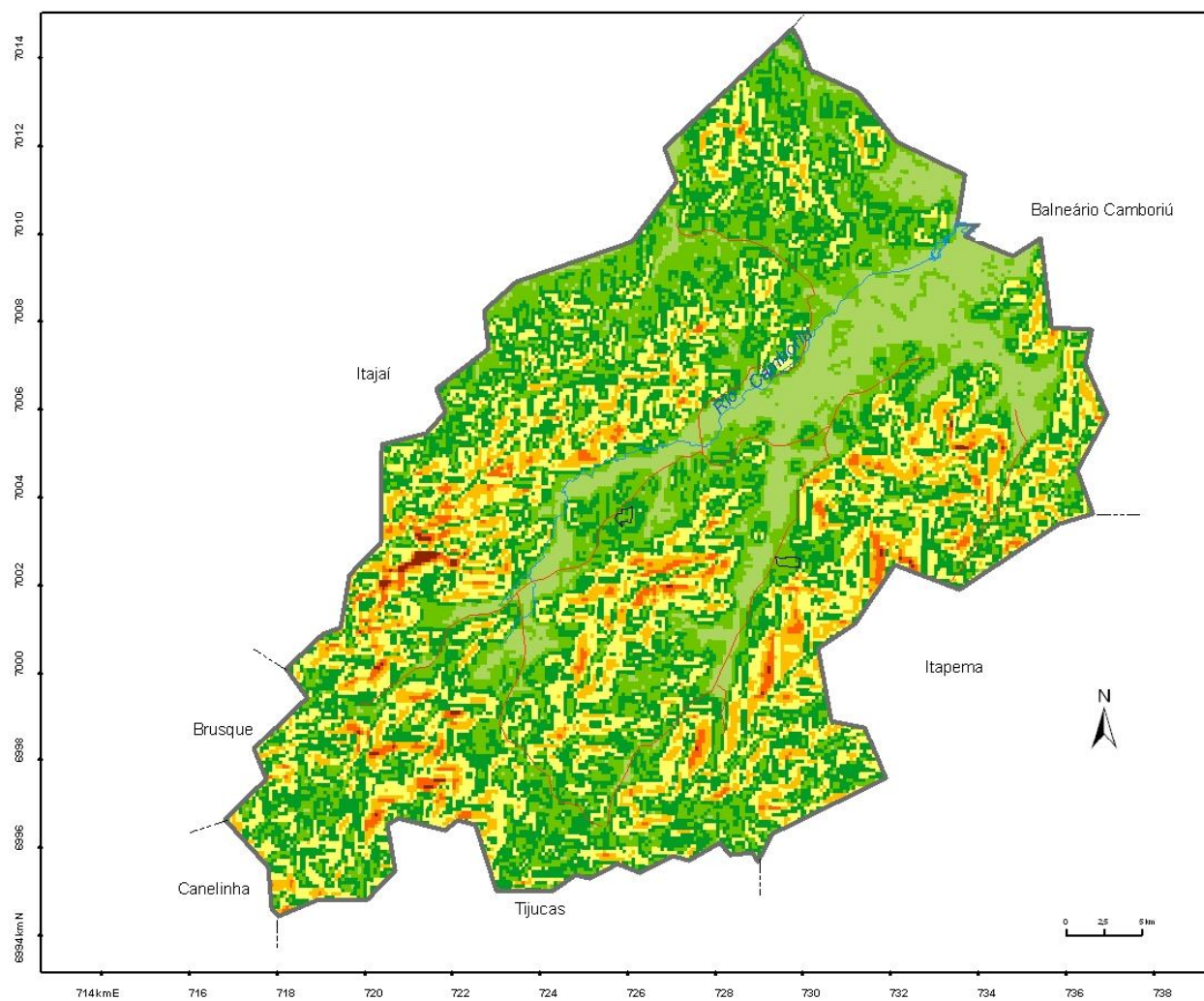


LEGENDA	
	Fundo de Vale Aluvial Coluvial
	Fundo de Vale Coluvial Erosional
	Encosta Erosional Coluvial
	Terraços Marinheiros
	Encosta Coluvial Erosional
	Área Urbana
	Terraços Aluviais - Fluviais
	Encosta Erosional
	Rio Camboriú
	Acesso Viário
	Recanto das Bromélias
	Cascata do Encanto

Fonte:  
 Levantamento de campo: 2007/2008  
 Sistema de Coordenadas: Universal Transversa de Mercator - UTM  
 Datum horizontal: South American Datum 69 - SAD69  
 Zona UTM: 22 Sul, Meridiano Central 51°W  
 Mapeamento Geológico do Brasil, CPRM, 2005  
 Autora: Cláudia Maria Correia Borges Rech

Figura 15 - Mapa Geomorfológico de Camboriú-SC

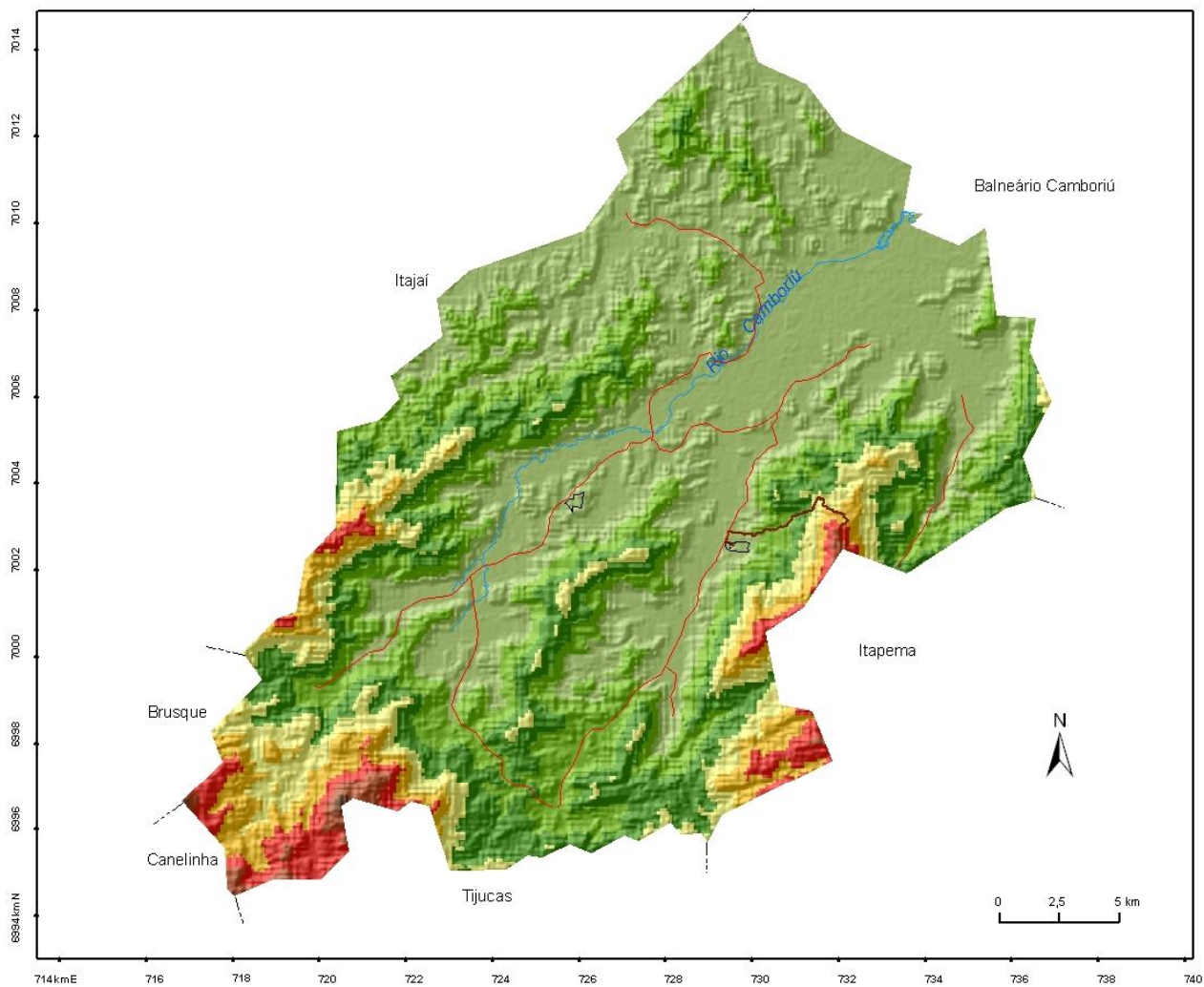
## MAPA DE DECLIVIDADE, CAMBORIÚ - SC (2009)



Fonte:  
 Levantamento de campo: 2007/2008  
 Sistema de Coordenadas: Univera Transversa de Mercator - UTM  
 Datum horizontal: South American Datum 69 - SAD69  
 Zona UTM: 22 Sul, Meridiano Central 51°W  
 Mapeamento Geológico do Brasil, CPRM, 2005  
 Autora: Cláudia Maria Correia Borges Rech

Figura 16 - Mapa de Declividade de Camboriú-SC

## MAPA HIPSOMÉTRICO, CAMBORIÚ - SC (2009)



Fonte:  
 Levantamento de campo: 2007/2008  
 Sistema de Coordenadas: Universal Transversa de Mercator - UTM  
 Datum horizontal: South American Datum 69 - SAD69  
 Zona UTM: 22 Sul, Meridiano Central 51°W  
 Mapeamento Geológico do Brasil, CPRM, 2005  
 Autora: Cláudia Maria Correia Borges Rech



Pico da Pedra

Figura 17 - Mapa Hipsométrico de Camboriú-SC

### c) Solos

A origem da diversidade de tipos de solos associa-se aos fatores de temperatura, vento, águas correntes, chuva, topografia, cobertura vegetal e outros.

Os solos são formados pela desintegração, decomposição das rochas ocasionadas pela ação do intemperismo (físicos, químicos e biológicos) e pela incorporação e decomposição de elementos orgânicos animais e vegetais (COELHO; TERRA, 2001).

De modo geral, os solos predominantes em Camboriú-SC são classificados como Podzólicos Vermelho – Amarelo, Cambissolo, Solos Glei e Areias Quartzosas (LAUS NETO, 1999).

Quanto à nomenclatura das classes de cada solo, o quadro 15 descreve as classificações anteriores usadas na Embrapa solos, a correlação entre as classes do Sistema Brasileiro de Classificação de Solos em 2006, a localização dos solos geomorfologicamente em Camboriú-SC e as características das classes.

Classificação anterior dos solos	Geomorfologia	Características das classes de solo	Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (2006)
Podzólico vermelho-amarelo e inclusões de Cambissolos	Encostas Erosionais	Solos minerais, com seqüência de Horizontes A, B+, C e A, Bi, C, respectivamente. Solos de baixa fertilidade natural, alta acidez e baixa soma de bases. Apenas o potássio com índices médios.	Argissolos Cambissolos
Podzólico vermelho-amarelo e Cambissolos	Encostas Erosionais Colúviais	Solos mais rasos nas áreas erosionais, ocorrendo pedregosidade superficial. Os solos mais desenvolvidos e profundos encontram-se nas áreas colúviais, ocupadas pelos patamares naturais. Do ponto de vista químico, a maioria dos solos são álicos com saturação de alumínio >50%.	Argissolos Cambissolos
Podzólicos vermelho – amarelos, Cambissolos e Solos Gleis	Encostas Colúviais Erosionais	Os solos possuem limitações quanto à fertilidade (álicos e distráficos). Os podzólicos vermelho-amarelos apresentam seqüência de Horizontes A, B+, C, com profundidade e cores bastante variáveis. Os Cambissolos têm seqüência de Horizontes A, Bi, C. Os Cambissolos Gleicos são desenvolvidos em áreas de drenagem imperfeita, normalmente associada a solos hidromórficos.	Argilosos Cambissolos Gleissolos
Cambissolos e Cambissolos Gleicos	Fundos de Vale Colúviais Erosionais	Os Cambissolos têm seqüência de Horizontes A, Bi, C. Os Cambissolos Gleicos são desenvolvidos em áreas de drenagem imperfeita, normalmente associada a solos hidromórficos.	Cambissolos Gleissolos
Solos Gleis	Fundos de Vale Aluviais Colúviais	Solos hidromórficos, desenvolvidos em áreas mal drenadas, com cores de redução já nos primeiros 60cm da superfície, rasos e com seqüência de Horizontes A, Cg normalmente, podendo ou não haver presença de Horizonte Ag e/ou Bg	Gleissolos
Cambissolos	Terraços Aluviais	Constituídos por classes de solos minerais, não hidromórficos, com horizonte B incipiente.	Cambissolos
Areias Quartzosas	Terraços Marinhas	Solos minerais, não hidromórficos, pouco evoluídos, extremamente arenosos, com seqüência de Horizontes A e C, sendo muito porosos, soltos e excessivamente drenados	Neossolos

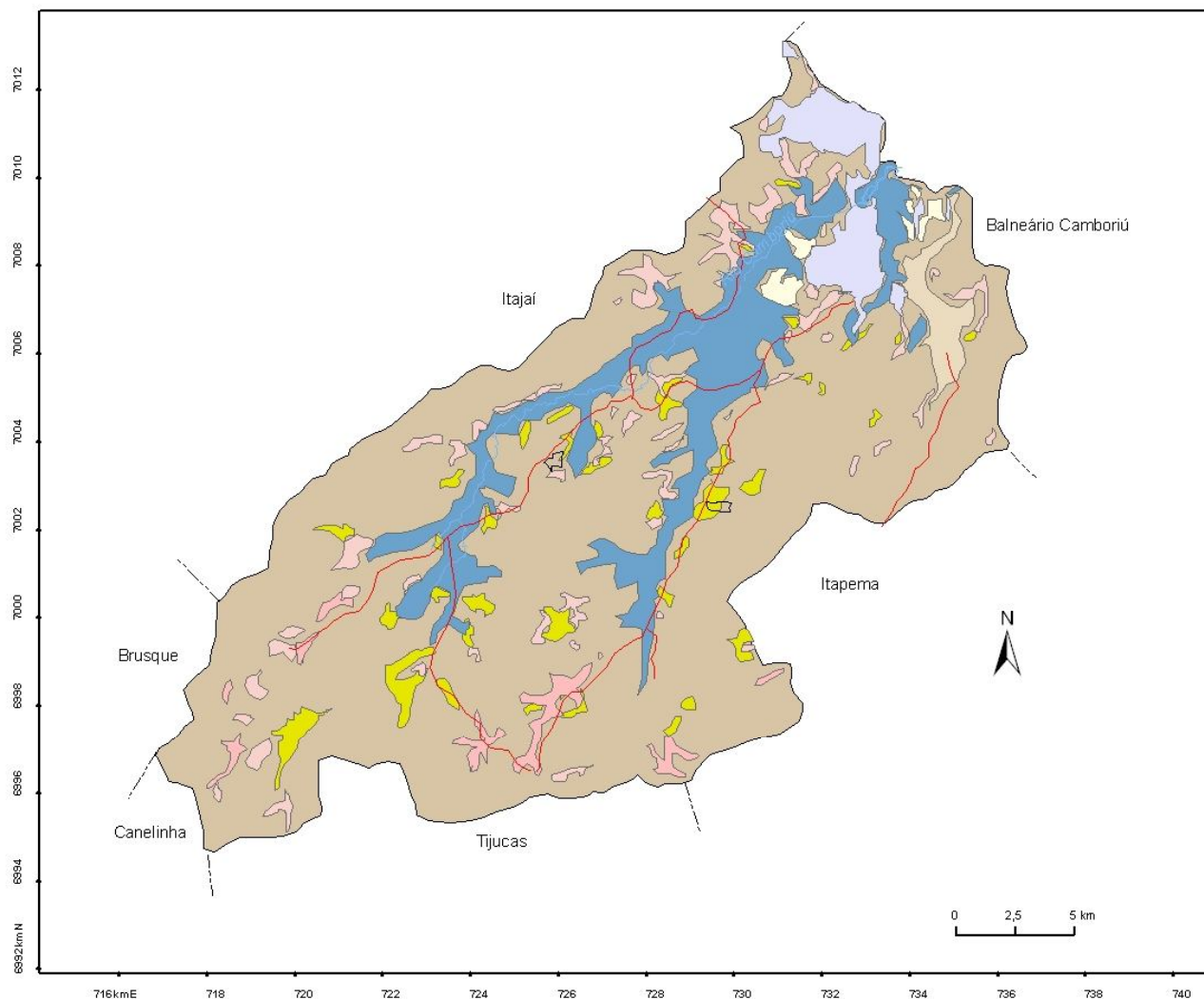
Quadro 15 – Classificação dos Solos em Camboriú-SC

Fonte: Laus Neto (1999); Santos et al (2006)

Para o planejamento e desenvolvimento dos espaços rurais, o conhecimento sobre os solos é imprescindível na dinâmica das principais formas de uso pelos grupos humanos. A figura 18 apresenta a classificação dos solos de Camboriú-SC.

É preciso atentar aos fatores formadores dos solos e aos fatores indiretos que levam às limitações de seu uso, dentre eles a fertilidade, a profundidade, a suscetibilidade à erosão e outros.

## MAPA DE SOLOS, CAMBORIÚ - SC (2009)



### LEGENDA

- Area Urbana
- Gleissolos - Fundo de Vale Aluvial Coluvial
- Argissolos, Cambissolos, Gleissolos - Encosta Coluvial Erosional
- Cambissolos - Terraços Aluviais - Fluviais
- Cambissolos, Gleissolos - Fundo de Vale Coluvial Erosional
- Argissolos, Cambissolos - Encosta Erosional Coluvial
- Neossolos - Terraços Marinheiros
- Argissolos, Cambissolos - Encosta Erosional
- Rio Camboriú
- Acesso Viário
- Recanto das Bromélias
- Cascata do Encanto

Fonte:  
 Levantamento de campo: 2007/2008  
 Sistema de Coordenadas: Universta Transversa de Mercator - UTM  
 Datum horizontal: South American Datum 69 - SAD69  
 Zona UTM: 22 Sul, Meridiano Central 51°W.  
 Mapeamento Geológico do Brasil, CPRM, 2005  
 Autora: Cláudia Maria Correia Borges Rech

Figura 18 - Mapa de Solos de Camboriú-SC

## d) Clima

Em escala nacional, o clima brasileiro divide-se em três tipos: equatorial, tropical e subtropical.

Sabe-se que o clima corresponde ao “conjunto de fenômenos meteorológicos característicos de uma região que influencia os seres vivos que nela vivem” (ATLAS NATIONAL GEOGRAPHIC, 2008, p. 42).

O clima de Santa Catarina é subtropical e, em função da localização geográfica, é considerado um dos mais amenos do país e o de maior amplitude térmica do Brasil. Há, entretanto, uma classificação dinâmica conexas à circulação atmosférica que se baseia pelos sistemas de massas de ar que influenciam o clima de Camboriú-SC como mTa (Massa Tropical Atlântica), quente e úmida, e a mPa (Massa Polar Atlântica), fria e úmida, originando as frentes.

A originalidade climática proporciona chuvas bem distribuídas durante o ano, verões rigorosos e estações do ano mais definidas, observando um contraste entre as estações de inverno e verão.

Para a compreensão do cenário atual de Camboriú-SC, a análise climatológica foi baseada nos parâmetros de precipitação, temperatura, umidade relativa do ar e vento (Tabela 1). Os dados foram disponibilizados pela EPAGRI/CIRAM (2008).

Tabela 1 – Dados Meteorológicos de Camboriú-SC

Meses	Precipitação (mm)	Temperatura Média		Umidade Relativa do Ar (Média)	Vento (Média) km/h
		Máxima	Mínima		
jan.	215,7	28.5	20.6	86.1	13.9
fev.	257,7	29.5	20.1	90.0	12.0
mar.	160,4	29.3	20.3	89.5	9.5
abr.	202,3	27.1	16.8	92.5	8.7
maio	60,4	25.1	13.5	91.9	10.3
jun.	83,1	21.5	11.8	94.9	9
jul.	41,9	23.6	14.1	96.4	8.7
ago.	99,2	22.5	15.1	93.8	10.2
set.	112	22.4	13.9	91.8	11.5
out.	275,3	24.6	18.0	93.0	12.2
nov.					
dez.					
TOTAL	1508	25.4	16.4	91.9	10.6

Fonte: EPAGRI/CIRAM (2008)

A precipitação total no município de Camboriú-SC, de janeiro a outubro de 2008, foi de 1508 mm. O menor índice pluviométrico ocorreu no mês de julho com 41,9 mm e a precipitação máxima, no mês de outubro correspondendo a 275,3 mm.

A temperatura máxima entre os meses de janeiro e outubro de 2008 ocorreu no mês de fevereiro com 29.5° C, apresentando uma média anual entre os mesmos meses de 25.4° C. A temperatura mínima foi identificada no mês de junho com 11.8° C, sendo a temperatura média, de janeiro a outubro, de 16.4° C. A amplitude térmica entre o maior valor da temperatura máxima e o menor valor da temperatura mínima corresponde a 17.7° C.

Vale destacar que a média da umidade relativa do ar registrada entre os meses de janeiro e outubro de 2008, em Camboriú-SC, foi de 91.9%.

Quanto ao elemento vento, foi avaliada a velocidade média de cada mês, que, somada, foi representada pela média entre os meses de janeiro e outubro de 2008, correspondendo a 10.6 km/h.

A caracterização do clima de Camboriú-SC se destaca como subsídio para a compreensão do cenário atual e como um dos indicadores para a potencialidade turística local.

A diversificação no índice de precipitação anual, a elevada amplitude térmica, a umidade relativa do ar acima de 80% e as brisas locais contribuirão para o planejamento de diferentes segmentos turísticos adequados ao espaço rural e com um diferencial em relação às outras regiões brasileiras.

#### e) Hidrografia

O estudo dos ambientes fluviais no campo científico representa um guia para os gestores territoriais. No âmbito da ciência, a hidrografia é “parte da Geografia Física que estuda as águas correntes, águas paradas, águas oceânicas e as águas subterrâneas” (GUERRA; GUERRA, 1997, p. 336).

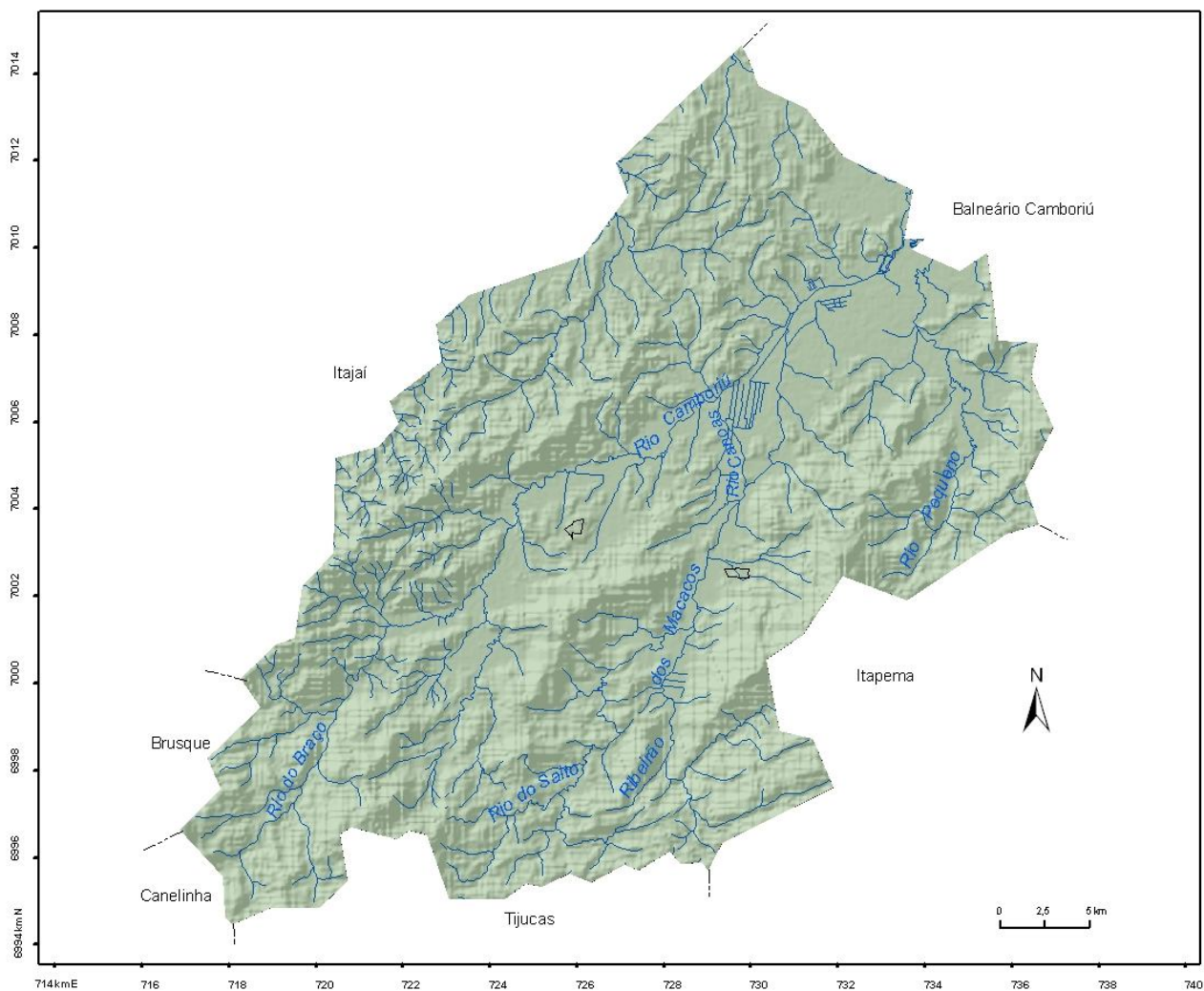
A dinâmica hidrológica estabelece um conjunto de condicionantes em que se concebem a esculturação do relevo, os fenômenos atmosféricos e a própria vida cotidiana. Dentre essas generalidades, as paisagens terrestres se destacam na interdependência desses elementos, designando geologicamente e geomorfologicamente uma marca de potencial às atividades turísticas.



De forma peculiar, o município de Camboriú-SC é banhado pelo sistema de drenagem da vertente do Atlântico e com microbacias originadas nas serras do leste catarinense, cuja rede hidrográfica é constituída pela bacia do rio Camboriú.

Para Laus Neto (1999, p. 37) a bacia do rio Camboriú “abrange uma extensão de 199,8 km<sup>2</sup>”. Sua rede de drenagem é formada pelo Rio do Salto, Rio do Braço, Rio Canoas, Rio Pequeno e Ribeirão dos Macacos. A figura 19 representa a caracterização física da bacia do rio Camboriú.

## MAPA DE HIDROGRAFIA, CAMBORIÚ - SC (2009)



LEGENDA	
	Curso Hídrico
	Recanto das Bromélias
	Cascata do Encanto



Rio Camboriú

Fonte:  
 Levantamento de campo: 2007/2008  
 Sistema de Coordenadas: Universal Transversa de Mercator - UTM  
 Datum horizontal: South American Datum 69 - SAD69  
 Zona UTM: 22 Sul, Meridiano Central 51°W  
 Mapeamento Geológico do Brasil, CPRM, 2005  
 Autora: Cláudia Maria Correia Borges Rech

Área de drenagem	199 km <sup>2</sup>
Comprimento do Rio Principal	33,8 km
Declividade Média	25,45%
Altitude Máxima	735m
Altitude Mínima	0 metros

Fonte: Laus Neto (1999)

Figura 19 - Mapa de Hidrografia de Camboriú-SC

## f) Vegetação

As diversas combinações entre os elementos da dinâmica natural como clima, solo e relevo, classificam as formações vegetais.

A diversidade da flora na vasta extensão do território brasileiro é uma das mais expressivas do globo terrestre. Entretanto, segundo o relatório da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação – FAO (2005), a devastação no Brasil, entre os anos de 2000 a 2005, representou 42% de toda a área florestal destruída no mundo.

Em Camboriú-SC, o principal tipo definido de cobertura vegetal corresponde à Floresta Ombrófila Densa, que se caracteriza como arbórea, perene, latifoliada.

O estrato arbóreo é constituído por um grupo heterogêneo e espécies como Canela-preta (*Ocotea Catharinenses*); Peroba-vermelha (*Aspidosperma Olivaceum*); Canela-fogo (*Cruptocarya Aschersoniana*); Laranja-do-Mato (*Sloanea Guianenses*) e outras. O palmiteiro destaca-se no estrato médio. No estrato arbustivo predominam as Rubiáceas, Palmáceas e Monimiáceas. O estrato herbáceo constitui-se de Pteridófitas, Gramíneas e outras. No interior da Floresta ocorrem epífitas. (GAPLAN, 1986).

A Floresta Ombrófila Densa das planícies aluviais ocorre ao longo dos cursos de água, abrangendo os terraços antigos das planícies quaternárias.

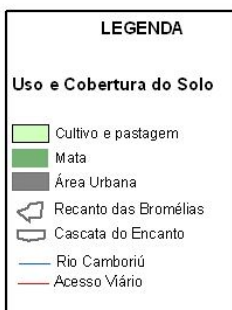
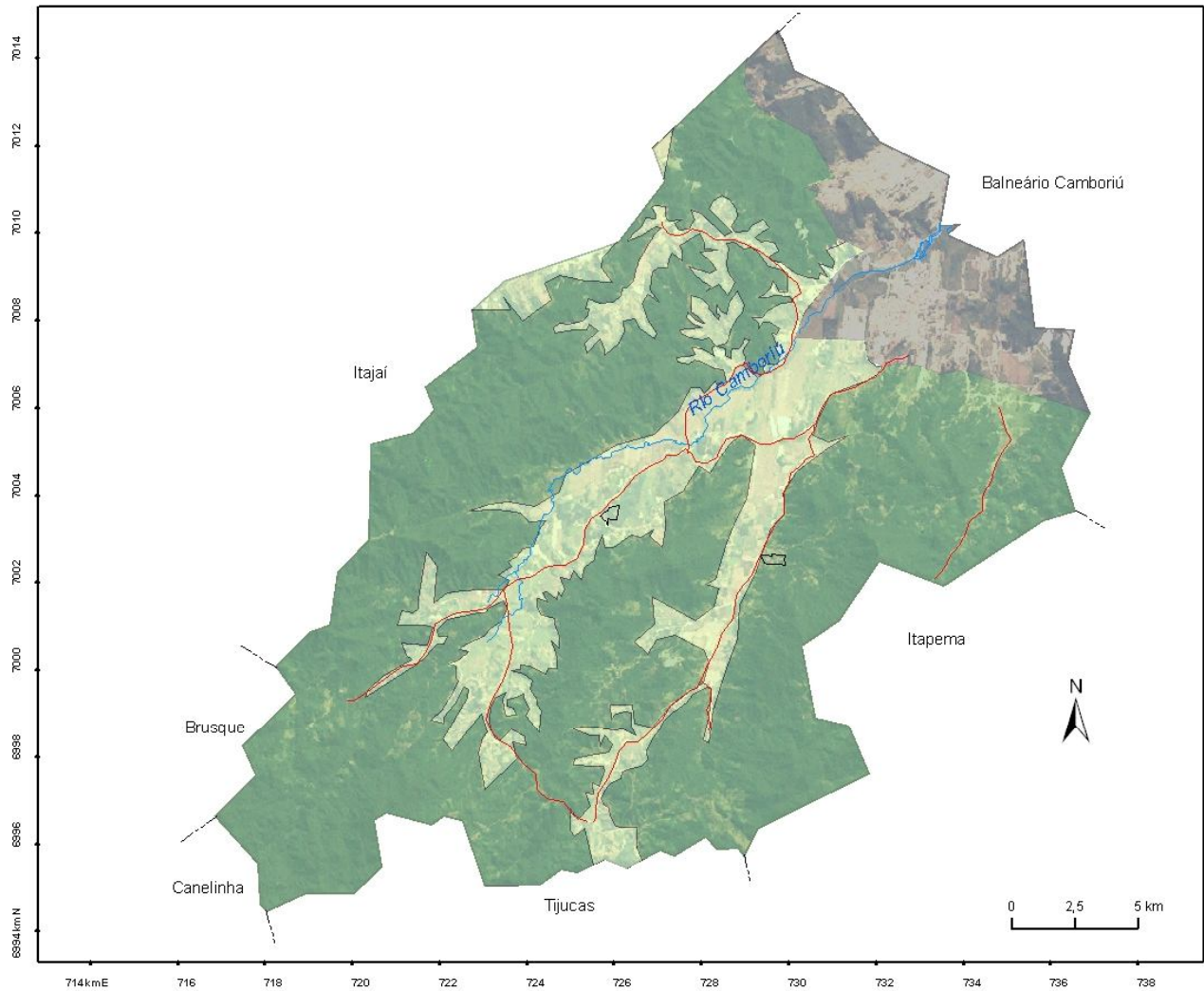
## g) Uso e Cobertura do Solo

O levantamento do uso e cobertura do solo numa determinada área tornou-se um fato imprescindível para o entendimento da organização do espaço. A forma pela qual o espaço está sendo ocupado pelo homem é conhecida como “uso da terra”.

A ordenação do uso e ocupação do solo exige estratégias a partir de uma necessidade básica do conhecimento do espaço físico, pois os dados coletados do espaço geográfico permitirão a compreensão da integração natureza-sociedade, principalmente no que diz respeito a políticas de desenvolvimento de uma localidade.

Um bom sistema de gestão territorial tem que ser composto por um planejamento capaz de atender o uso ordenado do solo. A figura 20 representa o mapa de uso atual do solo de Camboriú-SC, mostrando diferentes coberturas do solo.

## MAPA DE USO E COBERTURA DO SOLO, CAMBORIÚ - SC (2009)



Fonte:  
 Levantamento de campo: 2007/2008  
 Sistema de Coordenadas: Universal Transversa de Mercator - UTM  
 Datum horizontal: South American Datum 69 - SAD69  
 Zona UTM: 22 Sul, Meridiano Central 51°W  
 Mapeamento Geológico do Brasil, CPRM, 2005  
 Autora: Cláudia Maria Correia Borges Rech

Figura 20 - Mapa de Uso e Cobertura do Solo de Camboriú-SC

## h) Aptidão de Uso do Solo

A Bacia do rio Camboriú foi caracterizada a partir das cinco classes da aptidão de uso das terras (UBERTI et al, 1991) atribuídas, conforme Laus Neto (1999), no inventário das terras em bacias hidrográficas – 1. O quadro 16 resume a caracterização.

<b>Classes</b>	<b>Determinação de aptidão</b>	<b>Uso atual</b>	<b>Tipo de paisagem</b>
1	Aptidão boa para culturas anuais	Arroz irrigado	Fundos de Vale Aluviais Colúviais
2	Aptidão regular para culturas anuais	Pastagem	Encostas Colúviais Erosionais
3	Aptidão com restrição para culturas anuais.  Aptidão regular para fruticultura.  Aptidão boa para pastagens e reflorestamento	Reflorestamento  Floresta e Capoeira  Pastagem e Arroz irrigado	Encostas Erosionais Colúviais  Fundos de Vale Aluviais Colúviais  Terraços Marinhos
4	Aptidão com restrições para fruticultura. Aptidão regular para pastagens e reflorestamento	Campo, Floresta	Encostas Erosionais  Encostas Erosionais Colúviais
5	Preservação Permanente  Impróprias para uso com culturas anuais	-	Encostas Erosionais

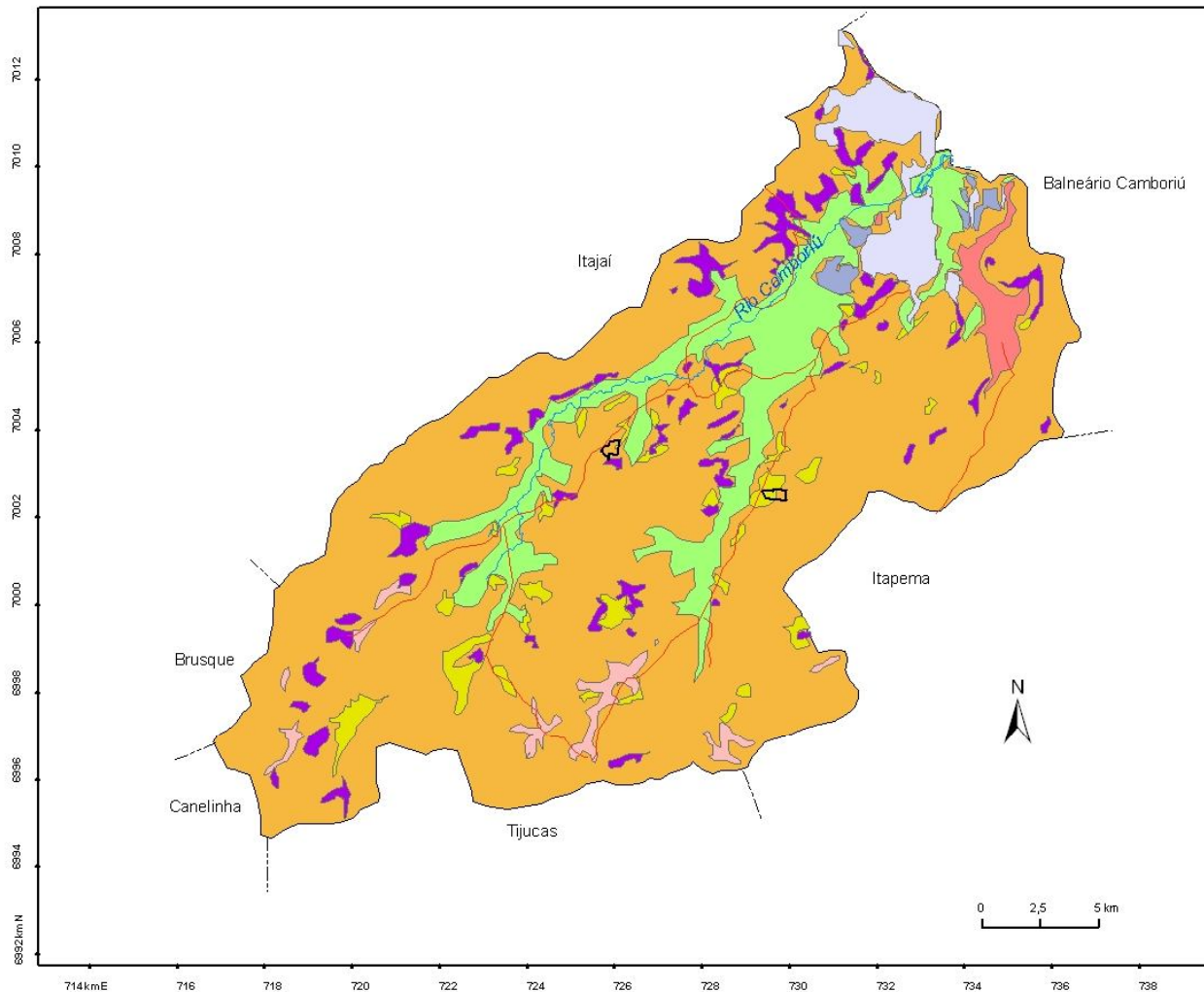
Quadro 16 – Classes da aptidão de uso das terras de Camboriú-SC

Fonte: Uberti et al (1991).

Nota-se que o cultivo de arroz irrigado predomina nos fundos de vale aluviais colúviais, onde a baixa altitude e a proximidade dos rios favorecem os alagamentos e o desenvolvimento da cultura.

As principais áreas de conflito de uso encontram-se nas encostas erosionais com fatores de limitações como o relevo, a pedregosidade e suscetibilidade à erosão. O uso atual das terras é definido por florestas nativas, capoeirão e pastagens, incluindo aptidão com restrições para fruticultura. O mapa de Aptidão de Uso das Terras (figura 21) exemplifica as potencialidades do uso do solo.

## MAPA DE APTIDÃO AGRÍCOLA, CAMBORIÚ - SC (2009)



### LEGENDA

- Área Urbana
- Classe 1 - Fundo de Vale Aluvial Coluvial
- Classe 2 - Encosta Coluvial Erosional
- Classe 2 - Terraços Aluviais - Fluviais
- Classe 3 - Fundo de Vale Coluvial Erosional
- Classe 3 - Encosta Erosional Coluvial
- Classe 3 - Terraços Marinheiros
- Classe 4 - Encosta Erosional
- Rio Camboriú
- Acesso Viário
- Recanto das Bromélias
- Cascata do Encanto

### CLASSE DA APTIDÃO DE USO DAS TERRAS

CLASSE 1	Para arroz irrigado
CLASSE 2	Por declividade, fertilidade, profundidade e drenagem
CLASSE 3	Em areia quartzosa, por declividade e pedregosidade
CLASSE 4	Por declividade e susceptibilidade à erosão
CLASSE 5	Por declividade

Fonte: Epagri, 1999

Fonte:  
 Levantamento de campo: 2007/2008  
 Sistema de Coordenadas: Universal Transversa de Mercator - UTM  
 Datum horizontal: South American Datum 69 - SAD69  
 Zona UTM: 22 Sul, Meridiano Central 51°W.  
 Mapeamento Geológico do Brasil, CPRM, 2005  
 Autora: Cláudia Maria Correia Borges Rech

Figura 21 - Mapa de Aptidão Agrícola de Camboriú-SC

Como prognóstico da área, é importante que se analise o enfoque da sustentabilidade, com manejo adequado do solo. O uso de metodologias por parte dos gestores municipais é imprescindível, no que diz respeito às áreas de preservação permanente, às áreas ocupadas com culturas anuais, pastagens e outros, face à utilização de uso e cobertura do solo.

Da leitura do espaço geográfico emerge uma reflexão epistemológica acerca de um conjunto de saberes correlacionados ao contexto natural e socioambiental.

A dimensão natureza-sociedade interage métodos de conhecimentos e estabelece novas formas de pesquisar o mundo, partindo de uma concepção sistêmica. Este processo complexo rompe os postulados clássicos da Geografia e inclui a sociedade como agente no contexto do ambiente.

Nesta perspectiva, as áreas protegidas constituem pontos estratégicos de apreciadores da natureza, incluindo o fluxo de turistas.

Para tanto, as questões de compatibilização de uso levam a administração municipal a aperfeiçoar as condições de atendimento e infraestrutura que precisam ser implementadas para atender as exigências da demanda turística.

Ressalte-se que os atrativos naturais do município de Camboriú-SC são evidenciados no espaço rural e a extensão da interação da complexidade social com a dinâmica da natureza esboça análises quanto ao uso sustentável do lugar.

O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC (BRASIL, 1988), instituído pela Lei nº. 7661, de 16 de maio de 1988, e aprovado pela Resolução nº. 1 do Ministério da Marinha, em 21 de novembro de 1990, define as competências da União, dos Estados e dos Municípios quanto à gestão do macrozoneamento costeiro do Brasil. A Lei Estadual nº 13553/2005, institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Os municípios costeiros devem integrar-se num programa de planejamentos estratégicos, principalmente quando em sua área territorial apresentarem uma área de Proteção Ambiental.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, criado pela Lei nº. 9985 (BRASIL, 2000) aborda como área de proteção ambiental uma unidade de uso sustentável, na qual se procura compatibilizar a conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais e assegurar a sustentabilidade de parte destes recursos, tanto em áreas privadas quanto em terras públicas.



É importante destacar que o SNUC elenca como um de seus objetivos: “promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento” (artigo 4º, incisos IV e V).

O advento da lei do SNUC (BRASIL, 2000), artigo 15, apresenta a Área de Proteção Ambiental – APA como “uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, estéticos ou culturais [...]”.

Dentro de parâmetros de um planejamento ambiental, Camboriú-SC, na Categoria APA, apresenta como Unidade de Conservação a Área de Proteção Ambiental Municipal do Morro do Gavião, instituída pela Lei nº. 1343 de 1999.

Assim, dotados de grandes áreas que merecem ser protegidas, o Morro do Gavião e outras áreas não instituídas legalmente como Unidades de Conservação são sujeitas a muitos conflitos de uso. Ambientalistas, comunidade e o poder público devem promover parcerias quanto ao compromisso de conservação dos recursos, pautados por meio de um processo aberto e consciente em relação ao ecossistema existente.

A atenção sobre as atividades turísticas na transformação do ambiente estabelece um complexo processo quanto à conservação dos recursos naturais municipais e sua adequação à legislação ambiental federal e estadual.

O quadro 17 apresenta uma síntese para a prática da gestão territorial quanto às Áreas de Preservação Permanente.

<b>ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE</b>		
<b>LEI</b>	Vegetações limítrofes dos Cursos d'água e lagoas	Floresta Ombrófila Densa e Vegetação Estágio Avançado
Código Florestal (Lei 4771/65) Artigo 2º	Corresponde à vegetação de preservação permanente de 30m de largura em torno dos cursos d'água de menos de 10m de largura.	Considera de preservação permanente as florestas e vegetação situadas no topo dos morros, montes, montanhas e serras, nas encostas ou parte destas, com declividade superior a 45º, equivalente a 100% na linha de maior declive.
Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro Artigo 8º.	Enquadram-se como Zona de Preservação Permanente as vegetações situadas ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto, em faixa marginal, conforme limites previstos no Código Florestal [...] e ainda ao redor de lagoas, lagunas ou reservatórios naturais ou verticais, desde o seu nível mais alto medido horizontalmente em faixa marginal cuja largura mínima será de 30m para os que estejam situados em áreas rurais. Nos manguezais, em toda sua extensão.	Enquadram-se na Zona de Preservação Permanente as florestas e demais formas de vegetação situados no topo de morros e serras, em área delimitada a partir da curva de nível correspondente a 2/3 e em altitude superiores à cota de 100m, na faixa de 2000m, a partir do mar.

Quadro 17 – Legislação Federal e Estadual – Área de Preservação Permanente  
Fonte: Código Florestal (1965); Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (1998)

Por sua vez, pela extensão territorial do espaço rural de Camboriú-SC verifica-se a escassez de Unidades de Conservação e até limites não bem definidos. Em contrapartida, as características ecológicas do território proporcionam o desenvolvimento turístico, emergindo discussões sobre a unicidade e práticas de sustentabilidade entre a natureza e a sociedade.

### 3.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A caracterização da demografia e dos aspectos econômicos de Camboriú-SC apresenta marcas na paisagem definidas pela forma de ocupação e disposição dos elementos como distribuição da população, acesso viário, produção agrícola e outros especialmente identificados pelo território.

No quadro humano, o recenseamento desponta como um instrumento de planos estratégicos para políticas locais e viabiliza um refinamento dos elementos-chave (quadro 18) de interpretação para o desenvolvimento turístico.

QUADRO HUMANO	
População Absoluta	41.445 hab. (2000) 53.388 hab. (2007) 56.315 hab. (2008)
População Relativa	261,9 hab/km <sup>2</sup>
População Urbana	39.427 (2000)
População Rural	2.018 (2000)
IDH	0,764 (2000) Brasil (0,800)
Natalidade	16‰ (2007)
Mortalidade	9‰ (2007)
Crescimento Vegetativo	7‰ ou 0,7% (2007)

Quadro 18 – Aspectos Humanos de Camboriú-SC

Fonte: IBGE (2008).

No contexto geral, a distribuição geográfica do território brasileiro é irregular. Atualmente, os fatores históricos e socioeconômicos permitem reflexões acerca da ocupação do território, sobressaindo-se os fatores naturais.

Camboriú-SC apresenta uma densidade demográfica de 261,9 hab/km<sup>2</sup> tornando-se uma área povoada, contrastando com o Brasil, de apenas 22,18 hab/km<sup>2</sup>.

Em termos gerais, a população absoluta do município continua crescendo e o crescimento vegetativo tem apresentado declínio, avaliado pelo saldo da taxa de natalidade e mortalidade. Logo, o comportamento demográfico caracterizado pela diminuição do índice de crescimento natural é verificado pelo declínio gradual da taxa

de natalidade e a relação com os melhores índices de Desenvolvimento Humano - IDH.

As estatísticas revelam que os índices de mortalidade e natalidade em queda proporcionam a evolução de adultos e idosos em relação à de jovens. Desta forma, o planejamento do turismo deve absorver ferramentas mercadológicas em consonância com o público-alvo.

A figura 22 representa o IDH dos municípios integrantes da Costa Verde e Mar.

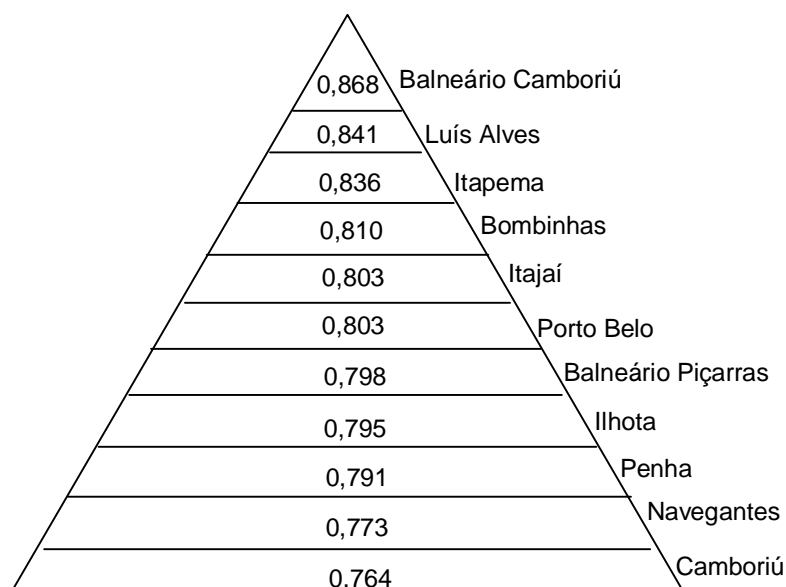


Figura 22 - IDH da Costa Verde e Mar  
Fonte: PNUD (2000)

O Índice de Desenvolvimento Humano é baseado em três níveis: expectativa de vida, taxa de alfabetização e produto interno bruto (PIB) per capita. Para análise das condições de vida da população, o indicador oscila de 0 a 1. Para tanto, quanto mais alto o indicador, melhores são as condições de vida do respectivo lugar.

Verifica-se que a Costa Verde e Mar apresenta um IDH que varia de médio a alto, possibilitando um potencial significativo para o desenvolvimento das atividades turísticas, incluindo neste contexto, o município de Camboriú-SC.

Quanto às atividades econômicas de Camboriú-SC, o setor agropecuário se destaca como uma parcela da população economicamente ativa.

A estrutura fundiária do espaço rural de Camboriú-SC, conforme o Censo Agropecuário (IBGE, 2006) classifica-se em pequenas propriedades compostas por 315 estabelecimentos agropecuários, representando 9001 hectares. Há 59 estabelecimentos com lavouras temporárias.

As pastagens naturais correspondem a 222 estabelecimentos enquanto as matas e florestas, a 218 estabelecimentos.

A atividade agrícola predominante é o cultivo de arroz irrigado. Sendo produzidos também milho, banana e outros. O município dispõe, ainda, de jazidas de granito e mármore.

O Setor Secundário em Camboriú-SC, conforme IBGE (2006) está estruturado em 9 unidades locais de indústrias extrativas (58 assalariados), 280 unidades em indústrias de transformações (1174 assalariados), 86 unidades locais de construções (182 assalariados). Observa-se pequena absorção de mão de obra no ramo de atividade econômica no município. Há carência no setor de especialidades profissionais no que tange ao nível tecnológico e à função de segmento na economia.

Expressivamente, o setor terciário destaca-se no município de Camboriú-SC. Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (IBGE, 2006) correspondem a 931 unidades (1521 assalariados); alojamentos e alimentação ocupam 140 estabelecimentos (89 assalariados); transporte, armazenamento e comunicação ocupam 69 unidades (138 assalariados); intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados, com 6 unidades (68 assalariados); atividades imobiliárias e serviços prestados às empresas com 136 unidades (184 assalariados); Administração Pública, defesa e seguridade social, com 2 unidades.

Assim, como indicador socioeconômico, o PIB reflete a riqueza gerada pela economia, tendo a seguinte distribuição no município: agropecuária (R\$7.231); indústria (R\$45.320) e serviços (R\$175.776).

As estatísticas relativas à educação evidenciam 21 unidades locais (74 assalariados); saúde e serviços sociais, com 19 unidades (124 assalariados) e outros.

Quanto ao saneamento básico, segundo o Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB (2008), Camboriú-SC apresenta 93,15% das famílias cadastradas no meio rural sem tratamento de água, 92,14% utilizam a nascente como abastecimento de água, 82% utilizam fossa e 88,31% beneficiam-se da coleta de lixo.

De modo a reforçar os dados elencados no ambiente socioeconômico, o município de Camboriú-SC necessita traçar estratégias e implementar ações ligadas aos ramos de atividades econômicas, desde as matérias-primas utilizadas na construção civil até as condições de saneamento básico que possam vir comprometer a destinação turística.

## **CAPÍTULO 4**

### **SUBSÍDIOS PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO LOCAL: ANÁLISE DE DADOS E RESULTADOS**

#### **PARTE 1 - O CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO COMO FERRAMETA PARA O PLANEJAMENTO TURÍSTICO**

As formas de uso do solo rural trazem um cenário diferenciado no século XXI, com fortes indícios de fragilidade, destacando as condições de vida da população rural em relação à estrutura fundiária.

Atualmente, a configuração territorial do espaço rural de Camboriú-SC aponta uma “nova paisagem” constituída por alternativas socioeconômicas, incluindo o turismo. Nota-se que as atividades agrícolas tradicionais estão sendo substituídas por outras explorações econômicas, alterando a geração de renda e o tipo de ocupação do território.

De modo geral, a forma de ocupação de um espaço relaciona-se com as circunstâncias históricas para o conhecimento das formas presentes. Assim, na história do município de Camboriú-SC, verificou-se que a descoberta pela terra fértil e a implantação de empreendimentos agrícolas marcaram o início do povoamento do lugar. Portanto, os elementos visuais que hoje compõem a paisagem não se resumem às atividades agrícolas.

A composição entre as atividades agrícolas e não agrícolas no município de Camboriú-SC representa um traço característico da fragilidade nas formas de ocupação do solo e nas relações de trabalho nas propriedades convencionais. Nos moldes de pequena propriedade familiar de subsistência, o turismo entrelaça o espaço geográfico correlacionando as atividades agrárias, porém sobrepondo-se atualmente pelo grau de naturalidade oferecida pela região, com ecossistemas ricos em biodiversidade. Há que se considerar a presença de imóveis rurais de lazer e hospedagem, evidenciando a paisagem como recurso turístico.

Desta forma, para a compreensão da dinâmica dos processos que envolvem o desenvolvimento rural, coloca-se como de suma importância a utilização do Cadastro Técnico Multifinalitário como uma ferramenta para a gestão pública e para a comunidade.

Do ponto de vista estratégico, o Cadastro Técnico Multifinalitário Rural promove o conhecimento da real estrutura fundiária através da articulação de variáveis que possam proporcionar benefícios aos proprietários na produtividade e rentabilidade de suas terras e, concomitantemente, às esferas administrativas para o processo de gerenciamento territorial.

A partir desta perspectiva, a parte 1, em forma de coletânea, apresenta o resultado da estruturação do Sistema Turístico Cadastral Territorial no espaço rural de Camboriú-SC, em torno de um protótipo referencial para aplicação em diversas áreas do conhecimento.

#### 4.1 SISTEMA TURÍSTICO CADASTRAL TERRITORIAL: PROTÓTIPO REFERENCIAL

A complexidade da delimitação entre o urbano e o rural, definida pelo uso do solo e pelo critério de localização, gera para o Brasil a necessidade cada vez maior da implantação de um cadastro técnico multifinalitário.

A realidade da ocupação territorial brasileira aponta áreas ainda sem legalização da propriedade e, pela dimensão longitudinal, notam-se áreas sem títulos públicos e oportunos para a invasão da população e desenvolvimento de atividades socioeconômicas.

O incremento demográfico brasileiro é caracterizado pelo crescimento vegetativo que, apesar do declínio no último censo brasileiro em 2000 (crescimento natural de 1,63%), comparado aos dados de 2,35% (1950); 2,90% (1960); 2,89% (1970); 2,49% (1980) e 1,89% (1991), ainda é considerado um percentual intermediário no ciclo de transição demográfica em relação aos países desenvolvidos, que possuem taxas de natalidade e de mortalidade baixas, com um crescimento vegetativo pequeno. Desta forma, a situação do aumento populacional do Brasil proporciona uma demanda de ocupação territorial que necessita de legalidade e de adequado aproveitamento econômico, além da função social da propriedade.

A utilização do cadastro como registro, no Brasil, com finalidades apenas fiscais, chama a atenção de estudos científicos que contribuam para um sistema de informações territoriais que sirvam de subsídios para a gestão municipal.

É como iniciar a sustentação de uma casa a partir do seu alicerce à base central, objetivando a associação de um grupo de elementos, interligados para um determinado fim.

A multifinalidade reforça a importância das prefeituras municipais adotarem registros técnicos da propriedade e prestarem uma atenção ao espaço rural, no que diz respeito ao limite legal do imóvel.

Na busca de alternativas para o reconhecimento territorial, e na perspectiva de investimentos para estratégias de captação de novos segmentos para os municípios, sugere-se uma nova terminologia aos estudos dos espaços rurais ligados às atividades turísticas: o Sistema Turístico Cadastral Territorial, aplicado ao caso do espaço rural de Camboriú-SC.

Considerando o sistema como um conjunto de elementos que se interagem, na concepção do turismo, o sistema turístico é caracterizado como dinâmico e estruturado com abordagens multidisciplinares, proporcionando estudos de referências comuns. Nesta configuração, Beni (2006, p. 46) relata que “assim fizeram Pierre Lainé, em ‘Utilização da teoria de sistemas para a organização de turismo’,[...] e Alberto Sessa, em ‘A ciência dos sistemas para os planos regionais de desenvolvimento turístico’.”

A complexidade do fenômeno turístico, considerado uma das importantes atividades socioeconômicas do globo, implica na necessidade de um sistema de informações do território através de um critério contínuo e integrado, envolvendo levantamento dos imóveis rurais, investigação da análise cadastral das propriedades rurais, os componentes do turismo, o planejamento participativo e a investigação da análise da paisagem.

No Sistema Turístico Cadastral Territorial, cada componente possui indicadores próprios com parâmetros de investigação, porém correlacionados através de um sistema aberto e integrado na dinâmica do processo. De forma geral, o estudo específico de cada componente dá-se em função de possuir, também, as suas inter-relações, favorecendo a compreensão por parte dos pesquisadores na complexidade do sistema global.

A figura 23 destaca o protótipo referencial do estudo aplicado no espaço rural de Camboriú-SC.



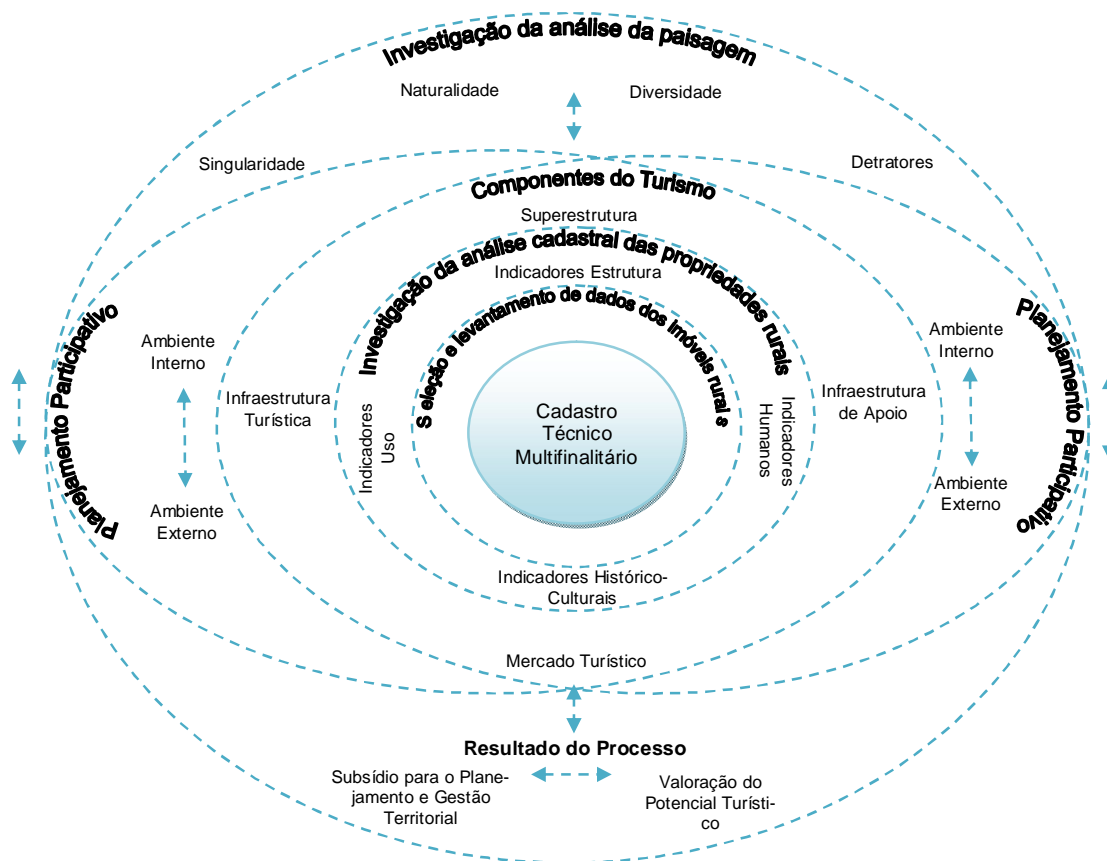


Figura 23 – Sistema Turístico Cadastral Territorial  
Fonte: Rech (2009)

A figura sumariza os eixos temáticos e as análises do Sistema Turístico Cadastral Territorial enquadrado no princípio sistêmico. O propósito da investigação foi buscar informações em dimensões conceituais e práticas do Cadastro Técnico Multifinalitário municipal correlacionado ao turismo, para que cada dado exista uma única vez no sistema e distribuído para diversas instituições.

O cruzamento das informações, principalmente como eles vão ser representados geometricamente, deve associar-se, posteriormente, a uma estrutura maior para que o sistema se torne funcional.

Para a compreensão do protótipo referencial, a tese foi estruturada na lógica do pensamento científico, conforme a figura 24.

### LÓGICA DO PENSAMENTO CIENTÍFICO PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

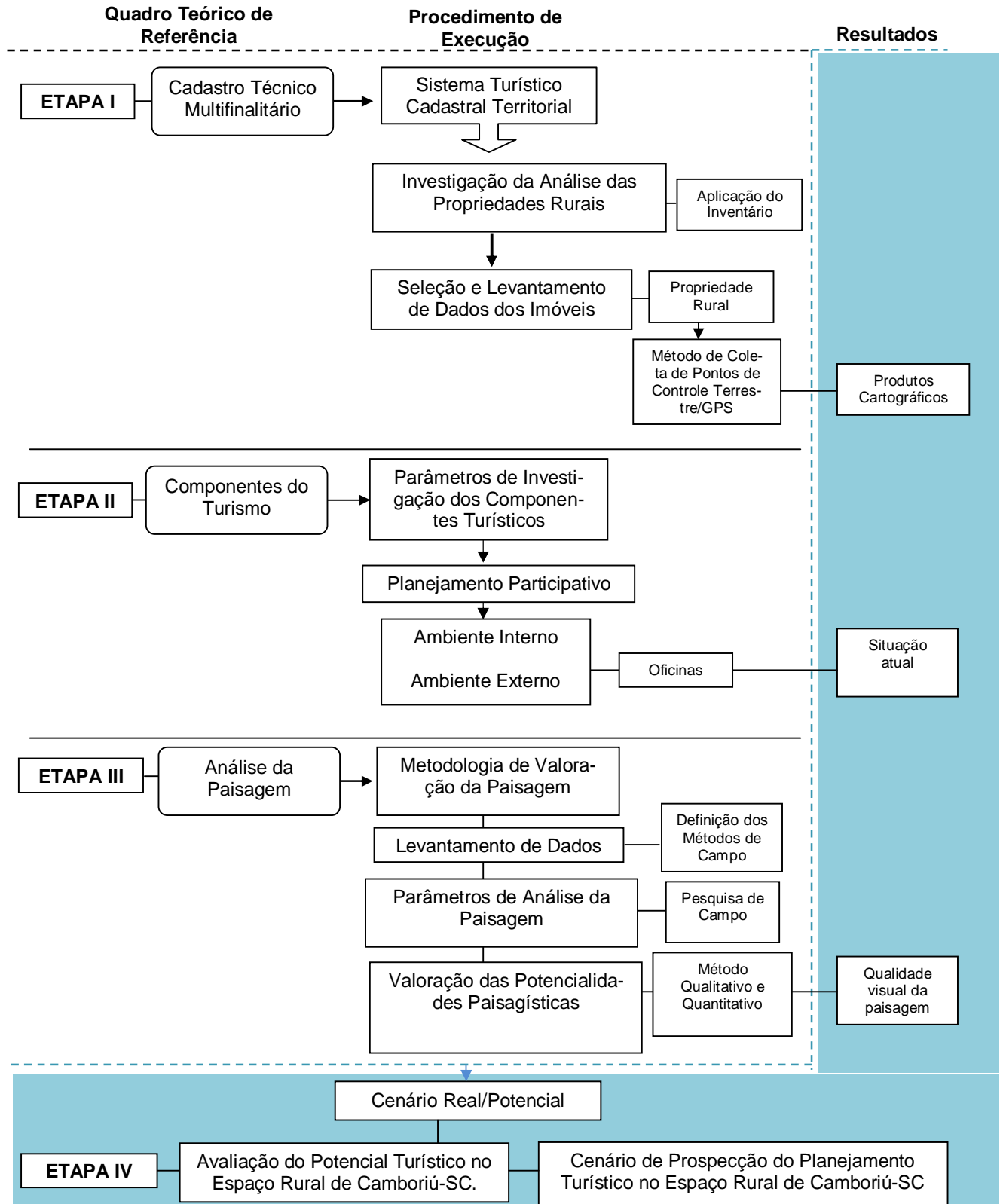


Figura 24 – Lógica do Pensamento Científico  
Fonte: Rech (2009)

## 4.2 METODOLOGIA DE ANÁLISE CADASTRAL DAS PROPRIEDADES RURAIS EM ESTUDO, CAMBORIÚ-SC.

A necessidade de correlacionar os estudos turísticos ao Cadastro Técnico Multifinalitário como ferramenta de informações para a gestão territorial, a metodologia de análise cadastral das propriedades rurais pesquisadas no município de Camboriú-SC foi representada por meio de quatro etapas: reconhecimento do objeto de estudo; seleção das propriedades rurais; método de coleta de pontos de controle terrestre; representação de dados espaciais.

A figura 25 apresenta as etapas da análise cadastral das propriedades rurais de Camboriú-SC.

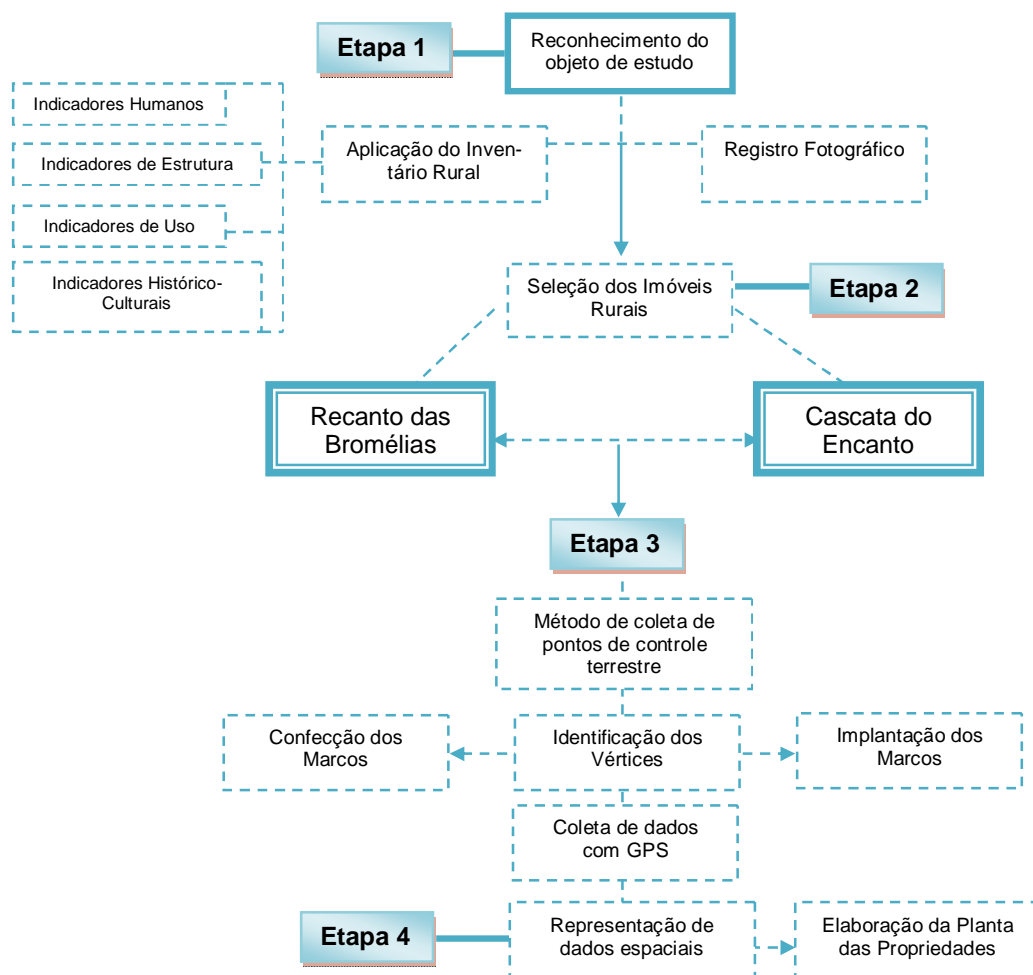


Figura 25 – Critérios de análise cadastral das propriedades  
Fonte: Rech (2009)

O reconhecimento do objeto de estudo objetivou a primeira etapa da Metodologia Cadastral com a aplicação do inventário rural (apêndice A) através de parâmetros de investigação das propriedades rurais localizadas no espaço rural de Camboriú-SC.

Para a caracterização das propriedades rurais foi utilizado como base o boletim cadastral do INCRA, com adaptações. As diretrizes seguiram procedimentos de acordo com os eixos temáticos propostos dentre eles: os indicadores humanos, os indicadores de estrutura, os indicadores de uso e os indicadores histórico-culturais.

#### a) Indicadores Humanos: dados pessoais e de relacionamento

O desenvolvimento da pesquisa de campo baseado na entrevista como técnica de coleta de dados foi sistematizada no espaço rural de Camboriú-SC, abrangendo as localidades de Braço, Caetés, Limeira, Macacos, Rio do Meio, Rio Pequeno, Santa Luzia e Vila Conceição.

A distribuição do estudo estabeleceu-se com 20 propriedades rurais sendo 10 equipamentos turísticos e 10 equipamentos não turísticos.

A aplicação do inventário seguiu as abordagens metodológicas de natureza quantitativa e qualitativa. É importante relatar que a frequência não foi igualitária a todas as localidades<sup>18</sup>, justificada pela concentração dos equipamentos turísticos no espaço rural de Camboriú-SC. Assim, o modelo mostrou-se funcional para a finalidade da pesquisa e pelo processamento computacional compatível. A tabela 2 desenha a área do plano amostral.

---

<sup>18</sup> As localidades foram delimitadas no espaço rural de Camboriú-SC, com base no zoneamento aplicado ao estudo da paisagem, analisado na terceira parte desse capítulo.

Tabela 2 – Área delimitada para Aplicação do Inventário Rural, Camboriú-SC

Localidade	Equipamentos Turísticos		Equipamentos Não Turísticos	
	F	%	F	%
Braço	0	0	2	20
Caetés	1	10	1	10
Limeira	1	10	1	10
Macacos	4	40	1	10
Rio do Meio	1	10	1	10
Rio Pequeno	1	10	1	10
Santa Luzia	1	10	1	10
Vila Conceição	1	10	2	20
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Fonte: Rech (2009)

Nota-se que o maior número de equipamentos turísticos encontra-se na localidade de Macacos (Centro de Lazer Cascata do Encanto, Portal das Pedras, Pesque e pague Paraíso da Pesca, Sítio e Pousada do Betel), representando 40% dos empreendimentos turísticos, seguido de um equipamento turístico na localidade de Caetés (Fazenda San Diego), um equipamento turístico na localidade de Limeira (Espaço Rural Clarear), um equipamento turístico na localidade de Rio do Meio (Pesque e Pague Açanã), um equipamento turístico na localidade do Rio Pequeno (Pousada Rural Parque das Tucaneiras) e um equipamento turístico na localidade da Vila Conceição (Cachoeira Seca), correspondendo a 10% em cada localidade. Na localidade de Braço não há equipamentos turísticos.

Outras 10 propriedades entrevistadas foram classificadas como equipamentos não turísticos, envolvendo a participação da comunidade no processo. A localidade de Braço participou com duas propriedades (20%) e a localidade de Vila Conceição, com duas propriedades (20%). Nas outras localidades (Caetés, Limeira, Macacos, Rio do Meio, Rio Pequeno e Santa Luzia), foram realizadas entrevistas em uma propriedade em cada localidade, sendo a representativa na dimensão do espaço.

A observação direta e intensiva de pesquisa proporcionou, nos indicadores humanos, o cadastro do perfil dos entrevistados incluindo o sexo, faixa etária, naturalidade, tempo de residência, escolaridade, condição da pessoa na propriedade rural, renda familiar, atividade profissional e atividade econômica.

Quanto ao número total de entrevistados, a população masculina predominou, correspondendo a 80% nas propriedades rurais destacadas por equipamentos não turísticos.

Percebe-se que o percentual em destaque ao sexo masculino coincide com o direcionamento da entrevista voltada ao proprietário do estabelecimento. A tabela 3 representa o contexto.

Tabela 3 – Sexo dos Entrevistados, Camboriú-SC

Sexo	Equipamentos Turísticos		Equipamentos Não Turísticos	
	F	%	F	%
Masculino	8	80	9	90
Feminino	2	20	1	10
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Fonte: Rech (2009)

No espaço rural de Camboriú-SC, os entrevistados apresentam uma faixa etária predominante acima de 41 anos. O maior percentual (50%) encontra-se na idade entre 51 anos e 60 anos, conforme a pesquisa realizada em equipamentos turísticos e na idade entre 41 anos e 50 anos (50%) em equipamentos não turísticos. A tabela 4 faz uma demonstração da faixa etária entrevistada.

Tabela 4 – Faixa etária dos entrevistados, Camboriú-SC

Idade	Equipamentos Turísticos		Equipamentos Não Turísticos	
	F	%	F	%
20  -- 30	2	20	0	0
30  -- 40	1	10	3	30
41  -- 50	1	10	5	50
51  -- 60	5	50	1	10
Acima 60	1	10	1	10
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Fonte: Rech (2009)

Outro enfoque importante na pesquisa foi o lugar de naturalidade dos entrevistados.

Percebe-se que, dos proprietários entrevistados no espaço rural de Camboriú-SC, 90% (donos de equipamentos turísticos) e 60% (donos de não equipamentos turísticos) nasceram em Santa Catarina.

Para o contexto turístico, é importante destacar o percentual apresentado à naturalidade para o estado catarinense. A significância do lugar gera uma vertente de análise quando a origem de todas as atividades e o patrimônio é consolidada ao local de nascimento, mesmo que seja numa dimensão espacial estadual. Veja a tabela 5.

Tabela 5 – Naturalidade dos entrevistados, Camboriú-SC

Naturalidade	Equipamentos Turísticos		Equipamentos Não Turísticos	
	F	%	F	%
SC	9	90	6	60
PR	0	0	1	10
RS	1	10	2	20
Outros	0	0	1	10
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Fonte: Rech (2009)

O tipo de envolvimento e experiência que o indivíduo tem com o ambiente em que vive encontra-se além da localização geográfica. A topofilia<sup>19</sup> ao lugar ao qual está integrado permitiu ser avaliado a partir do tempo de residência verificado pela pesquisa.

Observa-se que existe uma relação do índice de naturalidade com o tempo de residência. Nos equipamentos turísticos, 50% dos proprietários vivem acima de 20 anos no lugar e nas propriedades rurais que compõem as pesquisas na comunidade, 60% dos proprietários também vivem acima de 20 anos na localidade. A tabela 6 aborda os aspectos dessa questão.

<sup>19</sup> O modo pelo qual se vive o mundo e a relação necessária que se tem e se encontra na vida diária requerem um envolvimento do indivíduo em suas emoções. Quando as relações são afetivas, agradáveis, elas são experiências de topofilia.

Tabela 6 – Tempo de residência dos entrevistados, Camboriú-SC

Tempo de Residência	Equipamentos Turísticos		Equipamentos Não Turísticos	
	F	%	F	%
1 a 5 anos	3	30	1	10
6 a 10 anos	1	10	1	10
11 a 15 anos	1	10	1	10
16 a 20 anos	0	0	1	10
Acima 20 anos	5	50	6	60
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Fonte: Rech (2009)

O nível de escolaridade dos proprietários como parte do perfil do entrevistado possibilitou uma avaliação sobre a qualidade educacional dos residentes do espaço rural de Camboriú-SC.

As entrevistas aplicadas nos equipamentos turísticos mostraram que 20% dos proprietários apresentam educação superior completa e 30%, educação superior incompleta. A totalidade de 50% dos entrevistados envolvendo o nível superior demonstra o alto índice de indivíduos que revelam um grau de informação sistematizada no âmbito acadêmico.

As entrevistas junto à comunidade apontaram um índice elevado de entrevistados que nunca estudou, representando 50% com ensino fundamental incompleto. Portanto, é relevante pontuar que a convivência e a participação com o lugar não podem deixar de ser ressaltadas como ponto de referência aos estudos turísticos. A interpretação que a população rural revela sobre seu espaço, mesmo com baixo percentual de escolaridade, cria um sistema semântico ao ambiente e que contribuirá para os resultados finais do pesquisador quanto aos aspectos teóricos e práticos do estudo proposto. A contraposição dos índices pode ser analisada na tabela 7.



Tabela 7 – Escolaridade dos entrevistados, Camboriú-SC

Escolaridade	Equipamentos Turísticos		Equipamentos Não Turísticos	
	f	%	f	%
Não estudou/ Ensino Fundamental incompleto	2	20	5	50
Ensino Fundamental completo	1	10	0	0
Ensino Médio completo	2	20	2	20
Superior completo	2	20	2	20
Superior incompleto	3	30	1	10
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Fonte: Rech (2009)

A condição de proprietário, parceiros, arrendatários, assalariados permanentes, assalariados temporários corresponderam a outro ponto relevante da pesquisa de campo, identificando o vínculo ou tipo de relacionamento das pessoas no imóvel rural.

A coleta de dados apresenta que 80% dos entrevistados nos equipamentos turísticos detêm o imóvel rural, na condição de proprietário. As entrevistas nas comunidades revelam 50% de proprietários do imóvel rural.

As estatísticas, ainda, revelam 40% dos entrevistados com relação de assalariados permanentes no imóvel rural (comunidade) e 20% nos equipamentos turísticos. Esses índices demonstraram que as atividades realizadas nas propriedades não são efetuadas diretamente pelos proprietários.

A condição de parceiros surgiu em apenas uma entrevista realizada com a comunidade (10%), onde o entrevistado explora o imóvel rural, no todo, remunerando o proprietário com um percentual da produção alcançada.

A tabela 8 informa os dados explicitados.

Tabela 8 – Condição da Pessoa no Imóvel Rural, Camboriú-SC

Condição da Pessoa no Imóvel Rural	Equipamentos Turísticos		Equipamentos Não Turísticos	
	f	%	f	%
Proprietário	8	80	5	50
Parceiro	0	0	1	10
Arrendatário	0	0	0	0
Assalariado Permanente	2	20	4	40
Assalariado Temporário	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Fonte: Rech (2009)

## b) Indicadores de Estrutura e Socioeconômicos

A pesquisa de campo destinou-se também à coleta de dados sobre a estrutura do imóvel rural e aos aspectos socioeconômicos, adaptados ao boletim de cadastro utilizado pelo INCRA.

As questões relativas à estrutura basearam-se no tipo de imóvel rural, área do imóvel, forma de aquisição do imóvel, ano de aquisição e construção existente.

Quanto aos aspectos socioeconômicos, foi destacada a atividade profissional dos entrevistados, a renda familiar e a atividade econômica dos entrevistados. Ainda, no eixo da seção, foram enfocados no estudo as condições de saneamento básico local, envolvendo abastecimento de água, formas de utilização da água, lixo, contenções, formas de coleta e seu destino final.

No espaço rural de Camboriú-SC, foram identificados cinco tipos de equipamentos turísticos (lazer, eventos, pousada, pesque e pague, haras). A pousada se destaca com 50% dos equipamentos, seguida de áreas de lazer, com 20%.

Nos equipamentos não turísticos, 100% das atividades das propriedades rurais estão ligadas ao setor primário (agricultura, pecuária). A tabela 9 representa o tipo de imóvel classificado na coleta de dados.

Tabela 9 – Tipos de imóveis rurais, Camboriú-SC

Tipo de Imóvel Rural	Equipamentos Turísticos		Equipamentos Não Turísticos	
	f	%	f	%
Lazer	2	20	0	0
Eventos	1	10	0	0
Pousada	5	50	0	0
Pesque e Pague	1	10	0	0
Haras	1	10	0	0
Equipamento não turístico	0	0	10	100
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Fonte: Rech (2009)

De modo a identificar a área dos imóveis rurais do município, verificou-se que 50%, dos imóveis apresentam área de 1 a 10 hectares (equipamentos turísticos) e 40% de 21 a 30 hectares (equipamentos não turísticos).

Nota-se que a estrutura fundiária classifica-se em pequenas propriedades no espaço rural de Camboriú-SC (gráfico 1).

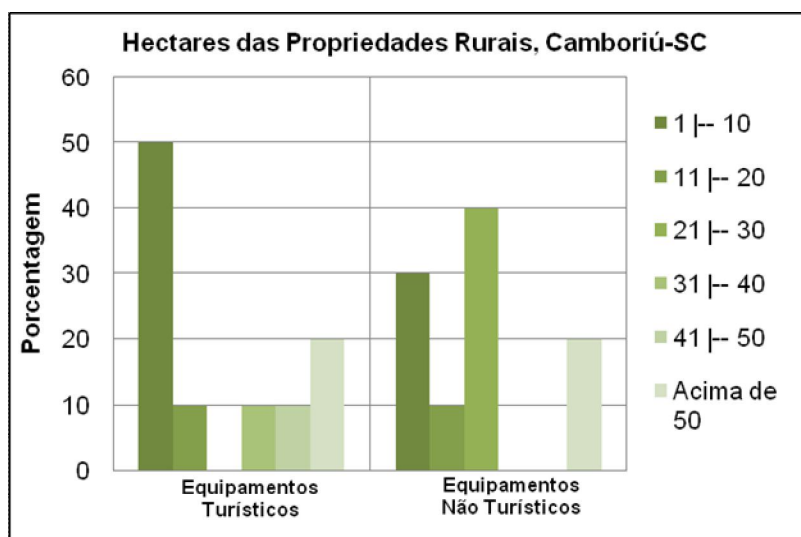


Gráfico 1 – Hectares das Propriedades Rurais, Camboriú-SC  
Fonte: Rech (2009)

A pesquisa revelou que 80% dos equipamentos turísticos adquiridos no espaço rural de Camboriú-SC foram através de compra direta. Os dados foram evidenciados também nas entrevistadas com a comunidade com 70% da forma de aquisição pela compra. Não foi identificado o contexto de aluguel.

Historicamente, a aquisição dos imóveis rurais é recente, destacando-se o período entre 1981-1990 com 30% (equipamentos turísticos) e 40% (equipamentos não turísticos), aproximadamente duas décadas após a emancipação do município. Os gráficos 2 e 3 representam os índices apresentados.

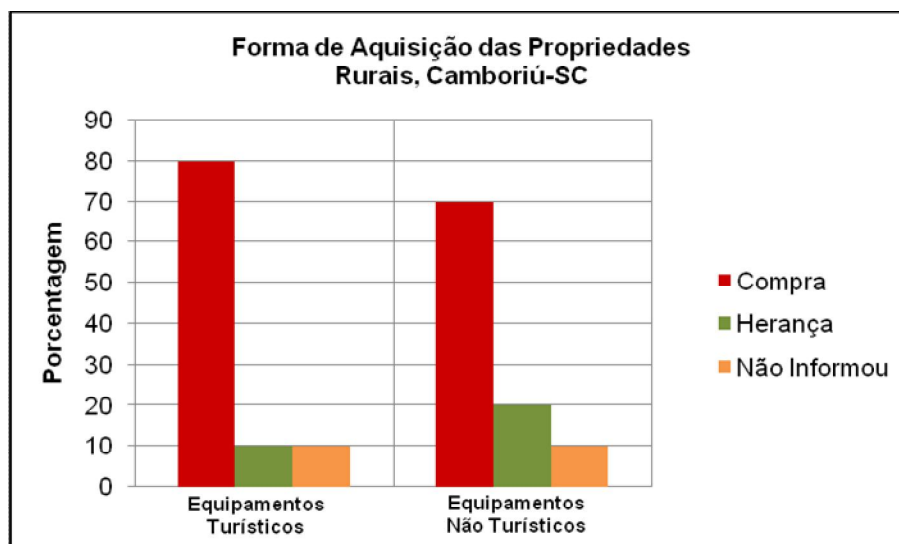


Gráfico 2 – Forma de Aquisição das propriedades, Camboriú-SC  
Fonte: Rech (2009)

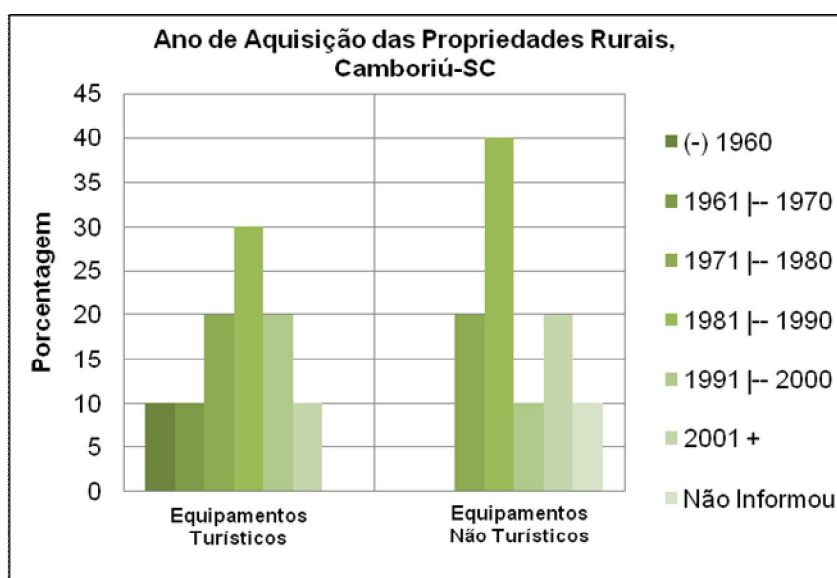


Gráfico 3 – Ano de Aquisição das propriedades, Camboriú-SC  
Fonte: Rech (2009)

Quanto às construções existentes nos imóveis rurais, de forma expressiva, destacou-se a casa-sede em 90% dos equipamentos turísticos e 100% dos equipamentos não turísticos.

Nota-se, ainda, uma diversidade de construções, mencionadas pelos entrevistados nas áreas consideradas turísticas, como casa de funcionários (40%), abrigo para animais (50%), quiosques (30%), piscinas (60%), churrasqueiras (80%), ranchos (70%), sanitários (90%) e mirantes (10%).

Na comunidade, o índice apresentou-se elevado em casa de funcionários (50%), abrigo para animais (40%), ranchos (60%). A tabela 10 apresenta uma leitura deste aspecto.

Tabela 10 – Construções existentes nas propriedades rurais, Camboriú-SC

Construções Existentes nas Propriedades	Total	Equipamentos Turísticos		Total	Equipamentos Não Turísticos	
		f	%		f	%
Casa-sede	10	9	90	10	10	100
Administração	10	0	0	10	2	20
Casa de Funcionários (chacareiros)	10	4	40	10	5	50
Abrigo para animais	10	5	50	10	4	40
Oficina	10	1	10	10	3	30
Quiosque	10	3	30	10	1	10
Piscina	10	6	60	10	3	30
Churrasqueira	10	8	80	10	5	50
Rancho	10	7	70	10	6	60
Mirante	10	1	10	10	2	20
Sanitário	10	9	90	10	4	40
Outros	10	1	10	10	5	50

Fonte: Rech (2009)

Outra categoria de análise foi a renda familiar dos entrevistados integrados à atividade profissional e às atividades econômicas nos equipamentos turísticos. Verificou-se que 40% dos entrevistados recebem de 2 a 3 salários mínimos, seguidos de 30%, de 4 a 5 salários mínimos. Os índices chamam a atenção à atividade profissional, onde 40% dos entrevistados são assalariados e 30%, empresários, destacando como atividade econômica o turismo (setor terciário).

A comunidade, representando os equipamentos não turísticos, mostrou que 60% dos entrevistados recebem de dois a três salários mínimos, classificados como assalariados e com 50% das atividades ligadas ao setor primário (agricultura, pecuária).

Os parâmetros da pesquisa mostraram que, localmente, as atividades econômicas restringem-se basicamente a trabalhos absorvidos pela própria localidade. Desta forma, percebe-se que o cotidiano da população residente do espaço rural de Camboriú-SC é influenciado pela forma como o espaço é organizado. Os gráficos 4, 5 e 6 alinham os dados analisados.

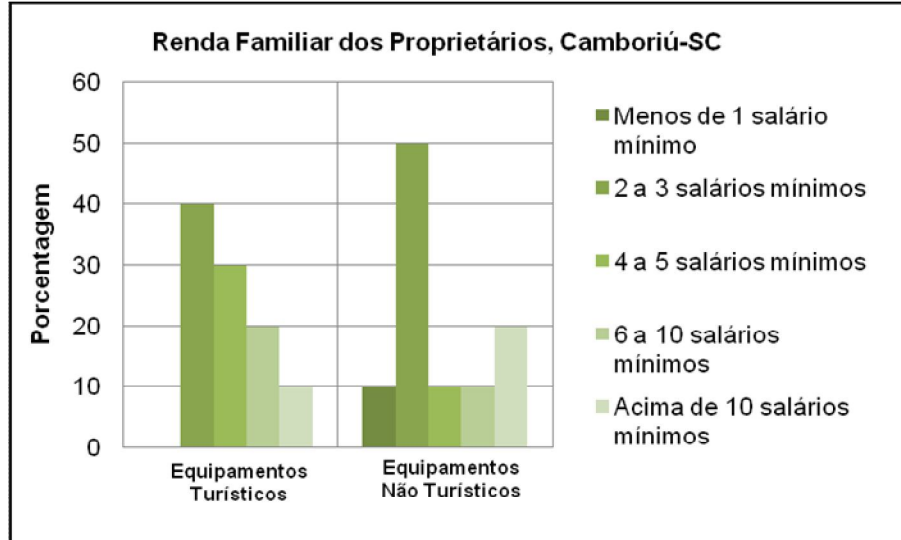


Gráfico 4 - Renda familiar dos proprietários, Camboriú-SC  
Fonte: Rech (2009)

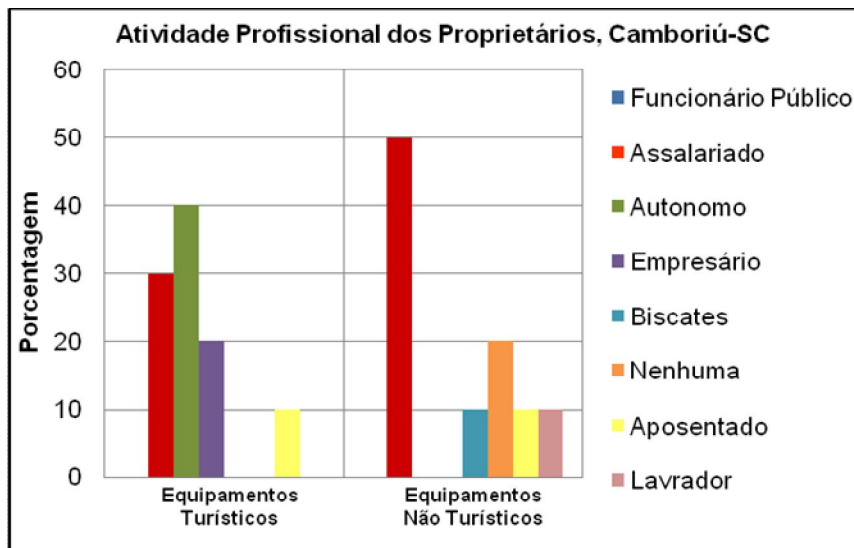


Gráfico 5 - Atividade profissional dos proprietários, Camboriú-SC  
Fonte: Rech (2009)

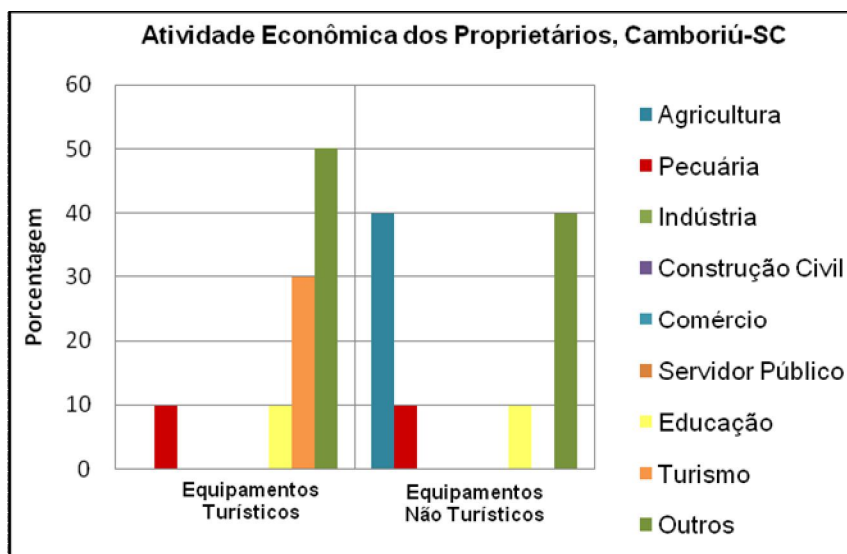


Gráfico 6 - Atividade econômica dos proprietários, Camboriú-SC  
Fonte: Rech (2009)

Paralelamente à estrutura e às questões socioeconômicas procurou-se adaptar ao processo as condições de saneamento básico local.

Quanto ao abastecimento de água, observa-se que, dos equipamentos turísticos entrevistados, apenas um (10%) apresentou rede pública de abastecimento de água (Pousada Parque das Tucaneiras).

A pousada situa-se no espaço rural de Camboriú-SC, porém com uma posição geográfica próxima à área urbana.

Conforme o Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB (2008), das 496 famílias cadastradas, apenas 7,06% possuem abastecimento de água através de rede pública. A utilização de nascente representou 92,14%.

Na pesquisa de campo, a captação de nascentes foi destacada como outros tipos de abastecimento 50% (equipamentos turísticos) e 70% (equipamentos não turísticos). O gráfico 7 representa a questão.

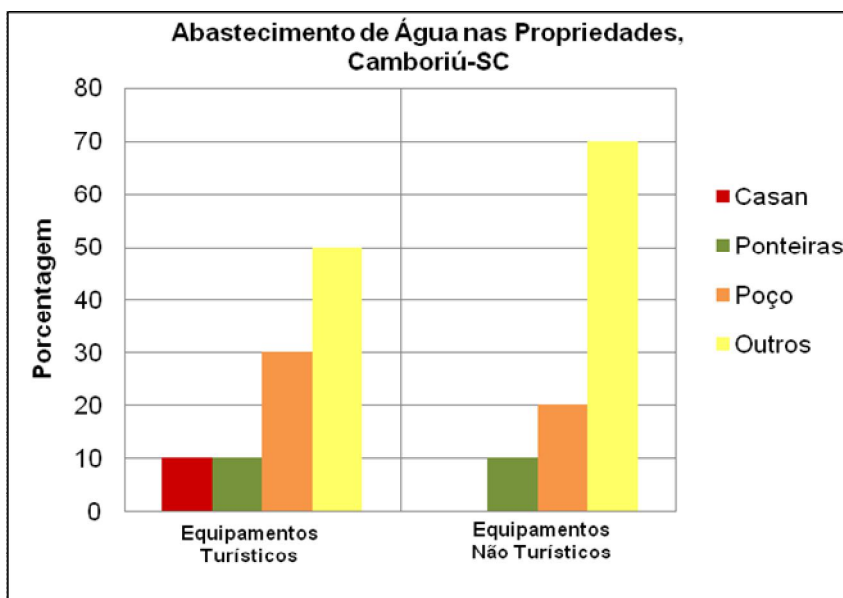


Gráfico 7 – Abastecimento de Água nas Propriedades, Camboriú-SC  
Fonte: Rech (2009)

Neste âmbito, é importante destacar as formas de utilização da água. Nos equipamentos turísticos, 100% dos entrevistados utilizam-na basicamente para o consumo. Nos equipamentos não turísticos, identificou-se a irrigação como forma de utilização.

A irrigação foi pontuada pela atividade agrícola do cultivo de arroz irrigado. O gráfico 8 destaca as informações.

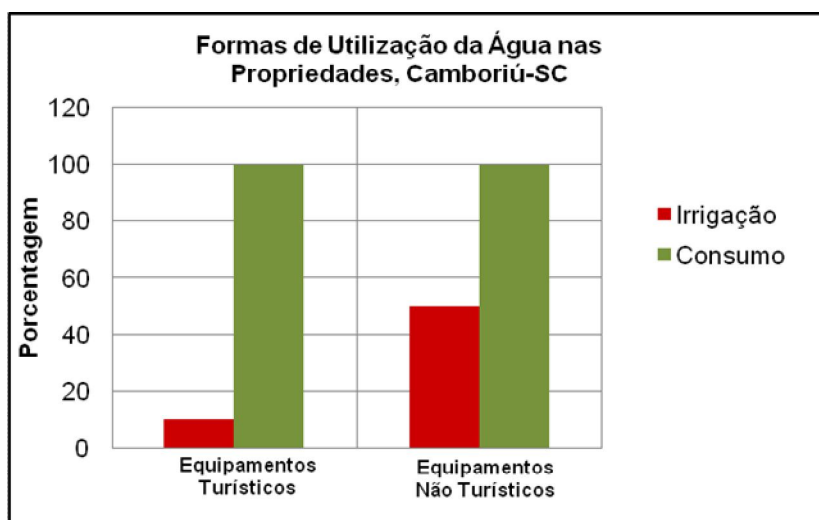


Gráfico 8– Formas de utilização da água nas propriedades,  
Camboriú-SC  
Fonte: Rech (2009)



Em relação ao lixo, os entrevistados dos equipamentos turísticos e não turísticos do espaço rural relataram que 80% da contenção do lixo são improvisadas e 20% são feitas através de latões.

A forma de coleta nos equipamentos turísticos e não turísticos foi apresentada na categoria seletiva (60%) e indiscriminada (40%).

Quanto ao destino final do lixo, foi relatado pelos entrevistados que 90% são recolhidos através de coleta pública nos equipamentos turísticos e 10% são queimados. Já a comunidade relatou apenas através de coleta pública (100%).

Os dados fornecidos pelo SIAB (2008), das 496 famílias cadastradas 88,31% apontaram o destino do lixo através de coleta pública.

É importante salientar que, apesar da amostra cadastral da pesquisa de campo se diferenciar no número utilizado pela SIAB, os resultados são praticamente análogos, mostrando que a pesquisa não probabilística do estudo aplicado alcançou a veracidade das informações.

As tabelas 11, 12 e 13 exemplificam o contexto.

Tabela 11 – Lixo/Contenções utilizados pelas propriedades, Camboriú-SC

Lixo/Contenções utilizados pelas propriedades	Equipamentos Turísticos		Equipamentos Não Turísticos	
	f	%	f	%
Vala	0	0	0	0
Latão	2	20	2	20
Improvisada	8	80	8	80
Total	10	100	10	100

Fonte: Rech (2009)

Tabela 12 – Formas de coleta de lixo disponibilizada no espaço rural, Camboriú-SC

Formas de coleta de lixo disponibilizada no Espaço Rural	Equipamentos Turísticos		Equipamentos Não Turísticos	
	f	%	f	%
Seletiva	6	60	6	60
Indiscriminada	4	40	4	40
Total	10	100	10	100

Fonte: Rech (2009)

Tabela 13 – Destino final do lixo coletado no espaço rural, Camboriú-SC

Destino final do lixo coletado no Espaço Rural	Equipamentos Turísticos		Equipamentos Não Turísticos	
	f	%	f	%
Aterro	1	10	0	0
Queima	0	0	0	0
Lançado nos rios	0	0	0	0
Valas compactadas	0	0	0	0
Coleta pública	9	90	10	100
Terrenos Baldios	0	0	0	0
Total	10	100	10	100

Fonte: Rech (2009)

A rede de esgoto sanitário dos imóveis rurais de estudo é inexistente nos equipamentos turísticos (0%) e nos equipamentos não turísticos (0%).

A fossa séptica é evidenciada com 90% nos equipamentos turísticos, seguida de sumidouro (40%). Nos equipamentos não turísticos a informação foi de 100% (fossa séptica) e 20% (sumidouro). Segundo a SIAB (2008), das 406 pessoas cadastradas no espaço rural, 82,46% têm a fossa como destino das fezes/urina. A tabela 14 descreve os percentuais.

Tabela 14 – Situação do esgoto nas propriedades rurais, Camboriú-SC

Situação do Esgoto nas Propriedades	Total	Equipamentos Turísticos		Total	Equipamentos Não Turísticos	
		f	%		f	%
Fossa séptica	10	9	90	10	10	100
Rede coletora	10	0	0	10	0	0
Sumidouro	10	4	40	10	2	20
A céu aberto	10	0	0	10	0	0
Outros	10	0	0	10	0	0

Fonte: Rech (2009)

### c) Indicadores de Uso

A proposta apresentada na coleta de dados buscou, ainda, inventariar o uso dos imóveis rurais relativos ao tipo de cultura, às condições de plantio, aos tipos de criação e às instalações da área de estudo.

No espaço rural de Camboriú-SC, as estatísticas mostraram que 40% dos equipamentos turísticos possuem horticulturas e 40% não possuem qualquer tipo de cultura. Já os entrevistados da comunidade apontaram 50% de horticulturas e 30% sem tipo de cultura. Nos dois parâmetros, as culturas permanentes classificaram-se com 20% e as culturas temporárias, com 10%, destacando o arroz de irrigação.

As informações reforçam a leitura do local, onde as pequenas propriedades formam a identidade do espaço rural de Camboriú-SC (tabela 15).

Tabela 15 – Tipo de cultura produzido nas propriedades, Camboriú-SC

Tipo de cultura produzido nas propriedades	Total	Equipamentos Turísticos		Total	Equipamentos Não Turísticos	
		f	%		f	%
Culturas permanentes	10	2	20	10	2	20
Culturas temporárias	10	1	10	10	0	0
Horticulturas	10	4	40	10	5	50
Não possui	10	4	40	10	4	40

Fonte: Rech (2009)

A integração do tipo de cultura e as condições de plantio revelaram a presença de instalações de culturas, principalmente para a horticultura. Verificou-se a presença de pomares nos equipamentos turísticos, com 60% de representatividade, e 70% na comunidade.

É importante ressaltar que 40% dos entrevistados relataram não possuir condições de plantio nos equipamentos turísticos e 30% na comunidade.

A tabela 16 demonstra o índice nulo para o uso de insumos, combate de pragas e manejos nos 20 imóveis rurais que participaram de aplicação de pesquisa.

Tabela 16 – Condições de plantio das culturas nas propriedades rurais, Camboriú-SC

Condições de plantio das culturas nas propriedades	Equipamentos Turísticos		Equipamentos Não Turísticos	
	f	%	f	%
Uso de insumos	0	0	0	0
Combate de pragas	0	0	0	0
Manejo	0	0	0	0
Instalações de Culturas	6	60	7	70
Não possui	4	40	3	30
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Fonte: Rech (2009)

No contexto geral, o espaço rural de Camboriú-SC apresenta uma diversidade de tipos de criação, evidenciada em cada propriedade entrevistada.

Nos equipamentos turísticos, a piscicultura destacou-se com 50%, seguida de 30% de equinos, 30% de bovinos, 20% de animais silvestres, 20% de avicultura, 10% de suinocultura, 10% de ovinocultura. Segundo relato dos entrevistados, 30% das áreas de uso não possuem tipo de criação. A tabela 17 aborda os resultados levantados em campo.

Tabela 17 – Tipos de criação existentes nas propriedades rurais, Camboriú-SC

Tipos de criação existentes nas propriedades rurais	Total	Equipamentos Turísticos		Total	Equipamentos Não Turísticos	
		f	%		f	%
Avicultura	10	2	20	10	4	40
Suinocultura	10	1	10	10	1	10
Ovinocultura	10	1	10	10	2	20
Piscicultura	10	5	50	10	3	30
Apicultura	10	0	0	10	0	0
Equinos	10	3	30	10	3	30
Animais Silvestres	10	2	20	10	1	10
Bovinos	10	3	30	10	4	40
Não possui	10	3	30	10	4	40

Fonte: Rech (2009)

A dinâmica da pesquisa consistiu em apresentar também quesitos sobre as instalações de uso nos equipamentos turísticos e na comunidade. As identificações foram inseridas conforme os tipos de instalações em cada imóvel rural entrevistado.

Nos equipamentos turísticos, destacaram-se as baias com 30%, principalmente pela criação de equinos, as cocheiras com 30% e viveiros com 30%.

Na comunidade, predominaram as cocheiras com 40%; galinheiros com 40%, seguidos de baias (30%). A tabela 18 representa as informações.

Tabela 18 – Instalações construídas para atender a pecuária nas propriedades rurais, Camboriú-SC

Instalações construídas para atender a pecuária nas propriedades	Total	Equipamentos Turísticos		Total	Equipamentos Não Turísticos	
		f	%		f	%
Baia	10	3	30	10	4	40
Galinheiro	10	1	10	10	3	30
Cocheira	10	3	30	10	4	40
Viveiro	10	3	30	10	1	10
Outros	10	4	40	10	3	30
Não possui	10	3	30	10	4	40

Fonte: Rech (2009)

#### d) Indicadores Histórico-Culturais

O indicador histórico-cultural representou outro parâmetro de investigação do espaço rural de Camboriú-SC. Das entrevistas aplicadas, verificou-se um índice representativo de colonização açoriana nos equipamentos turísticos (70%). Sobre os outros 30%, os entrevistados não souberam relatar.

Dos entrevistados na comunidade, 40% consideraram-se de colonização italiana, enquanto os açorianos somaram (50%). A tabela 19 representa a colonização no espaço rural de Camboriú-SC.

Tabela 19 – Colonização predominante no espaço rural, Camboriú-SC

Colonização predominante no Espaço Rural	Equipamentos Turísticos		Equipamentos Não Turísticos	
	f	%	f	%
Açoriana	7	70	4	40
Italiana	0	0	5	50
Não responderam	3	30	1	10
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Fonte: Rech (2009)

No âmbito do universo participativo das entrevistas aplicadas no espaço rural de Camboriú-SC, e integrando ao tipo de colonização predominante na área de estudo, identificaram-se edificações centenárias de pouca representatividade no contexto turístico, como casa, moinhos e edificações possíveis de tombamento.

Nos equipamentos e serviços turísticos predominantemente destacaram-se casas centenárias (20%). Já na comunidade, foram relatadas pelos entrevistados edificações possíveis de tombamento (10%), seguidas de moinhos (10%). A tabela 20 ilustra os dados informados pela pesquisa.

Tabela 20 – Edificações centenárias existentes no espaço rural, Camboriú-SC

Edificações centenárias existentes no Espaço Rural	Total	Equipamentos Turísticos		Total	Equipamentos Não Turísticos	
		f	%		f	%
Casa	10	2	20	10	0	0
Senzala	10	0	0	10	0	0
Moinho	10	0	0	10	1	10
Galpão	10	0	0	10	0	0
Edificação possível de tombamento	10	0	0	10	1	10
Outros	10	0	0	10	0	0
Não possui	10	8	80	10	8	80

Fonte: Rech (2009)

O acervo histórico no espaço rural de Camboriú-SC foi enquadrado na categoria da pesquisa como parte relevante à valorização do patrimônio histórico no âmbito do turismo.

Nos equipamentos e serviços turísticos, identificaram-se maquinário (20%), mobiliário (10%) e fotografia (10%). Na comunidade, os entrevistados pontuaram o mobiliário (20%), maquinário (10%) e fotografia (10%). A tabela 21 retrata a questão.

Tabela 21 – Acervo histórico existente no espaço rural, Camboriú-SC

Acervo histórico existente no Espaço Rural	Total	Equipamentos Turísticos		Total	Equipamentos Não Turísticos	
		f	%		f	%
Mobiliário	10	1	10	10	2	20
Ferramenta de Trabalho	10	0	0	10	1	10
Maquinário	10	2	20	10	1	10
Documento Pessoal	10	0	0	10	0	0
Fotografia	10	1	10	10	1	10
Mapa	10	0	0	10	0	0
Outras	10	3	30	10	4	40
Não Possui	10	4	40	10	4	40

Fonte: Rech (2009)

Na ordem do artesanato local, nos equipamentos e serviços turísticos, os entrevistados consideraram a renda (20%), os bordados (20%) e a tapeçaria (20%) como principais atividades de divulgação do turismo.

Para a comunidade, apenas o bordado (20%) se destacou como peça de interesse dos visitantes às localidades do espaço rural de Camboriú-SC. (tabela 22).

Tabela 22 – Artesanato local produzido no espaço rural, Camboriú-SC

Artesanato Local produzido no Espaço Rural	Total	Equipamentos Turísticos		Total	Equipamentos Não Turísticos	
		f	%		f	%
Cerâmica	10	0	0	10	0	0
Renda	10	2	20	10	0	0
Bordado	10	2	20	10	2	20
Marcenaria	10	0	0	10	0	0
Couro	10	0	0	10	0	0
Tapeçaria	10	2	20	10	0	0
Instrumento Musical	10	0	0	10	0	0
Outros	10	2	20	10	5	50
Não respondeu	10	6	60	10	5	50

Fonte: Rech (2009)

Sobre o conhecimento da existência de sítios arqueológicos no espaço rural de Camboriú-SC, apenas 10% da população residente na comunidade entrevistada afirmaram o conhecimento. Nos equipamentos e serviços turísticos, não foi relatada tal existência. A tabela 23 mostra o resultado da pesquisa.

Tabela 23 – Existência de sítios arqueológicos no espaço rural

Existência de sítios arqueológicos no Espaço Rural	Equipamentos Turísticos		Equipamentos Não Turísticos	
	f	%	f	%
SIM	0	0	1	10
NÃO	10	100	9	90
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Fonte: Rech (2009)

Enfocando as técnicas de coleta de dados e a sistematização dos processos de inventário turístico, o trabalho de campo foi um instrumento útil para explicitar a situação real do espaço rural Camboriú-SC, de forma a ampliar o conhecimento do embasamento teórico *“in loco”*.

O desenvolvimento das atividades turísticas com sustentabilidade é enfatizado pela importância da receptividade dos entrevistados, no que diz respeito aos indicadores de estrutura e de uso do imóvel rural, além de dados relacionados aos aspectos socioeconômicos e culturais na categoria de lugar, para que haja a uniformização de idéias que possam ser pontos estratégicos do planejamento do turismo.

Reconhecendo as características locais e suas perspectivas no segmento turístico, a inserção da análise dos resultados para a gestão do município servirá como o ponto de partida para o plano de desenvolvimento local.

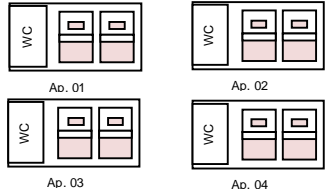
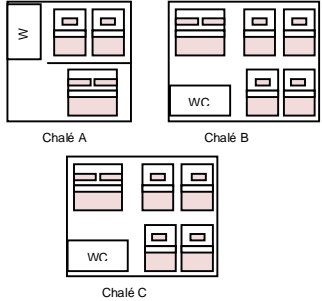
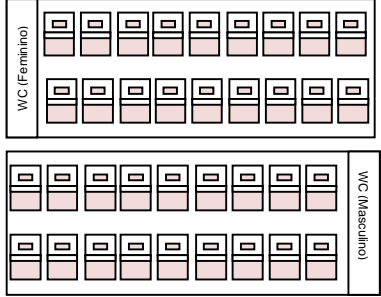
A contribuição do Cadastro Técnico Multifinalitário para a descrição da situação atual do espaço rural de Camboriú-SC apresentou como segunda etapa a seleção dos imóveis rurais como referência de estudo. Foram selecionadas duas propriedades representativas para atividades turísticas locais: a propriedade Cascata do Encanto (Centro de Lazer) e a propriedade Recanto das Bromélias (Pousada Rural).

A seleção das propriedades resultou na perspectiva de retratar segmentos turísticos diferenciados, uma como destaque ao lazer e a outra como estabelecimento de hospedagem, razões pelas quais incluem o reconhecimento *in loco* da estrutura e análise do uso dos imóveis rurais para o fomento do desenvolvimento turístico e reorganização do espaço rural do município.

É importante salientar que a abordagem técnica utilizada nas duas propriedades servirá de referência para a aplicação da mesma metodologia no cenário das outras propriedades no espaço rural de Camboriú-SC.



Nesse contexto, o quadro 19 ilustra a infraestrutura turística dos imóveis rurais.

Caracterização	Propriedade Cascata do Encanto	Propriedade Pousada Recanto das Bromélias
Localização	Estrada Geral dos Macacos a 8km de Camboriú (Sede).	Estrada Geral do Braço a 10km de Camboriú (Sede).
Atrações	Área de lazer com campo de futebol, vôlei, lagoas para pesca e atividades esportivas, paredão de escalada, tirolesa, sala de jogos, piscinas de água natural, churrasqueiras, playground, bosques, acampamentos (salão de eventos).	Área de lazer com piscina, churrasqueiras, trilhas ecológicas, lagoa para pesca.
Serviços oferecidos	Salão de eventos com capacidade para 100 pessoas (espaço para festas, casamentos, escolas e outros), serviços de alimento e bebida.	Salão de eventos com capacidade para 60 pessoas, restaurante (comidas típicas e café colonial), espaço para festas, retiros, reuniões, treinamentos e outros.
Hospedagem	-----	<p>A pousada oferece um total de 60 leitos:</p> <p>Quatro apartamentos</p>  <p>Três chalés</p>  <p>Dois Alojamentos</p>  <p>Obs: Atendimento da pousada: sexta-feira a domingo. *Ilustração: Fonte "Recanto das Bromélias"</p>

Quadro 19 – Seleção e caracterização dos imóveis rurais de Camboriú-SC.  
Fonte: Rech (2009)

As peculiaridades dos imóveis rurais revelaram a importância da interpretação do quadro da infraestrutura das propriedades como parte de apreciação, pelo turista, dos pontos que possam realçar o significado e as metas de ações administrativas.

Para o turista, os ambientes precisam inspirar diversificação, afeição e princípios de valorização natural e cultural.

Nota-se que os empreendedores do espaço rural promovem a marca do segmento turístico, apontando estratégias que possam despertar na demanda turística, os símbolos representativos do local, abordando a singularidade de cada empreendimento.

A caracterização dos serviços operacionais dos imóveis rurais indica, conforme a modalidade de cada equipamento turístico, pontos (qualidade da infraestrutura, A&B, segurança, localização, acessibilidade, entre outros) que precisam ser destacados numa estratégia de ação dos gestores municipais.

Sublinhando outro instrumento de análise espacial, a terceira etapa do Sistema Turístico Cadastral Territorial foi dimensionada ao método de coleta de pontos de controle terrestre.

O critério de seleção dos imóveis rurais, que foram georreferenciados, baseou-se nas propriedades com segmentos turísticos diferenciados, representados pela Cascata do Encanto (Centro de Lazer) e Pousada Recanto das Bromélias (Hospedagem).

O Método do Controle Terrestre básico subdividiu-se em quatro partes: confecção dos marcos, identificação dos vértices, implantação dos marcos e coleta de dados com GPS.

Para a confecção dos marcos, foram utilizados canos de PVC de 60cm, preenchidos com cimento, cal, areia e brita. Na parte de cima dos marcos, foi inserido um parafuso tipo Philips, com o objetivo de obter-se um centro geométrico para utilização nos levantamentos topográficos. A figura 26 ilustra os marcos que foram implantados nos imóveis rurais.



Figura 26 – Marcos Implantados nas propriedades rurais, Camboriú-SC  
Fonte: Rech (2009)

A identificação dos vértices e a implantação dos marcos (apêndice B), na verdade requerem dos profissionais habilidades relativas à correta execução de todo o ferramental existente. Assim, a garantia das informações relaciona-se com a confiabilidade das metas propostas.

Neste âmbito, apesar do propósito geral da investigação não corresponder à implantação do controle terrestre propriamente dito, o método de inserir este processo na pesquisa científica foi de chamar a atenção dos profissionais de turismo, dos gestores municipais e dos proprietários dos imóveis rurais que a função social da propriedade deve ser amparada nos dispositivos legais, principalmente nas questões de direito de propriedade para que não haja conflitos inerentes aos interesses do proprietário e dos visitantes.

Os empreendedores de atividades turísticas necessitam de conhecimento das áreas de preservação permanente e a forma de uso das propriedades. Convém salientar que a participação da demanda das benfeitorias existentes na propriedade proporciona uma concepção social e ambiental.

Muito se fala em plano estratégico de turismo, porém pouco se conhece sobre o direito de propriedade e a função social que ela exerce, no dever para com a sociedade. Esses parâmetros justificam a importância do cadastro básico como ferramenta

de informações para gestão territorial, destacando como finalidade o georreferenciamento das propriedades.

Para viabilizar o êxito da pesquisa, esta etapa resultou, ainda, de um planejamento do pesquisador. Foram percorridos todos os vértices das propriedades referenciadas no processo do estudo.

Após a averiguação dos vértices, foram implantados dezessete marcos na propriedade Cascata do Encanto (Centro de Lazer) e dezoitos marcos na propriedade Recanto das Bromélias (hospedagem). Em todos os marcos, aplicou-se uma moldura de 30x30 centímetros de largura e comprimento e, posteriormente, foi feita a concretagem. A figura 27 representam os detalhes da implantação dos marcos.

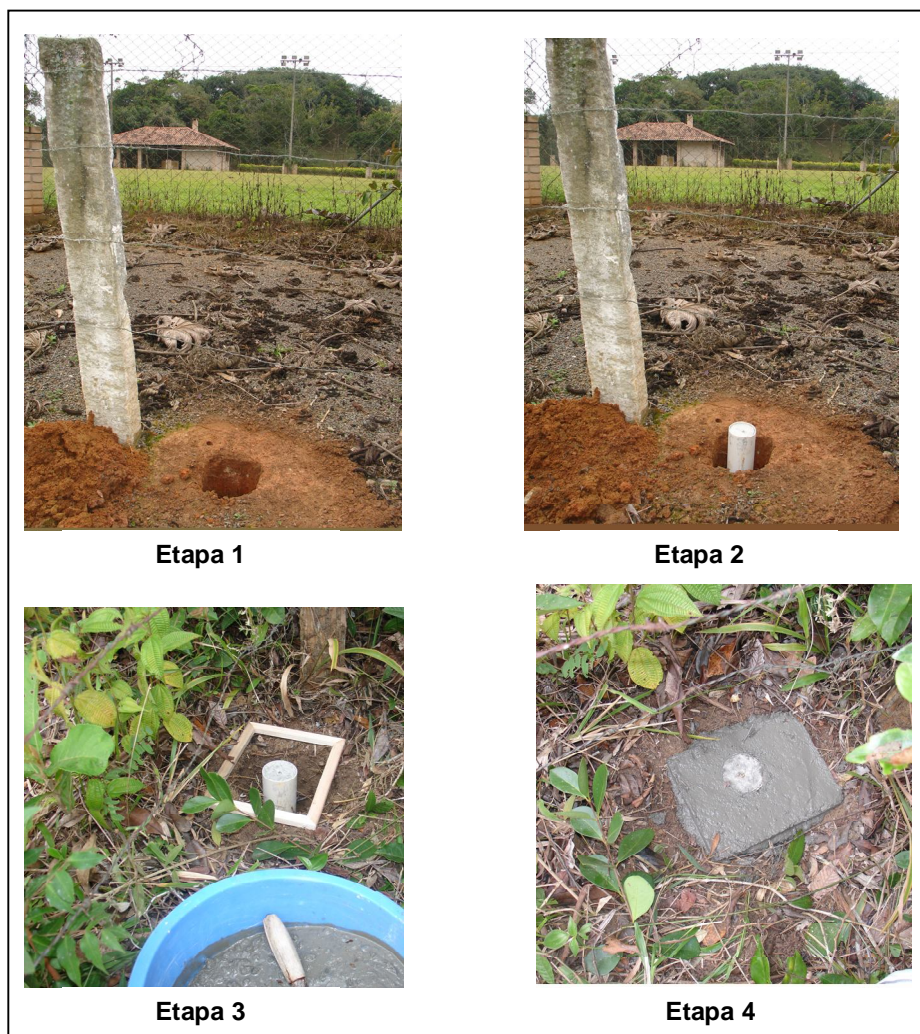


Figura 27 – Detalhes da implantação dos marcos nas propriedades rurais, Camboriú-SC

Fonte: Rech (2009)

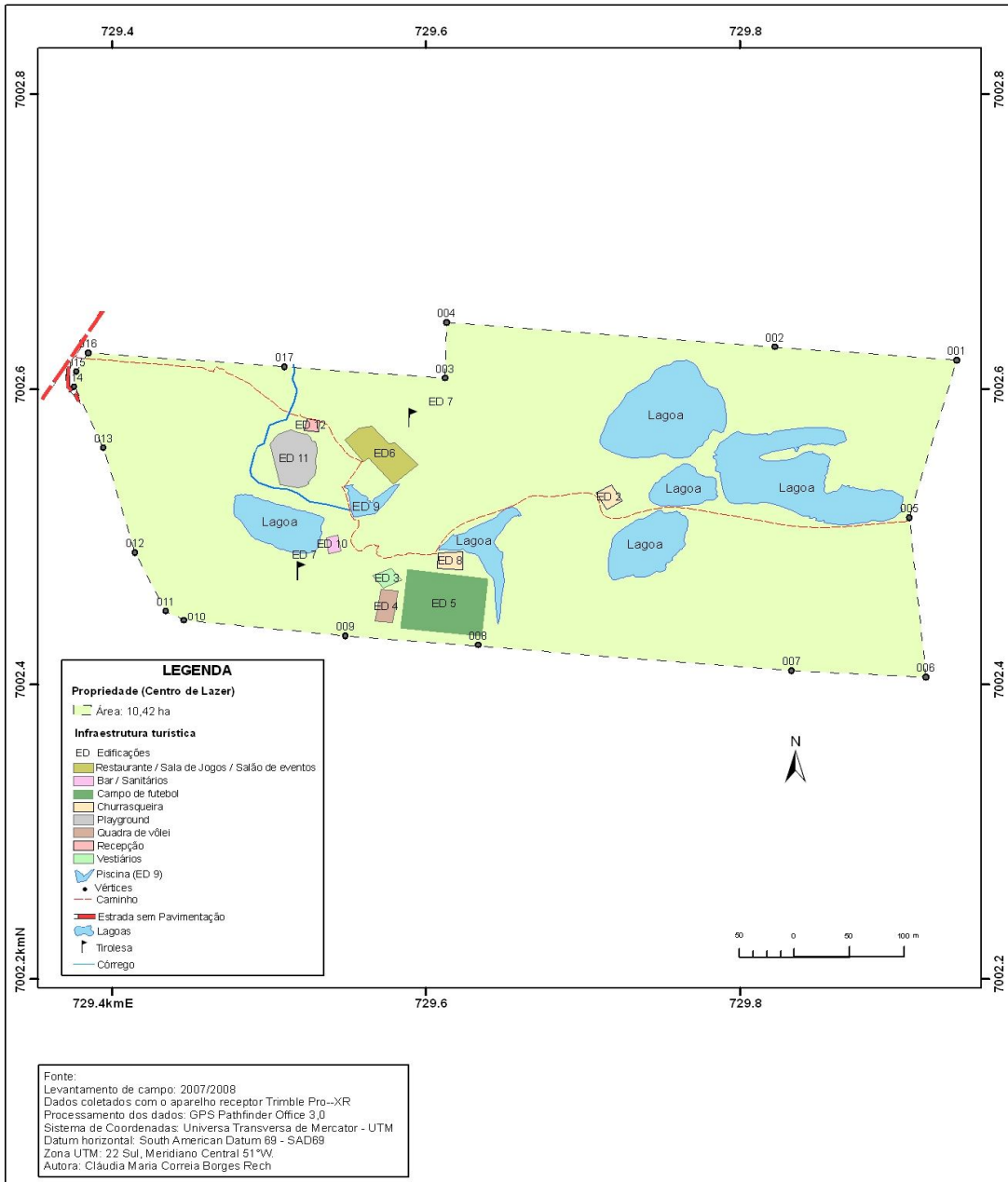
A verificação dos vértices foi feita com o aparelho receptor GPS de precisão Trimble Modelo PRO-XR L1, configurando os limites das propriedades e vértices das benfeitorias (infraestrutura turística), cursos hídricos e vias de acesso dentro das propriedades.

A finalidade do levantamento foi materializar o referencial, sistematizando a localização, podendo as coordenadas ser utilizadas para outros levantamentos. Assim, é importante considerar que a confiabilidade dos dados dos pontos de controle foi imprescindível para a confecção de produtos cartográficos com qualidade.

A quarta etapa esboçou a elaboração das plantas das propriedades, proporcionando uma visão detalhada dos imóveis rurais. Para a elaboração dos produtos cartográficos, foi realizado o processamento dos dados GPS Pathfinder Office Trimble 3.0. Para a parte temática, foi utilizada a Licença EVA705285292-v93 Arc View use 9.3.

Para a confecção das plantas, foram identificadas, em cada marco, as coordenadas UTM, a identificação de limites, as características do marco. Todo o processo seguiu a Norma Técnica para georreferenciamento de imóveis rurais, aplicada à Lei 10267 (2001). Buscou-se apresentar a importância da Cartografia em escala compatível com a estrutura do sistema cadastral rural moderno. As escalas utilizadas apresentaram com precisão as dimensões das parcelas, destacando a Cascata do Encanto (10,42ha) e Pousada Recanto das Bromélias (9,38ha). Desta forma, foi possível caracterizar o espaço pesquisado, proporcionando um cadastro completo e corroborado cientificamente.

As figuras 28 e 29 ilustram as plantas elaboradas da propriedade Cascata do Encanto e da propriedade Pousada Recanto das Bromélias.



**PROPRIEDADE CASCATA DO ENCANTO:  
 CENTRO DE LAZER, CAMBORIÚ - SC, 2009**

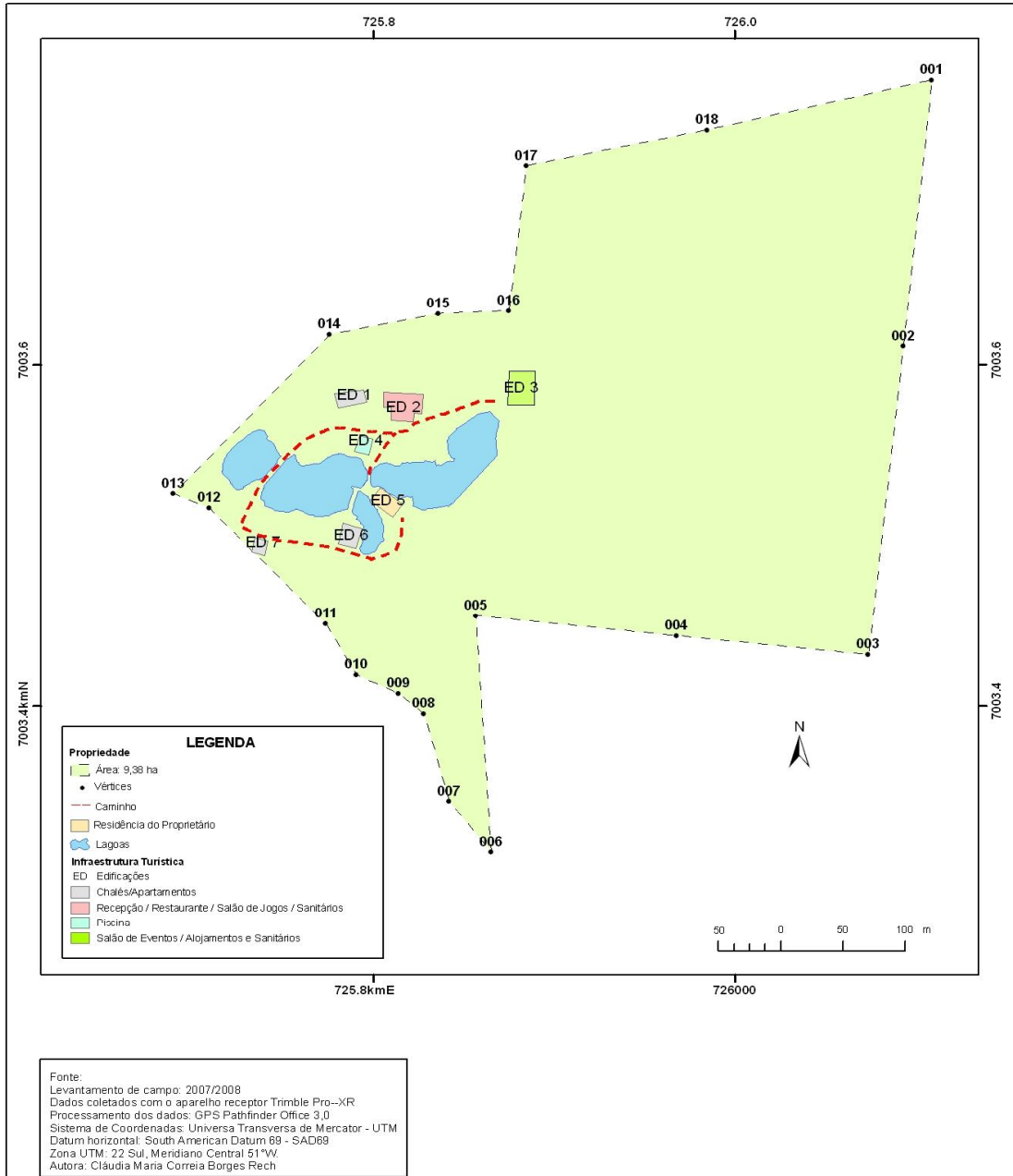


IDENTIFICAÇÃO DOS VÉRTICES							
Marco	Coordenada UTM	Identificação de Limites	Característica do Marco	Marco	Coordenada UTM	Identificação de Limites	Característica do Marco
001	7002662,46 N 729894,93 E	Linha seca	Materializado	010	7002484,74 N 729463,36 E	Linha seca	Materializado
002	7002671,13 N 729869,97 E	Linha seca	Materializado	011	7002491,04 N 729462,06 E	Linha seca	Materializado
003	7002649,21 N 729859,96 E	Linha seca	Materializado	012	7002532,25 N 729462,11 E	Linha seca	Materializado
004	7002686,72 N 729869,28 E	Linha seca	Materializado	013	7002603,04 N 729442,18 E	Linha seca	Materializado
005	7002555,22 N 729856,24 E	Mata secundária	Vértice virtual	014	7002644,29 N 729423,71 E	Estrada geral	Materializado
006	7002446,15 N 729891,00 E	Estrada secundária	Materializado	015	7002654,72 N 729424,96 E	Linha seca	Materializado
007	7002450,33 N 729881,36 E	Linha seca	Materializado	016	7002667,45 N 729432,48 E	Linha seca	Materializado
008	7002463,25 N 729881,12 E	Linha seca	Materializado	017	7002667,99 N 729557,38 E	Linha seca	Materializado
009	7002474,98 N 729896,96 E	Linha seca	Materializado	-	-	-	-

**Centro de Lazer**



Figura 28 - Planta da Propriedade Cascata do Encanto, Camboriú-SC



**PROPRIEDADE RECANTO DAS BROMÉLIAS:  
POUSADA RURAL, CAMBORIÚ - SC, 2009**



Marco	Coordenada UTM	Identificação de Limites	Característica do Marco	Marco	Coordenada UTM	Identificação de Limites	Característica do Marco
001	7003810.15 N 726155.34 E	Linha seca	Materializado	010	7003462.05 N 7255383.33 E	Linha seca	Materializado
002	7003654.19 N 726140.52 E	Linha seca	Materializado	011	7003492.11 N 725820.90 E	Linha seca	Materializado
003	7003473.17 N 726120.80 E	Linha seca	Materializado	012	7003559.94 N 725756.53 E	Linha seca	Materializado
004	7003483.89 N 726014.97 E	Linha seca	Materializado	013	7003569.21 N 725737.38 E	Linha seca	Materializado
005	7003496.66 N 725904.07 E	Linha seca	Materializado	014	7003661.37 N 725823.66 E	Linha seca	Materializado
006	7003356.47 N 725916.22 E	Linha seca	Materializado	015	7003673.25 N 725883.87 E	Linha seca	Materializado
007	7003386.12 N 725892.61 E	Linha seca	Materializado	016	7003675.00 N 725922.60 E	Linha seca	Materializado
008	7003436.88 N 725876.82 E	Linha seca	Materializado	017	7003759.81 N 725931.88 E	Linha seca	Materializado
009	7003450.62 N 725861.86 E	Linha seca	Materializado	018	7003780.47 N 726032.03 E	Linha seca	Materializado

**Infraestrutura Turística**

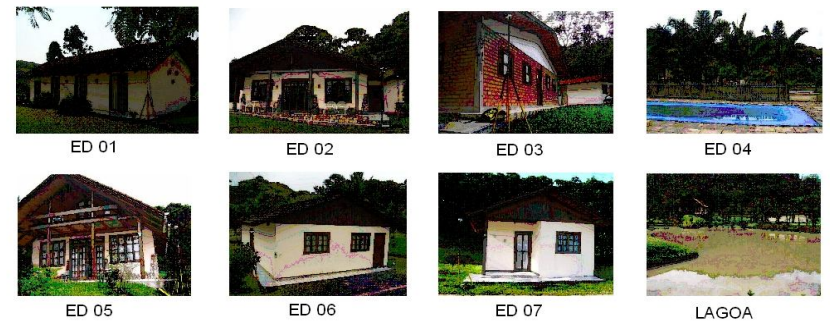


Figura 29 - Planta da Propriedade Recanto das Bromélias, Camboriú-SC

Os dados registrados como referência na composição do Sistema Turístico Cadastral Territorial elencou a importância da utilização dos elementos do Cadastro Técnico Multifinalitário como base aos trabalhos do poder público e dos empreendedores, no que diz respeito aos aspectos técnicos e jurídicos para uma adequada gestão.

É imprescindível que seja destacado, no campo da gestão do território, a implantação de um sistema de informações com o mapeamento cadastral da estrutura fundiária. Assim, a estruturação de políticas de ocupação poderá estar projetada ao conhecimento, primeiramente, do território e sem improvisações.

Para o aprofundamento do sistema global do protótipo referencial, a aplicação do Cadastro Técnico Multifinalitário nas estruturas fundiárias deve somar-se à análise da paisagem e gestão participativa para agregar valor ao lugar e destacar as suas potencialidades.



## PARTE 2 – COMPONENTES DO TURISMO NO ESPAÇO RURAL DE CAMBORIÚ-SC

O planejamento do turismo é contextualizado no processo da gestão territorial como uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento da atividade turística, principalmente aquela relacionada ao espaço rural, no qual se devem elaborar estratégias de interpretação do espaço visando à sistematização da atividade de forma sustentável.

Neste sentido, ressalta-se a importância do trabalho de campo para o reconhecimento da realidade do local, considerando aspectos naturais, socioeconômicos e culturais da população. O envolvimento com o lugar reflete em argumentos significativos para a tomada de decisões da gestão territorial, proporcionando uma visão holística da situação real do espaço turístico.

O espaço rural do município de Camboriú-SC consistiu no objeto operacional da pesquisa. Para tal, foram utilizadas no processo investigatório técnicas de coletas de informações do ambiente interno e externo<sup>20</sup>, compreendendo o universo: comunidade, *trade* turístico e poder público.

O caráter qualitativo e quantitativo adotado evidenciou o comprometimento do pesquisador na aplicação de técnicas adequadas, para que as informações tivessem um respaldo corroborado pela comunidade científica.

Desta forma, a pesquisa compreendeu a aplicação de um levantamento *in loco*, ressaltando os indicadores da infraestrutura turística, da infraestrutura de apoio, superestrutura e mercado turístico, bem como a elaboração de duas oficinas de planejamento, as quais foram divididas em duas etapas: interna (município de Camboriú-SC) e externa (região da Costa Verde e Mar), identificando de forma participativa os pontos fortes e fracos do município de Camboriú-SC e as ameaças e oportunidades diante do seu posicionamento no contexto da Costa Verde e Mar.

É importante mencionar, que o processo de identificação e aplicação da técnica de levantamento dos componentes do turismo no ambiente interno e externo, foi coordenado e sistematizado pela autora desta tese, através de uma participação ativa na elaboração, execução e projeção de informações territoriais que possibilitaram traçar o Plano Estratégico de Marketing Turístico Integrado da Costa Verde e

---

<sup>20</sup> A abordagem conceitual sobre o ambiente interno e externo foi fundamentada no capítulo II.

Mar, e que subsidiaram a orientação de um trabalho de monografia sobre o turismo, nos preceitos do planejamento participativo.

Os trabalhos contribuíram essencialmente para o reconhecimento da área de estudo e possibilitaram a elaboração de cenário real/potencial e do cenário de projeção turística do espaço rural de Camboriú-SC.

#### 4.3 PARÂMETROS DE INVESTIGAÇÃO DOS COMPONENTES DO TURISMO

Para o planejamento do espaço rural de Camboriú-SC, a investigação acerca dos componentes do turismo contribui no conhecimento da situação atual do espaço e no estabelecimento de diretrizes políticas que possam subsidiar o desenvolvimento da destinação.

No Sistema Turístico Cadastral Territorial, a base sistêmica da análise dos componentes do turismo compreendeu os indicadores de infraestrutura turística, infraestrutura de apoio, superestrutura e mercado turístico. A figura 30 apresenta os componentes do Turismo evidenciados na pesquisa.

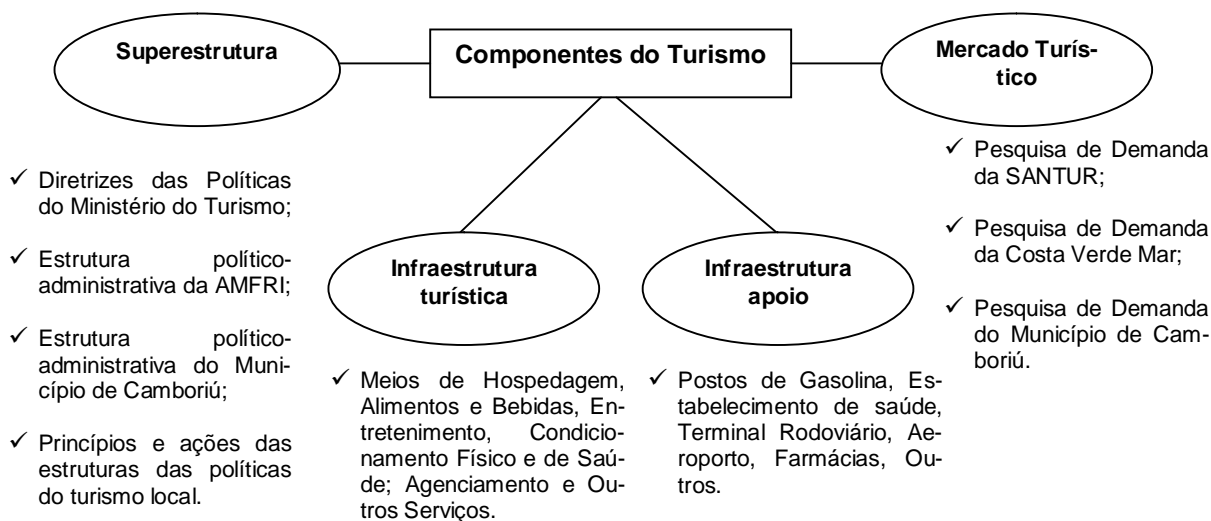


Figura 30 – Componentes do Turismo

Fonte: Rech (2009)

No tocante à **superestrutura**, buscou-se identificar os eixos político-administrativos do desenvolvimento do turismo nas esferas nacional, regional e local.

Para tanto, a atividade turística instiga o entendimento da estrutura organizacional das políticas públicas, delineadas pela gestão descentralizada, conforme a figura 31.

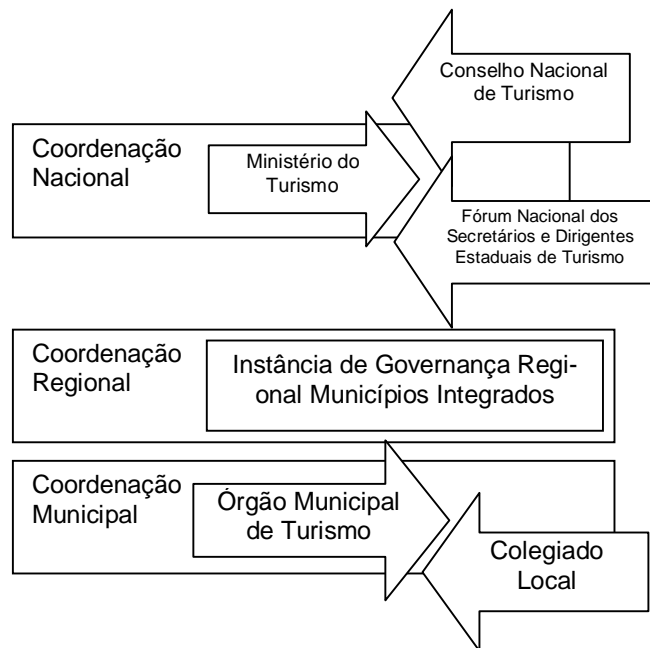


Figura 31 – Estrutura de Coordenação da Gestão Descentralizada  
Fonte: Adaptado Plano Nacional do Turismo – 2007 - 2010

Na esfera nacional, o órgão norteador do desenvolvimento da atividade turística é o Ministério do Turismo, o qual, através do Plano Nacional do Turismo – PNT, estabelece algumas diretrizes para a gestão pública turística.

Iniciado em 2003, o Plano Nacional do Turismo passou por um incremento e prevê, de 2007 a 2010, uma gestão integrada e descentralizada, oportunizando o acesso à atividade turística para todas as classes sociais.

Com propostas de fortalecer o mercado interno, a inclusão é representada como “um instrumento de planejamento e gestão que coloca o turismo como indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda no país.”

O turismo possui um importante papel perante a sociedade, uma vez que para ocorrer o seu desenvolvimento, faz-se necessária a elaboração de políticas nas quais possam ser estipuladas metas e ações de viabilização da atividade turística no âmbito da proposta do Ministério do Turismo.

Neste sentido, o Governo Federal criou o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que vem ao encontro das premissas do desenvolvimento do turismo. Este, segundo o Plano Nacional do Turismo 2007 – 2010 (2007, p. 13), “propõe ações, metas e um amplo conjunto de investimentos em infraestrutura, bem como medidas de incentivo aos investimentos privados, aliados a uma busca de melhoria na qualidade do gasto público.”

Desta forma, este processo ressalta a articulação entre o poder público e o privado buscando iniciativas para alavancar o desenvolvimento favorável do turismo.

Diante da descentralização da gestão pública turística e de uma participação intersetorial de maneira integrada, a esfera regional assume uma relevante função quanto à regionalização da atividade turística, através da promoção de produtos turísticos integrados e diferenciados.

Segundo o Ministério do Turismo (2004, p. 11), a regionalização deve ser compreendida como “a organização de um espaço geográfico em regiões para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização integrada e compartilhada da atividade turística.”

A iniciativa do poder público em buscar instrumentos que valorizam os traços culturais, humanos e sociais, torna-se um aspecto positivo para atividade turística, uma vez que o fomento do turismo poderá trazer benefícios economicamente viáveis para a região.

Neste princípio, encontra-se a Região Costa Verde e Mar (antiga Rota do Sol)<sup>21</sup>, composta por 11 municípios integrantes da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí - AMFRI, sendo eles: Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luis Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo.

No âmbito do contexto político-administrativo, vale ressaltar que a estrutura organizacional (figura 32) da região da AMFRI é composta pelos seguintes departamentos:

---

<sup>21</sup> A mudança do antigo nome Rota do Sol por Costa Verde e Mar foi uma decisão dos prefeitos e secretários municipais de turismo da AMFRI em conjunto com a sociedade civil organizada em oficinas de planejamento que implantaram o PEMTI (Plano Estratégico de Marketing Turístico Integrado) e o Consórcio Intermunicipal de Turismo. (AMFRI, 2009).

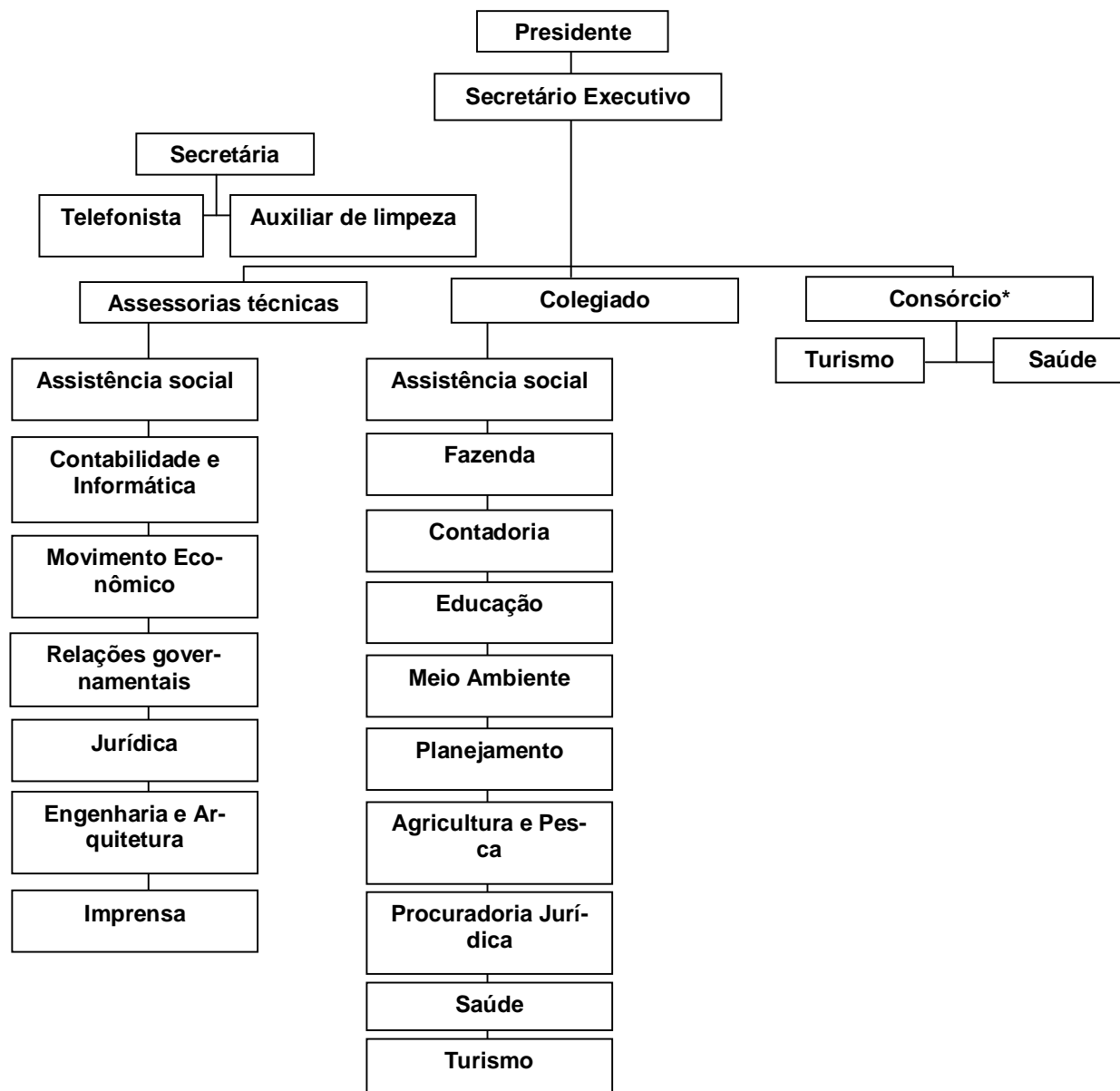


Figura 32 – Estrutura Organizacional da AMFRI.

Fonte: Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar - CITMAR (2009)

\* No caso dos Consórcios, é importante salientar que eles são fruto da Associação, mas constituem pessoas jurídicas distintas.

A regionalização entre os municípios da Foz do Rio Itajaí foi evidenciada através de uma ação integrada e participativa, que envolveu o colegiado de Turismo da AMFRI, a gestão pública dos onze municípios e instituições do setor privado. Para essa região, foi estabelecido um Plano Estratégico de Marketing Turístico Integra-

do – PEMTI<sup>22</sup>. A figura 33 apresenta alguns pontos relevantes/ações para região Costa Verde e Mar, a partir da finalização do Plano em 2007.

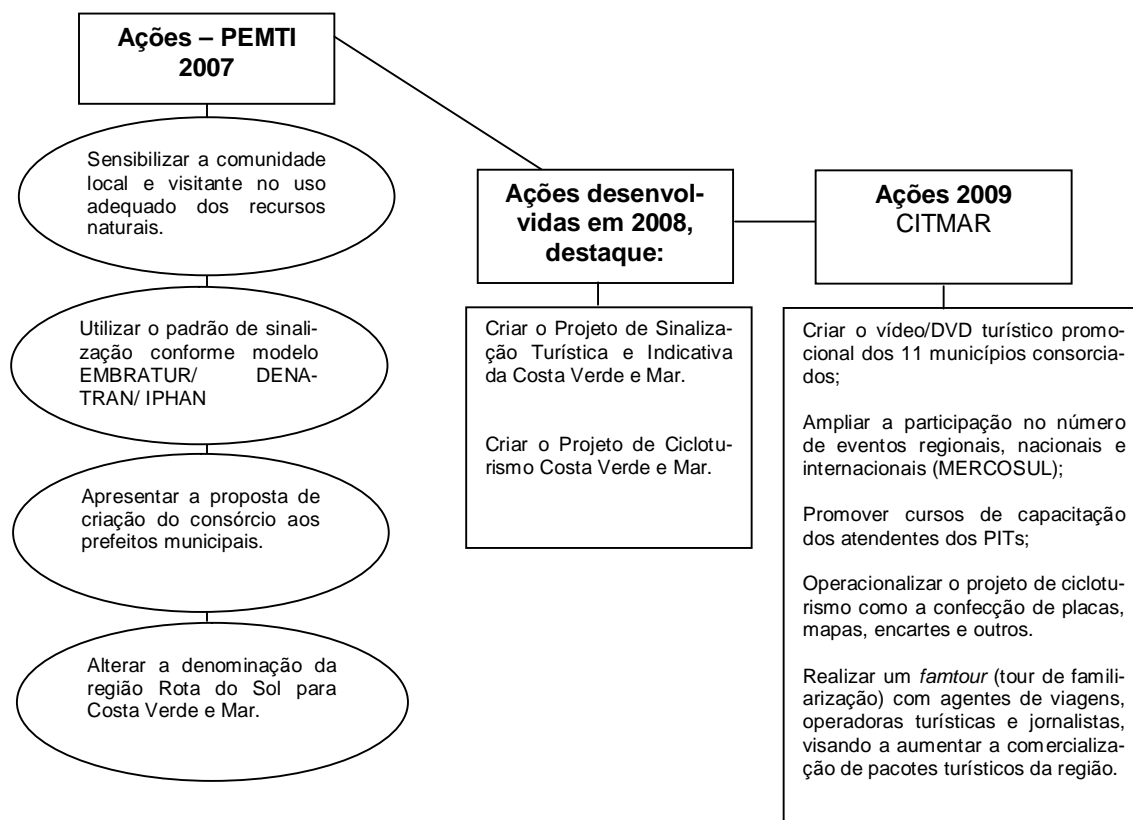


Figura 33 - Pontos Relevantes/ações para Região Costa Ver e Mar  
Fonte: Adaptado PEMTI (2007); CITMAR (2008 e 2009).

As ações retratadas na figura 37 elencam o despertar do governo para a atividade turística, num trabalho que vem movimentando todos os níveis hierárquicos nacional, regional e local, buscando através de planos e ações, solucionar impasses que marcam a trajetória da atividade turística nas comunidades locais.

No âmbito fenomenológico do turismo, em complemento às políticas públicas buscou-se identificar a **infraestrutura** que potencializa a oferta turística, numa

<sup>22</sup> O Plano Estratégico de Marketing Turístico Integrado foi elaborado pela equipe técnica do Instituto Cenecista Fayal de Ensino Superior – IFES, sob a Coordenação da Professora Cláudia Maria Correia Borges Rech, numa parceria entre o Instituto Cenecista Fayal de Ensino Superior (IFES) e a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI).

abordagem sistêmica das características intrínsecas do espaço rural do município de Camboriú–SC.

Integrando a dinâmica do Sistema Turístico Cadastral Territorial, o levantamento das informações do espaço rural de Camboriú-SC baseou-se em pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo.

Com ênfase nas tipologias dos equipamentos turísticos, a análise da situação atual do espaço rural de Camboriú-SC caracterizou-se nos meios de hospedagem, estabelecimentos de alimentos e bebidas, entretenimento, condicionamento físico e de saúde, agenciamento e outros serviços. Para tal, foi elaborado um instrumento de coleta de dados, conforme o apêndice (C).

No que diz respeito aos meios de hospedagem, cabe contextualizar, segundo Beni (2006, p. 358), as denominações mais utilizadas para caracterizar um equipamento hoteleiro. O quadro 20 apresenta as principais definições dos meios de hospedagem.

<b>Equipamentos Hoteleiros</b>	
<b>Hotel (H)</b>	Estabelecimento comercial de hospedagem que oferece aposentos mobiliados, com banheiro privativo, para ocupação eminentemente temporária, incluindo serviço completo de alimentação e outros.
<b>Hotel de Lazer (HL)</b>	Estabelecimento de hospedagem enquadrado na categoria hotel, que, de acordo com a legislação, possua os serviços e os equipamentos de lazer e de repouso em localização geográfica com destacados méritos cênico-paisagísticos.
<b>Hotel-Fazenda (HF)</b>	Estabelecimento comercial de hospedagem situado em propriedades rurais e antigas fazendas, com equipamentos novos ou adaptados de tradicionais edificações originais, voltado à prática de atividades recreacionais campestres e contato com a natureza.
<b>Lodge (L)</b>	Equipamento comercial hoteleiro, sob a forma de chalés, cabanas e similares, destinado ao turismo termal, de caça, de pesca e de aventura.
<b>Motel (M)</b>	Meio de hospedagem que aluga apartamentos mobiliados, possuindo também serviços completos de alimentação, situado à margem de rodovias, fora das zonas urbanas e suburbanas do Distrito Federal, dos municípios das Regiões Metropolitanas, das capitais estaduais e dos demais municípios com mais de um milhão de habitantes, e que dispõe de vagas em estacionamento coletivo, coberto ou descoberto, em número igual ao de unidades habitacionais.
<b>Equipamentos Extra-Hoteleiros</b>	
<b>Hospedaria (HO)</b>	Estabelecimento de hospedagem, com serviços parciais de alimentação, no qual se alugam quartos ou vagas com banheiros privativos ou coletivos, asseguradas as condições mínimas de higiene e conforto.
<b>Pousada (PO)</b>	Estabelecimento comercial de hospedagem, sem parâmetros predefinidos de classificação, situa-se em edificações de valor histórico, ou em construções novas, com predominância do estilo do proprietário na decoração interna, paisagismo do entorno, serviços com atendimento personalizado e cozinha regional ou internacional refinada.
<b>Apartment-hotel (AH)</b>	Estabelecimento comercial de hospedagem com serviços de recepção e telefonia, cujas unidades habitacionais têm instalações mínimas como dormitório, sala de estar, banheiro privativo e pequena cozinha.

<b>Fiat (F)</b>	Condomínio residencial, cujas unidades habitacionais podem, eventualmente, ser locadas a terceiros por tempo determinado.
<b>Acampamento turístico (AT)</b>	Estabelecimento comercial de locação de espaço, instalações e serviços, destinado à cessão individual de lotes para instalação de barracas e/ou estacionamento de <i>trailers</i> ou <i>motorhomes</i> .

Quadro 20 – Classificação dos Meios de Hospedagem

Fonte: adaptado Beni (2006)

A abordagem conceitual utilizada na classificação dos meios de hospedagem e focalizando a atividade turística em desenvolvimento no espaço rural do município de Camboriú-SC, foi possível identificar apenas uma tipologia: Pousada (PO) – (equipamentos extra-hoteleiros) através da pesquisa de campo.

Atualmente, o município de Camboriú-SC conta com uma infraestrutura hoteleira (quadro 21) composta por 5 (cinco) equipamentos sendo:

<b>Realidade dos Equipamentos Hoteleiros</b>				
<b>Nº de equipamentos</b>	<b>Identificação</b>	<b>Classificação</b>	<b>Capacidade</b>	<b>Localidade</b>
<b>5</b>	Espaço Rural Clarear	PO	30 pessoas	Limeira
	Quinta do Silva	PO	120 pessoas	Rio Pequeno
	Paraíso da Pesca	PO	10 pessoas	Vila Conceição
	Recanto das Bromélias	PO	60 pessoas	Santa Luzia
	Pousada do Betel	PO	-----	Caetés

Quadro 21 – Equipamentos Hoteleiros do espaço rural de Camboriú-SC

Fonte: Rech (2009)

Seguindo uma análise mais complexa sobre a infraestrutura hoteleira, vale ressaltar que os equipamentos de hospedagem encontram-se em bom estado de conservação, no entanto, faz-se necessário atentar para três processos básicos e de valor para este contexto, destacando: a) número de equipamentos e leitos; b) acessibilidade; c) sinalização.

- a) Número de equipamentos e leitos: o número de equipamentos hoteleiros, apesar de apresentar um bom estado de conservação, é insuficiente para atender a demanda turística, tanto na diversidade de tipologias quanto no número de leitos que o município tem a capacidade de oferecer. Este dado mostra a representatividade de se promover ações integradas para melhorias, visando a atender o fluxo turístico do município de Camboriú-SC.
- b) Acessibilidade: nota-se que a potencialidade do município está configurada no espaço rural, portanto, no tocante ao acesso aos equipamentos hoteleiros,



compreende outro ponto deficitário a ser revisto, com o objetivo de proporcionar aos turistas que chegam à cidade maior conforto e segurança. As vias de acesso encontram-se sem pavimentação, o que exige da gestão pública a frequente manutenção dos pontos críticos.

- c) Sinalização: quanto à sinalização de orientação para o turista, apesar de existir projeto de padronização de acordo com os órgãos EMBRATUR/DENATRAN/ IPHAN, é preciso atentar para a manutenção constante e para implantação de placas indicativas dos equipamentos, ressaltando a visibilidade e textos claros e objetivos, de maneira que o fluxo turístico possa ocorrer com tranquilidade.

Estes apontamentos possibilitam assinalar questionamentos sobre a qualificação e a melhoria da infraestrutura dos meios de hospedagem no espaço rural. Percebe-se a necessidade de um olhar diferenciado da gestão pública e *trade* turístico sobre os benefícios que a atividade turística poderá trazer para o município.

Outro fator a ser considerado na atividade turística é quanto à infraestrutura de alimentos e bebidas. Foram identificados estabelecimentos de pequeno porte no espaço rural de Camboriú-SC. O quadro 22 ilustra os estabelecimentos de A&B da área de estudo.

Realidade do Estabelecimento da A&B		
Equipamentos	Classificação	Localidade
Portal das Pedras	RE	Macacos
Paraíso da Pesca	RE	Macacos
Cascata do Encanto	RE	Macacos

Quadro 22 – Realidade do Estabelecimento de A&B no espaço rural  
Fonte: Rech (2009)

Verifica-se que os estabelecimentos de alimentos e bebidas situados no espaço rural estão atrelados aos equipamentos de lazer, necessitando de um investimento na qualidade do ambiente, atendimento e na diversificação da culinária, formatando estratégias de posicionamento no âmbito da oferta turística. Das oito localizadas, apenas a localidade de Macacos se destacou com estabelecimentos de A&B.

No que diz respeito à infraestrutura para entretenimento (quadro 23), o diagnóstico realizado no espaço rural do município de Camboriú-SC identificou a presença dos seguintes equipamentos:

Entretenimento			
Equipamentos	Classificação	Atividades	Localidade
Cascata do Encanto	Centro de Lazer (desportivo)	Tirolesa, lagoas, paredão de escalada, playground, campo de futebol e quadra de vôlei.	Macacos
Pesque-pague Rio Canoas	Pesque e pague	Pesca esportiva	Braço
Pesque-pague Açanã	Pesque e pague	Pesca esportiva	Rio do Meio
Pesque-pague São Roque	Pesque e pague	Pesca esportiva	Macacos
Pesque-pague Paraíso da Pesca	Pesque e pague	Pesca esportiva, piscinas, tobogãs, campo de futebol, quadra de vôlei.	Vila Conceição

Quadro 23 – Realidade dos Equipamentos de Entretenimento no Espaço Rural  
Fonte: Rech (2009)

Nota-se o destaque de áreas de lazer e instalações desportivas voltadas à atividade turística. No contexto geral, os equipamentos destinados a proporcionar divertimento à demanda turística encontram-se, ainda, restritos às localidades do espaço rural de Camboriú-SC.

No que tange ao desenvolvimento da atividade turística, as agências de viagens desempenham um importante papel no atendimento ao fluxo turístico. No espaço rural de Camboriú-SC, a investigação não identificou estabelecimentos de agenciamento. Portanto, há necessidade de integração do *trade* turístico da área urbana com a área rural para a promoção das potencialidades, utilizando os serviços das agências: Catarinão Agência de Viagens e Turismo, Santa Luíza Viagens e Turismo Ltda., Turiscar Turismo. Estas empresas oferecem serviços como venda de passagens, reservas de hospedagem, *city tour*, receptivos e outros.

O último elemento investigado na infraestrutura foram os serviços de informações turísticas aos visitantes. A base fundamental para que a atividade turística atenda as premissas do desenvolvimento, é necessário que o município adote um sistema de informações para que possam subsidiar o período de permanência do turista.

Beni (2006, p. 367) ressalta que os locais de informações turísticas, “são mantidos por órgão oficial de turismo ou por associações e particulares, [...] e com objetivo de prestar informações, de natureza diversa, aos turistas, proporcionando-lhes uma melhor estada.”

O município de Camboriú-SC atualmente conta com um Posto de Informação Turística (PIT), situado na entrada principal do município. No entanto, verifica-se a necessidade de se promoverem ações para que a comunidade residente no espaço rural seja inserida no contexto do desenvolvimento da atividade turística, atuando também como agente difusor do turismo no município de Camboriú-SC.

A infraestrutura de apoio correspondeu a outra etapa de análise do espaço rural de Camboriú-SC, com observações às condições básicas para a prática do turismo e qualidade de vida da população residente. São considerados indicadores da infraestrutura de apoio: sistema de transportes, sistema de comunicação ou telecomunicações, sistema de segurança, sistema médico-hospitalar, sistema educacional, energia elétrica, serviço de abastecimento de água e rede de esgotos.

Necessário acrescentar nesta análise o diagnóstico da situação atual do município quanto à entrada de turistas. O município não possui terminal rodoviário. Desta forma, o movimento de turistas intermunicipais e interestaduais depende dos terminais rodoviários dos municípios vizinhos: Balneário Camboriú e Itajaí.

Evidencia-se, ainda, que o fluxo de entrada dos turistas na esfera nacional é atendido pelo Aeroporto Ministro Victor Konder, localizado em Navegantes ou através do Aeroporto Hercílio Luz, localizado em Florianópolis. No que diz respeito aos turistas estrangeiros, além dos aeroportos, é possível chegar por meio do terminal marítimo situado em Itajaí. Vale destacar que o município de Porto Belo conta com uma infraestrutura de apoio direcionada a atender, também, os transatlânticos que chegam à região.

Quanto ao sistema de comunicação ou telecomunicações, buscou-se identificar os principais meios utilizados no espaço rural. Desta forma, segundo dados do Sistema de Informação da Atenção Básica – SIAB (2008), identificou-se que, das 496 famílias rurais cadastradas no sistema, 56,65% (representando 281 famílias) têm acesso às informações e noticiários através do rádio e 74,19% (representando 368 famílias cadastradas) têm acesso ao meio de comunicação televisiva, com a captação de emissoras dos municípios vizinhos, tais como RBS-Globo (Blumenau), RIC-Record (Itajaí), enquanto 8,47% (representando 42 famílias cadastradas) têm acesso a outros meios de comunicação.

No espaço rural de Camboriú-SC, no que se refere ao sistema de segurança, não foram identificados postos policiais. A polícia civil desenvolve o seu trabalho através de uma Delegacia de Polícia, localizada no centro urbano, que possui duas

selas para a prisão provisória e uma subdelegacia, situada no bairro Monte Alegre. Além da polícia, o município conta também com o apoio do Corpo de Bombeiros na realização de atendimentos de emergência, tais como: calamidades, incêndios e casos pré-hospitalares, bem como no atendimento às medidas preventivas, na análise de projetos e vistorias de empreendimentos, de acordo com as Normas de Segurança em vigência.

O sistema médico-hospitalar identificado no município de Camboriú-SC é deficitário para atender a população, uma vez que nem todas as localidades do espaço rural disponibilizam postos de saúde para um pré-atendimento. Desta forma, a situação atual do município, em relação aos equipamentos de saúde, apresenta: 1 hospital geral, situado na localidade centro, 1 centro de fisioterapia, 1 centro de diagnóstico e tratamento e 3 consultórios isolados.

Vale ressaltar a necessidade de se promoverem ações que possam favorecer a melhoria no sistema de saúde do município, quanto à distribuição de mais postos de saúde nos bairros e nas localidades do espaço rural, além da disponibilização de equipamentos médicos adequados e da contratação de profissionais que possam suprir a necessidade da população local.

No quesito Sistema de Ensino, Camboriú-SC apresenta 29 escolas municipais, 5 escolas estaduais, 3 escolas particulares e uma escola técnica federal (PLANO DIRETOR, 2008). As escolas são distribuídas em centros educacionais infantis, ensino fundamental e médio. No espaço rural, as escolas atendem turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

No Colégio Agrícola (escola técnica federal, de nível médio), a formação dos alunos propicia um apoio às atividades agrícolas e ao turismo no espaço rural.

O contexto da situação real do município explicita a necessidade de ações governamentais em nível local, para promover melhorias na infraestrutura turística e de apoio, visando não somente a atender o fomento da atividade turística, mas principalmente propiciando à comunidade local qualidade de vida, segurança e bem-estar.

Diante de todos os aspectos elencados sobre a atividade turística, é necessário, também, realizar um estudo acerca do mercado. Após todo o processo de levantamento de informações que caracterizam a oferta turística, é imprescindível observar o comportamento da demanda.

A análise da demanda foi elaborada a partir de uma sistematização de informações estatísticas, extraídas da pesquisa mercadológica da SANTUR (2008), da Costa Verde e Mar (2008) e de questionários aplicados no período de 2007/2008 com um universo de 180 turistas usuários dos equipamentos turísticos do município de Camboriú-SC (apêndice D). A abordagem da análise foi constituída pelas temáticas: principais mercados emissores nacionais e internacionais, meios de hospedagem utilizados, veículos de propaganda que influenciaram a demanda na escolha do destino da viagem, motivos que levaram à realização do deslocamento, principais atrativos turísticos, bem como os meios de transportes utilizados pela demanda.

A análise acerca dos mercados emissores nacionais (tabela24) identificou que a principal movimentação de turistas no estado de Santa Catarina (34,17%), na Região Costa Verde e Mar e no espaço rural de Camboriú-SC são procedentes do próprio estado, seguidos pelos turistas com origem no estado do Paraná (25,55%), Costa Verde e Mar (28,34%) e espaço rural de Camboriú-SC (21,11%).

Tabela 24 – Principais Mercados Emissores Nacionais

<b>Principais Mercados Emissores Nacionais</b>	<b>Santur - 2008 (%)</b>	<b>Costa Verde e Mar - 2008 (%)</b>	<b>Camboriú - SC 2007- 2008 (%)</b>
Santa Catarina	34,17	29,07	48,33
Rio Grande do Sul	20,51	21,11	16,66
Paraná	25,55	28,34	21,11
São Paulo	11,96	14,18	8,33
Rio de Janeiro	1,7	0	5,55

Fonte: Santur (2008), Costa Verde e Mar (2008), Rech (2009)

Outro ponto de análise é evidenciado pelos principais mercados emissores internacionais, dos quais a maior movimentação de turistas estrangeiros no Estado de Santa Catarina (78,53%) tem procedência da Argentina. Na região da Costa Verde e Mar, essa movimentação de turistas argentinos representa 59,13%. Quanto ao espaço rural, o município de Camboriú-SC, apesar da maioria dos turistas ser de procedência brasileira, correspondendo a 84,44%, apresenta também alternativas para inserção no mercado internacional, observado pela movimentação de turistas argentinos nos equipamentos turísticos, com 13,88%. A presença significativa de turistas estrangeiros no espaço rural de Camboriú-SC ressalta a mobilização da gestão pública em buscar alternativas para o desenvolvimento e pela promoção da atividade turística, intensificando ações que possam contextualizar sua inserção no mer-

cado internacional, movimentando a economia e estimulando os turistas estrangeiros a escolher como destinos os municípios de Santa Catarina, através de um processo que evidencia as particularidades do espaço rural. A tabela 25 ilustra a descrição.

Tabela 25 – Principais Mercados Emissores Estrangeiros

<b>Principais Mercados Emissores Estrangeiros</b>	<b>Santur - 2008 (%)</b>	<b>Costa Verde e Mar - 2008 (%)</b>	<b>Espaço Rural, Camboriú-SC 2007- 2008 (%)</b>
Argentina	78,53	59,13	13,88
Paraguai	11,86	4,51	0,55
Chile	3,39	0	0
Uruguai	3,11	0,38	1,11
Outros	0,56	0	84,44

Fonte: Santur (2008), Costa Verde e Mar (2008), Rech (2009)

Sobre a infraestrutura turística, os meios de hospedagem foram destacados como um ponto fundamental para o desenvolvimento dessa atividade. Neste sentido, a abordagem da pesquisa sobre a demanda procurou identificar os meios de hospedagem mais utilizados pelos turistas no âmbito do estado de Santa Catarina. Verificou-se que 32,09%, durante a estadia, hospedaram-se em casas de amigos ou parentes. No tocante à região Costa Verde e Mar, os meios de hospedagem mais utilizados foram casas ou apartamentos de aluguel. No espaço rural de Camboriú-SC, 31,11% dos turistas hospedaram-se em casas de amigos ou parentes (Tabela 26).

Tabela 26 – Meios de Hospedagem utilizados pelos turistas

<b>Meios de Hospedagem Utilizados</b>	<b>Santur - 2008 (%)</b>	<b>Costa Verde e Mar - 2008 (%)</b>	<b>Espaço rural, Camboriú - SC 2007- 2008 (%)</b>
Casa de Amigos/ Parentes	32,09	14,33	31,11
Casa ou apto. de aluguel	16,79	18,99	6,66
Hotel	24,57	12,98	16,66
Casa Própria	13,16	13,16	15,55
Pousada	7,16	7,32	14,44
Camping	1,42	1,6	11,11
Hospedaria, Pensão, Dormitório	3,81	2,58	2,77
Albergue/Alojamento	0,55	0,37	1,66

Fonte: Santur (2008), Costa Verde e Mar (2008), Rech (2009)

A divulgação da atividade turística é um fator que merece ser destacado através dos veículos de mídia para sensibilizar os turistas. Neste sentido, a pesquisa de demanda buscou identificar o meio pelo qual o turista tomou conhecimento dos produtos turísticos de Santa Catarina.

De acordo com a pesquisa realizada pela SANTUR, 54,77% dos turistas que escolheram o estado tomaram conhecimento através de amigos e parentes. Dentre outros meios de propaganda, a região da Costa Verde e Mar ressaltou que 15,39% dos turistas tiveram o conhecimento dos produtos turísticos oferecidos pela região através de *folders* e folhetos. Já no espaço rural de Camboriú-SC, 27,77% dos turistas que chegaram ao município tomaram conhecimento de seus produtos através de revistas (tabela 27).

Tabela 27 – Veículos de propaganda de influência à viagem

Veículo de Propaganda que Influenciou a Viagem	Santur - 2008 (%)	Costa Verde e Mar - 2008 (%)	Espaço rural Camboriú- SC 2007- 2008 (%)
Amigo ou parente	54,77	50,75	42,22
Internet	12,99	12,43	7,77
Folheto, Folder, etc.	14,52	15,39	11,66
Televisão	4,6	4,28	8,88
Revista	7,4	9,57	27,77
Jornal	4	5,45	0
Rádio	1,45	2,09	1,66
Filme	0,26	0,04	0

Fonte: Santur (2008), Costa Verde e Mar (2008), Rech (2009)

Nas pesquisas realizadas pela SANTUR, Costa Verde e Mar e no espaço rural de Camboriú-SC, buscou-se traçar um paralelo sobre o motivo pelo qual o turista realiza seus deslocamentos para o estado de Santa Catarina. As respostas evidenciaram o motivo para o turismo, os negócios e outros. Segundo a SANTUR, o motivo “turismo” correspondeu a 68,30%, “Costa Verde e Mar”, a 83,36% e “espaço rural de Camboriú-SC”, a 43,33% (Tabela 28).

Tabela 28 – Motivo da Viagem

Motivo da viagem	Santur - 2008 (%)	Costa Verde e Mar - 2008 (%)	Espaço rural, Camboriú-SC 2007- 2008 (%)
Turismo	68,30	83,36	43,33
Negócios	18,55	10,88	23,33
Outros	13,15	6,15	33,33

Fonte: Santur (2008), Costa Verde e Mar (2008), Rech (2009)

Além dos motivos da viagem, os atrativos turísticos se configuraram como um importante elemento na oferta turística. Conforme a SANTUR, 49,63% dos turistas que escolheram Santa Catarina para suas viagens justificaram a opção pelos atrativos naturais. No âmbito da região da Costa Verde e Mar, 57,80% e no espaço rural de Camboriú-SC, 23,33 deram a mesma justificativa.. No espaço rural de Camboriú-SC, a pesquisa destacou, ainda, visitas a amigos/parentes, com 39,44% (Tabela 29).

Tabela 29 – Principais atrativos turísticos

<b>Principais Atrativos Turísticos</b>	<b>Santur - 2008 (%)</b>	<b>Costa Verde e Mar - 2008 (%)</b>	<b>Espaço Rural, Camboriú-SC 2007- 2008 (%)</b>
Atrativo natural	49,63	57,80	23,33
Visita a amigos/parentes	18,05	15,21	39,44
Atrativo histórico-cultural	16,48	11,25	6,66
Entretenimento	0,95	0,68	10
Manifestação popular	5,8	1,7	0
Tratamento de Saúde	7,07	7,34	3,8
Religião/peregrinação	0,12	0,3	16,11
Compras	1,9	4,02	0,55

Fonte: Santur (2008), Costa Verde e Mar (2008), Rech (2009)

No que se refere aos meios de transporte utilizado pela demanda turística, a pesquisa ressaltou que os turistas que chegam ao estado de Santa Catarina utilizam o automóvel, compreendendo 78,19%. O mesmo acontece com a região da Costa Verde e Mar (87,12%). No espaço rural de Camboriú-SC, foram destacadas duas modalidades de transporte, a primeira, representando 46,66% (automóveis) e a segunda, representando 40%, utilizando ônibus (Tabela 30).

Tabela 30 – Meios de transporte utilizados pelos turistas

<b>Meios de Transportes Utilizados</b>	<b>Santur - 2008 (%)</b>	<b>Costa Verde e Mar - 2008 (%)</b>	<b>Espaço rural, Camboriú - SC 2007- 2008 (%)</b>
Automóvel	78,19%	87,12%	46,66%
Ônibus	17,75%	10,81%	40,00%
Avião	3,81%	1,85%	11,11%
Outros	0,25%	0,22%	2,22%

Fonte: Santur (2008), Costa Verde e Mar (2008), Rech (2009)



Cabe evidenciar que outros aspectos foram evidenciados na pesquisa de demanda no espaço rural de Camboriú-SC, não ressaltados na pesquisa da SANTUR e da Costa Verde e Mar, dentre eles o perfil dos turistas, infraestrutura dos equipamentos turísticos, qualidade do ambiente visitado, sinalização das vias de acesso, serviços de informações turísticas e indicação dos equipamentos turísticos. O objetivo do complemento das informações foi reconhecer através da visão do turista, a realidade de Camboriú-SC sobre o desenvolvimento do turismo. Neste sentido, a aplicação do questionário de demanda no espaço rural de Camboriú-SC ocorreu em 10 equipamentos turísticos com diferentes segmentos do turismo. O gráfico esboça este contexto.

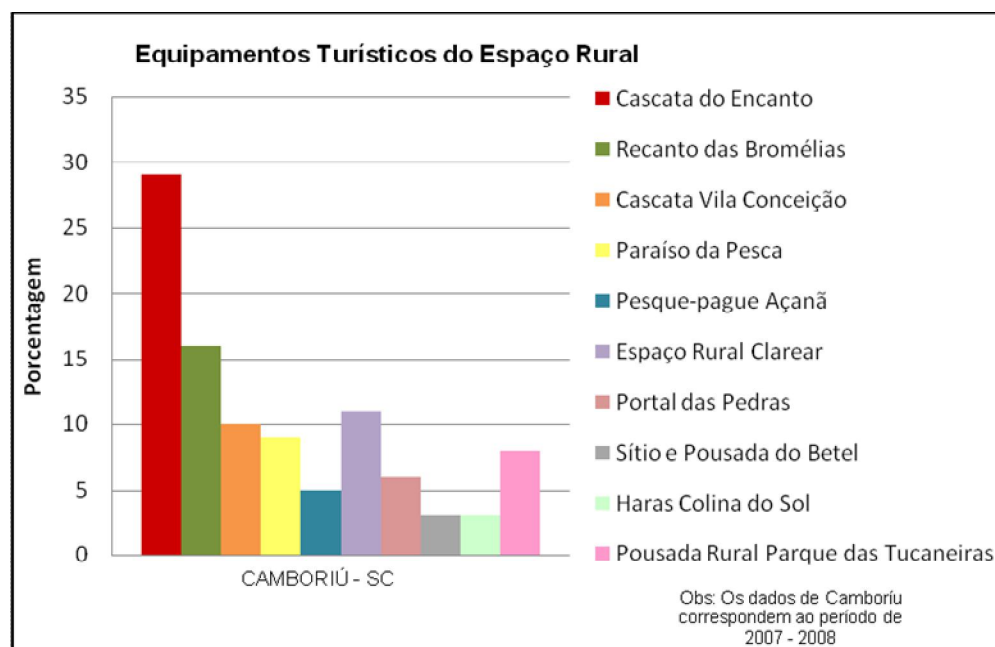


Gráfico 9 – Pesquisa de demanda nos equipamentos turísticos do espaço rural

Fonte: Rech (2009)

Na pesquisa de demanda, 53% dos entrevistados representaram o universo feminino e 47%, o universo masculino, conforme o gráfico 10.

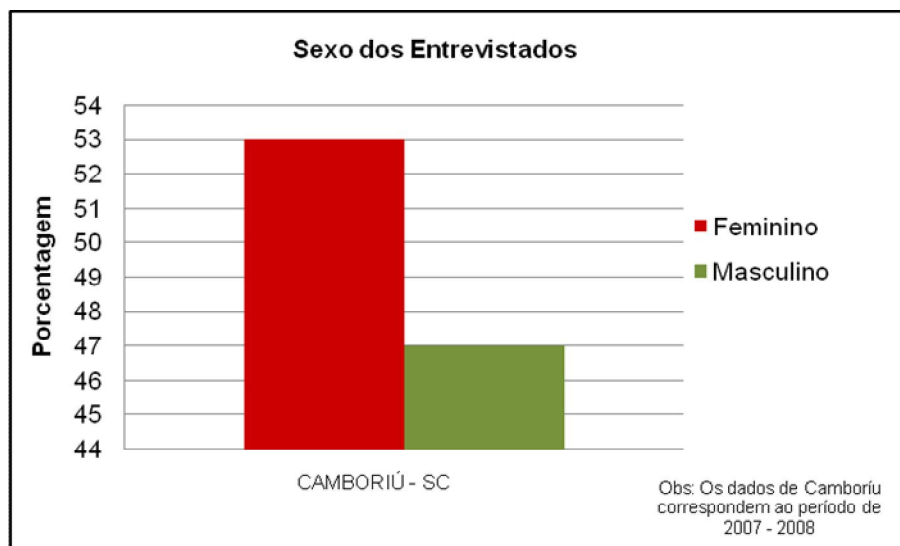


Gráfico 10 – Pesquisa de demanda (sexo dos entrevistados)  
Fonte: Rech (2009)

A faixa etária abordada pela pesquisa consistiu em uma amostragem onde 32% dos entrevistados tinham entre 41 e 50 anos, seguidos por 26% com a faixa etária entre 21 e 30 anos. Esta informação é um subsídio importante para o planejamento do turismo, considerando que os equipamentos devem oferecer atividade de infraestrutura para atender essa demanda (Gráfico 11).

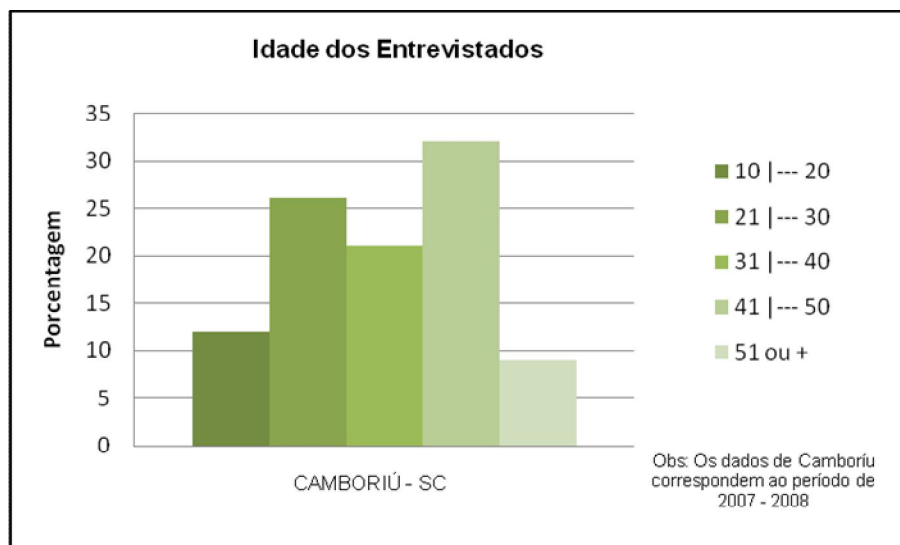


Gráfico 11 – Pesquisa de demanda (faixa etária dos entrevistados)  
Fonte: Rech (2009)

Quanto à escolaridade dos turistas, 35% dos entrevistados apresentam educação superior completa. Este dado apresenta-se favorável para o desenvolvimento da atividade turística, uma vez que envolve um turismo mais elitizado e que requer uma infraestrutura turística de qualidade. (gráfico 12).

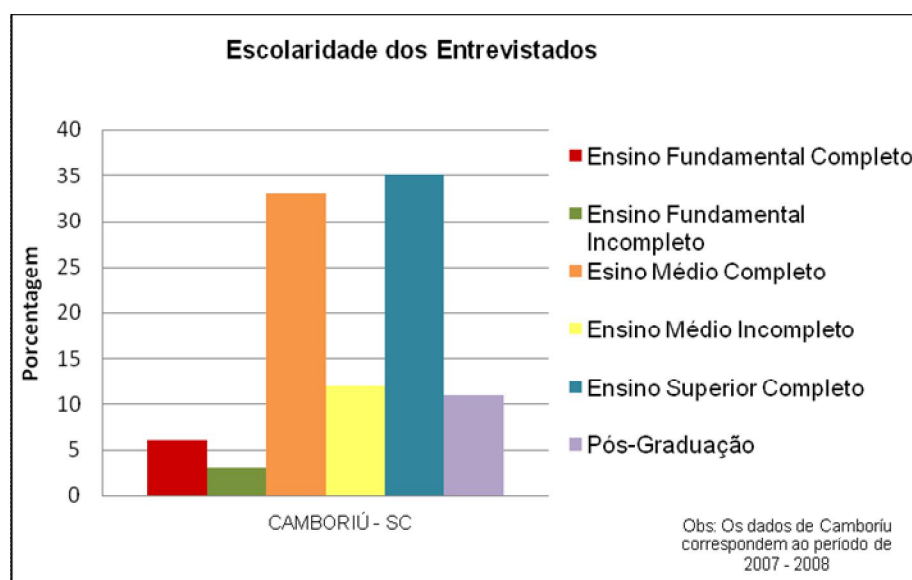


Gráfico 12 – Pesquisa de demanda (Escolaridade)  
Fonte: Rech (2009)

A atividade profissional principal dos turistas entrevistados no espaço rural (gráfico 13) destacou-se como profissionais liberais (28%). Verificou-se, também, a profissão de autônomos, evidenciada como outros (26%).

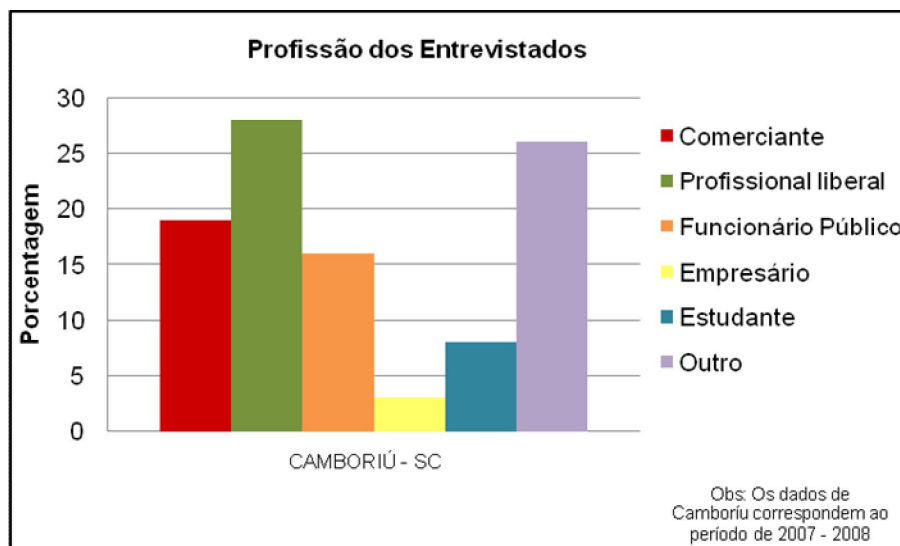


Gráfico 13 – Pesquisa de demanda (Profissões dos entrevistados)  
Fonte: Rech (2009)

Quanto à infraestrutura dos equipamentos turísticos, a pesquisa aplicada ressaltou que 43% dos entrevistados avaliaram a infraestrutura dos equipamentos turísticos do espaço rural como razoável. Este indicador enfatiza a necessidade, dos proprietários dos equipamentos e da gestão pública, de promover ações que possam redimensionar os espaços e buscar constantemente melhorias para proporcionar aos visitantes qualidade nos serviços oferecidos (gráfico 14).

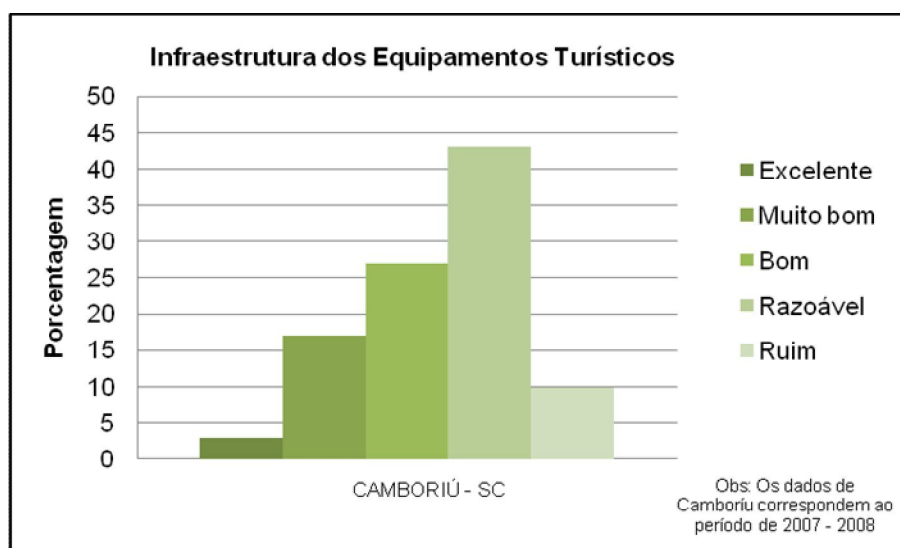


Gráfico 14 – Pesquisa de demanda (Infraestrutura dos equipamentos Turísticos)  
Fonte: Rech (2009)

Ainda quanto ao aspecto referente à infraestrutura dos equipamentos turísticos, buscou-se identificar a qualidade do ambiente quanto à receptividade dos funcionários, da segurança, do local, qualidade de alimentação, sanitários, estacionamentos e da qualidade dos espaços para hospedagem. Desta forma, a pesquisa levantou que 43% dos equipamentos turísticos, dentre os elementos citados, foram analisados como excelentes. (gráfico 15)

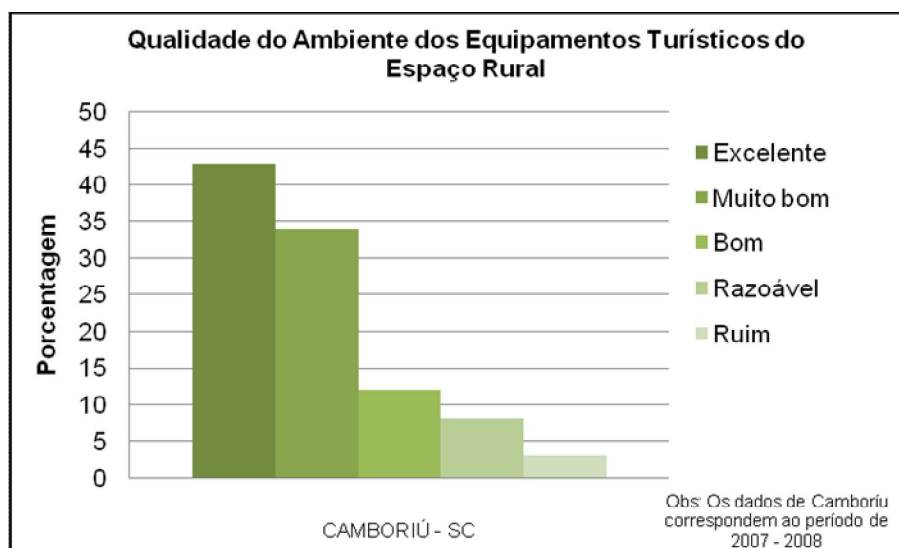


Gráfico 15 – Pesquisa de demanda (Qualidade do Ambiente)  
Fonte: Rech (2009)

Um ponto relevante para a atividade turística está relacionado às condições da infraestrutura de apoio, no que tange à qualidade das vias de acesso e ao sistema de sinalização de orientação de trânsito e indicativa. Nesta linha de análise, buscou-se abordar as condições apresentadas pela sinalização implantada no espaço rural de Camboriú-SC, como eixo norteador do fluxo turístico. Diante deste contexto, a sinalização foi considerada razoável pela demanda turística, correspondendo a 36%. Verificou-se, durante a aplicação do questionário, a necessidade de investimento em projetos que visam à adequação das vias e das sinalizações de orientação, além da indicação dos equipamentos turísticos. O gráfico 16 aborda as questões levantadas.

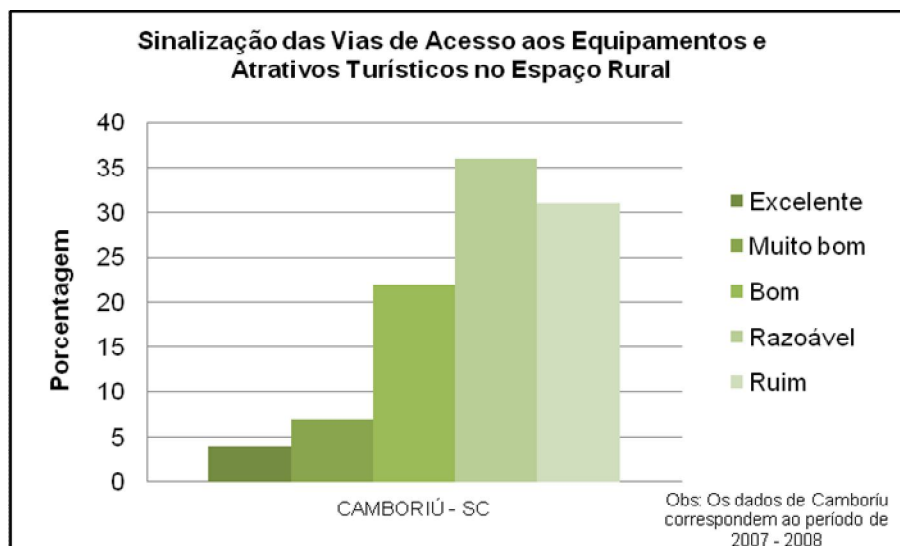


Gráfico 16 – Pesquisa de demanda (Sinalização das vias de acesso aos equipamentos Turísticos)  
Fonte: Rech (2009)

A atividade turística pressupõe um cuidado e atenção com o sistema de informação direcionado para atender a demanda turística. Este contexto ressalta a importância da utilização de instrumentos adequados que visem ao levantamento de dados, subsidiando os deslocamentos dos turistas, além de programas que possibilitem a capacitação de recursos humanos para atendimento nos postos de informações turísticas (PITs).

No âmbito desta temática, 42% dos turistas entrevistados (gráfico 17) ressaltaram o serviço de informação do espaço rural de Camboriú-SC como muito bom. Apesar do resultado, vale lembrar que o processo de coleta e de aperfeiçoamento de informações é uma constante, o que introduz a necessidade de estar sempre buscando alternativas diferenciadas para manter o turista bem informado.

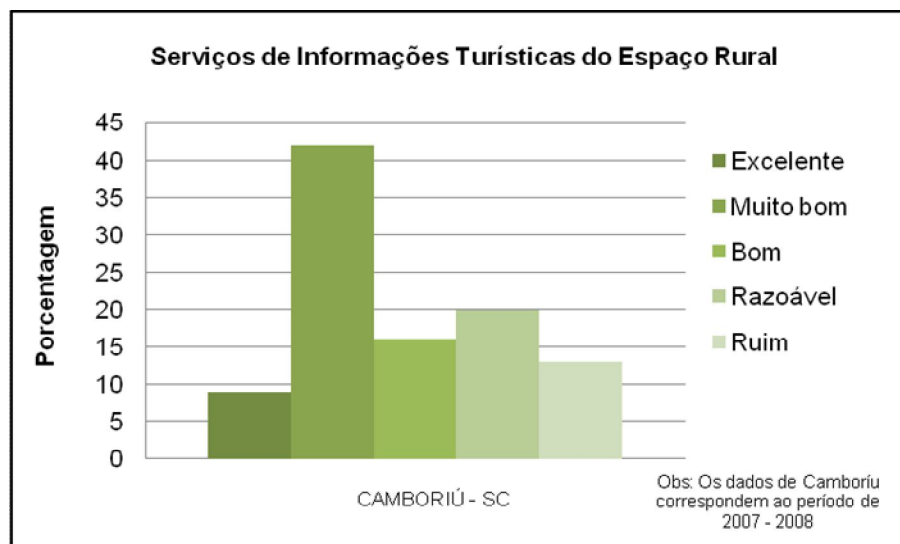


Gráfico 17 – Pesquisa de demanda (Serviços de Informações)  
Fonte: Rech (2009)

Superar as expectativas dos turistas é a base de um trabalho planejado, orientado e, acima de tudo, integrador. Os interesses e perspectivas dos proprietários dos equipamentos devem estar direcionados a promover atividades prazerosas, em oferecer serviços nos quais o bem-estar dos turistas seja elevado, proporcionando não somente benefícios econômicos à comunidade, mas prolongando o ciclo de vida do turismo na destinação.

Assim, dos 180 turistas entrevistados (gráfico 18), 100% indicariam os equipamentos turísticos localizados no espaço rural do município de Camboriú-SC, sendo que 35% justificaram sua resposta por tratar-se de um local agradável.

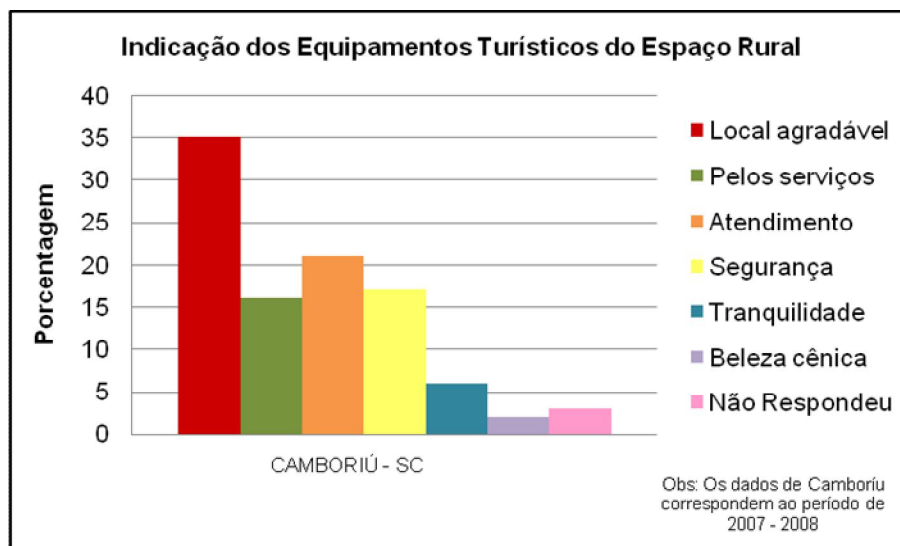


Gráfico 18 – Pesquisa de demanda (Indicação dos equipamentos turísticos)  
Fonte: Rech (2009)

Os aspectos ressaltados ilustraram a análise sistêmica da complexidade do turismo. O delineamento das informações abordadas na contextualização das políticas públicas e de estratégias de desenvolvimento turístico evidenciou o planejamento participativo no entrelace de ações que primem pela integridade da atividade turística, promovendo benefícios para a gestão territorial, *trade* e população local.

#### 4.4 METODOLOGIA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

A Gestão Territorial propicia a aplicabilidade de variáveis que subsidiam o reconhecimento do espaço, articulando projetos e promovendo ações que fortalecem o processo de desenvolvimento de uma determinada localidade. Tal fato reproduz a necessidade de se elaborarem metodologias de estudos, integrando a comunidade, atores político-administrativos, empresas privadas e o universo técnico-científico, visando a estabelecer laços significativos de progresso.

Na construção da base organizacional do espaço, o papel dos atores é evidenciado através do planejamento participativo, colocando seus conhecimentos em contínua evolução, expressando idéias e contextualizando a sociedade à que estão habituados. O reconhecimento situacional do espaço real vivido ressalta a eloquência desta seção.



Esta condição exprime a dinamicidade da metodologia do planejamento participativo e sua aplicação no contexto do desenvolvimento do turismo. Analisando objetivamente a realidade territorial, a sistematização de informações qualitativas e quantitativas configura-se como subsídios para a formulação de diretrizes básicas de desenvolvimento, visando a ações e melhorias para o bem-estar da população local.

Na prática, a representação do processo do Planejamento Participativo pode ser evidenciada, conforme a figura 34.

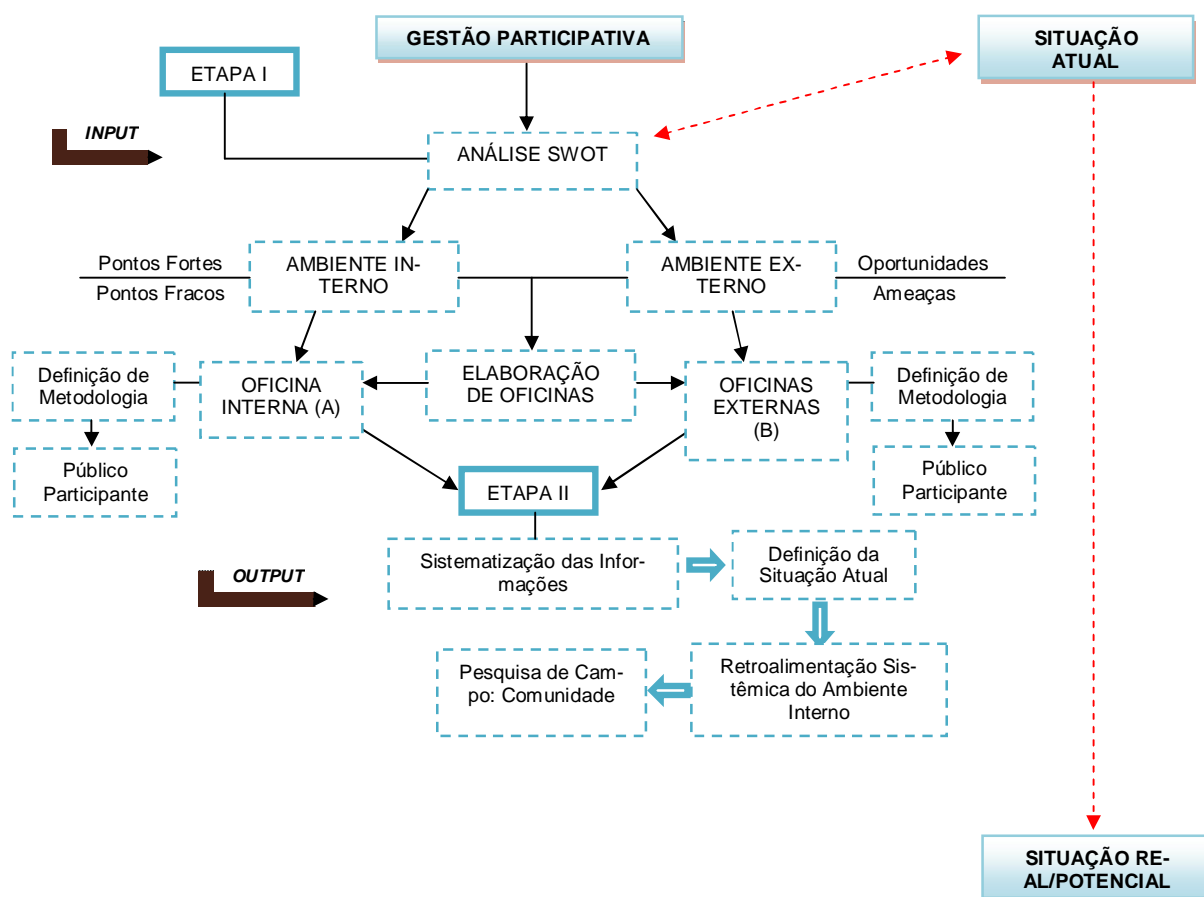


Figura 34 – Representação das Etapas do Planejamento Participativo  
Fonte: Rech (2009)

Sob o prisma da Gestão Territorial Participativa, o envolvimento sugerido entre os atores torna-se um instrumento imprescindível à tomada de decisões. Para compreender o processo, é oportuno explicitar as etapas abordadas pelo esquema apresentado anteriormente.

No ápice da estruturação, evidencia-se a gestão participativa, que é caracterizada pelo envolvimento dos atores em relação ao ordenamento e às formas de ocupação territorial de uma localidade.

A funcionalidade da representação inicia-se pela inserção de elementos “*INPUT*” (entrada), fundamentais para a análise e elaboração de um estudo aprofundado acerca da situação atual do município.

Assim, a primeira etapa do Planejamento Participativo consistiu na análise de SWOT (figura 35), dividida em duas vertentes: a primeira referente ao ambiente interno e a segunda, ao ambiente externo. Para ambos adotou-se a sistemática de oficinas, porém cada vertente foi ressaltada assegurando o seu valor intrínseco.

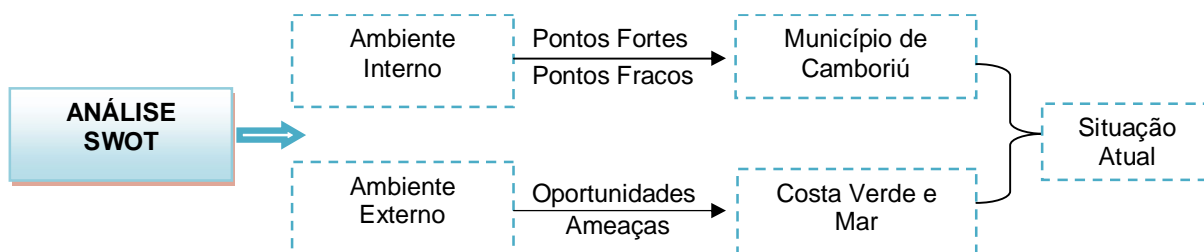


Figura 35 – Análise de SWOT  
Fonte: Adaptado Kotler (2002)

A oficina interna compreendeu a primeira etapa do esquema de SWOT, com a análise dos pontos fortes e fracos do município de Camboriú–SC. Optou-se por desenvolver a oficina, incluindo não apenas o espaço rural, com o intuito de visualizar a participação da superestrutura, da infraestrutura e da comunidade em prol do desenvolvimento do turismo. Para este processo, buscou-se definir uma metodologia situacional tendo como base as técnicas de ZOPP<sup>23</sup> e DELFOS<sup>24</sup>.

O elo entre estas duas técnicas reflete uma aproximação do desenvolvimento da atividade turística, pois estabelece a escala temporal entre o presente (ZOPP)

<sup>23</sup> É uma metodologia de planejamento participativo que permite, partindo de informações relativamente vagas, por meio de várias etapas de trabalho, que se possa chegar a um planejamento detalhado [...]” (DENCKER, 2004, p. 229)

<sup>24</sup> “A técnica Delfos tem por objetivo gerar informações sobre o futuro, sobre as consequências de determinados fatos ou eventos, de modo a permitir uma visão que sirva de parâmetro para avaliar o presente.” (DENCKER, 2004, p. 224)

e o futuro (DELFOS), atentando para os impactos decorrentes da ocupação territorial.

Após a definição da metodologia, o enfoque participativo contou com a presença de grupo heterogêneo composto por integrantes do poder público, do privado, da comunidade, do *trade* turístico e do universo acadêmico.

O número de participantes compreendeu uma amostragem de 20 pessoas. A Oficina do Planejamento Participativo (interna)<sup>25</sup> foi realizada nas dependências da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Camboriú-SC.

Neste contexto, a oficina iniciou-se com uma breve explanação dos objetivos ao público participante, pontuando também questões para as quais os participantes deveriam atentar, expondo de forma clara e objetiva a situação atual da organização do espaço do município de Camboriú-SC. Em seguida, os participantes foram divididos em três grupos.

Buscando sistematizar o desenvolvimento da oficina, foram determinados os eixos temáticos: (I) infraestrutura, (II) natural/rural e (III) comunidade/turismo, bem como o nível de hierarquização (crítica, mediana, satisfatória e não se aplica), visando a adequar a análise diante das situações sugeridas. A figura 36 ilustra os eixos temáticos e o nível de hierarquização.

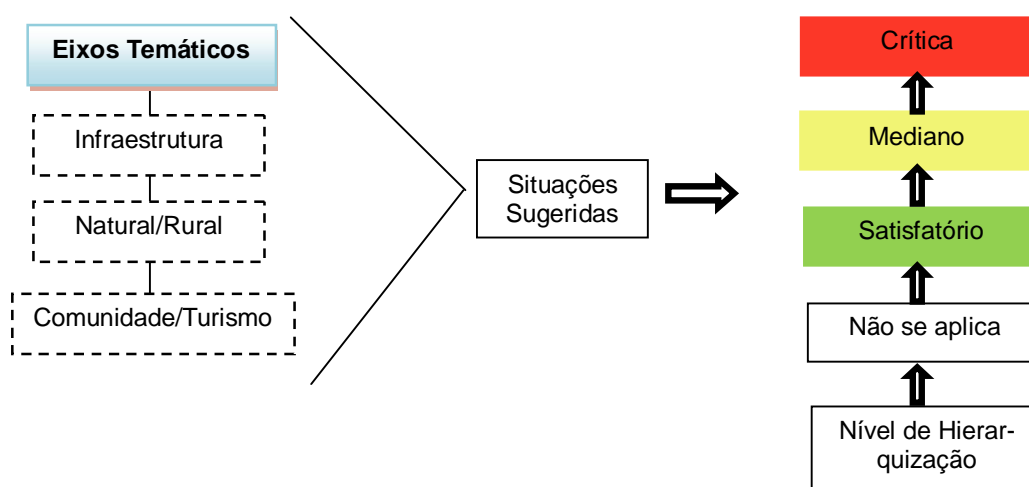


Figura 36 – Eixos Temáticos e Nível de Hierarquização da oficina interna  
Fonte: Rech (2009)

<sup>25</sup> A Oficina do ambiente interno foi aplicada durante o estágio supervisionado curricular da acadêmica do Curso de Turismo, Emanuela Nascimento, do Instituto Cenecista Fayal de Ensino Superior, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Cláudia Maria Correia Borges Rech.

As discussões ocorridas durante a oficina acerca das situações sugeridas levantaram questões quanto à ordenação do espaço x morador, comunidade x turista e, por fim, a relevância de trabalhos envolvendo os atores do poder político-administrativo, do turismo e, principalmente, da comunidade.

Esses fatores contribuíram para a análise de SWOT com a abordagem de pontos fortes e pontos fracos do ambiente interno (município de Camboriú-SC).

Com o fortalecimento da atividade turística, a metodologia situacional criada para o município de Camboriú-SC contribuiu significativamente para o reconhecimento territorial, observando o desenvolvimento do turismo nas localidades. Para a análise, utilizou-se a hierarquização representada pelas escalas crítica, mediana, satisfatória e não se aplica. Os níveis de hierarquização foram especificados por cores: nível crítico (vermelho), mediano (amarelo), satisfatório (verde) e não se aplica (branco), que auxiliaram na apresentação pelos grupos.

Desta forma, cada grupo temático recebeu folhas de papéis coloridos e, conforme as análises realizadas, descreveram no papel a situação escolhida de acordo com a hierarquia.

O quadro 24 apresenta os resultados obtidos com a aplicação da oficina no ambiente interno.

	Situações Sugeridas	Hierarquia				Pontos Fortes	Pontos Fracos
		Crítica	Mediana	Satisfatória	Não se aplica		
Infra-estrutura	Serviços de alimentos e Bebidas (A&B).	X					✓ Escassez e precariedade nos serviços oferecidos pelos estabelecimentos de alimentos e bebidas.
	Sistema de transporte aos equipamentos turísticos e atrativos.	X					✓ Número reduzido de veículos coletivos, com horários e frequências (dias) que não atendem a comunidade local nem a demanda turística.
	Sistema de sinalização para o acesso aos equipamentos turísticos e atrativos.	X				✓ Projetos de padronização da sinalização turística e de acesso, de acordo com as normas da 171MBRATUR / DENATRAN / IPHAN.	✓ Falta de sinalização adequada para acesso às localidades do município.
	Infraestrutura dos equipamentos de lazer.		X				✓ Precariedade na qualidade do atendimento e na infraestrutura dos serviços oferecidos pelos equipamentos de lazer.
	Infraestrutura dos meios de hospedagem		X				✓ Precariedade na qualidade do atendimento e na infraestrutura dos serviços oferecidos pelos meios de hospedagem.
	Infraestrutura para a realização de eventos no município.	X				✓ Revitalização de espaços existentes para eventos.	✓ Pouca opção de espaço com infraestrutura adequada para a realização dos eventos.
	<b>Número de equipamentos para hospedagem (inserido pelo grupo).</b>	X					✓ Insuficiência de meios de hospedagem para atender a demanda turística.

	Situações Sugeridas	Crítica	Mediana	Satisfatória	Não se aplica	Pontos Fortes	Pontos Fracos
Natural / Rural	Atrativos naturais (matas, cachoeiras, rios e outros).			X		✓ Potencialidade para a prática de atividades turísticas com base na natureza, visando ao desenvolvimento sustentável.	✓ Depreciação dos atrativos em função da prática massiva e sem planejamento.
	Cenário paisagístico para o desenvolvimento do turismo de observação.			X		✓ Diversidade de elementos naturais que integram a paisagem, possibilitando a observação da flora e da fauna.	✓ Descaso da comunidade quanto à conservação da vegetação e da fauna (queimadas, desmatamentos, caça, entre outros).
	Estado de conservação dos elementos paisagísticos		X				✓ Descaracterização do espaço rural pela inserção de elementos urbanos.
	Estrutura das propriedades rurais para a prática do turismo.		X			✓ Diversificação econômica para os proprietários rurais.	✓ Falta de infraestrutura adequada para atender a demanda turística.
	Desenvolvimento de turismo sustentável (uso adequado do ambiente).		X				✓ Prática de atividade sem a elaboração de um plano de manejo.
	Incentivo do poder público quanto ao desenvolvimento do turismo no espaço rural.		X			✓ Possibilidade de diversificar a economia local.	✓ Rejeição da atividade turística pela comunidade quanto à sua não participação no processo de planejamento
	<b>Conscientização sobre meio ambiente e turismo como fonte de renda (inserido pelo grupo).</b>	X					✓ Falta de programas voltados para a conscientização da comunidade sobre a conservação da natureza.
Comunidade / Turismo	Situações Sugeridas	Crítica	Mediana	Satisfatória	Não se aplica	Pontos Fortes	Pontos Fracos
	Capacitação da comunidade e do <i>trade</i> para o turismo.		X				✓ Falta de interesse dos órgãos públicos e privados em promover oficinas e reuniões para capacitar a comunidade, desestimulando a participação na atividade turística.
	Benefícios econômicos gerados em função do evento Gideões.			X		✓ Realização de eventos de grande porte.	✓ Falta de infraestrutura adequada para receber o público participante.
	Grau de satisfação da comunidade com o turismo.		X				
	Incentivo para a comunidade produzir artesanatos e <i>souvenirs</i> .			X			
	Vocação da comunidade para o turismo.		X			✓ O espaço rural possibilita o desenvolvimento de diferentes atividades turísticas, oferecendo equipamentos com serviços diferenciados e atrativos singulares, que influenciam na motivação para a realização dos deslocamentos.	✓ Perda da identidade local através da inserção de novas culturas e hábitos com o advento do turismo.
	<b>Integração das secretarias de turismo e educação: estimulando os estudantes a conhecer os equipamentos de turismo (inserido pelo grupo)</b>			X		✓ O engajamento turístico inicia-se na escola, através de ações que possam promover o reconhecimento do espaço e suas funcionalidades.	

Quadro 24 – Resultado (A) da Oficina do Ambiente Interno.

Fonte: Adaptado Nascimento (2007)

A aplicação da oficina no ambiente interno possibilitou a compreensão da realidade do município de Camboriú-SC através da hierarquização delineada para as análises. Assim, diante deste processo, é importante salientar os resultados obtidos durante a realização da oficina.

De acordo com os eixos temáticos estabelecidos, buscou-se, dentre as situações sugeridas, estabelecer um paralelo entre a hierarquização apontada com os pontos fortes e os pontos fracos do município de Camboriú-SC. Ao todo, foram 20 (vinte) situações, divididas em: infraestrutura, natural/rural e comunidade/turismo.

No que tange à **infraestrutura**, foram englobados na análise os serviços de alimentos e bebidas (A&B), o sistema de transporte até os equipamentos turísticos / atrativos, a sinalização para acesso aos equipamentos, a infraestrutura para realização de eventos, bem como o número de equipamentos para hospedagem. A classificação apontada mediante a realização da oficina foi a hierarquização crítica. Os apontamentos mostraram que a infraestrutura é escassa, e a conservação e a qualidade dos serviços ofertados não correspondem ao nível da demanda turística.

Para a infraestrutura dos equipamentos de lazer e dos meios de hospedagem, adotou-se a hierarquização mediana, mesmo com a precariedade do atendimento e dos serviços que disponibilizam.

No **ambiente natural / rural**, os atrativos naturais e o cenário paisagístico foram avaliados como satisfatórios, em virtude dos componentes naturais que potencializam e diversificam as atividades turísticas com base no desenvolvimento sustentável. Porém, há que se considerar a necessidade de programas que possam evitar a depreciação e o descaso com a conservação dos atrativos e dos ecossistemas presentes.

Neste contexto, foram abordadas situações como o estado de conservação dos elementos paisagísticos e o desenvolvimento do turismo sustentável. Ambos, avaliados sob o ponto de vista mediano, pela necessidade de elaborar um plano de manejo que possa assegurar a integridade do ambiente natural.

No que se refere às propriedades rurais e ao incentivo do poder público para o desenvolvimento da atividade turística, obteve-se a classificação mediana, pois apesar de ser uma possibilidade de diversificação da economia local e de constituir uma segunda fonte de renda para os proprietários rurais, é preciso investir na integração da comunidade rural ao processo de planejamento da atividade turística, pa-

ra que possa estar engajada no desenvolvimento do turismo e na adequação da infraestrutura da propriedade rural para atender o fluxo de turistas.

Diante deste processo, evidencia-se a conscientização da comunidade e dos visitantes sobre o meio ambiente, classificado como crítico, pela carência de programas voltados para a educação ambiental, destacando a importância da conservação da natureza.

Quanto aos aspectos relacionados à **comunidade/turismo**, foram levantados como satisfatórios os benefícios econômicos gerados pelo evento dos Gideões (encontro religioso), o grau de satisfação da comunidade com a prática do turismo, o incentivo para a comunidade produzir o artesanato e *souvenirs* e a integração das secretarias de turismo e educação.

No tocante à atividade turística e seus princípios, foram classificados como mediana a capacitação da comunidade e do *trade* para o turismo, bem como a vocação da comunidade para o turismo.

A segunda vertente da análise de SWOT, no contexto da Oficina do Planejamento Participativo, compreendeu as oficinas do ambiente externo<sup>26</sup>, abordando aspectos a respeito das oportunidades e ameaças da região da Costa Verde e Mar, na qual o Município de Camboriú-SC está inserido.

Este processo resultou na junção dos dados das duas oficinas (I e II) aplicadas durante a elaboração do Plano Estratégico de Marketing Turístico Integrado – PEMTI, que contaram com a participação efetiva da comunidade local, poder público/privado e representante do *trade* turístico de onze municípios, que contribuíram significativamente para a construção do cenário turístico da região.

Neste contexto, a análise das oportunidades e ameaças realizada nos 11 municípios da Costa Verde e Mar subsidiaram o reconhecimento da atividade turística desenvolvida na região, bem como a distribuição territorial do fenômeno.

Com o intuito de discutir e analisar as oportunidades e as ameaças do desenvolvimento do turismo na Costa Verde e Mar, a sistematização das informações do ambiente externo abordou duas etapas: I Oficina do PEMTI dividida em quatro eixos temáticos: (I) Socioeconômico e Infraestrutura, (II) Natural, (III) Cultural e (IV)

---

<sup>26</sup> As oficinas (I e II), do ambiente externo compreenderam uma análise sistêmica da Região Costa Verde e Mar. Foram realizadas durante a elaboração do Plano Estratégico de Marketing Turístico Integrado – PEMTI. O Plano Estratégico de Marketing Turístico Integrado – PEMTI consistiu na coordenação da Prof<sup>a</sup>. Cláudia Maria Correia Borges Rech, que participou do processo de elaboração e aplicação das oficinas.

Infraestrutura turística e a II Oficina do PEMTI, que foi a apresentação dos resultados obtidos na I Oficina e analisados pelos participantes (único grupo) interligando os eixos temáticos traçados para, posteriormente, delinear as ações e metas de aplicação prática do plano estratégico.

Neste sentido, a discussão apresentada a seguir compreendeu a junção dos temas e dos pontos relevantes abordados nas duas oficinas do PEMTI, com o objetivo de analisar, sob uma visão holística, a situação atual do turismo na região. A figura 37 apresenta os eixos temáticos e os seus respectivos subitens do objeto de análise.



Figura 37 – Eixos temáticos e subitens analisados nas oficinas I<sup>27</sup> e II<sup>28</sup> do PEMTI.  
Fonte: Adaptado PEMTI (2006 – 2007)

<sup>27</sup> A I Oficina do PEMTI compreendeu o levantamento dos pontos fortes/oportunidades e pontos fracos/ameaças dos 11 municípios integrantes da região da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí – AMFRI. A oficina contou com a participação dos gestores públicos, *trade* turístico e comunidade. O grande grupo foi dividido em quatro eixos temáticos heterogêneos.

<sup>28</sup> A II Oficina do PEMTI compreendeu a reunião de todos os participantes da I oficina para discussão dos pontos levantados, visando, após o encerramento da mesma, ao estabelecimento das ações e metas de aplicação prática do plano.



Com relação à formação dos grupos temáticos, buscou-se estabelecer uma composição heterogênea, envolvendo pessoas das diversas áreas do conhecimento científico e profissional.

Diante da definição dos eixos temáticos para a aplicação da Oficina do Planejamento Participativo, foi delineada a metodologia utilizando uma hierarquização para identificar a relevância de alguns aspectos no contexto turístico, através de três níveis: nível 1, sendo de baixa intensidade e importância; nível 2, média intensidade e importância, e nível 3, de alta intensidade e importância.

Assim, tem-se a seguinte resolução no quadro 25.

<b>OPORTUNIDADES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
NÍVEL 1	Representa uma potencialidade para a região, porém tem pouca intensidade e importância no ambiente turístico.
NÍVEL 2	Constitui uma potencialidade, porém possui média intensidade e importância para a atividade turística.
NÍVEL 3	É uma potencialidade de região de grande intensidade e relevância para o turismo.
<b>AMEAÇA</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
NÍVEL 1	Representa um risco para a região, porém tem pouca intensidade e importância no ambiente turístico.
NÍVEL 2	Constitui-se em um risco, porém possui média intensidade e importância no ambiente turístico.
NÍVEL 3	É um risco potencial da região analisada, de grande intensidade e importância no ambiente turístico.

Quadro 25 – Descrição dos níveis hierárquicos analisados nas oportunidades e ameaças.

Fonte: PEMTI (2006)

Através deste processo, a análise SWOT possibilitou a construção de ferramentas imprescindíveis ao planejamento, gerando o reconhecimento de aspectos de potencialidades e de defasagem em relação ao desenvolvimento da atividade turística na região da Costa Verde e Mar.

O quadro 26 apresenta os principais aspectos levantados pelas oficinas I e II do PEMTI, apontando os níveis de hierarquização mais relevantes.

Aspectos Socio-econômicos			Oficina I (PEMTI)		* Oficina II (PEMTI)
	Oportunidades		Ameaças		
<b>População</b>	O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, dos municípios integrantes da Costa Verde e Mar possui uma variação entre médio e alto. Este fator retrata a qualidade de vida da população dessa região.	3	O crescimento da população de baixa renda, por ofertas de trabalhos sazonais (promessas de emprego e outras), afetando a segurança pública dos municípios da Costa Verde e Mar.	3	<p><b>Meio ambiente</b></p> <p>Conservação e preservação do meio ambiente visando a sustentabilidade da região.</p> <p>Manutenção e melhoria da qualidade das águas para fins recreativos e das condições de saneamento básico.</p> <p><b>Atividades esportivas</b></p> <p>Promoção e realização de eventos esportivos integrados na região, valorizando especialmente aspectos naturais da Costa Verde e Mar.</p> <p><b>Economia regional</b></p> <p>Criação de mecanismos de estímulo à visitação dos portos de Itajaí e Navegantes.</p> <p>Desenvolvimento de coparcias entre a iniciativa pública e privada na visitação turística às indústrias pesqueiras e navais da região.</p> <p><b>Produtos gerais</b></p> <p>Criação de um calendário de eventos regionais da Costa Verde e Mar.</p> <p>Padronização e integração da sinalização regional, orientado a atrativos de outros municípios.</p> <p>Criação de um Consórcio de Turismo privado (direito público).</p> <p>Criação de uma delegacia de polícia regional de atendimento ao turista.</p> <p>Implantação de um city tour integrando os municípios costeiros.</p> <p>Criação de uma linha de transporte entre o Aeroporto Internacional de Navegantes e os demais municípios da AMFRI.</p>
<b>Economia</b>	O crescimento da economia da região encontra-se superior ao do estado. Praticamente ¼ da arrecadação de IPTU do estado concentra-se na região.	3	Desenvolvimento diferenciado nos municípios gerando uma disparidade na economia local.	2	
<b>Educação</b>	Existência de faculdades de Turismo com pesquisas científicas voltadas para o segmento turístico. Investimentos nas atividades turísticas com profissionalismo.	3	Falta de utilização de recursos humanos qualificados na atividade turística e o declínio das faculdades de Turismo.	3	
<b>Infraestrutura de Acesso</b>	Representatividade do eixo viário entre o núcleo interno e externo, facilitando a acessibilidade destacando: BR 101, BR 116, BR 153 e BR 470. No que se refere ao transporte aéreo, a proximidade com os aeroportos de Navegantes, Florianópolis e Joinville – SC possibilita o aumento do fluxo turístico nacional e internacional, proporcionando parceiros e promovendo o desenvolvimento de polos turísticos. Quanto ao acesso marítimo, no caso de cruzeiros, a inscrição dos municípios de Itajaí e Porto Belo nas rotas trará uma nova perspectiva do turismo para a região com o aumento de turistas e visitantes.	3	Falta de investimento, para melhorias nas BRs (duplicação), na infraestrutura dos aeroportos, investindo nos serviços de apoio aos turistas e na construção e ampliação de portos para receber cruzeiros. A sinalização turística, na maioria dos municípios, é deficiente ou em mau estado de conservação. Há necessidade de padronização da sinalização turística de acordo com o padrão EMBRATUR / DENATRAN/ IPHAN.	3	

<p><b>Infraestrutura urbana de Saneamento Básico/Limpeza Pública/ Energia Elétrica/ Saúde/ Segurança</b></p>	<p>Quanto ao esgoto, verificou-se uma melhoria no tratamento de resíduos, principalmente em Balneário Camboriú. Os municípios da Costa Verde e Mar contam com o apoio e serviços das polícias militar e civil. Na alta temporada, o aumento do efetivo da polícia militar garante a segurança de turistas e moradores.</p>	3	<p>Pouco investimento em saneamento básico, no abastecimento de água em alguns municípios litorâneos da Costa Verde e Mar, bem como em medidas que visem à minimização dos impactos ambientais no espaço rural e urbano.</p> <p>Falta de investimento na limpeza pública, quanto à inserção de lixeiras nas praias e vias de acesso, bem como para a manutenção das lixeiras existentes e conscientização da população em relação ao destino final do lixo doméstico. No que tange à iluminação pública e sua manutenção, ainda é problemática em alguns municípios da Costa Verde e Mar. Quanto à saúde, é possível encontrar estabelecimentos sem infraestrutura adequada e profissional para atender a população. O efetivo de policiais militares nem sempre está apto a prestar serviços com qualidade, necessitando de constante treinamento, principalmente em relação à orientação de vias, atrativos e outros aspectos importantes.</p>	<p>Desenvolvimento de produtos e serviços tais como: revistas, encartes, CDs, DVDs, vídeos dos destinos da AMFRI (Virtual Reality Display) que podem ser comercializados através do E-commerce.</p> <p><b>Distribuição</b></p> <p>Ampliação da distribuição indireta da Costa Verde e Mar através da formação de produtos (roteiros, atrativos, viagens) pelas operadoras e agências de viagens nos eventos e feiras.</p> <p><b>Propaganda</b></p> <p>Desenvolvimento de materiais publicitários temáticos e regionalizados da Costa Verde e Mar incluindo folders, CDs, vídeos, DVDs promocionais, bolsas, camisetas, adesivos, cartões postais, guias, chaveiros e brindes.</p>
<p><b>Aspectos Ambientais</b></p>	<p><b>Oportunidades</b></p>		<p><b>Ameaças</b></p>	
<p><b>Geologia/ Geomorfologia/ Solos</b></p>	<p>As formações rochosas dos municípios da Costa Verde e Mar proporcionam uma configuração da paisagem diversificada e atrativa. As Serras Litorâneas e as Planícies Costeiras caracterizam, de modo geral, o relevo dos municípios. Quando preservadas, possibilitam o desenvolvimento de atividades esportivas e turística como o ecoturismo.</p>	3	<p>A ocupação irregular das encostas e das planícies provoca danos ambientais e empobrece a paisagem natural. O uso desapropriado do solo, tanto na área urbana quanto na rural, necessitam de um acompanhamento técnico para evitar problemas como erosão e assoreamento que comprometem a atratividade dos recursos naturais.</p>	<p>Melhoria das informações da Costa Verde e Mar no <i>site</i> da SANTUR, ampliando a rede de dados para a demanda.</p> <p><b>Vendas</b></p> <p>Utilização das estratégias promocionais no sentido do fortalecimento das vendas da região.</p>
<p><b>Clima</b></p>	<p>O clima da região da Costa Verde e Mar é propício para o desenvolvimento da atividade turística, pois apresenta amplitude térmica e estações bem definidas. O que possibilita a diversificação da atividade turística.</p>	3		<p>Promoção de FAM-TOURS com agentes de viagens e operadoras dos principais mercados emissores.</p>
<p><b>Vegetação/ Fauna</b></p>	<p>Diversidade de formações vegetais como a restinga, manguezais, mata atlântica em diversos estágios de regeneração, viabilizando rotas temáticas que possam interagir esses diferentes atrativos naturais. Áreas com a vegetação da Mata Atlântica, em bom estado de conservação, são redutos de fauna diversificada incluindo a ocorrência de espécies ameaçadas de extinção, sendo importantes para a qualidade de vida da população e manutenção dos ecossistemas.</p>	3	<p>O uso e ocupação inadequados das áreas urbanas e rurais estão aumentando cada vez mais na incidência da utilização de espécies exóticas para o reflorestamento, descaracterizando o contexto paisagístico e influenciando na atratividade natural. Ausência de fiscalização eficiente, capaz de evitar o extermínio de espécies ameaçadas de extinção ou que estão se tornando paulatinamente escassas.</p>	<p><b>Relações Públicas</b></p> <p>Estímulo à população e ao empresariado no conhecimento da marca Costa Verde e Mar, visando ao desenvolvimento das ações turísticas realizadas pela AMFRI.</p> <p>Adoção da marca da Costa Verde e Mar, bem como de suas simbologias, junto aos documentos oficiais dos seus municípios.</p>
<p><b>Hidrografia</b></p>	<p>Diversidade de recursos hídricos como rios, cachoei-</p>		<p>A falta de conscientização está resultando no desequilíbrio do am-</p>	

	ras, mares, que favorecem atividades como a pesca, prática de esportes aquáticos e o turismo náutico.	3	biente natural, como destruição da mata ciliar nas encostas, implicando na qualidade dos corpos hídricos.	3	<p><b>Vendas Pessoais</b></p> <p>Divulgação da Costa Verde e Mar em todos os postos de informações turísticas dos municípios, bem como a utilização do Aeroporto Internacional de Navegantes como uma ferramenta de promoção da região, através do aprimoramento do atual posto de informações turísticas.</p> <p><b>Marketing direto</b></p> <p>Vinculação de atividades de relacionamento direcionadas aos visitantes do <i>site</i> da Costa Verde e Mar.</p>
<b>Legislação Ambiental</b>	Existência de leis ambientais, que visam a garantir a conservação e preservação dos recursos naturais.	3	Desconhecimento de leis ambientais e a falta de cumprimento das mesmas.	3	
<b>Outros aspectos</b>	Possibilidade de desenvolvimento de roteiros integrados tendo como base os atrativos naturais.	3			
<b>Aspectos Culturais</b>	<b>Oportunidades</b>		<b>Ameaças</b>		
<b>Monumentos Históricos</b>			Falta de incentivos governamentais e interesse público local quanto à conservação e valorização do patrimônio histórico-cultural.	3	
<b>Folclore/ Tradição/ Hábitos de Vida/ Manifestações artísticas</b>	Pesca artesanal representativa em diversos municípios, contribuindo para a manutenção das tradições locais. Existência de diversos produtos coloniais (queijos, vinhos, embutidos, conservas, geléias) que valorizam tradições e hábitos de vida. Gastronomia típica como oportunidade evidenciada na culinária portuguesa e açoriana. Manifestações artísticas diversificadas, tais como música, artes plásticas, artesanato em geral, artes cênicas, obras literárias, entre outros.	3	Falta de identidade cultural e deficiência na valorização da gastronomia típica regional. Carência de realização de oficinas que estimulem a produção artística regional. Pouca valorização e incentivo aos núcleos de artesanato existente na região.	3	
<b>Eventos e Festas</b>	Ocorrência de festas com base na culinária e produtos típicos locais. Incrementos de eventos esportivos em nível estadual nacional e internacional.	3	Falta de integração na elaboração e divulgação conjunta do calendário de eventos. Falta de equipamentos e centros de convenções para atender os eventos de pequeno, médio e grande porte. Existência de infraestrutura para eventos no núcleo externo (fora da Costa Verde e Mar).	3	
<b>Aspectos Infra-estrutura Turística</b>	<b>Oportunidades</b>		<b>Ameaças</b>		
<b>Meios de Hospedagem</b>	De modo geral, os municípios litorâneos da Costa Verde e Mar possuem adequada estrutura de hospedagem. Presença de hotéis de lazer/resort. Oportunidade de investimentos de atividades turísticas voltadas para um público diferenciado. Constitui-se em oportunidade para futuros empreendedores a implantação de estabelecimentos de hospedagem nos municípios, com o desenvolvimento da atividade turística no espaço rural.	3	Carência de qualidade na prestação de serviços pelos meios de hospedagem.	3	
<b>Alimentos e bebidas</b>	De maneira geral, a região oferece boa estrutura de alimentos e bebidas, com especialidades diversas e preços.	3	A sazonalidade afeta os estabelecimentos de A&B, na qualidade do serviço prestado, na qualificação dos recursos humanos e em procedimentos higiênicos e sanitários.	3	
<b>Entretenimento</b>	Possibilidade de investimento em espaços multiusos, atraindo eventos de diversos portes, diminuindo a sazonalidade. Ampliação e melhor distribuição de empreendimentos nos demais municípios. Possibilidade de utilização do mar e	3	Carência de espaços para peças teatrais, salas de cinemas, espetáculos musicais.	3	

	dos rios para entretenimento náutico e subaquático (mergulho, pesca esportiva, trilha, escolas de velas).				
<b>Informações turísticas</b>	A preocupação em ofertar postos/centrais de informações turísticas tem-se constituído em importante fator para alguns municípios da Costa Verde e Mar. Constitui-se em oportunidade a inserção do PEMTI em um sistema de informações turísticas integrado para os municípios da Costa Verde e Mar.	3	Existem deficiências organizacionais nos locais de informações turísticas ligadas a recursos tecnológicos (computadores com acesso à internet), operação contínua (horário de atendimento) e pessoal qualificado. Nos municípios não litorâneos essa situação é ainda mais grave.	3	

Quadro 26 – Resultados **(B)** das Oficinas do Ambiente Externo.

Fonte: PEMTI (2006)

\* As estratégias pontuadas na II oficina do PEMTI possibilitaram a construção de ações, com os respectivos prazos, responsabilidades/parceiras e fontes de recursos do Plano Estratégico de Marketing Turístico Integrado da Costa Verde e Mar (AMFRI).

As oficinas do ambiente externo possibilitaram uma visão macroambiental sobre o desenvolvimento da atividade turística na região da Costa Verde e Mar.

Este processo permitiu, diante da aplicação da análise de SWOT, identificar o contexto do ambiente externo através da sistematização de informações da região, onde o município de Camboriú-SC está situado.

Quantos aos **aspectos socioeconômicos**, os pontos relevantes foram evidenciados nos eixos temáticos: população, economia, educação, infraestrutura de acesso e infraestrutura urbana. Diante da condição situacional apresentada pelos eixos, a análise permitiu estabelecer nas oportunidades uma escala de hierarquização 3, explicitando uma representativa potencialidade para a região da Costa Verde e Mar. No entanto, o mesmo nível de hierarquização 3, foi enfatizado para as ameaças que, embora apresentando elementos que configuram a potencialidade da região, é necessário elaborar estratégias e ações para continuar realizando melhorias, uma vez que a deficiência poderá resultar em um risco de grande escala para o ambiente turístico da região.

Quanto aos **aspectos naturais**, os blocos analisados compreenderam os indicadores de Geologia/Geomorfologia/Solos, Clima, Vegetação/Fauna, Hidrografia, Legislação ambiental, entre outros aspectos. De um modo geral, verificou-se que as questões físicas e ambientais da região apresentam-se favoráveis ao desenvolvimento da atividade turística por possuir relevo delineado e propício para a prática de esportes radicais, clima ameno e uma diversificação de ecossistemas.

Neste sentido, para a análise das oportunidades, aplicou-se o nível de hierarquização 3, constituindo uma potencialidade relevante pelas características da formação paisagística da região Costa Verde e Mar.

Quanto à ameaça, a análise consistiu também no nível hierárquico 3. Este fato chama a atenção para o significado da questão ambiental no contexto turístico, buscando constantemente o controle da capacidade de carga no espaço natural. Sugere-se o desenvolvimento de ações e planos de manejos, possibilitando a minimização de impactos que possam comprometer o valor potencial da região.

No eixo temático **cultural**, foram discutidos pontos relevantes sobre os monumentos históricos, folclore/tradição/hábitos de vida/manifestações artísticas e eventos/festas.

Neste grupo, o nível de hierarquização adotada pelos participantes foi o nível 3, o que indica intensa potencialidade pela presença marcante de grupos étnicos (italianos, alemães, açorianos, belgas, poloneses) na região, resultando em uma diversificação cultural, artística, gastronômica e de hábitos de vida. Identificou-se, também, que existe uma falta de incentivo da gestão pública quanto à conservação e valorização do patrimônio histórico-cultural, o que singulariza uma ameaça à região. A classificação foi nomeada com o nível de hierarquização 3.

Esta situação revela a importância de se promover o resgate da identidade cultural, observando alguns pontos como incentivo do poder público na criação de espaço para o desenvolvimento artístico, a valorização e conservação de monumentos históricos de cada município integrante da região da Costa Verde e Mar.

Em relação aos aspectos de **infraestrutura turística**, os objetos de análise compreenderam os meios de hospedagem, alimentos e bebidas, entretenimento e informações turísticas, destacados pelo nível de hierarquização 3 pelos participantes. A relevância se destaca por apresentar um grande potencial para contexto turístico da região, com a presença de hotéis/resorts com infraestrutura adequada para atender a demanda turística, estabelecimento de alimentos e bebidas com serviços e especialidades diversas, opções de lazer e espaços multiusos, aumentando a captação de eventos de diferentes portes.

Observa-se também a preocupação em melhorar o sistema de informação turística, com a implantação de postos de informações (PIT) para a orientação do fluxo turístico. Quanto à análise das ameaças da infraestrutura turística, a avaliação correspondeu ao nível de hierarquização 3, o que sugere a necessidade de investi-

mentos, visando a qualificar a prestação de serviços, formatação de programas para capacitação da mão de obra nos meios de hospedagem, alimentos e bebidas, atendimento nos postos de informações turísticas para orientação do público, bem como em outras atividades que tenham na sua base o contato direto com o turista.

Apesar da análise, de um modo geral, ter-se apresentado favorável ao desenvolvimento da atividade turística na região da Costa Verde e Mar, cabe ressaltar que foram elencados os principais pontos abordados pelas oficinas do PEMTI, nos quais a valoração ou aplicação do nível de hierarquização foi resultado do levantamento dos dados pelos grupos temáticos (oficina I) e, posteriormente, apresentado a um único grupo (heterogêneo) para chegar ao consenso do valor atribuído a cada indicador.

Estes apontamentos subsidiaram a elaboração do Plano Estratégico de Marketing Turístico Integrado – PEMTI. Mediante a sistematização dessas informações, a equipe técnica do PEMTI formatou as estratégias de posicionamento no mercado turístico para os 11 municípios, bem como as respectivas ações e prazo para aplicação, delineando as responsabilidades para a execução e os recursos necessários.

O processo operacional do Plano Estratégico de Marketing Turístico Integrado – PEMTI vem sendo aplicado nos 11 municípios, através do trabalho desenvolvido pela equipe do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CIT-MAR.

Para o município de Camboriú-SC, o desenvolvimento de projetos como o Plano Estratégico de Marketing Turístico simboliza a importância do turismo no âmbito das atividades humanas e econômicas, proporcionando uma atenção dos gestores à integração do processo.

A segunda etapa do esquema do Planejamento Participativo compreendeu a sistematização das informações apontadas e ressaltadas pela avaliação dos ambientes internos e externos. Este processo possibilitou diagnosticar a situação atual do espaço rural utilizado pelo turismo no município de Camboriú-SC e na região da Costa Verde e Mar (AMFRI), estabelecendo parâmetros indispensáveis para a tomada de decisões dos gestores públicos e privados.

Dando ênfase ao espaço rural do município de Camboriú-SC, os dados abordados no ambiente interno através da aplicação da oficina, apesar de terem sido avaliados na escala mediana, ainda é possível verificar a deficiência em alguns pontos, tais como:

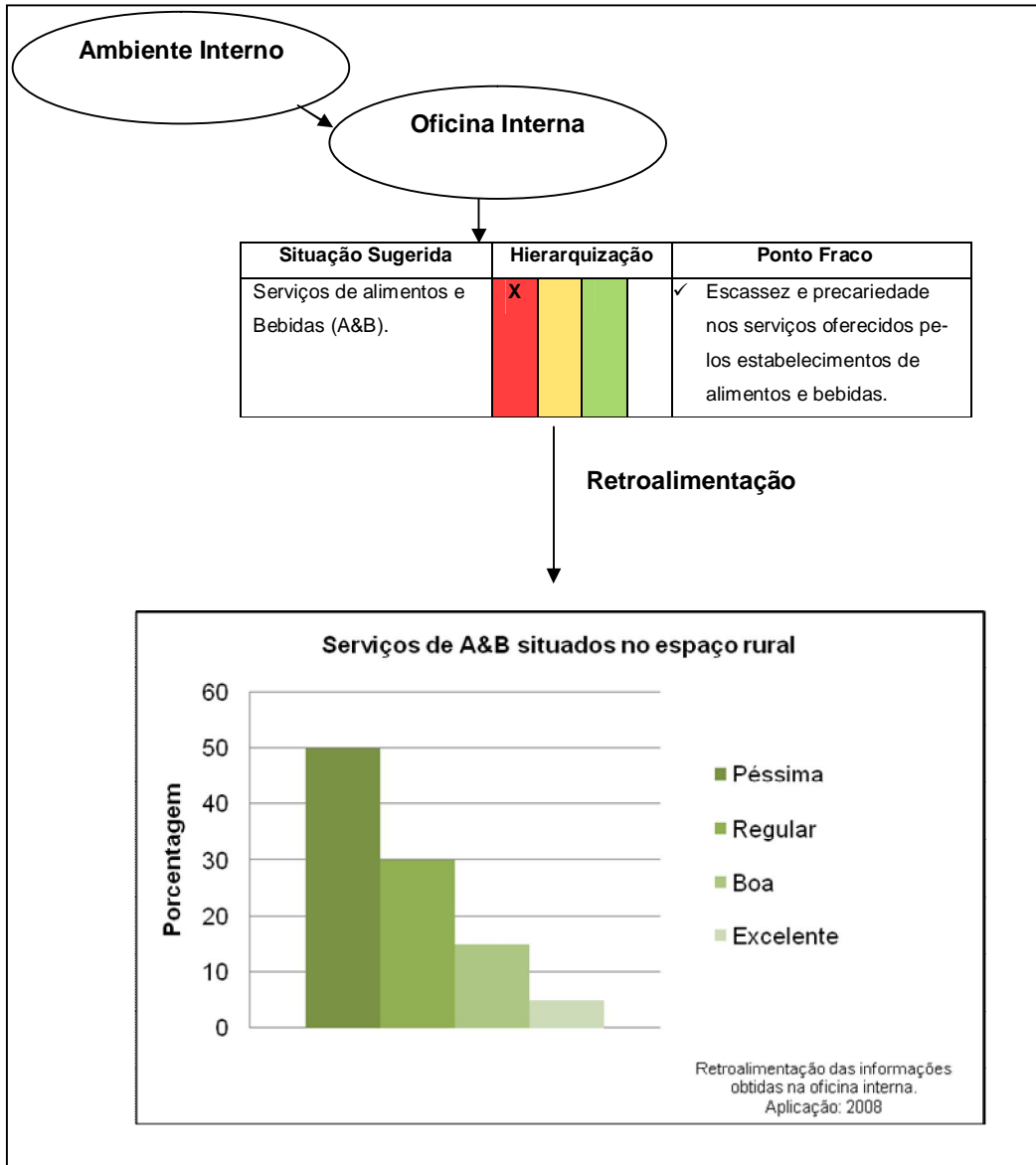
✓ **Serviços de alimentos e bebidas (A e B);**

Os serviços de alimentos e bebidas inseridos no espaço rural do município de Camboriú-SC foram analisados pelos participantes da oficina interna, com hierarquização crítica. Desta forma, buscou-se uma reavaliação para identificar junto à população a existência e a situação dos estabelecimentos como restaurantes, bares, etc.

Todavia, através da aplicação da entrevista *in loco*, constatou-se que os estabelecimentos que oferecem serviços de A&B, fazem parte dos equipamentos turísticos como pesque-pagues e centros de lazer, entre outros.

Neste sentido, quanto à situação dos estabelecimentos de A&B do espaço rural do município de Camboriú-SC, a aplicação da retroalimentação (apêndice E) consistiu em uma amostragem com vinte entrevistas, nas quais 50% afirmaram que as condições de apresentação dos estabelecimentos de alimentos e bebidas são classificadas como péssimas. Apenas 15% dos entrevistados consideram que os estabelecimentos apresentam boas condições de funcionamento e de atendimento. O quadro 27 ilustra os dados da reavaliação.





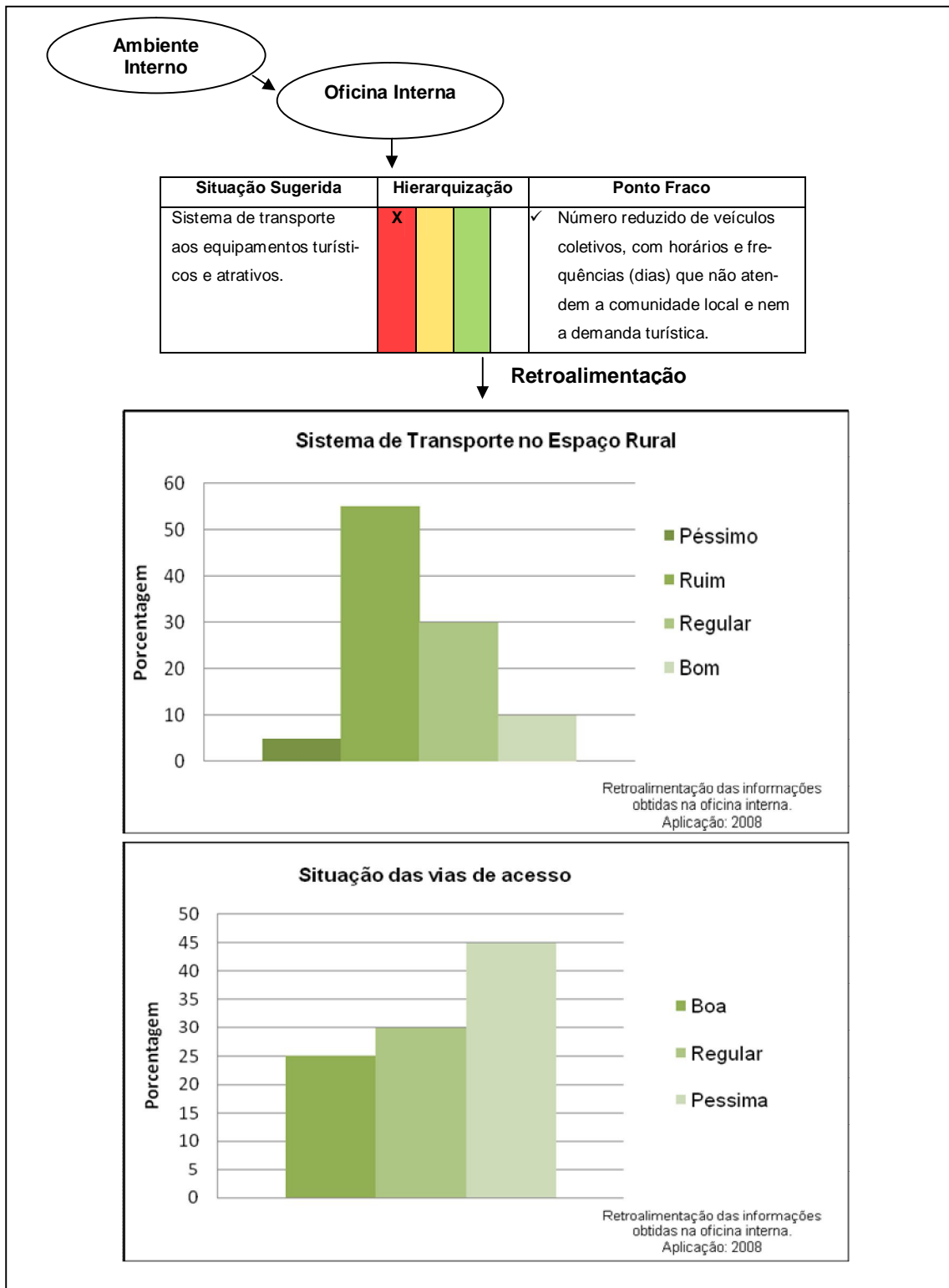
Quadro 27 – Retroalimentação de Serviços de A&B no espaço rural  
Fonte: Rech (2009)

Esta situação reafirma a necessidade da elaboração de ações que possam reverter o quadro, uma vez que as perspectivas para o turismo na região da Costa Verde e Mar vem crescendo a cada dia e a tipologia de turismo no espaço rural evidenciada pelo município de Camboriú-SC está em plena expansão no Brasil. Assim, buscar meios de melhorar a infraestrutura das localidades é um compromisso não só com o turismo, mas principalmente com o bem-estar da comunidade residente.

✓ **Sistema de transporte aos equipamentos turísticos e atrativos;**

O sistema de transporte no espaço rural do município de Camboriú-SC é outro elemento que apresenta condições desfavoráveis para o acesso ao turismo e principalmente para a comunidade que necessita de transporte adequado para sua locomoção. De acordo com os entrevistados, os meios de transportes disponibilizados para atender a área rural são poucos e não possuem um quadro de horário frequente. Desta forma, durante a aplicação da retroalimentação, 55% dos entrevistados relataram que a condição apresentada pelo sistema de transporte do espaço rural é classificada como ruim. As localidades do espaço rural encontram-se muito afastadas umas das outras, inclusive do centro urbano, o que evidencia uma atenção maior para a recolocação e disponibilização de uma frota que possa assegurar à comunidade residente conforto e segurança.

No mesmo parâmetro, encontra-se a situação das vias de acesso ao espaço rural, onde 45% dos entrevistados classificaram como péssima. Este é outro fator que necessita de um plano administrativo para a constante manutenção das vias, visando a adequá-las para facilitar o deslocamento do fluxo turístico tanto interno quanto externo. O quadro 28 representa este contexto.



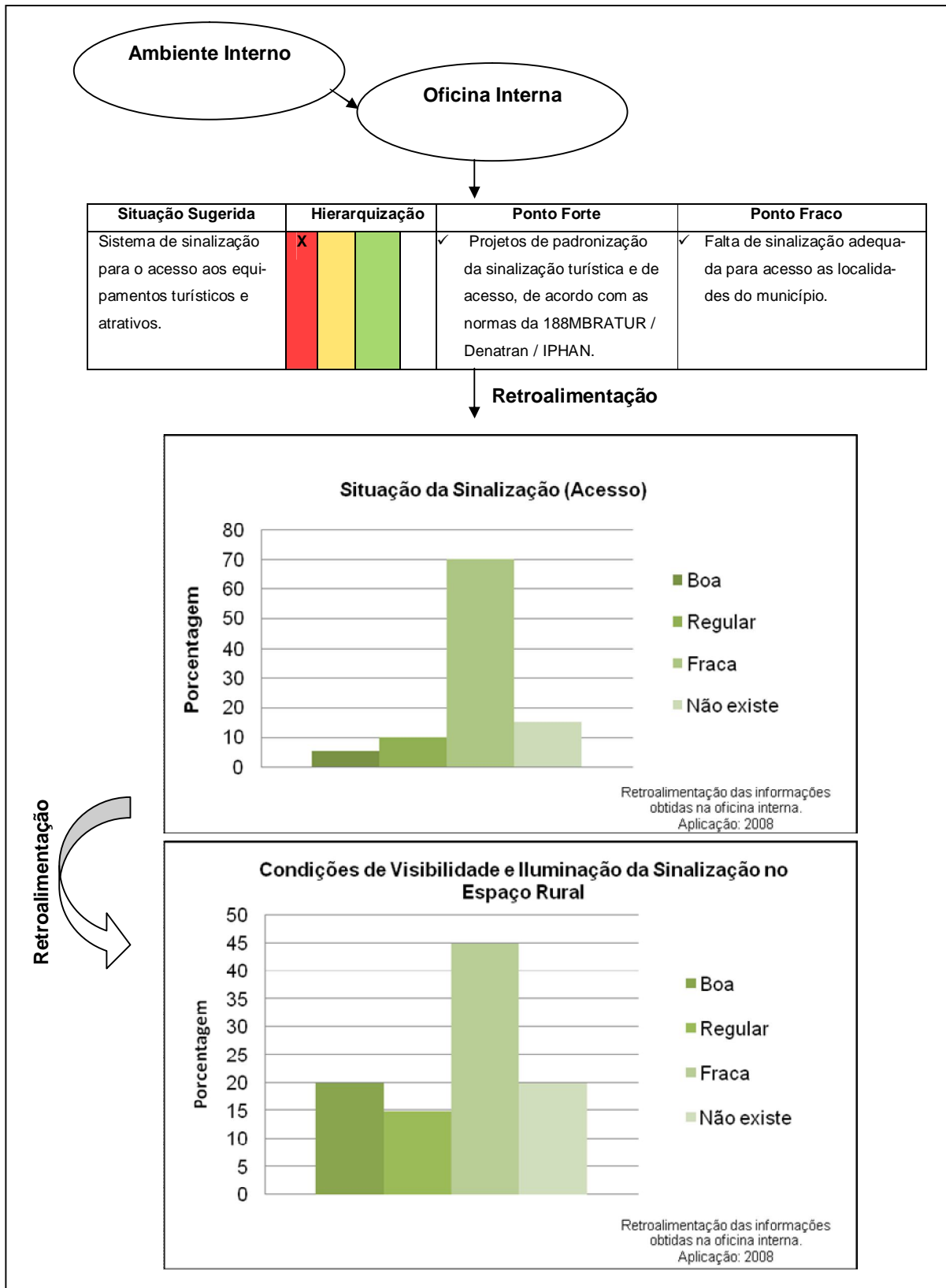
Quadro 28 – Retroalimentação das vias de acesso no espaço rural  
 Fonte: Rech (2009)

✓ **Sistemas de sinalização para acesso aos equipamentos turísticos e atrativos;**

Outro fator ressaltado na oficina interna como crítico foi a sinalização turística de acesso aos equipamentos turísticos e atrativos do espaço rural do município de Camboriú – SC. Com a aplicação da retroalimentação foi confirmado o resultado, demonstrando que 70% dos entrevistados consideraram a sinalização fraca.

Para as condições de visibilidade e iluminação da sinalização no espaço rural, 45% dos entrevistados consideraram fraca.

Para este processo, é necessário estabelecer parceria visando à padronização das placas de orientação de acordo com as normas apresentadas pela EMBRATUR/DENATRAN/IPHAN, com o objetivo de transmitir ao fluxo turístico uma mensagem clara e de fácil interpretação, bem como promover constantemente a manutenção para que não perca as suas condições de visibilidade ao longo das vias. Os dados levantados são abordados através do quadro 29.



Quadro 29 – Retroalimentação da Situação da Sinalização das Vias de Acesso do Espaço Rural

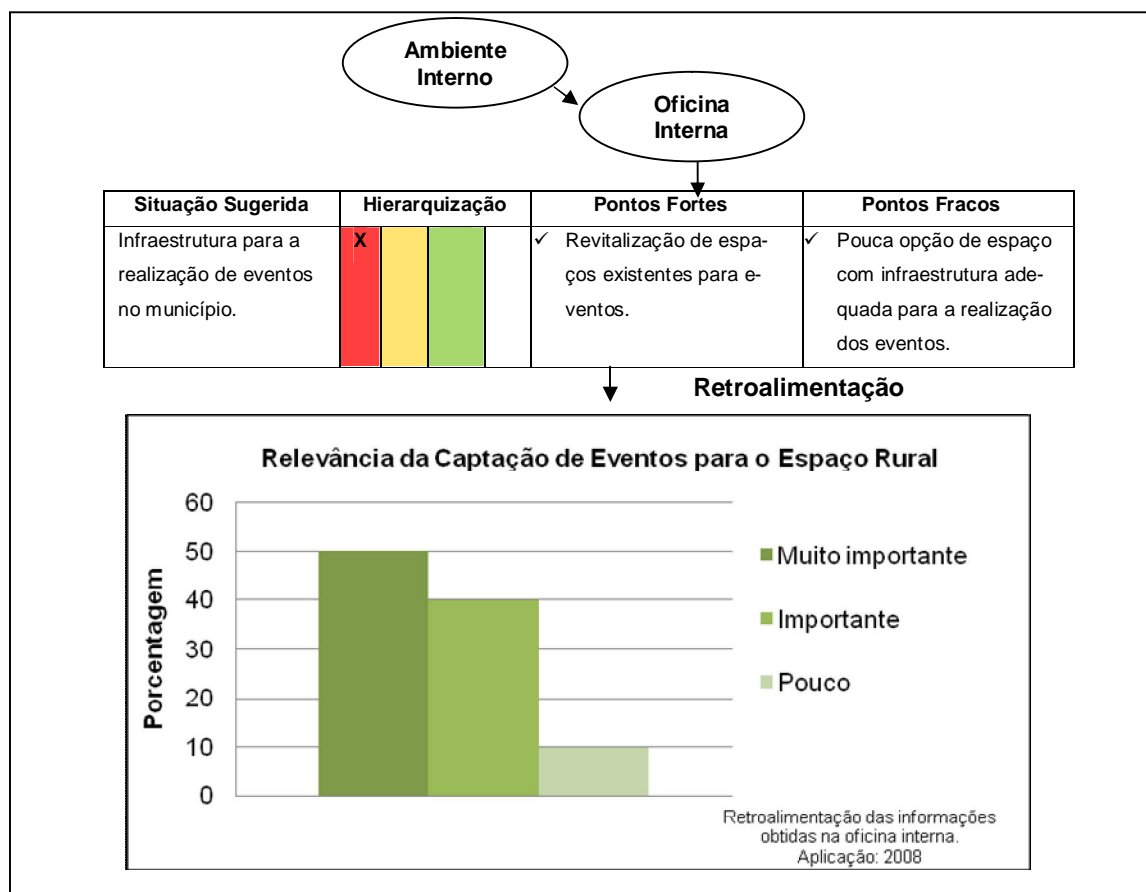
Fonte: Rech (2009)

✓ **Infraestrutura para a realização de eventos no município.**

No que diz respeito à realização de eventos, o contexto parte de uma análise geral do município de Camboriú-SC, uma vez que os pontos mais badalados atualmente correspondem aos empreendimentos Rancho Mariah's (espaço para shows e eventos diversificados), Greenvalley (casa noturna) e Ginásio de Esportes, espaço onde, anualmente, acontecem os encontros religiosos dos Gideões.

Neste sentido, buscou-se identificar na comunidade a importância da captação de eventos em diferentes portes para o município de Camboriú-SC, pois através da realização dos mesmos é possível movimentar o ciclo econômico da população local na geração de novas frentes de trabalho.

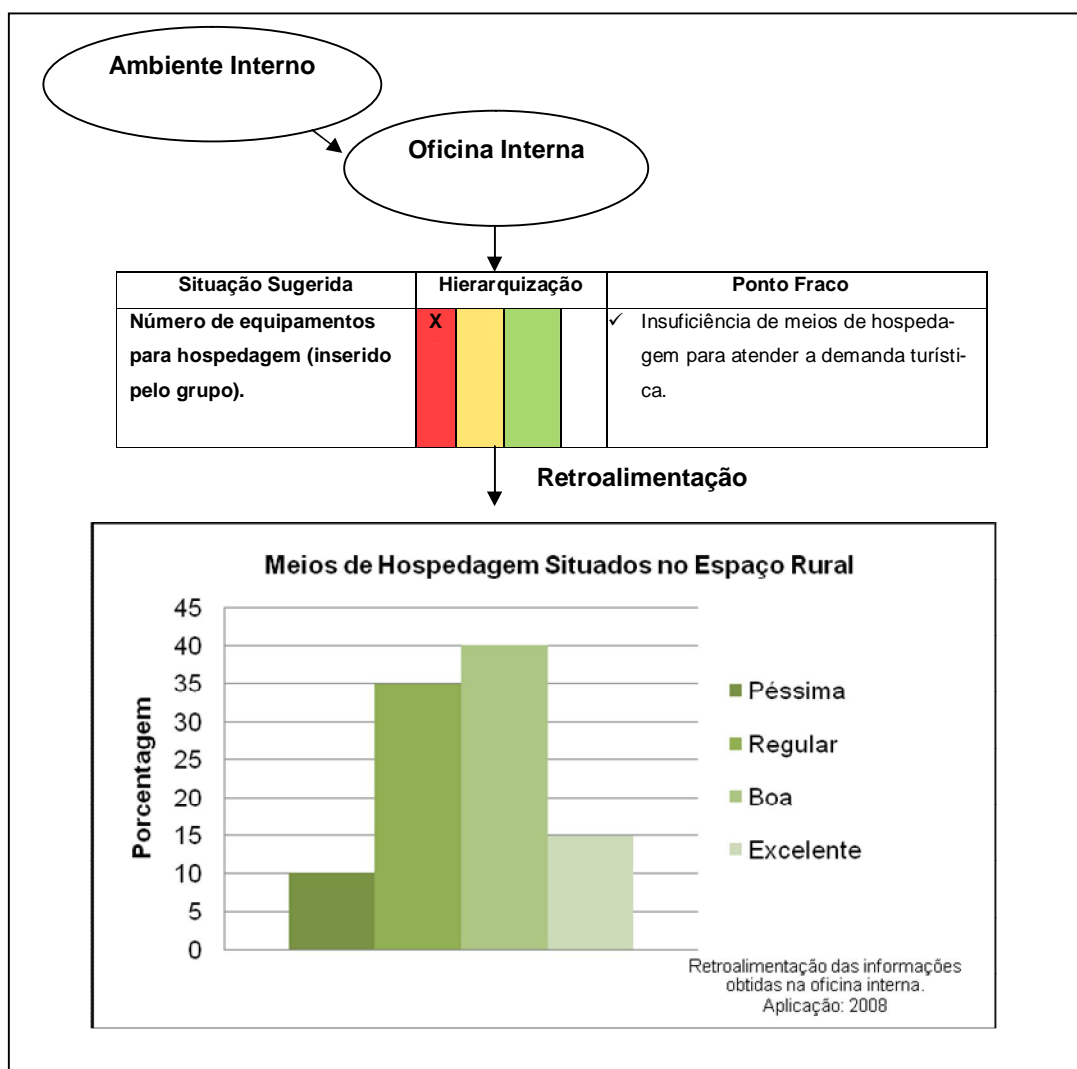
Desta forma, este indicador foi analisado pela população como um fator muito importante, correspondendo a 50% dos entrevistados. O quadro 30 descreve este contexto.



Quadro 30 – Retroalimentação da relevância da captação de eventos no espaço rural  
Fonte: Rech (2009)

✓ **Número de equipamentos para hospedagem**

No que se refere aos equipamentos dos meios de hospedagem, os participantes da oficina interna inseriram no contexto da análise a situação da infraestrutura para atender a demanda turística. Analisada como crítica, na retroalimentação, a situação foi apontada por 40% dos entrevistados com a classificação boa, ressaltando a necessidade de promover constantemente a manutenção dos espaços e até mesmo promover ações que possam captar novos investimentos no ramo hoteleiro do município de Camboriú-SC. O quadro 31 esboça esta informação.



Quadro 31 – Retroalimentação dos meios de hospedagem no espaço rural  
Fonte: Rech (2009)

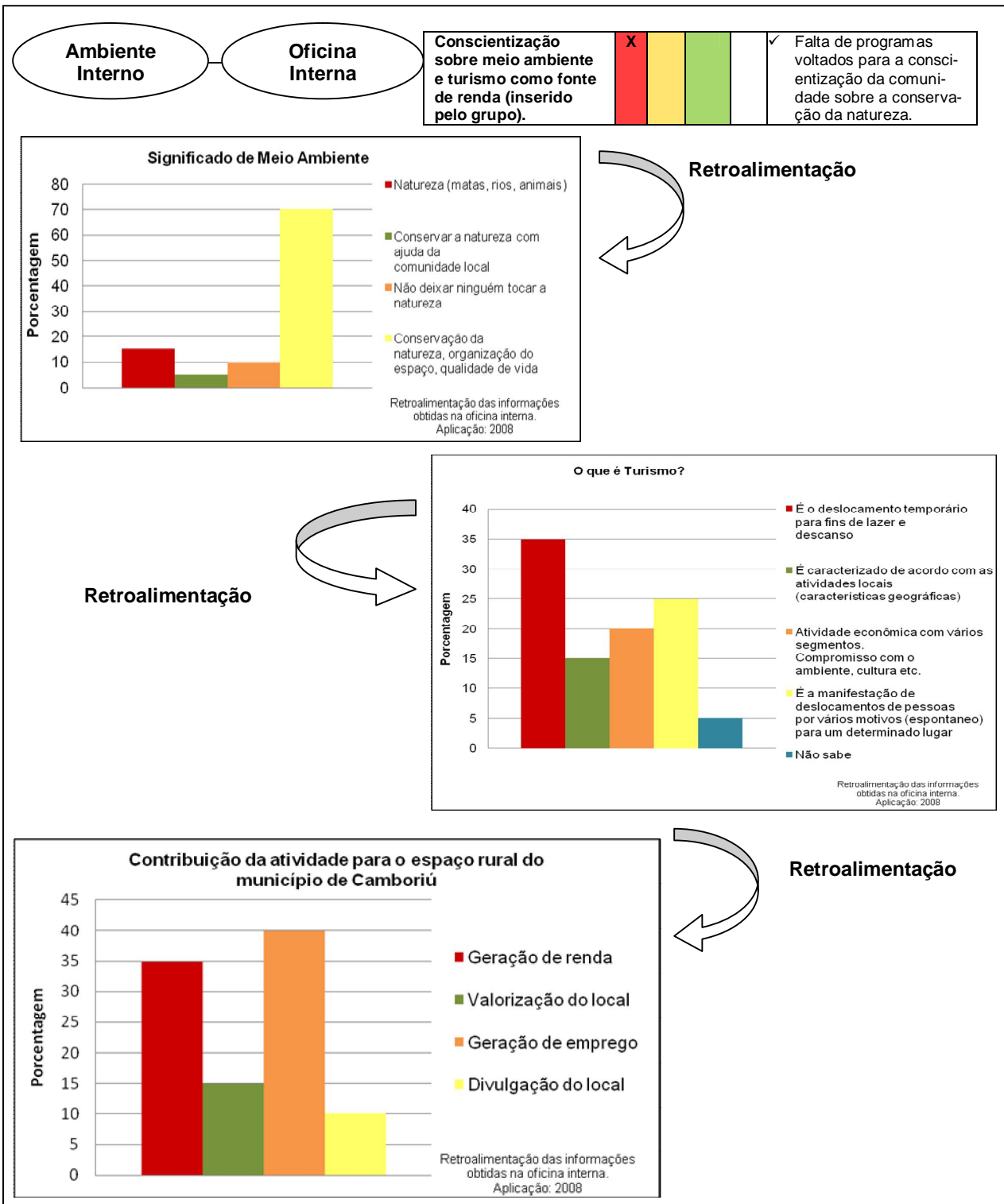
- ✓ **Conscientização sobre meio ambiente e turismo como fonte de renda (inserido pelo grupo).**

Outro fator que se deve levar em consideração é quanto ao grau de consciência da população residente e dos turistas sobre o meio ambiente e quanto aos benefícios que a atividade turística poderá trazer para o desenvolvimento do espaço rural do município.

Quanto à informação sobre o meio ambiente, o apontamento realizado na oficina interna foi como situação crítica. Esta abordagem pela comunidade na retroalimentação consistiu em 70% dos entrevistados evidenciando o significado de meio ambiente como não deixar ninguém tocar na natureza. Este fato demonstra a falta de conhecimento da comunidade sobre a questão apontada, elevando a necessidade de programas voltados para a conscientização sobre o meio ambiente.

No sentido de perceber e conceber o que está no entorno, apontaram-se também os aspectos econômicos da atividade turística para o município no contexto dos benefícios proporcionados. No entendimento do que é turismo, nota-se que 35% dos entrevistados responderam que turismo é o deslocamento temporário para fins de lazer e descanso. Consequentemente, este processo realizado pelo turista acaba por influenciar e movimentar o eixo econômico do município, bem como alarga a frente de trabalho com novas oportunidades de emprego, de acordo com a afirmação de 40% dos entrevistados. O quadro 32 caracteriza as informações.





Quadro 32 – Retroalimentação da contribuição da atividade turística para o espaço rural  
 Fonte: Rech (2009)

A aplicação da retroalimentação no espaço rural de Camboriú-SC foi a peça fundamental para construir a situação atual da área de estudo. Cabe ressaltar que o processo é importante para o turismo, pois oportuniza conhecer a realidade da localidade a partir do indivíduo, trabalhando a informação para que ela seja uma ferramenta de reavaliação das etapas do sistema de concepção, execução, ordenamento e controle do planejamento turístico.

Aqui é demonstrado que o processo do Sistema Turístico Cadastral Territorial é dinâmico e aberto. O levantamento dos componentes de turismo em nível local e regional permitiu conhecer a realidade do espaço geográfico, somando-se, assim, às bases de informação do Cadastro Técnico Multifinalitário registradas na 1ª parte do capítulo. Para os empreendedores do Centro de Lazer Cascata do Encanto e Pousada Recanto das Bromélias, a complementação dos componentes de turismo ao levantamento do controle terrestre da estrutura fundiária possibilita uma melhor gestão do uso e ocupação do solo.

Assim, como proposta para a dinamicidade do turismo, a metodologia de análise cadastral das propriedades rurais devem configurar-se hoje como temas centrais, com novas estratégias para o planejamento turístico e com novos caminhos a serem trilhados pelos gestores municipais. Portanto, para o sucesso desta abordagem, todos os dados devem ser atualizados e correlacionados, integrando a gestão participativa na tomada de decisões.

### **PARTE 3 - ANÁLISE DA PAISAGEM E ATRATIVOS NATURAIS DO ESPAÇO RURAL, CAMBORIÚ-SC**

No âmbito do turismo, o cenário espacial configura-se em um importante elemento da oferta turística, pressupondo transformações paisagísticas e possibilitando traçar uma linha de tempo entre o antigo e o novo, evidenciando o processo comportamental da cultura humana.

A interação do homem com o espaço circunscreve os horizontes do humano e o natural, com a composição de elementos funcionais às ações transformadoras do cenário paisagístico atual.

No Sistema Turístico Cadastral Territorial, a paisagem entrelaça-se com o Cadastro Técnico Multifinalitário, tornando uma categoria importante de análise de informações e, ao mesmo tempo, uma dimensão de elementos naturais, socioeconômicos e culturais, constituindo um processo de formas e de funcionalidades na interação dos componentes do turismo. Nesta dinâmica, optou-se realizar um estudo do espaço rural de Camboriú-SC, abordando o sistema de valores da paisagem, nesta porção do espaço geográfico, com o intuito de identificar o potencial de atratividade do cenário para o desenvolvimento do turismo local.

Para Corrêa; Rosendahl (1998, p. 108) “todas as paisagens possuem significados simbólicos porque é o produto da apreciação e transformação do meio ambiente pelo homem.”

Nesse ponto de vista, no espaço rural, a paisagem é constituída sob um aspecto cultural, identificado no desenvolvimento das atividades agropastoris e em outras formas de utilização do solo e do território, apresentando significativamente os traços marcantes de herança cultural deixado de geração a geração. Diante deste delineamento, a importância da paisagem é percebida e concebida pelo indivíduo através da apreciação da qualidade estética apresentada pelo cenário.

A valoração da paisagem é sugerida pelo juízo de valor do observador, estabelecendo uma diferenciação entre o que possui beleza e o que é pouco relevante para o espaço em análise.

Na concepção de Boullón (2002, p. 121) “não é possível definir com precisão a qualidade de uma paisagem, já que essa ação não se pode afastar, mesmo que se queira, de avaliações subjetivas.”

Ao longo deste capítulo, foi contemplada a aplicabilidade do Cadastro Técnico Multifinalitário e a situação atual do espaço rural de Camboriú-SC através do estudo dos componentes do turismo. Assim, para chegar a uma avaliação do potencial turístico, a 3ª parte do capítulo buscou, também, subsídios para fomentar esta avaliação e construir uma perspectiva do cenário prospectivo à localidade, estabelecendo parâmetros de valoração por meio de métodos qualitativos e quantitativos.

#### 4.5 METODOLOGIA DE VALORAÇÃO DA PAISAGEM

A paisagem constrói ao longo do tempo aspectos e características que se apresentam ao turismo como um produto diferencial da oferta turística. Neste sentido, sua valoração é atribuída a partir do cenário visualizado pelo expectador (turista).

As dimensões paisagísticas podem ser analisadas de acordo com a interpretação de indicadores de qualidade visual, conforme etapas abordadas na figura 38.

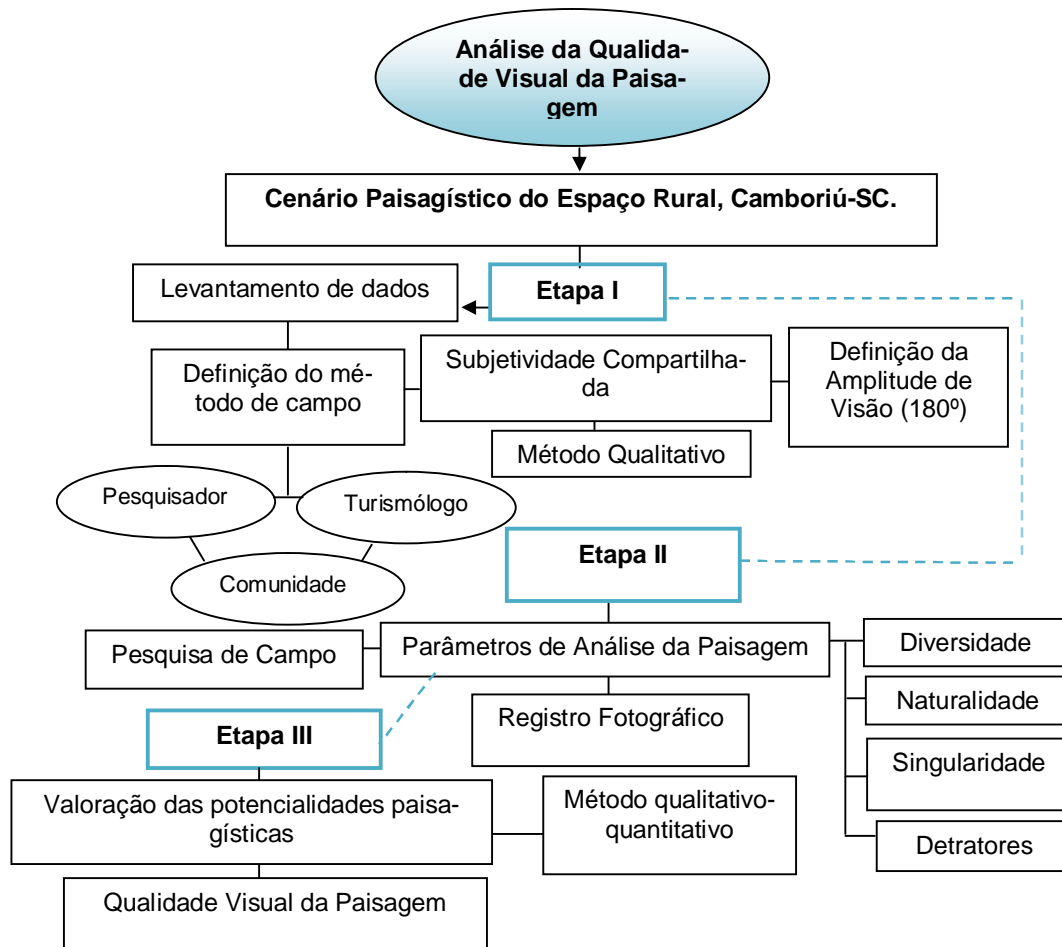


Figura 38 – Metodologia de Análise da Paisagem  
Fonte: Rech (2009)

A qualidade visual da paisagem, no âmbito do cenário do espaço rural do Município de Camboriú-SC, compreendeu as seguintes etapas de abordagem: I) Definição da metodologia de campo; II) Aplicação dos parâmetros de análise da paisagem; III) Valoração das potencialidades paisagísticas.

Para cada etapa foram utilizados procedimentos e técnicas de coleta de dados. Desta forma, visando a estabelecer o cenário real paisagístico (CRP) do espaço rural do município de Camboriú-SC, a primeira etapa constituiu a base do levantamento de dados, com a definição do método de campo, delineando o instrumento a ser utilizado pelos observadores (pesquisador, turismólogo e comunidade), bem como a metodologia empregada para se alcançar o objetivo e extrair as informações propostas pelo estudo, com a forma de avaliação através da subjetividade comparti-

lhada<sup>29</sup> (adotando o método qualitativo) e a definição do campo de visão (espaço observado) com uma amplitude de 180°.

Cabe ressaltar que o modelo de análise da qualidade visual da paisagem teve como parâmetro as variáveis do potencial perceptivo na perspectiva do turismo (PIRES, 2003), com adaptações.

Com o reconhecimento da área de estudo, observou-se que o espaço rural do município de Camboriú-SC apresenta serras com cristas bem marcadas e encostas íngremes. Desta forma, o ponto de observação foi escolhido abrangendo um ângulo de 180°. Este ângulo de observação foi dividido em três ângulos de 60°, onde todos foram analisados individualmente. Justifica-se o critério da escolha do método pelo conjunto fisionômico característico do lugar, servindo de barreira para o observador (área não observada). A figura 39 ilustra o procedimento.

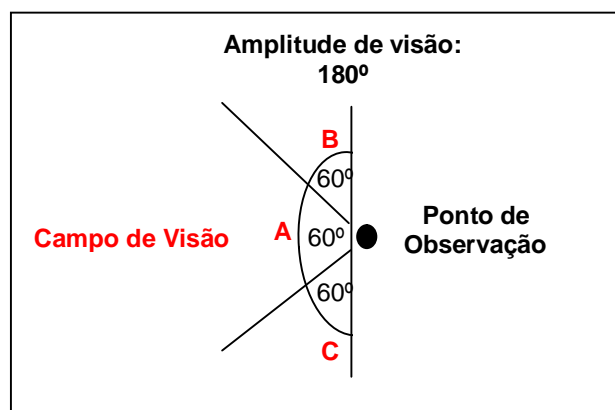


Figura 39 – Definição da amplitude e campo de visão

Fonte: Rech (2009)

Na aplicação da primeira etapa, percorreram-se oito localidades do município de Camboriú-SC, escolhendo pontos estratégicos de observação da paisagem, com um ângulo 180°. Ao se posicionar no ponto foi, então, apresentada uma planilha (apêndice F) contendo os seguintes indicadores: Diversidade (Geomorfológicos, Hidrológicos, Biogeográficos e Uso do solo), Naturalidade (Paisagem Geográfica), Sin-

<sup>29</sup> A avaliação é feita através da dinâmica de grupo, num processo interativo pelo qual as valorações individuais são submetidas à discussão até que se alcance um consenso em que todo grupo se pronuncia por um valor único. (PIRES, 1993).

gularidade (Importância dos componentes naturais e construídos) e Detratores (Paisagem no conjunto).

Durante o percurso realizado, foi possível observar a inexistência da divisão limítrofe das localidades do espaço rural do município de Camboriú-SC. Neste campo, sugeriu-se dividir o espaço em zonas paisagísticas, adotando como critério de delimitação, os divisores de água. A delimitação foi adotada pela expressividade estética da paisagem a partir da percepção do cenário de observação, com o objetivo de construir a valoração da qualidade visual da paisagem. Desta forma, o espaço rural de Camboriú-SC foi dividido em oito localidades: Rio do Meio, Rio Pequeno, Santa Luzia, Braço, Limeira, Caetés, Macacos e Vila Conceição.

Após a definição do cenário paisagístico a ser analisado, a segunda etapa consistiu na aplicação prática dos parâmetros de análise da qualidade. Diante do ponto de observação, os observadores, de forma subjetiva e compartilhada, analisaram a paisagem sob o prisma da **diversidade**, evidenciando dentro de cada eixo temático Geomorfológico, Hidrológico, Biogeográfico e Uso do Solo os seus respectivos ambientes. Esta etapa compreendeu, ainda, os registros fotográficos das cenas observadas, como elemento para posterior análise.

Neste sentido, a diversidade foi analisada em função da multiplicidade da paisagem em um determinado espaço territorial.

Na sequência dos dados, a análise abordou a **naturalidade** da cena observada, adotando como indicadores de estudo a paisagem sem alterações, paisagem tipicamente rural (campos cultivados – pastagens) e paisagem rural com elementos do meio urbano.

Considerando a essência da paisagem no espaço rural do município de Camboriú-SC, observando o uso e a ocupação de atividades agropastoris e a presença marcante da cultura dos colonos residentes, nota-se que o turismo vem-se apropriando das atividades não agrícolas. Assim, a naturalidade foi analisada através dos significados e simbologias representadas pela presença ou ausência de formações humanizadas através da inserção de elementos construídos.

A **singularidade** foi outro indicador utilizado para análise da paisagem no espaço rural. Nesse conjunto, foram analisados os aspectos quanto à importância dos componentes naturais e construídos, sob os indicadores: paisagem no conjunto (grandiosidade, beleza, unicidade, significância, agradabilidade, amplitude visual),

paisagem com aspectos de relevância diante das temáticas ecológicas, geográficas e históricas, bem como paisagem com potencial de atratividade turística.

Neste último aspecto elencado, a análise abordou os atributos da paisagem em sua significância no contexto dos níveis municipal a regional, regional a estadual, nacional e internacional. Este indicador caracteriza-se por apresentar elementos que nos cenários paisagísticos formam uma imagem única, que não é encontrada ou visualizada com frequência.

No contexto final de análise, foi verificada a presença dos **detratores** na paisagem, compreendendo uma abordagem acerca dos principais agentes impactantes no decorrer das ações humanas em atividades que não são asseguradas por um planejamento, provocando impactos irreversíveis na paisagem.

Nesta ótica, foram observados pontos com a presença de queimadas, desmatamentos, terrenos com erosão, construções inadequadas nas encostas, margens de rios sem vegetação natural, mineração de superfície e o traçado de estradas e caminhos nas encostas. Em alguns casos, a excessividade descaracteriza o cenário paisagístico e restringe a potencialidade para a atividade turística.

Os parâmetros de análise ressaltados pela segunda etapa objetivaram subsidiar a construção de um cenário vislumbrado pela atividade turística. Este prospecto evidencia a dinamicidade da paisagem e a necessidade de estudar-se a sua fisionomia como um instrumento indispensável para a gestão territorial no planejamento turístico.

Assim, a terceira etapa da análise da qualidade visual da paisagem no contexto do cenário do espaço rural do município de Camboriú-SC, constituiu-se na etapa fundamental de valoração das potencialidades paisagísticas.

A composição da análise compreendeu a utilização dos métodos qualitativos e quantitativos, ressaltados através da aplicação de uma planilha.

O método quantitativo foi aplicado por meio do consenso dos observadores na pesquisa de campo e sistematizado a partir de três médias (duas médias aritméticas simples e uma média ponderada para obtenção da valoração final da qualidade visual da paisagem do espaço rural de Camboriú-SC).

Para cada indicador da qualidade visual da paisagem foram especificados ambientes de observação, utilizando como parâmetros de avaliação o interesse turístico e as variáveis visuais. Foi atribuído um consenso de notas de 0 (zero) a 10 (dez) pela subjetividade compartilhada dos observadores, obtendo-se, posteriormen-



te, uma média aritmética simples a partir das somas das notas de cada elemento do ambiente observado, dividido pelo número de elementos analisados. O quadro 33 exemplifica parte dos itens analisados.

Indicadores	Ambientes Observados	Aspectos Geográficos	Parâmetros de avaliação		Peso				Classificação no Conjunto
			Interesse Turístico	Variáveis Visuais	Nenhum 0	Baixa 1	Média 3	Alta 6	
Diversidade	Geomorfológico	Morros	Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					Média aritmética simples e definição dos pesos.
		Planícies	Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Encosta com afloramento rochoso	Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
	Hidrológico	Rios	Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					Média aritmética ponderada
		Quedas d'água	Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Lagoas	Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Nascentes	Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
	Biogeográficos	Mata Atlântica	Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Mata Ciliar	Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Bosques	Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
	Uso do Solo	Plantio	Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Atividades Pastoris	Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Reflorestamento	Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Rede viária	Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Área edificada	Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					

Quadro 33 – Exemplificação da planilha aplicada na análise da paisagem  
Fonte: Adaptado Pires (2001)

Média aritmética simples da qualidade visual do indicador diversidade

As figuras 40, 41, 42, 43 e 44 representam as fórmulas empregadas nas etapas de análises.

1ª etapa: Média Simples (**MS**), compreendeu a soma das notas (**SN**) de cada elemento do ambiente observado, dividido pelo número de elementos (**NE**) analisados.

$$\text{Fórmula: } MS = \frac{SN}{NE}$$

Figura 40 – Fórmula da média simples aplicada na 1ª etapa de análise da paisagem

Atribuída a média aritmética simples a cada elemento do ambiente observado, definiu-se o peso de cada variável analisada. Desta forma, a base para a definição do peso consistiu na escala de hierarquização delineada para a análise.

<p style="text-align: center;"><b>DIVERSIDADE (PESO)</b></p> <p>Neutra expressividade – 0 (peso 0)            Baixa expressividade – abaixo de 5 (peso 1)            Média expressividade – 5 a 7 (peso 3)            Alta expressividade – 8 a 10 (peso 6)</p>	<p style="text-align: center;"><b>NATURALIDADE (PESO)</b></p> <p>Neutra expressividade – 0 (peso 0)            Baixa expressividade – abaixo de 5 (peso 1)            Média expressividade – 5 a 7 (peso 3)            Alta expressividade – 8 a 10 (peso 6)</p>
<p style="text-align: center;"><b>SINGULARIDADE (PESO)</b></p> <p>Neutra significância – 0 (peso 0)            Baixa significância – abaixo de 5 (peso 1)            Média significância – 5 a 7 (peso 3)            Alta significância – 8 a 10 (peso 6)</p>	<p style="text-align: center;"><b>DETRATORES (PESO)</b></p> <p>Neutra artificialização – 0 (peso 0)            Baixa artificialização – abaixo de 5 (peso 1)            Média artificialização – 5 a 7 (peso 3)            Alta artificialização – 8 a 10 (peso 6)</p>

Figura 41 – Escala de Hierarquização de Pesos

O julgamento do peso correspondeu à subjetividade compartilhada para chegar-se, através da média ponderada da classificação, ao conjunto de cada ambiente observado.

2ª etapa: Média Ponderada (**MP**), compreendeu o resultado da média simples (**MS**), multiplicado pelo peso (**P**), dividido pela soma dos pesos (**SP**).

$$\text{Fórmula: } MP = \frac{MS \times P + MS \times P + MS \times P}{SP}$$

Figura 42 – Fórmula de aplicação da média ponderada na 2ª etapa da análise da paisagem

Atribuída a média ponderada ao conjunto de cada ambiente observado, definiu-se a classificação do indicador da análise da qualidade visual da paisagem através da média aritmética simples, obtida pelo somatório das notas de cada ambiente observado, explicitado na classificação do conjunto (planilha).

3ª etapa: Média Simples (MS), compreendeu a soma das notas (**SN**) de cada ambiente observado, dividido pelos respectivos números de ambientes observados (**NA**), para, então, obter-se a média final do indicador (**MFI**).

Fórmula: $MFI = \frac{SN}{NE}$
--------------------------------

Figura 43 – Fórmula da média final de valoração da paisagem

O quadro 33 representou uma das partes da análise da qualidade visual da paisagem realizada em campo. A abordagem instrumental da aplicação estatística das três etapas de valoração da paisagem foi direcionada para todos os indicadores propostos para o estudo, como Diversidade, Naturalidade, Singularidade e Detratores, conforme apêndice (F).

É importante salientar que o estudo de valoração determinou uma escala de classificação por indicador no intuito de avaliar a relevância turística do espaço rural do município de Camboriú-SC.

<p style="text-align: center;"><b>DIVERSIDADE</b></p> <p>Nenhuma diversidade (ND): 0 (zero)            Baixa diversidade (BD): abaixo de 5.            Média diversidade (MD): 5 a 7.            Alta diversidade (AD): 8 a 10.</p>	<p style="text-align: center;"><b>NATURALIDADE</b></p> <p>Nenhuma naturalidade (N): 0 (zero)            Baixa naturalidade (BN): abaixo de 5            Média naturalidade (MN): 5 a 7            Alta naturalidade (AN): 8 a 10</p>
<p style="text-align: center;"><b>SINGULARIDADE</b></p> <p>Nenhuma singularidade (NS): 0 (zero)            Baixa singularidade (BS): abaixo de 5            Média singularidade (MS): 5 a 7            Alta singularidade (AS): 8 a 10</p>	<p style="text-align: center;"><b>DETRATORES</b></p> <p>Nenhum detrator (ND'r): 0 (zero)            Baixo detrator (BD'r): abaixo de 5            Médio detrator (MD'r): 5 a 7            Alto detrator (AD'r): 8 a 10</p>

Figura 44 – Escala de hierarquização da relevância turística da paisagem

O resultado das etapas da metodologia de valoração da paisagem será esboçado a seguir, apresentando sistematicamente as oito localidades analisadas: Santa Luzia, Macacos, Rio Pequeno, Caetés, Limeira, Rio do Meio, Braço e Vila Conceição.

A dimensão territorial do espaço rural do município de Camboriú-SC pressupõe um estudo direcionado ao desenvolvimento da atividade turística. Esse processo visou a estabelecer parâmetros que possam assegurar a integridade dos aspectos multifacetados da paisagem. Neste sentido, a localidade Santa Luzia foi abordada na análise da qualidade visual da paisagem por compor um dos objetos de estudo da presente pesquisa.

A localidade Santa Luzia apresenta como ponto de referência para o turismo a “Pousada Recanto das Bromélias”. A propriedade, que serviu de referência à aplicação dos pontos de controle terrestre, na primeira parte deste capítulo, foi também uma área de diferentes interesses de abordagem como a análise dos componentes de turismo, destacando-se a infraestrutura turística, e como ponto de observação da paisagem.

Partindo deste princípio, a análise realizada da paisagem compreendeu um ponto de observação, estrategicamente escolhido, dentro do limite da propriedade, para que se pudesse estabelecer uma configuração da paisagem do entorno, analisando o estado situacional real e pontuados aspectos com significativos índices de potencialidade para a atividade turística, perceptíveis aos turistas.

A análise aplicada à localidade Santa Luzia evidenciou, quanto ao indicador da **diversidade**, uma média 7,1. Esta média foi extraída a partir da aplicação de uma média ponderada a cada ambiente observado.

Neste parâmetro, pode-se elencar através do nível de hierarquização, que a relevância turística adotada para esse indicador na localidade Santa Luzia, e observada da propriedade “Pousada Recanto das Bromélias”, resultou na diversidade com média expressividade, no limite para a alta expressividade, o que assegura que a localidade possui ambientes com expressões variadas (geomorfológicos, biogeográfico e uso do solo) e, isoladamente, apresenta uma valoração representativa para o turismo.

Quanto à **naturalidade** da paisagem geográfica, a localidade Santa Luzia foi classificada com uma média 8,8 (indicando alta expressividade). Nota-se que a presença de elementos humanos apresentou-se moderada.

No tocante à **singularidade**, a análise realizada acerca dos respectivos elementos observados resultou em uma média 8,2. Foi considerada, pelos observadores, como aspecto relevante da paisagem (destacando os elementos ecológicos e geográficos e a paisagem no conjunto com grande amplitude visual), representando uma alta significância para o contexto territorial do turismo.

Já no que diz respeito aos conjuntos de **detratores**, a análise evidenciou uma média (-) 1,2, apresentando baixa artificialização para a atividade turística. A paisagem, no conjunto, apresenta terrenos com baixo índice de erosão e não expressividade de construções nas encostas e outros.

De modo geral, a análise abordada na localidade Santa Luzia configura-se na escala de relevância turística com classificação 5,7, sendo contextualizada na Qualidade Visual da Paisagem como de valor **mediano**.

Para o espaço rural de Camboriú-SC, esta classificação mostra que há potencial turístico na localidade Santa Luzia e a paisagem é evidenciada com interpretações subjetivas, transcendendo a beleza ecológica.

A figura 45 descreve a análise da qualidade visual da paisagem da localidade de Santa Luzia.

### Análise da Qualidade Visual da Paisagem Localidade: Santa Luzia (2009)



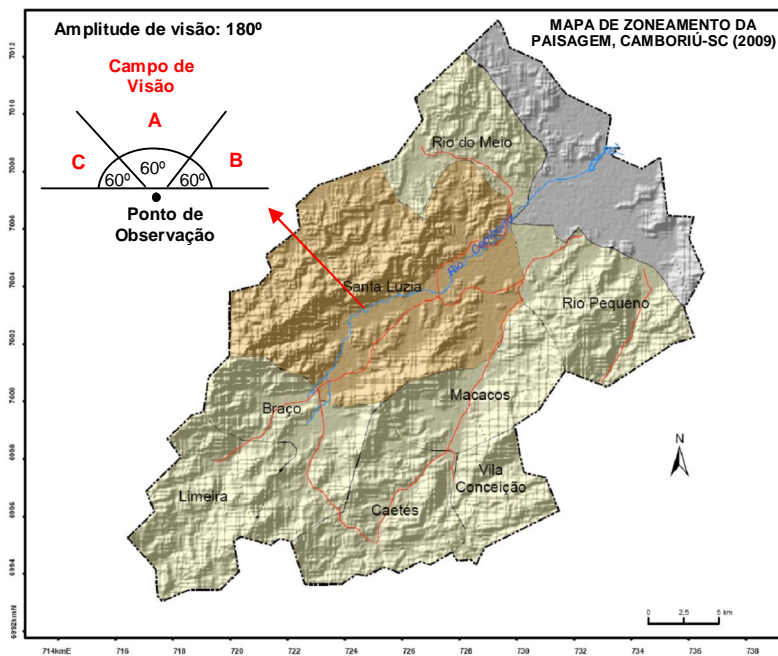
Foto: Campo C



Foto: Campo A



Foto: Campo B



Indicadores	Ambientes Observados	Média Ponderada	Média Final
Diversidade	Geomorfológico	9,5	7,1
	Hidrológico	2	
	Biogeográfico	8,5	
	Uso do Solo	8,5	
Naturalidade	Paisagem Geográfica	8,8	8,8
Singularidade	Paisagem no conjunto (variável estética)	8,6	8,2
	Paisagem com aspectos de relevância (variáveis naturais e culturais)	9,2	
	Paisagem com potencial de atividade turística	6,8	
Detratores	Paisagem no conjunto (variável negativa da qualidade visual da paisagem)	(-) 1,2	(-) 1,2

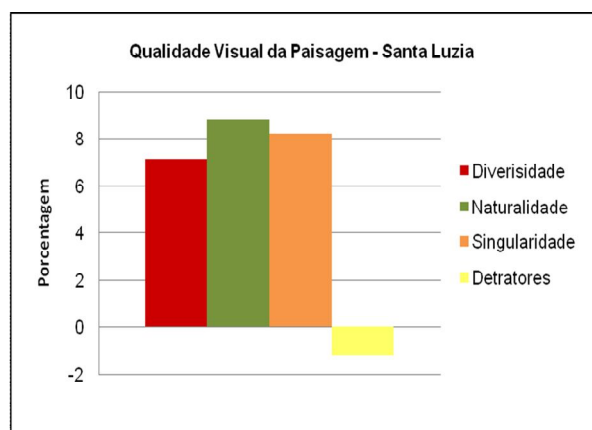


Figura 45 – Análise da Qualidade Visual da Paisagem da Localidade Santa Luzia  
Fonte: Rech (2009)

Outra localidade enquadrada na análise da paisagem no espaço rural do município de Camboriú-SC foi Macacos. O ponto de observação correspondeu à parte interna da propriedade “Centro de Lazer Cascata do Encanto”, ressaltada como referência de análise em função da atividade turística que o imóvel rural proporciona.

A análise aplicada à localidade Macacos evidenciou, quanto ao indicador da **diversidade**, uma média 7,4. Esta média foi extraída a partir da aplicação de uma média ponderada a cada ambiente observado. É importante destacar que a diversidade da paisagem na localidade Macacos foi classificada com média expressividade, destacada pelos aspectos geomorfológicos.

Quanto à **naturalidade** da paisagem geográfica, a localidade Macacos foi classificada com uma média 8, de alta expressividade. Nota-se que a presença de elementos humanos apresentou-se moderada.

O indicador **singularidade** destacou-se na localidade Macacos (aspectos geográficos e grande amplitude visual) com média 8,8. Percebe-se que a localidade transmite ao visitante um significado de topofilia, abordada pelos observadores como aspecto relevante para o desenvolvimento do turismo no espaço rural de Camboriú-SC.

A continuidade da análise da paisagem prosseguiu com a observação dos **detratores**. Conforme a subjetividade compartilhada, a localidade Macacos foi classificada com uma média (-) 0,4, apresentando uma baixa artificialização.

Desta forma, a análise aplicada à localidade Macacos enfatizou a relevância turística com classificação 5,9. O cenário é inserido como potencialidade para o desenvolvimento do turismo, porém há necessidade de ações conservacionistas da paisagem, promovendo a conscientização da comunidade e empreendedores.

A figura 46 caracteriza a qualidade visual da paisagem na localidade Macacos.

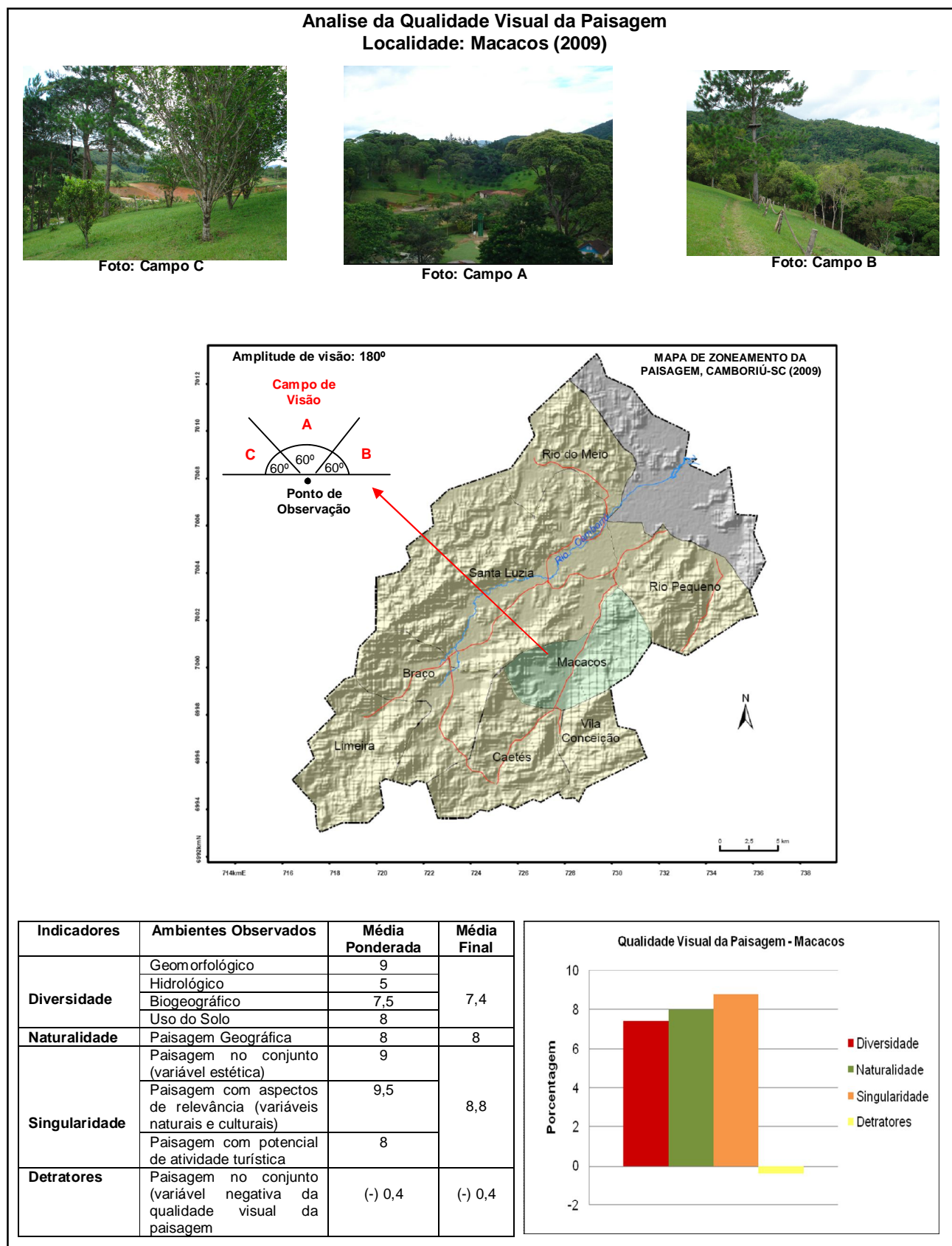


Figura 46 – Análise da Qualidade Visual da Paisagem da Localidade Macacos  
Fonte: Rech (2009)



Na contextualização territorial do espaço rural do município de Camboriú-SC, o estudo abordado acerca da paisagem como um elemento imprescindível para desenvolvimento da atividade turística, ressalta a importância desta etapa aplicada na localidade Rio Pequeno.

A análise da paisagem compreendeu um ponto de observação, estabelecido estrategicamente na localidade Rio Pequeno, focalizando a potencialidade turística. Assim, a análise aplicada destacou, quanto ao indicador da **diversidade**, uma média 6,0. Esta média foi obtida durante a aplicação de uma média ponderada estabelecida para cada ambiente observado.

Neste sentido, a relevância turística atribuída através do nível de hierarquização evidenciado para o indicador, foi de média diversidade. A proximidade da área urbana proporcionou um maior peso ao ambiente do uso do solo.

Quanto à **naturalidade** da paisagem geográfica, a localidade Rio Pequeno foi destacada com uma média 5,6, que se estabelece como expressiva pela presença de elementos urbanos de atividades exploratórias (pedreira).

No que se refere à **singularidade**, a análise realizada acerca dos respectivos elementos observados, enfatizou uma média 8,7. Os aspectos naturais e culturais da paisagem foram considerados pelos observadores como relevantes à prática do turismo.

Com relação aos **detratores**, a análise ressaltou uma média (-) 1,6. Apresentou-se relevante para a atividade turística, com baixa artificialização. Por outro lado, cabe atribuir a necessidade de ações para minimizar e impedir atividades impactantes no cenário turístico.

No âmbito geral da análise da paisagem abordada na localidade Rio Pequeno, é relevante destacar a importância da criação de programas visando à conservação da natureza. Pela proximidade da área urbana, índices de erosão, desmatamento, mineração e outros permitiram aos observadores pontuar a localidade Rio Pequeno como a mais preocupante do espaço rural em nível de descaracterização dos elementos que compõe a paisagem. A valoração da qualidade visual da paisagem foi baixa, com uma média 4,6, definida pelo processo das atividades humanizadas.

A figura 47 caracteriza a qualidade visual da paisagem da localidade Rio Pequeno.

### Análise da Qualidade Visual da Paisagem Localidade: Rio Pequeno (2009)



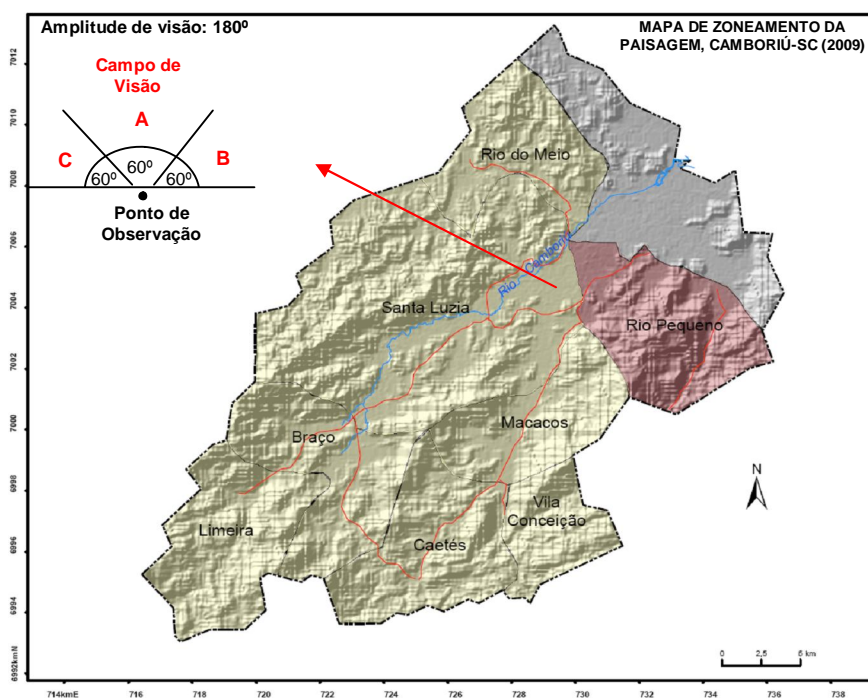
Foto: Campo C



Foto: Campo A



Foto: Campo B



Indicadores	Ambientes Observados	Média Ponderada	Média Final
Diversidade	Geomorfológico	9,4	6
	Hidrológico	0	
	Biogeográfico	5	
	Uso do Solo	9	
Naturalidade	Paisagem Geográfica	5,6	5,6
Singularidade	Paisagem no conjunto (variável estética)	8,6	8,7
	Paisagem com aspectos de relevância (variáveis naturais e culturais)	9,2	
	Paisagem com potencial de atividade turística	8,3	
Detratores	Paisagem no conjunto (variável negativa da qualidade visual da paisagem)	(-) 1,6	(-) 1,6

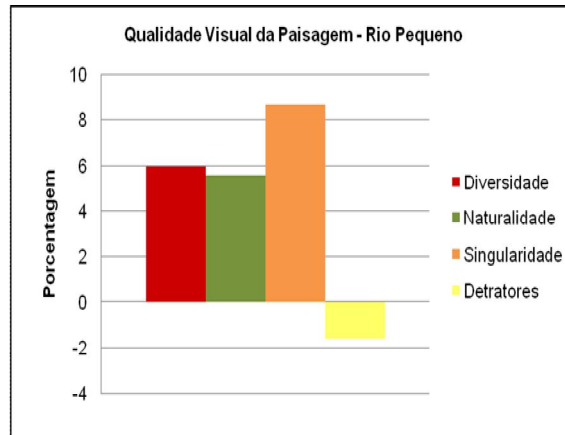


Figura 47 – Análise da Qualidade Visual da Paisagem da Localidade Rio Pequeno  
Fonte: Rech (2009)

A análise da paisagem aplicada à localidade Caetés, no espaço rural do município de Camboriú-SC, possibilitou o reconhecimento do processo situacional da paisagem. O ponto, estrategicamente escolhido, oportunizou avaliar a paisagem como recurso turístico e de interesse ao planejamento de gestão territorial.

A análise aplicada à localidade de Caetés apontou, quanto ao indicador da **diversidade**, uma média 6,2. Esta valoração obteve-se a partir da aplicação de uma média ponderada a cada ambiente observado.

Os ambientes observados com relevância foram a geomorfologia e o uso do solo, respectivamente. A expressividade da diversidade mostra a relevância do lugar para a prática do turismo, assegurando que a localidade possui variadas formas e símbolos representativos de valoração da paisagem.

Quanto à **naturalidade** da paisagem geográfica, a localidade Caetés foi classificada com uma média 7,8. A presença de elementos humanos apresenta-se moderada.

O indicador **singularidade** acerca dos respectivos elementos observados enfocou uma média 8,6. Foi considerada pelos observadores como aspecto relevante e de significância para o turismo. A paisagem no conjunto destacou-se com características cênicas de alta expressividade (beleza, grande amplitude visual).

O conjunto de **detratores** foi evidenciado com uma média (-) 1,3. A paisagem no conjunto apresentou baixa artificialização, destacando a sua expressividade no cenário do espaço rural de Camboriú-SC.

De modo geral, a análise abordada na localidade Caetés configura-se na escala de relevância turística com classificação 5,3, com média pontuação no contexto da valoração da qualidade visual.

A figura 48 caracteriza a qualidade visual da paisagem da localidade Caetés.

### Análise da Qualidade Visual da Paisagem Localidade: Caetés (2009)



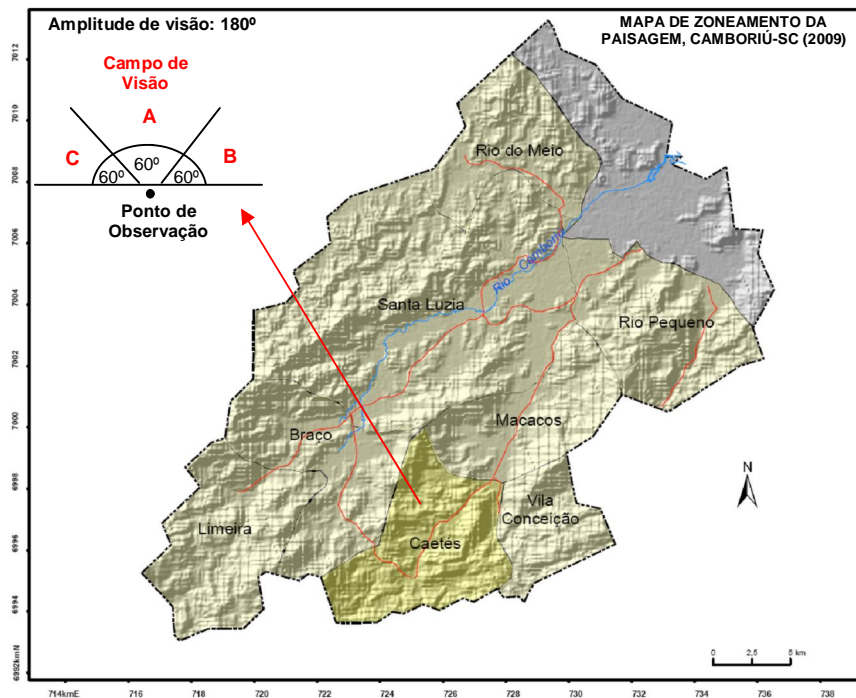
Foto: Campo C



Foto: Campo A



Foto: Campo B



Indicadores	Ambientes Observados	Média Ponderada	Média Final
Diversidade	Geomorfológico	9,3	6,2
	Hidrológico	0	
	Biogeográfico	6,5	
	Uso do Solo	9	
Naturalidade	Paisagem Geográfica	7,8	7,8
Singularidade	Paisagem no conjunto (variável estética)	9,5	8,6
	Paisagem com aspectos de relevância (variáveis naturais e culturais)	9,2	
	Paisagem com potencial de atividade turística	7,3	
Detratores	Paisagem no conjunto (variável negativa da qualidade visual da paisagem)	(-) 1,3	(-) 1,3

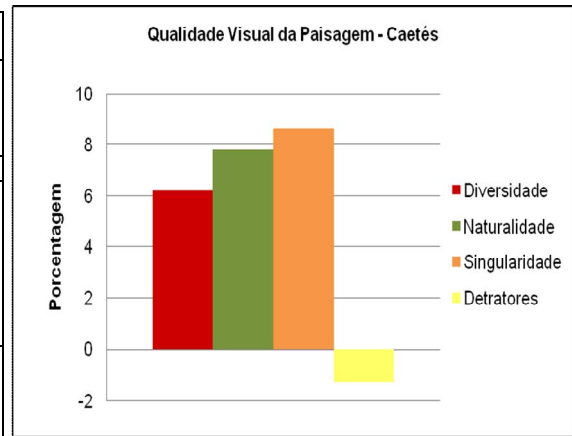


Figura 48 – Análise da Qualidade Visual da Paisagem da Localidade Caetés  
Fonte: Rech (2009)

A localidade Limeira, situada no espaço rural de Camboriú-SC, foi outro ponto referencial para o estudo da análise da paisagem. A abordagem avaliativa da paisagem consistiu na definição estratégica de um ponto de observação, pontuando aspectos de potencialidade para a atividade turística.

A análise aplicada à localidade Limeira enfatizou, quanto ao indicador da **diversidade**, uma média 6,2. Esta média foi o resultado alcançado a partir da aplicação de uma média ponderada a cada elemento do ambiente observado. A classificação foi mediana, com expressividade moderada.

Quanto à **naturalidade** da paisagem geográfica, a localidade Limeira foi classificada com uma média 8,0. Configura-se como de alta expressividade. A influência antrópica é moderada no ambiente observado.

A **singularidade** é destacada na localidade Limeira com variáveis ecológicas relevantes para o turismo. A média estipulada pelos observadores alcançou 8,3. Foi considerada de alta significância no conjunto espacial da localidade.

Quanto aos **detratores**, a localidade Limeira foi classificada com média (-) 0,4. Sua classificação é evidenciada como baixa artificialização.

De forma geral, a análise abordada na localidade Limeira configurou-se, no conjunto, em uma classificação mediana de 5,5 quanto à valoração da qualidade visual da paisagem no espaço rural de Camboriú-SC.

A figura 49 caracteriza a qualidade visual da paisagem da localidade Limeira.

### Análise da Qualidade Visual da Paisagem Localidade: Limeira (2009)



Foto: Campo C



Foto: Campo A

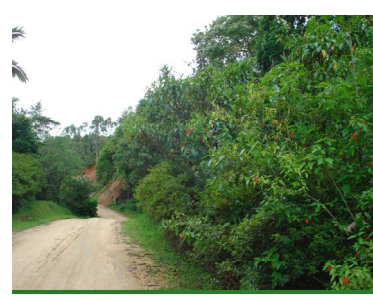
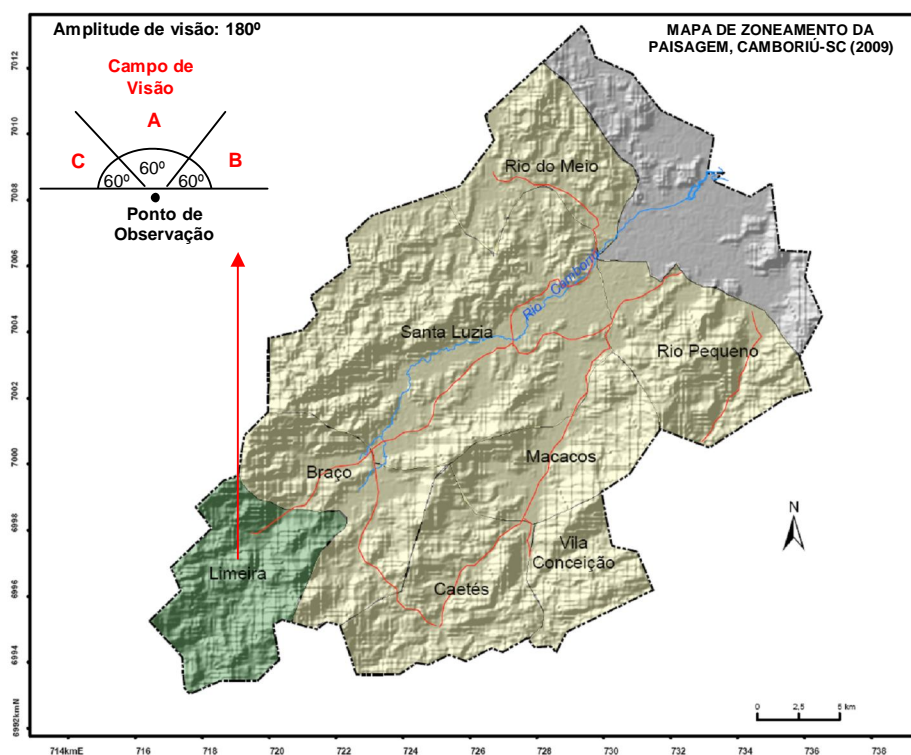


Foto: Campo B



Indicadores	Ambientes Observados	Média Ponderada	Média Final
Diversidade	Geomorfológico	8,5	6,2
	Hidrológico	0	
	Biogeográfico	9,0	
	Uso do Solo	7,5	
Naturalidade	Paisagem Geográfica	8	8
Singularidade	Paisagem no conjunto (variável estética)	9,3	8,3
	Paisagem com aspectos de relevância (variáveis naturais e culturais)	8,7	
	Paisagem com potencial de atividade turística	6,9	
Detratores	Paisagem no conjunto (variável negativa da qualidade visual da paisagem)	(-) 0,4	(-) 0,4

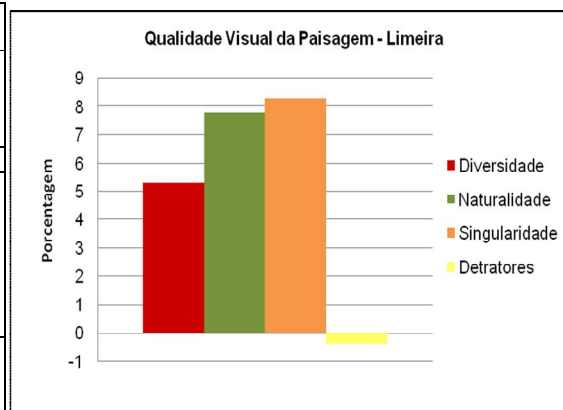


Figura 49 – Análise da Qualidade Visual da Paisagem da Localidade Limeira  
Fonte: Rech (2009)

A dinamicidade da análise da qualidade visual da paisagem no espaço rural de Camboriú-SC é compartilhada pelos observadores com um olhar crítico na prática das questões fundamentais que possam valorar o lugar para o planejamento turístico.

Na localidade Rio do Meio foi estabelecido um ponto de observação estratégico para a análise da paisagem, com o intuito de identificar os aspectos significativos e perceptíveis do espaço como estímulo ao olhar do turista. A análise evidenciou, quanto ao indicador da **diversidade**, uma média 5,5 com destaque para os aspectos geomorfológicos. A paisagem apresenta média expressividade, com limite para baixa.

Quanto à **naturalidade**, a localidade Rio do Meio foi classificada com uma média 7,4. Sua classificação representou média expressividade no cenário observado.

A **singularidade** da localidade Rio do Meio foi observada pelos participantes com alta significância, destacando-se com uma média 8,0. A expressividade é marcada pelas características peculiares do ambiente, como beleza, grande amplitude visual e outros.

Já no que diz respeito aos conjuntos de **detratores**, a análise evidenciou uma média (-) 0,6, apresentando-se baixa para a atividade turística. A interferência humana não é expressiva no conjunto.

A análise geral abordada na localidade Rio do Meio configura-se na escala de relevância turística com classificação 5,0. Isto a contextualiza, na qualidade visual da paisagem, como de valor mediano. Esta classificação chama a atenção dos gestores quanto à conservação dos recursos naturais e culturais no cenário de projeção do desenvolvimento do turismo.

A figura 50 caracteriza a qualidade visual da paisagem da localidade Rio do Meio.

### Análise da Qualidade Visual da Paisagem Localidade: Rio do Meio (2009)



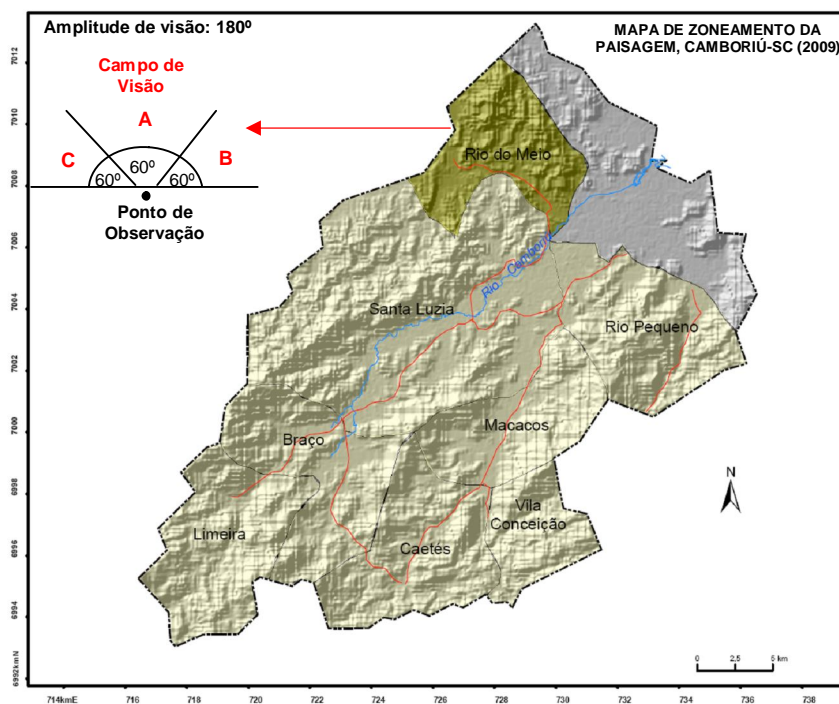
Foto: Campo C



Foto: Campo A



Foto: Campo B



Indicadores	Ambientes Observados	Média Ponderada	Média Final
Diversidade	Geomorfológico	9	5,5
	Hidrológico	0	
	Biogeográfico	5	
	Uso do Solo	8	
Naturalidade	Paisagem Geográfica	7,4	7,4
Singularidade	Paisagem no conjunto (variável estética)	8,5	8
	Paisagem com aspectos de relevância (variáveis naturais e culturais)	8,7	
	Paisagem com potencial de atividade turística	7,1	
Detratores	Paisagem no conjunto (variável negativa da qualidade visual da paisagem)	(-) 0,6	(-) 0,6

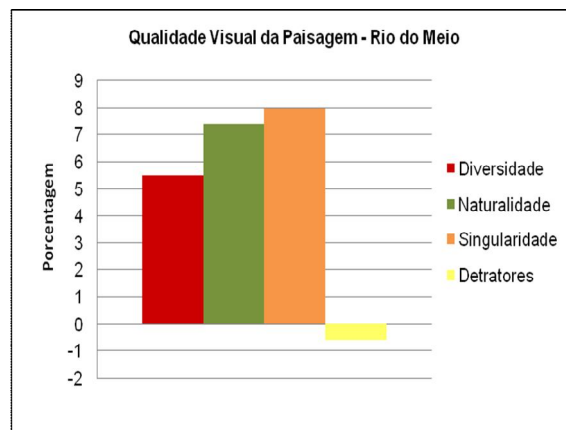


Figura 50 – Análise da Qualidade Visual da Paisagem da Localidade Rio do Meio  
Fonte: Rech (2009)



A localidade Braço, no espaço rural de Camboriú-SC, foi outra área de interesse da investigação. Definiu-se um ponto de observação para a aplicação da análise da paisagem, permitindo visualizar o significado do lugar na projeção do turismo.

A análise aplicada à localidade Braço evidenciou, quanto ao indicador da **diversidade**, uma média 6,8. A expressividade da paisagem foi observada nos aspectos geomorfológicos e uso do solo.

Quanto à **naturalidade** da paisagem geográfica, a localidade Braço foi classificada com uma média 8,0. Considerou-se de alta expressividade para o turismo.

A **singularidade** foi enfatizada com alta relevância turística, correspondendo a uma média 8,3. Para os agentes de observação, a localidade Braço é pontuada com características visuais que marcam a paisagem como um lugar vivido.

Com relação aos **detratores**, a análise evidenciou uma média (-) 1,3 apresentando-se relevante para a atividade turística. Há alterações no ambiente observado como de baixa expressividade.

A qualidade visual da paisagem na localidade de Braço representa uma escala de relevância turística com classificação 5,4, sendo contextualizada de valor mediana para o turismo.

A figura 51 caracteriza a qualidade visual da paisagem da localidade Braço.

### Análise da Qualidade Visual da Paisagem Localidade: Braço (2009)



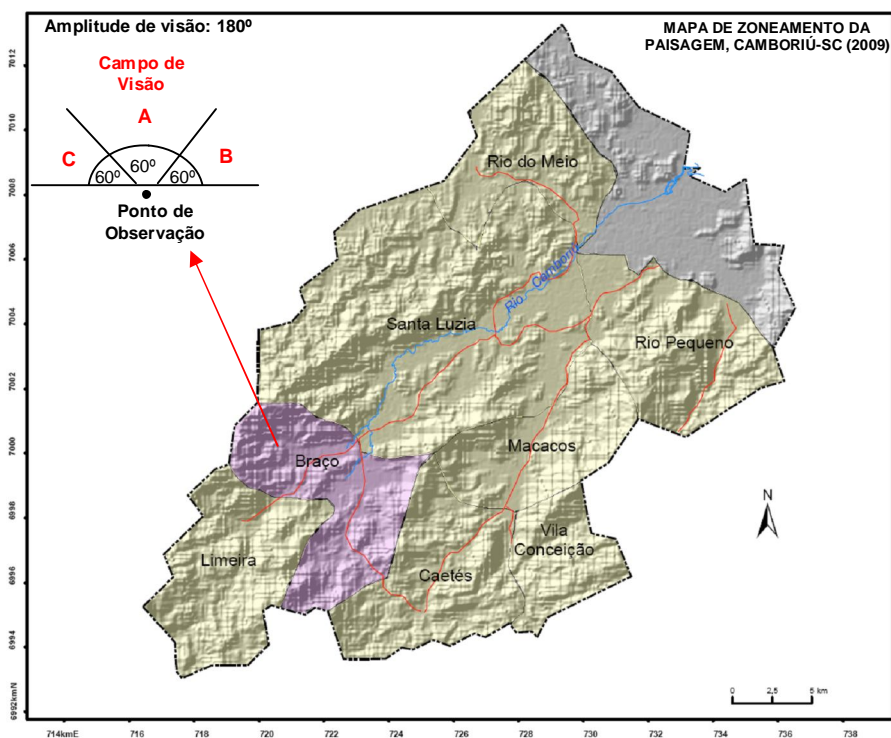
Foto: Campo C



Foto: Campo A



Foto: Campo B



Indicadores	Ambientes Observados	Média Ponderada	Média Final
Diversidade	Geomorfológico	8,5	6,8
	Hidrológico	4	
	Biogeográfico	8	
	Uso do Solo	7	
Naturalidade	Paisagem Geográfica	8	8
Singularidade	Paisagem no conjunto (variável estética)	7,7	8,3
	Paisagem com aspectos de relevância (variáveis naturais e culturais)	8	
	Paisagem com potencial de atividade turística	9,2	
Detratores	Paisagem no conjunto (variável negativa da qualidade visual da paisagem)	(-) 1,3	(-) 1,3

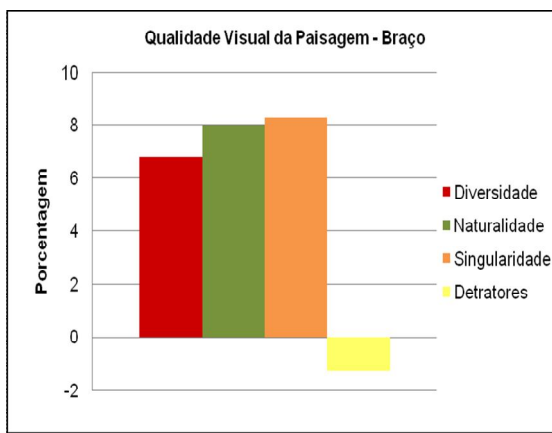


Figura 51 – Análise da Qualidade Visual da Paisagem da Localidade Braço  
Fonte: Rech (2009)

Na localidade Vila Conceição, situada no espaço rural de Camboriú-SC, foi definido pelos participantes, como nas demais localidades, um ponto estratégico como um marco referencial para a análise da paisagem.

A localidade Vila Conceição evidenciou, quanto ao indicador da **diversidade**, uma média 7,0. Considerou-se de média expressividade no contexto da relevância turística. Dos ambientes observados, o geomorfológico destacou-se na visão dos agentes observadores.

Quanto à **naturalidade** da paisagem geográfica, a localidade Vila Conceição foi classificada com uma média 8,0 e identificada como de alta expressividade

A **singularidade** enfocada atingiu média 8,3. Os observadores consideraram-na como aspecto relevante da paisagem, representando uma alta expressividade para o contexto da gestão do turismo local. O lugar é vivenciado como uma porção do espaço geográfico de importante significância para o turismo.

No que diz respeito aos **detratores**, a análise evidenciou uma média (-) 0,5. Foi considerada baixa para a atividade turística, destacando uma artificialização quase nula.

De modo geral, a análise realizada na localidade Vila Conceição configurou-se na escala de relevância turística com classificação 5,7. Este resultado a contextualiza na qualidade visual da paisagem como de valor mediano.

A figura 52 caracteriza a qualidade visual da paisagem da localidade Vila Conceição.

### Análise da Qualidade Visual da Paisagem Localidade: Vila Conceição (2009)



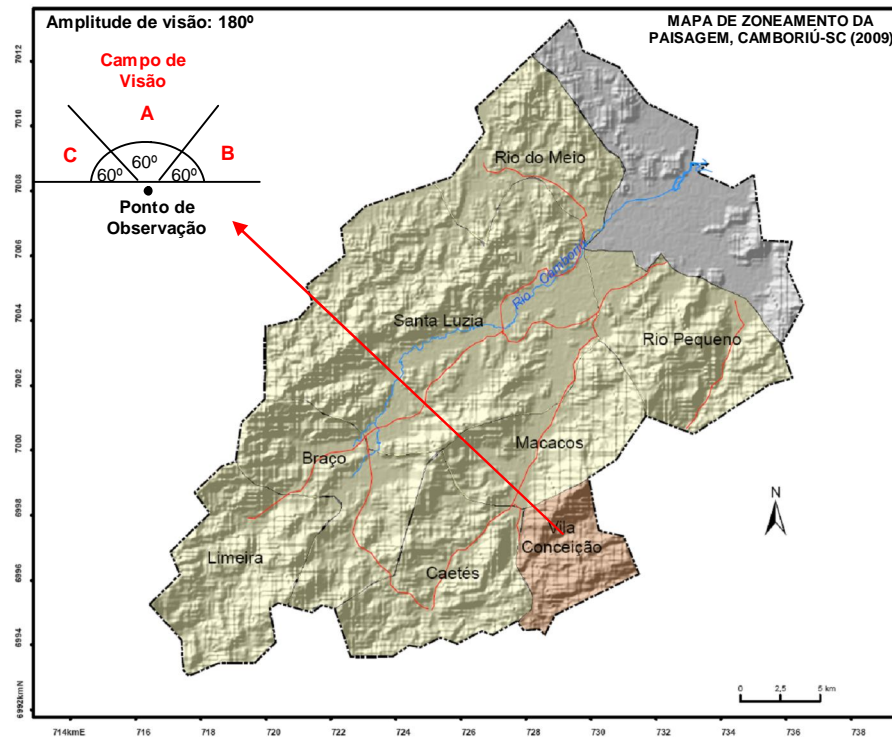
Foto: Campo C



Foto: Campo A



Foto: Campo B



Indicadores	Ambientes Observados	Média Ponderada	Média Final
Diversidade	Geomorfológico	9	7
	Hidrológico	5	
	Biogeográfico	8	
	Uso do Solo	6	
Naturalidade	Paisagem Geográfica	8	8
Singularidade	Paisagem no conjunto (variável estética)	7,5	8,3
	Paisagem com aspectos de relevância (variáveis naturais e culturais)	8,6	
	Paisagem com potencial de atividade turística	9	
Detratores	Paisagem no conjunto (variável negativa da qualidade visual da paisagem)	(-) 0,5	(-) 0,5

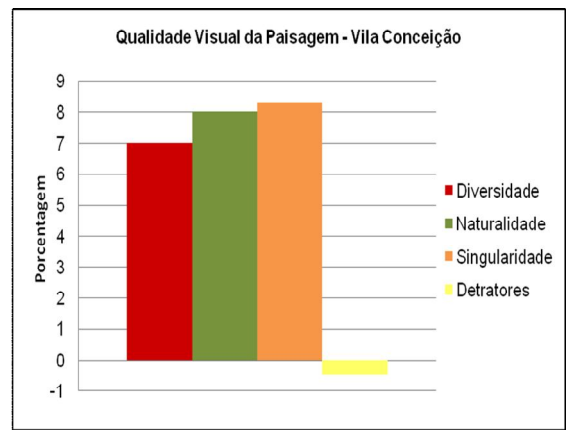


Figura 52 – Análise da Qualidade Visual da Paisagem da Localidade Vila Conceição  
Fonte: Rech (2009)

#### 4.6 QUALIDADE VISUAL DA PAISAGEM

O cenário paisagístico é um dos processos motivacionais da atividade turística. Este parâmetro é identificado e valorado através do ato perceptivo do observador (turista), tendo como premissa a qualidade visual dos elementos que a compõem.

Perceber a paisagem significa filtrar a imagem visualizada e interpretá-la em sua estrutura, forma, cor e amplitude de visão, compreendendo-a como fator de expressão temporal, cultural e de contrastes humanizados, indispensáveis para a formação de uma consciência holística do espaço no qual o indivíduo encontra-se ambientado.

Nesta contextualização, é pertinente ressaltar que a qualidade da paisagem parte de características intrínsecas do homem e do seu modo subjetivo de valorar tudo o que é captado através das imagens.

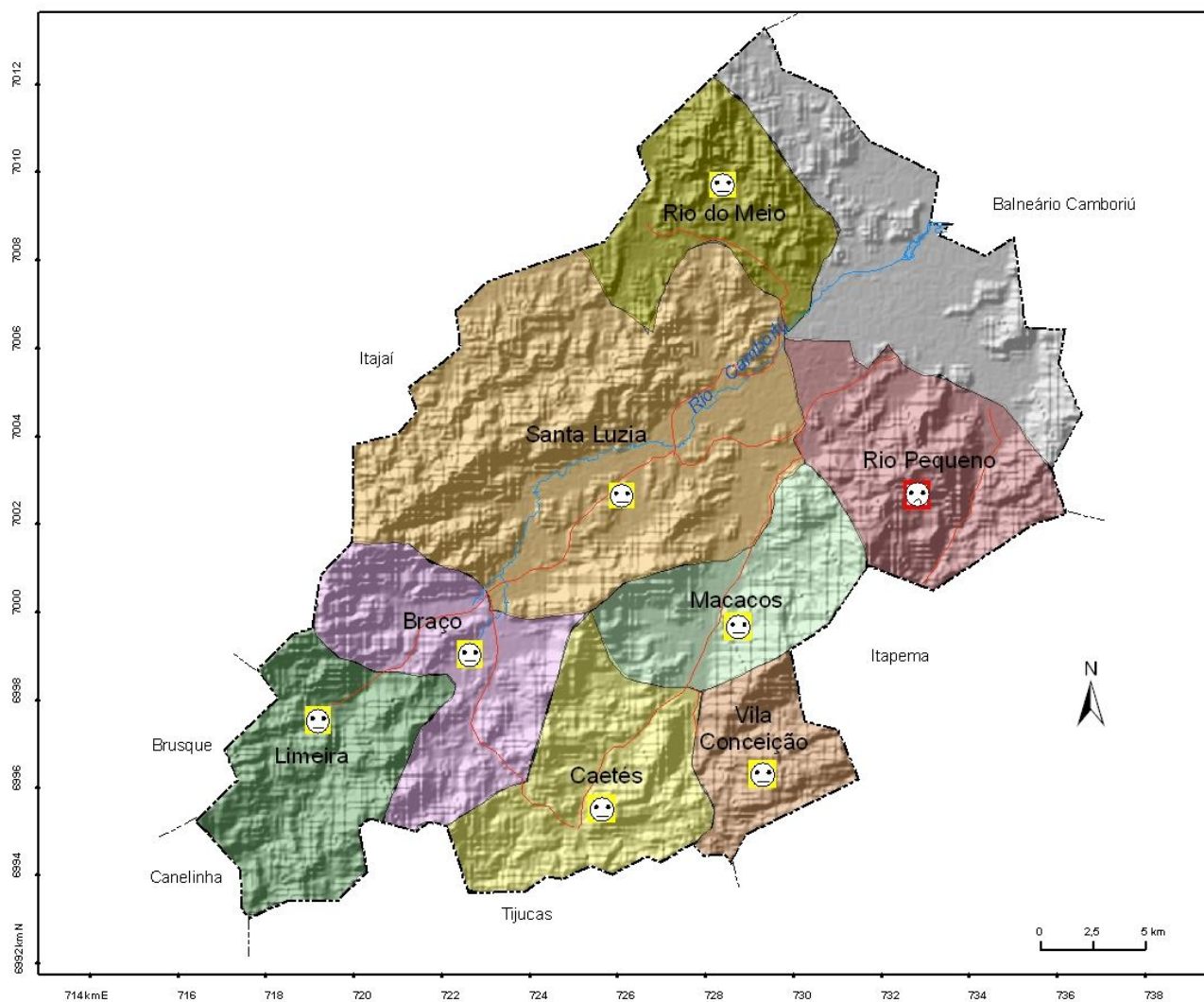
Na valoração da paisagem aplicada ao turismo, a análise visual inserida no espaço turístico pode assumir metodologias diferenciadas, porém dependem da capacidade de percepção do indivíduo na integração da subjetividade com o plano quantitativo. Tanto as subjetividades em qualificar a imagem visualizada e a quantificação, buscando a fidedignidade dos dados, retratam o consenso do indivíduo.

Neste sentido, o estudo desenvolvido para o espaço rural do município de Camboriú-SC baseou-se em uma análise subjetiva (qualitativa) e quantificada, no intuito de evidenciar a potencialidade da paisagem no espaço rural para a configuração do turismo no reordenamento territorial.

A abordagem estatística de valoração da qualidade visual da paisagem do espaço rural do município de Camboriú-SC possibilitou a construção de um cenário significativo e confiável, representados através de simbologias determinadas para explicitar a hierarquização da relevância turística da qualidade final.

A visualização da qualidade visual da paisagem no espaço rural de Camboriú-SC é apresentada na figura 53.

## MAPA DA QUALIDADE VISUAL DA PAISAGEM NO ESPAÇO RURAL DE CAMBORIÚ, SC (2009)



LEGENDA	
	Área Urbana
	Rio do Meio
	Santa Luzia
	Rio Pequeno
	Macacos
	Vila Conceição
	Caetés
	Braço
	Limeira
	Rio Camboriú
	Acesso Viário
	Recanto das Bromélias
	Cascata do Encanto
Qualidade Visual da Paisagem	
	Alta
	Média
	Baixa

Fonte:  
 Levantamento de campo: 2007/2008  
 Sistema de Coordenadas: Universa Transversa de Mercator - UTM  
 Datum horizontal: South American Datum 69 - SAD69  
 Zona UTM: 22 Sul, Meridiano Central 51°W.  
 Mapeamento Geológico do Brasil, CPRM, 2005  
 Autora: Cláudia Maria Correia Borges Rech

Localidade	Indicadores da Paisagem				Resultado Final Qualidade Visual
	Diversidade	Naturalidade	Singularidade	Detratores	
Santa Luzia	7,1	8,8	8,2	-1,2	5,7
Macacos	7,4	8	8,8	-0,4	5,9
Rio Pequeno	6	5,6	8,7	-1,6	4,6
Caetés	6,2	7,8	8,6	-1,3	5,3
Limeira	5,3	7,8	8,3	-0,4	5,2
Rio do Meio	5,5	7,4	8	-0,6	5,0
Braço	6,8	8	8,3	-1,3	5,4
Vila Conceição	7	8	8,3	-0,5	5,7
Valoração da Qualidade Visual da Paisagem no Município de Camboriú - SC					5,3

Classificação final da paisagem	
Hierarquização	Simbologia
Qualidade Visual Baixa: abaixo de 5	<b>QVB</b>
Qualidade Visual Média: 5 a 7	<b>QVM</b>
Qualidade Visual Alta: 8 a 10	<b>QVA</b>

Figura 53 - Mapa da Qualidade Visual da Paisagem no Espaço Rural de Camboriú-SC

A configuração espacial da área rural do município de Camboriú-SC possibilitou, de modo geral, uma análise homogênea da Qualidade Visual da Paisagem, sendo classificada na escala de hierarquização com nota 5,3 representando a Qualidade Visual Média (QVM).

Esta classificação permitiu expressar que a paisagem, no conjunto, destacasse como recurso turístico relevante no espaço rural de Camboriú-SC, porém há fragilidades quanto à sua estética, à sua dimensão cultural e ambiental no mundo vivido (o significado do lugar) pela comunidade e aos equipamentos turísticos que possam moldar a percepção do turista.

Nas particularidades de cada localidade no espaço rural de Camboriú-SC, indicadores como a singularidade e a naturalidade destacaram-se na qualidade visual da paisagem e do potencial para o turismo. As localidades Santa Luzia, Macacos, Braço e Vila Conceição evidenciaram alta expressividade e significância na valoração da paisagem, com média acima de 8,0. Classifica-se como de alta relevância e importância natural e cultural, caracterizada com beleza, grande amplitude visual e outros.

A localidade Rio Pequeno, pela proximidade da área urbana, apresenta pontualmente detratores visuais da paisagem como mineração de superfície, desmatamento e outros, repercutindo uma média da qualidade visual baixa. Assim, para que se obtenha uma conservação dos recursos naturais, os gestores públicos, os empreendedores e a comunidade necessitam de um planejamento para a conscientização desses problemas. Todos estes atores devem estar em sintonia, com o objetivo de correlacionar o turismo às questões ambientais.

Apesar dos resultados terem apresentado uma interpretação do cenário em nível satisfatório sobre a paisagem e sua contribuição como recurso turístico, buscou-se identificar junto à comunidade residente aspectos que pudessem complementar os resultados obtidos. Assim, diante da exposição dos indicadores a serem avaliados, a comunidade apontou a sua percepção quanto aos eixos temáticos: principais problemas ambientais enfrentados pela comunidade; a importância dos recursos naturais; o estado de conservação dos recursos naturais e o conhecimento dos órgãos e leis que defendem a qualidade, a integridade e a diversidade ambiental. A pesquisa de campo incluiu a técnica de entrevista com 10 proprietários dos equipamentos turísticos e 10 membros da comunidade.

Quanto aos problemas ambientais retratados no espaço rural de Camboriú-SC, os proprietários dos equipamentos turísticos e a comunidade (equipamentos não turísticos) evidenciaram o desmatamento em primeiro lugar (80%), seguido de saneamento básico (60%). Outros problemas foram destacados nos equipamentos turísticos como agrotóxicos nas arroteiras, caça, reflorestamento, extração de pedra. O gráfico 19 aborda os principais problemas ambientais visualizados pelos proprietários dos equipamentos turísticos e pela comunidade.

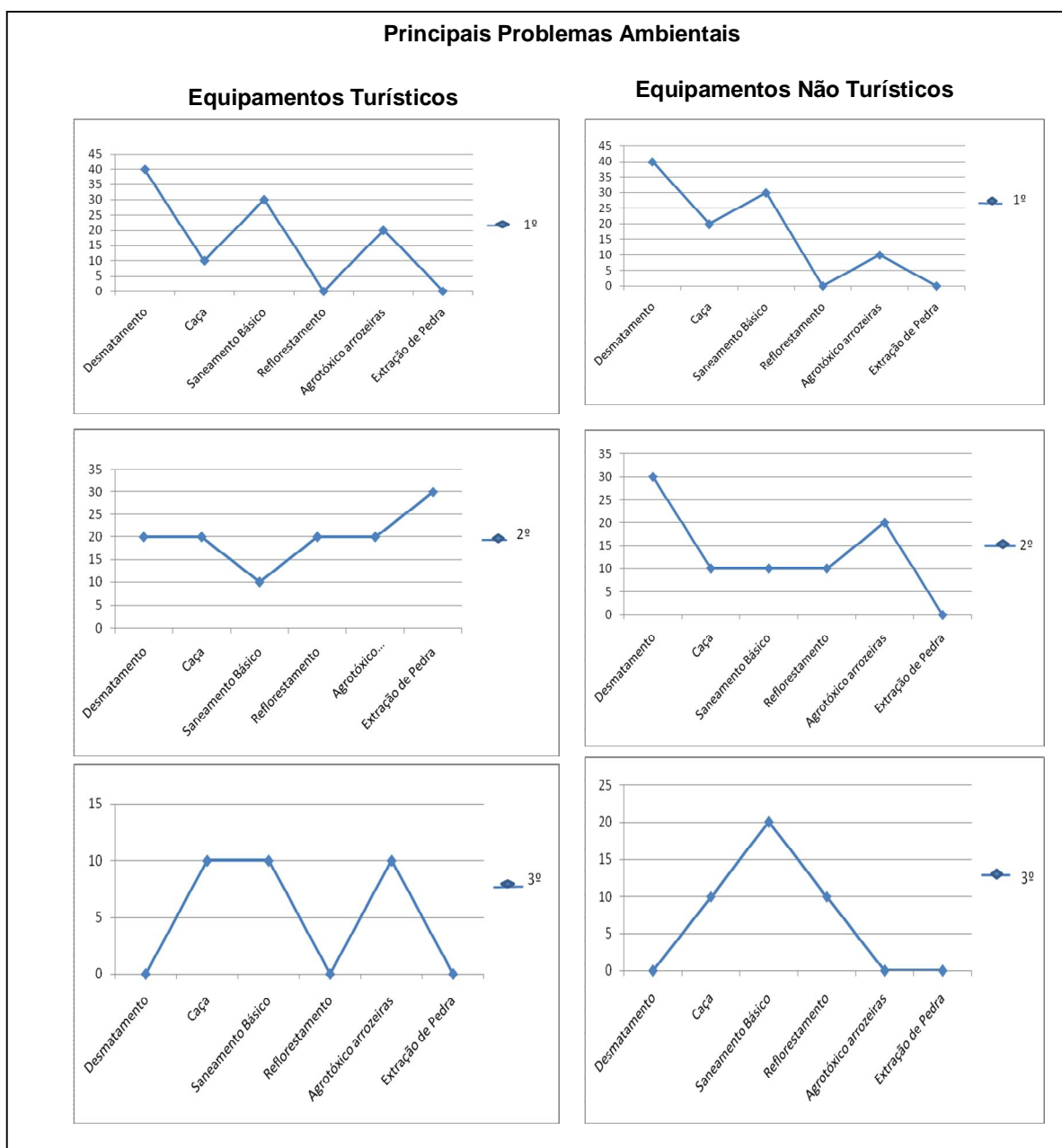


Gráfico 19 - Principais Problemas Ambientais no Espaço Rural  
Fonte: Rech (2009)



No que se refere ao reconhecimento da comunidade em relação à importância dos recursos naturais, foi identificado, pelos equipamentos de turismo, que os entrevistados atribuíram 80% de relevância, entre os recursos naturais, à água (1º lugar), 60% à flora (2º lugar) e 20% à fauna (3º lugar). Já a comunidade (equipamentos não turísticos) concedeu 80% de importância à água (1º lugar); 50% à flora (2º lugar) e 30% à fauna (3º lugar). O gráfico 20 aponta a importância dos recursos naturais no espaço rural de Camboriú-SC.

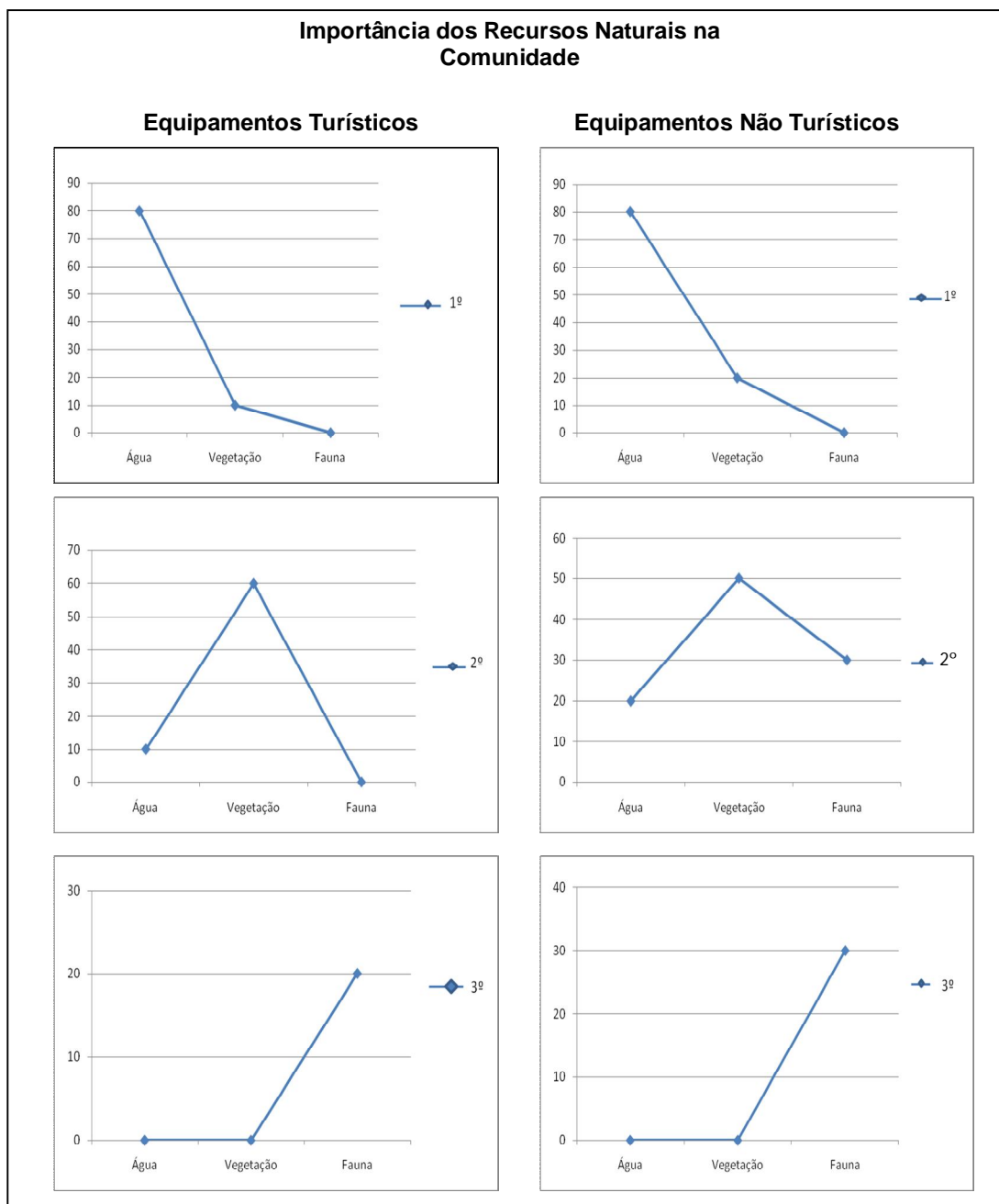


Gráfico 20 – Importância dos Recursos Naturais  
Fonte: Rech (2009)

Diante do contexto apresentado pela comunidade em relação aos aspectos principais dos problemas ambientais e do reconhecimento da importância dos recursos naturais, buscou-se identificar a percepção dos indivíduos em função de uma conscientização para a conservação dos elementos que compõem o cenário paisagístico e ao mesmo tempo, do conhecimento das leis e órgãos que protegem o meio ambiente.

Assim, quanto à conservação dos recursos naturais, 80% dos entrevistados dos equipamentos turísticos retrataram como regular, seguidos por 70% dos entrevistados da comunidade. Já no que se refere ao conhecimento das leis e órgãos de proteção ao meio ambiente, 100% dos entrevistados disseram conhecer os serviços prestados pelo IBAMA, pela Secretaria do Meio Ambiente (90%) e FATMA (90%). Já no universo da comunidade, os entrevistados ressaltaram ter conhecimento sobre o IBAMA (90%), a FATMA (90%), a Secretaria do Meio Ambiente (80%) e a Polícia Ambiental (80%).

É importante salientar que esse processo de análise visou a estabelecer o grau de percepção da comunidade residente no espaço rural, como um agente facilitador de futuras ações de planejamento participativo para o desenvolvimento da atividade turística.

O gráfico 21 aborda a conservação dos recursos naturais na comunidade, as leis e os órgãos de proteção ao meio ambiente.

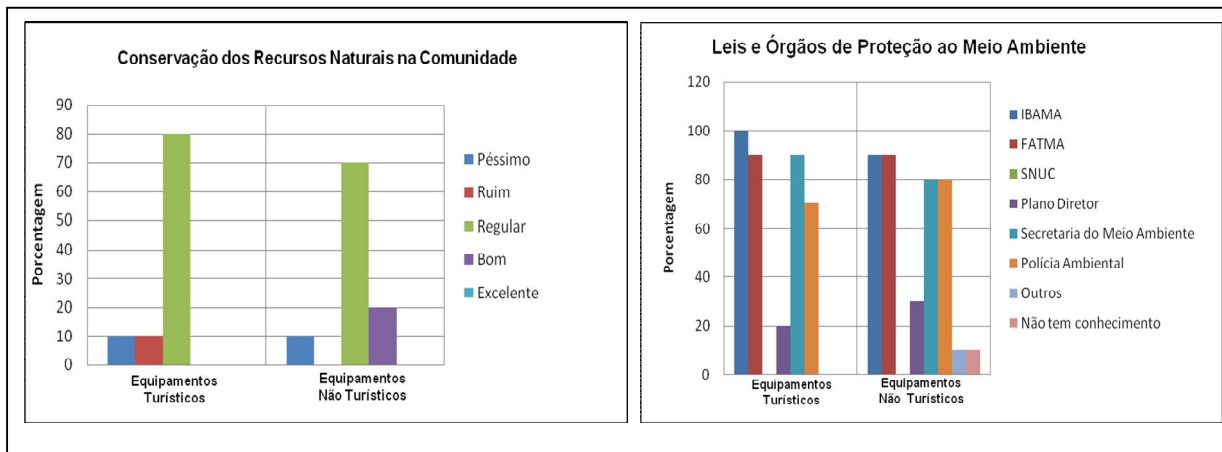


Gráfico 21 – Conservação e Conhecimento de Leis e Órgãos que protegem o Meio Ambiente.

Fonte: Rech (2009)

No Sistema Turístico Cadastral Territorial, a análise da qualidade visual da paisagem tem a sua relevância para o planejamento turístico por influenciar naturalmente, socialmente e culturalmente os padrões de percepção do indivíduo. O segmento do turismo no espaço rural possibilita ao visitante incluir o cenário paisagístico como um recurso que necessita de beleza, singularidade e seja potencialmente valorativo.

Sua relação com a natureza corresponde a fatores visuais e afetivos à cena observada. Assim, o turismo precisa incorporar o consumo sustentável dos recursos oferecidos pelo lugar. Isso inclui a natureza, os componentes de turismo, como infraestrutura, e as informações legais e sociais de uso e ocupação do solo.

A correlação dos fenômenos no sistema turístico aflora como meta de planejamento turístico para a gestão participativa, com uma política de desenvolvimento de conservação dos recursos naturais, principalmente em destaque no espaço rural de Camboriú-SC.

A atividade turística voltada para a prática de consumo sustentável insere um juízo de valor para a natureza, que, por sua vez, é captada pelos visitantes com afetividade. Os proprietários dos equipamentos turísticos neste direcionamento devem incorporar a preocupação com as questões ambientais, com instalações turísticas no espaço rural em áreas legalmente apropriadas para o cumprimento de sua função social e com suporte do Cadastro Técnico Multifinalitário.

Este conjunto de componentes, que forma o Sistema Turístico Cadastral Territorial, aponta a efetivação dos preceitos do grau de importância do Cadastro Técnico Multifinalitário e da análise da paisagem no planejamento turístico local. A veracidade das questões mencionadas será fundamentada no capítulo a seguir.

## **CAPÍTULO 5**

---

### **AVALIAÇÃO DO POTENCIAL TURÍSTICO NO ESPAÇO RURAL DE CAMBORIÚ-SC SOB A ÓTICA DO CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E ANÁLISE DA PAISAGEM**

A análise situacional do espaço rural de Camboriú-SC consistiu na interpretação do ambiente, registrado pelo diagnóstico dos elementos significativos do lugar. Mais que interpretar como contribuição ao planejamento do desenvolvimento turístico municipal, especialmente para o espaço rural, é importante relatar a corroboração dos fatos, destacando as duas vertentes pressupostas na abrangência da pesquisa: o grau de relevância do Cadastro Técnico Multifinalitário e a análise da paisagem.

A partir deste retrato, a pesquisa não se limitou aos fenômenos observados. A sua funcionalidade partiu da explicação e descobertas de fatos e suas relações, expressadas na análise do sistema turístico.

Para evidenciar a contribuição do Cadastro Técnico Multifinalitário e da análise da paisagem no planejamento turístico local, o espaço rural de Camboriú-SC foi dividido no cenário real/potencial turístico e no cenário de prospecção do planejamento turístico no espaço rural.

Sendo o espaço rural de Camboriú-SC um lugar dotado de paisagens topofólicas, é também um receptáculo das ações humanas. Portanto, é viável estabelecer critérios locais nas políticas de turismo.

O planejamento, como instrumento de ordenamento territorial, oportuniza estudos multidisciplinares num único espaço. Tratando-se do turismo como um fenômeno dinâmico, deve-se levar em conta a interdependência dos recursos que completam a sua atividade, que inclui o espaço vivido, destacando a natureza e a ação humana em bases sustentáveis.

Portanto, o estudo sobre a configuração territorial do espaço rural de Camboriú-SC, no contexto do desenvolvimento do planejamento turístico, incorporou como um cenário de importante estratégia que necessita de um posicionamento de ação governamental, em todos os níveis, para fomentar a atividade turística como uma das principais atividades econômicas, iniciando num primeiro momento com uma gestão territorial local.

O cenário real/potencial do espaço rural de Camboriú-SC apresentou como prognóstico dois vetores sistêmicos: o sistema de objetos e o sistema de ações. A figura 54 ilustra os respectivos cenários.

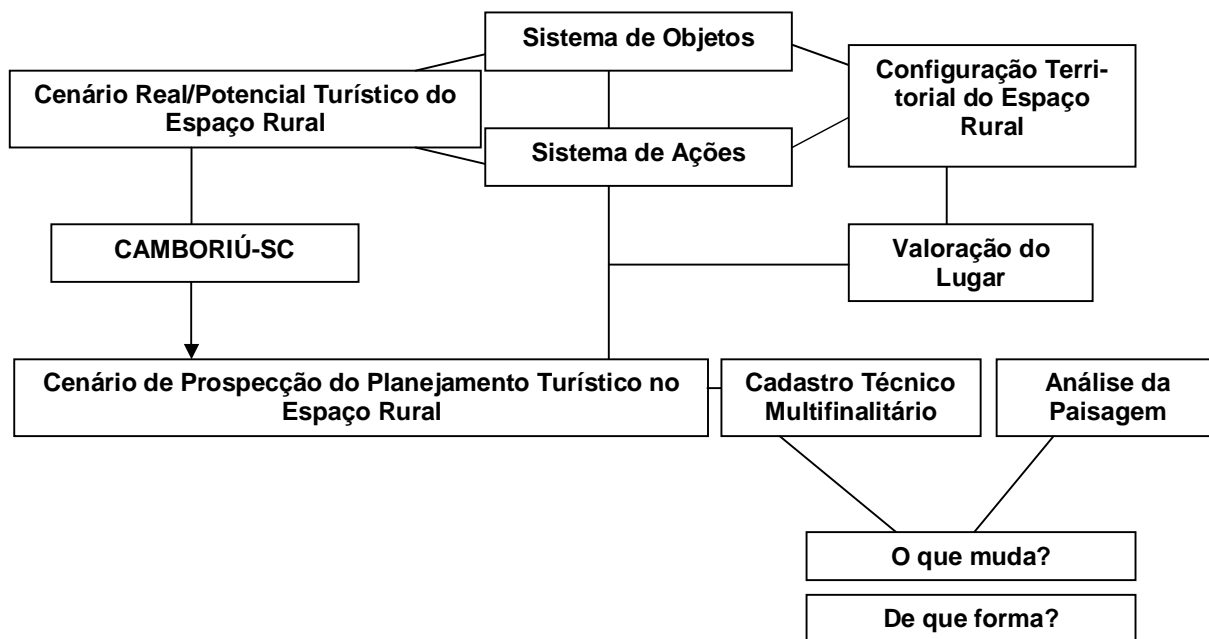


Figura 54 – Sistema de Objetos e Sistema de Ações  
Fonte: Rech (2009)

As denominações sistema de objetos e sistema de ações, empregadas na prática sistematizada, partiu de uma abordagem conceitual designada por Santos (2008, p. 63), apresentando o espaço como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistema de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.”

Na articulação dos fenômenos, o cenário se forma e a conexão do sistema define a identidade do lugar. Sendo assim, a paisagem forma-se pelos objetos, esses objetos são ampliados pelas ações de forma dinâmica e transformam o território.

Nesta perspectiva, o espaço pode ser interpretado como a inter-relação dos objetos, uma natureza humanizada. É nesta dimensão que o lugar, em uma escala

espacial menor, torna-se referência de valoração. O mundo da topofolia, atribuído pelos habitantes, promove uma relação do mundo vivido local para o global.

Como isso ocorre, então, no espaço rural de Camboriú-SC?

A realidade geográfica do espaço rural de Camboriú-SC é descrita por pontos fracos e fortes que afetam diretamente o desenvolvimento do turismo. O universo vivido pela comunidade local é contemplado por ambientes atrativos, mesmo pelas deficiências que os circundam.

A leitura do cenário real/potencial do espaço rural de Camboriú-SC foi retratada através dos elementos do Cadastro Técnico Multifinalitário, da contextualização das informações explicitadas na oficina interna, envolvendo os gestores municipais, o *trade* turístico e a comunidade, além da análise da qualidade visual da paisagem, envolvendo o pesquisador, o turismólogo e um membro da comunidade.

Com relação ao Cadastro Técnico Multifinalitário foi realizado o inventário rural com os indicadores humanos, de estrutura, de uso e histórico-culturais, além do método de coleta de controle terrestre e a representação de dados espaciais.

Quanto à oficina interna, os eixos temáticos de análise sugeridos pelos organizadores como Infraestrutura, Natural/Rural e Comunidade/Turismo destacaram-se na avaliação do cenário

Como pontos fracos no espaço rural de Camboriú-SC, os aspectos pontuados na infraestrutura acerca dos Meios de Hospedagem, Alimentos e Bebidas, Estabelecimentos de Entretenimento, Sistemas de Sinalização e Transportes encontram-se em situação crítica pela precariedade e, em alguns casos como o dos transportes, a frota disponibilizada é insuficiente para atender todas as comunidades. No tocante aos meios de hospedagem, foi citado o pequeno número de estabelecimentos, tornando-se insuficiente para atender a demanda turística.

Outro aspecto observado como ponto fraco, foi quanto à infraestrutura de apoio do Município, que se apresentou insuficiente para atender a comunidade no espaço rural, no que diz respeito aos estabelecimentos de saúde. Para a demanda turística há ausência de terminais rodoviários e apenas o aeroporto Ministro Victor Konder (localizado em Navegantes). O município de Camboriú se posiciona como núcleo receptivo de um turismo suplementar ao pólo principal da “Costa Verde e Mar”, que é Balneário Camboriú.

Vale ressaltar que a aplicação da oficina interna teve, também, algumas implicações negativas para o planejamento do território, como por exemplo, o não comparecimento do gestor envolvido com a atividade turística.

A não presença do ator principal do planejamento turístico do município de Camboriú-SC provocou uma reflexão de desmotivação em resgatar da comunidade os elementos habituais (naturais, culturais, ambientais) que formam o conjunto indissociável do espaço.

Este patamar chamou a atenção para um fato, talvez, não absorvido pelos profissionais ligados ao estudo turístico. O que se percebe, no planejamento da atividade turística, é uma predefinição dos elementos investigadores (eixos temáticos como natural, infraestrutura, cultural, socioeconômico), estabelecendo previamente o resultado esperado. Para o município de Camboriú-SC, a abordagem de oficinas apresenta-se saturada, uma vez que as ações propostas não são colocadas em prática. A técnica torna-se restrita à formação apenas de um banco de dados.

Nota-se que a comunidade precisa ser vista como parte fundamental do processo integrador participativo do planejamento da atividade turística e não o fim.

Isto ocasiona um desconforto na população envolvida, quando chamada para participar de reuniões, encontros e oficinas onde discussões se resumem em mais uma coletânea de informações, uma vez que os principais atores da promoção turística não se dispuseram a estar presentes e visualizar os apontamentos realizados.

Quanto à pesquisa de campo, outro fato chamou atenção no estudo e que precisa ser destacado em relação à valoração da qualidade visual da paisagem do espaço rural de Camboriú-SC. Em relação à paisagem, como elemento componente da oferta turística e compreendendo um dos objetos das análises realizadas, verificou-se que o cenário paisagístico geral das localidades situadas no espaço rural apresentou-se com uma classificação mediana (5,3), quase no limite para a qualidade visual baixa (abaixo de 5). Tal configuração sugere uma atenção para os fatores de conscientização da comunidade, juntamente com os gestores e empreendedores sobre a conservação dos atrativos naturais e dos problemas ambientais possíveis de deterioração do lugar.

Depreende-se a necessidade de um olhar diferenciado para o espaço rural de Camboriú-SC com atuações contínuas sobre os recursos naturais. O compromisso em orientar, divulgar e promover ações de conservação da biodiversidade precisa ser compatibilizado ao uso do território através de esclarecimentos à população resi-

dente. Isto incorporará o fortalecimento também dessas pessoas a cobrarem mais dos atores governamentais a associação entre qualidade de vida e a melhor qualidade do ambiente.

Assim, a preocupação em oferecer serviços adequados e cenários paisagísticos conservados deve ser uma constante para o planejamento turístico do espaço rural de Camboriú-SC, uma vez que o município encontra-se inserido no contexto da Costa Verde e Mar onde o turismo vem assumindo um posicionamento positivo no cenário turístico regional e nacional.

Sob os princípios defendidos pela AMFRI, o processo de regionalização do turismo integrado e de direcionar o fluxo de turistas aos municípios que a compõem podem criar benefícios rentáveis para a população de Camboriú-SC, principalmente pela valoração do espaço e adequada gestão territorial.

Para o turismo, a qualidade da infraestrutura e a qualidade visual da paisagem são fontes propulsoras para o desenvolvimento de uma localidade e da região na qual está inserida. E a gestão local, em parceria com demais atores, deve buscar ações que possam melhorar o quadro representado pelos pontos fracos do município e possibilitar, assim, conforto e qualidade ao fluxo turístico.

Falando-se dos pontos fortes, o espaço rural de Camboriú-SC enquadrou-se nos aspectos ligados aos atrativos naturais (matas, cachoeiras, rios e outros) e ao cenário paisagístico para o desenvolvimento do turismo de observação. A potencialidade é destacada para a prática de atividades turísticas com base na natureza, visando ao desenvolvimento sustentável. O cenário envolve a diversidade de elementos naturais que integram a paisagem, possibilitando a observação da flora e da fauna.

No eixo temático comunidade/turismo, realçaram-se com classificação satisfatória os benefícios econômicos gerados à comunidade local em função do evento dos Gideões. Neste âmbito, dentre os aspectos positivos do desenvolvimento turístico, observou-se que, através da atividade turística, o lugar é interpretado como uma distribuição geográfica de tendências econômicas e com efeito multiplicador.

A partir dos indicadores da análise da paisagem, destacados pela diversidade, naturalidade, singularidade e detratores nas oito localidades do espaço rural de Camboriú-SC, verificou-se a valoração da qualidade visual evidenciada para a **singularidade**. A expressividade direcionou-se ao equilíbrio dos elementos visuais no cenário.



Como *feedback* da identificação dos pontos fracos e fortes, foi realizada a retroalimentação com a comunidade, utilizando-se os dados abordados no ambiente interno do espaço rural de Camboriú-SC.

Na reavaliação do cenário real/potencial do espaço rural de Camboriú-SC com a comunidade, constatou-se novamente uma escassez de estabelecimentos de alimentos e bebidas, uma classificação ruim no sistema de transportes, uma péssima situação das vias de acesso e um fraco sistema de sinalização.

Pontuou-se, ainda, a relevância de captação de eventos para o espaço rural, que a comunidade julgou muito importante, situando entre boa e regular o número de equipamentos para hospedagem.

Verificou-se na retroalimentação a falta de conhecimento da comunidade sobre o significado do meio ambiente. Quanto ao turismo, há uma percepção mediana sobre sua definição. Entretanto, os entrevistados mostraram-se inteirados quanto à contribuição dessa atividade para o espaço rural. Para tanto, percebe-se uma forma limitada à racionalidade ambiental, porém, uma maneira espontânea de conhecer, ligada ao seu cotidiano.

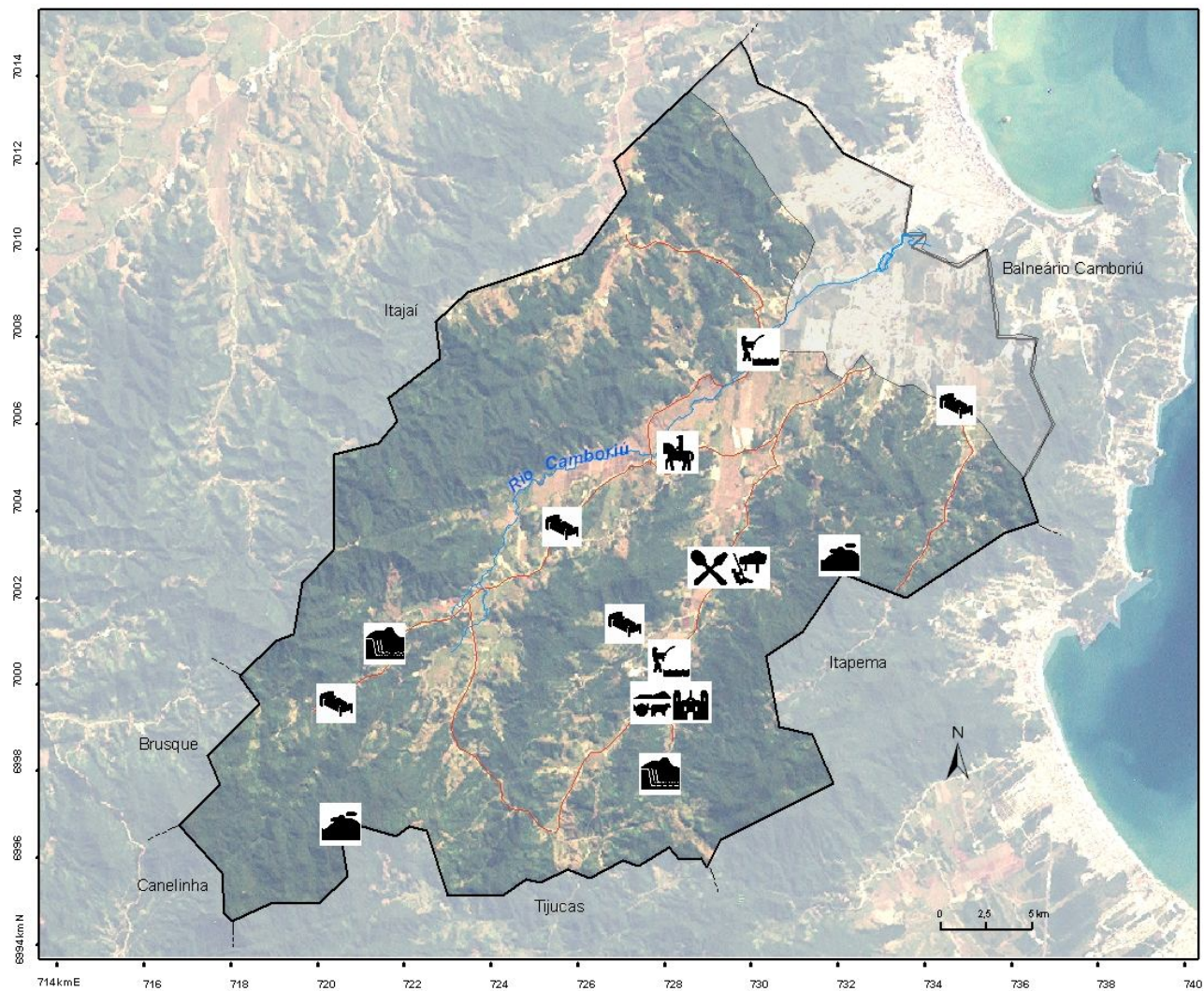
Em nível de Planejamento Turístico, tem-se enfatizado, no estudo da organização do espaço, a importância de traçar diretrizes norteadoras no processo da gestão territorial, principalmente voltadas ao desenvolvimento sustentável. O sistema de objetos e ações identificados no cenário real/potencial turístico do espaço rural de Camboriú-SC agregou valor ao processo de reconhecimento do território, necessitando de um novo posicionamento da realidade.

O estudo descritivo e exploratório alicerçado ao perfil do turismo deixado pelo prognóstico implicou em uma abordagem de gestão territorial participativa, permitindo visualizar uma nova forma de compreender a identidade local com a integração de referenciais teóricos e práticos integrados: o Cadastro Técnico Multifinalitário e a análise da paisagem.



















O fortalecimento de engajar o Cadastro Técnico Multifinalitário no Planejamento Turístico do espaço rural de Camboriú-SC estruturou-se na participação da elaboração e aplicação de oficinas de planejamento participativo na região da Costa Verde e Mar e, especialmente, no ambiente interno do município de Camboriú-SC, o que permitiu elencar o que poderia ser acrescentado de novo na implementação das políticas públicas de turismo.

Se, por um lado, o cenário do potencial turístico do espaço rural de Camboriú-SC pode ser considerado positivo na singularidade de sua paisagem na instância regional e local desse espaço catarinense, onde o próprio Ministério do Turismo projeta estratégias integradas de desenvolvimento, por outro, os pontos fracos apresentados prescreveram a necessidade de uma reconstrução do cenário a partir da utilização de metodologias que possam subsidiar com clareza e exatidão os atributos do planejamento. A figura 55 representa o cenário real/potencial turístico do espaço rural de Camboriú-SC.

## CARTA IMAGEM DO CENÁRIO REAL/POTENCIAL TURÍSTICO: ESPAÇO RURAL, CAMBORIÚ - SC (2009)



### LEGENDA

-  Área Urbana
-  Rio Camboriú
-  Acesso Viário
-  Turismo no Espaço Rural
-  Espaço Rural Clarear
-  Pousada Recanto das Bromélias
-  Pousada Rural Parque das Tucaneiras
-  Sítio e Pousada do Betel
-  Pico da Pedra
-  Morro do Gavião
-  Cachoeira Seca
-  Cachoeira Salro dos Pilões
-  Pesque-Pague Açaná
-  Pesque-Pague Paraíso da Pesca
-  Igreja Imaculada Conceição
-  Cascata do Encanto
-  Restaurante Portal das Pedras
-  Haras Colina do Sol

Fonte:  
 Levantamento de campo: 2007/2008  
 Dados coletados com o aparelho receptor Trimble Pro-XR  
 Processamento dos dados: GPS Pathfinder Office 3,0  
 Sistema de Coordenadas: Universal Transversa de Mercator - UTM  
 Datum horizontal: South American Datum 69 - SAD69  
 Zona UTM: 22 Sul, Meridiano Central 51°W  
 Imagem de Satélite LandSat ETM+543 RGB - NASA  
 Autora: Cláudia Maria Correia Borges Rech

Figura 55 - Mapa do Cenário Real/Potencial Turístico do Espaço Rural de Camboriú-SC

Trata-se, aqui, de analisar o grau de relevância do Cadastro Técnico Multifinalitário para o planejamento turístico. O que muda sob sua contribuição na construção do cenário real/potencial e prospectivo do espaço rural de Camboriú-SC?

Deve-se atentar que o inventário turístico, realizado na visão dos profissionais de turismo, segue uma identificação dos aspectos gerais da área de estudo e da oferta turística como os atrativos naturais, histórico-culturais, infraestrutura turística e de apoio. Estes enfoques poderiam ser melhor aprofundados com a utilização do Cadastro Técnico Multifinalitário, integrando ao processo variáveis que caracterizam o uso e ocupação do solo através da conexão do sistemas de objetos e do sistema de ações, além da representação dos dados espaciais.

A concepção das aplicações práticas do cadastro Técnico Multifinalitário no Planejamento Turístico poderá evidenciar uma mudança de paradigma no inventário do planejamento turístico e da gestão participativa territorial.

A importância da informação territorial confiável com o apoio do Cadastro Técnico Multifinalitário no planejamento turístico possibilita uma nova visão de estudo no campo da atividade turística. A construção do território e a sua apropriação são realçadas pela forma como é utilizada. Para tanto, em 2001, implementou-se no Brasil, sob a lei nº 10267/2001, o novo cadastro Nacional de Imóveis Rurais. Desta forma, os planejadores das atividades turísticas no espaço rural necessitam buscar conhecimento da lei como auxílio, no intuito de construir planos estratégicos com informações inovadoras que possam subsidiar tomadas de decisão na gestão do território.

Neste sentido, como referência, buscou-se aplicar nos empreendimentos turísticos no espaço rural de Camboriú-SC, “Centro de lazer Cascata do Encanto” e “Pousada Recanto das Bromélias”, a implantação de marcos através de informações georreferenciadas e concebidos para determinar o direito de propriedade e a função social da propriedade, elencados sob uma jurisdição. O que há de novo, que possa acrescentar no processo de planejamento turístico, é a multifinalidade do cadastro, cuja função não se apresenta apenas como critério imobiliário e de medidas cartográficas, e sim, uma uniformidade de linguagem, trazendo às políticas de turismo uma integração de informações, que possam subsidiar os gestores e usuários da localidade.

É importante salientar que os empreendimentos turísticos estão instalados na composição de uma estrutura fundiária de uma jurisdição e que os dados levan-

tados para o planejamento turístico precisam de um respaldo em relação aos valores relacionados à ocupação e exploração dos recursos presentes na área da propriedade e que precisam de uma avaliação territorial de profissionais qualificados e visões multidisciplinares.

Necessariamente, a implementação do turismo no espaço rural, visando à implantação de pousadas e centros de lazer em áreas naturais, necessita de uma integração contínua de informações técnicas e jurídicas da estrutura fundiária, fornecendo aos gestores e aos usuários a situação legal das parcelas.

O caso de Camboriú-SC, com predominância de pequenas propriedades, apresenta alto índice de alterações da estrutura fundiária, substancialmente em atividades turísticas. Portanto, reforça-se a utilização do georreferenciamento e a precisão aos levantamentos empregados nas propriedades escolhidas como referência, com o intuito de evitar o uso inapropriado das áreas de preservação permanente e ocupação coerente.

Aqui, insere-se mais uma contribuição do Cadastro Técnico Multifinalitário ao planejamento turístico: a utilização dos mapas temáticos do Cadastro Rural. Esta possibilidade aufere instrumentos que possibilitam a visualização dos dados especializados para a representação da realidade local. Os profissionais do turismo desconhecem o uso de mapas e dados do cadastro, e, portanto, deixam de utilizar estes instrumentos. Tal fato corrobora para a permanência de uma visão, no mínimo, empobrecida sobre temas importantes do cenário real/potencial do espaço rural como a geologia, a declividade das encostas, os tipos de solo, o uso do solo, a aptidão agrícola, a capacidade de uso, entre outros.

A multifinalidade do Cadastro no Planejamento Turístico no espaço rural estende-se também à situação socioeconômica. Conhecendo-se as propriedades, podem-se traçar estratégias de desenvolvimento rentáveis e partir para uma gestão participativa, onde o poder público junto com a comunidade possa avaliar o diferencial contemplado em cada localidade. Conhecendo a realidade físico-espacial, tornar-se-á mais fácil o apoio dos gestores à comunidade e vice-versa.

Como o planejamento turístico busca traçar metas para o desenvolvimento socioeconômico do espaço, outra contribuição às informações territoriais que se destacou na pesquisa sistematizada foi a análise da paisagem, com os indicadores de valoração para potencializar o turismo no espaço rural. Como a análise da paisagem

pode contribuir para a construção do cenário real/potencial e prospectivo do espaço rural de Camboriú-SC?

O termo “paisagem” oferece inúmeras definições na dimensão geográfica. Na década de 1990, ela caracterizava-se dentro da abordagem humanista como paisagem vivida associada ao processo de percepção, de valores e de atitudes.

No âmbito do Planejamento Turístico no Brasil, nota-se que a participação dos observadores do conhecimento do território se procede, às vezes, em uma perspectiva clássica concebendo a paisagem como um objeto, referindo-a como um recurso turístico pela descrição e constituição do espaço geográfico. Em planos estratégicos de turismo, são visualizadas as análises das paisagens expressivamente ideográficas não atendendo as políticas públicas locais discutidas nas formas de fortalecimento e promoção do turismo sustentável.

Sabe-se que o setor público observa o turismo como fonte de divisas, oportunidade de conceber empregos e movimentar economias estagnadas, portanto, a paisagem pode ser privilegiada com objetos e ações manifestando-se economicamente e culturalmente numa localidade como um sistema de valores. Cabe esclarecer que, para assegurar que o turismo se mantenha como gerador de benefícios ao território, é necessário que o patrimônio natural e social seja potencializado e conservado sincronicamente para continuar possibilitando fluxos turísticos à destinação. Aqui entra a importância dos indicadores de valoração da paisagem para potencializar o turismo, no caso, do espaço rural de Camboriú-SC.

Opcionalmente, a imagem da paisagem no planejamento turístico do espaço rural de Camboriú-SC é definida como um sistema de interações natureza-sociedade. No seu campo encontram-se as coisas, os símbolos, a forma, a função, um conjunto de elementos que vai caracterizar a sua estrutura no potencial turístico no âmbito do contexto local e regional do turismo.

A importância de agregar os indicadores de valoração da qualidade visual da paisagem explica o acréscimo deste tipo de análise como instrumento para a consolidação do desenvolvimento do turismo. Este direcionamento muda a forma de diagnosticar o potencial, pois a paisagem é um processo seletivo e de articulação de ações, onde, através de um procedimento reflexivo, pode-se definir a sua significância no ambiente.

Percebe-se, então, que a veracidade das hipóteses factuais da pesquisa foi construída sobre a base de conceitos que se inter-relacionam através de uma diretriz

lógica. O caráter inovador aflora-se pela fusão de dois paradigmas inovadores no planejamento turístico: o Cadastro Técnico Multifinalitário e a análise da paisagem. Ambos, com interconexão ao planejamento turístico, formando uma tríade participativa para as diretrizes das políticas de turismo e gestão territorial, contribuindo, desta forma, para a prospecção do cenário do espaço rural de Camboriú-SC.

Assim, o que muda na sistemática é uma concepção de um planejamento turístico integrado e em níveis de envolvimento, constituído pelo entrelaçamento das informações do território, partindo de um ciclo prospectivo de valor para o espaço rural de Camboriú-SC. Por sua vez, promove-se o turismo como um fator de desenvolvimento social e econômico. A figura 56 esquematiza as fases do envolvimento participativo.

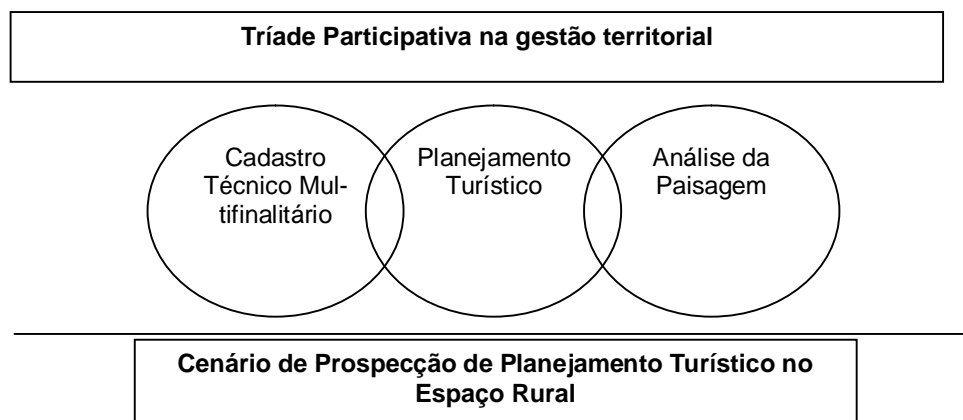

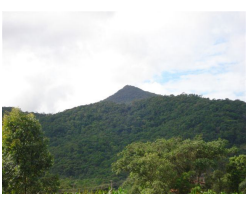





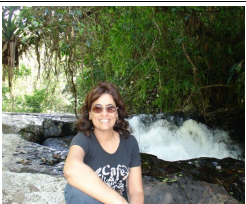










Figura 56 – Ciclo prospectivo de gestão territorial – tríade participativa  
Fonte: Rech (2009)

Na articulação do processo de gestão territorial, a questão principal, é dinamizar as pessoas envolvidas a uma construção de conhecimento da realidade local, onde elas possam sentir mobilizadas e responsáveis pelo planejamento prospectivo do cenário de decisão participativa.

A figura 57 aborda as tipologias de turismo no espaço rural de Camboriú-SC.

Turismo no Espaço Rural				
Tipologias	O que Fazer?	Onde?		Como chegar?
Turismo de Aventura	Trekking	Pico da Pedra 		Acesso pela Estrada Geral de Macacos e Estrada Congonhas
		Morro do Gavião 		Acesso pela Estrada Geral de Limeira
Turismo Ecológico	Contemplação da Natureza	Cachoeira Seca 		Acesso pela Estrada Geral de Macacos. Na bifurcação, o acesso é feito pela Estrada da Vila
		Cachoeira Salto dos Pilões 		Acesso pela Estrada Geral de Braço
		Portal do Turismo no Espaço Rural 		Estrada Geral de Caetés
		Igreja Imaculada Conceição 		Estrada Geral de Caetés
		Centro de Lazer Cascata do Encanto 		Estrada Geral de Macacos
		Pesque-pague Açanã 		Rua João da Costa, Rio do Meio

















<p><b>Turismo no Espaço Rural</b></p>	<p>Visita a centro de lazer, hospedagem, serviços de alimentação, atividades esportivas</p>	<p>Pesque-pague Paraíso da Pesca</p> 		<p>Estrada Geral de Vila Conceição</p>
		<p>Espaço Rural Clarear</p> 		<p>Estrada Geral de Limeira</p>
		<p>Recanto das Bromélias</p> 		<p>Estrada Geral de Santa Luzia</p>
		<p>Sítio e Pousada do Betel</p> 		<p>Estrada Geral de Vila da Pedra</p>
		<p>Pousada Rural Parque das Tucaneiras</p> 		<p>Rua Rio Amazonas, 2099, Rio Pequeno</p>
		<p>Portal das Pedras</p> 		<p>Estrada Geral de Macacos</p>
		<p>Haras Colina do Sol</p> 		<p>Estrada Geral de Braço</p>

Figura 57 – Turismo no Espaço Rural de Camboriú-SC.  
Fonte: Rech (2009)

A multifinalidade do Cadastro Técnico e a subjetividade compartilhada da valoração da paisagem devem otimizar uma projeção do espaço rural como ferramentas indispensáveis na busca das potencialidades que oferecerão alternativas econômicas para a destinação.

O discernimento pode ser sintetizado na integração de atores participantes do processo de gestão e políticas de turismo; no compromisso da elaboração do cenário prospectivo, estabelecendo estratégias e ações de desenvolvimento e implementação de novos paradigmas de regionalização da atividade turística.

A funcionalidade do gerenciamento do território terá sucesso quando o estabelecimento comprometedor de todos os atores envolvidos partir de planos multidisciplinares para o cruzamento de dados da realidade, garantindo esforços para os resultados projetados. Para isso, necessita-se de uma visão ampla de características territoriais para que o planejamento turístico possa identificar os problemas de demarcação fundiária, os conflitos de uso e ocupação do solo. Este é o ponto de partida, então, para a criação de estratégias de planejamento, metodologia participativa e planos de controle territorial.

O quadro 34 retrata o cenário prospectivo de Planejamento Turístico no espaço rural de Camboriú-SC.

<b>Cenário Prospectivo de Planejamento Turístico no Espaço Rural de Camboriú-SC</b>			
<b>Estratégias</b>	<b>Metodologia participativa</b>	<b>Responsáveis</b>	<b>Planos de controle territorial</b>
Integração do Cadastro Técnico Multifinalitário e análise da paisagem ao Planejamento Turístico	Aplicar um inventário rural com indicadores humanos, indicadores de estrutura, indicadores de uso, indicadores histórico-culturais e indicadores de infraestrutura turística e de apoio;	Poder público municipal	Acompanhamento da aplicação das ações estratégicas do cenário prospectivo de planejamento turístico no espaço rural.
	Aplicar o método de pontos de controle terrestre no espaço rural;	Secretarias de Turismo, Planejamento e outras em parceria com o <i>trade</i> turístico e a comunidade	Acompanhamento das atividades realizadas através do Consórcio Intermunicipal de Turismo Costa Verde e Mar – CITMAR.
	Formular diretrizes básicas de uso e ocupação do solo;	Colegiado de Turismo do município	
	Elaborar metodologias periódicas de gestão participativa;	Colegiado de Turismo da AMFRI	
	Identificar o cenário paisagístico do espaço rural, utilizando metodo-		

	logias diferenciadas de análise;	Fundações de Meio Ambiente, Turismo e Educação	Acompanhamento da execução de retroalimentação das metodologias aplicadas ao planejamento
	Definir leis e programas de proteção dos recursos naturais;		
	Elaborar planos de manejo;		
	Realizar programas de capacitação de agentes (gestores públicos e privados, <i>trade</i> turístico e comunidade), para a mobilização social;		
	Promover programas de conscientização da comunidade de acordo com os princípios da educação ambiental;		
Criação de um Sistema de Informação Territorial	Criar uma central de cadastro com informações associadas às instituições competentes como de energia elétrica, empresa de água, registro de imóveis e outras para que cada dado só exista uma única vez no sistema;	Empresas ligadas ao saneamento básico	Acompanhamento do cruzamento dos dados e como eles irão ser representados geometricamente (cadastro básico) e registro de imóveis
	Elaborar a representação de dados espaciais;		
	Implantar Postos de Informações Turísticas com um banco de dados integrado.		

Quadro 34 – Cenário prospectivo de Planejamento Turístico no Espaço Rural de Camboriú-SC

Fonte: Rech (2009)

No cenário prospectivo de planejamento turístico no espaço rural de Camboriú-SC, para que o Sistema de Informação Territorial aconteça, os gestores públicos e privados deverão compartilhar decisões, acordos e temas que possam criar um cadastro único para que os princípios do sistema sejam concretizados e atualizados continuamente.

A dinâmica decisória de implementação das ações futuras e a viabilização com o êxito do plano necessita de atividades e acompanhamento contínuo do processo. Assim, a utilização da metodologia do Cadastro Técnico Multifinalitário e análise da paisagem prevê que os governantes, o *trade* turístico e a comunidade conhe-

çam os elementos que possam levar à motivação da procura da destinação turística, compreendendo os mecanismos em prol do desenvolvimento local. O compromisso do desenvolvimento turístico local deve estar pautado por meio de um processo aberto, integrado e atualizado em todas as instâncias governamentais.

Logicamente que as metodologias aplicadas neste estudo não se definem em substituição a outras abordagens conceituais de técnicas de planejamento participativo, porém pretende-se que elas sejam complementadas com dinâmicas, ainda inovadoras, destacando o desenvolvimento do turismo no espaço rural.

## CONCLUSÃO

A busca de uma proposta epistemológica no campo do turismo e a discussão das relações entre o desenvolvimento dos territórios rurais, a conservação da natureza, os sistemas de informação e os aspectos legais são sempre um quadrante polêmico no âmbito do conhecimento, principalmente no que se refere à dinâmica da gestão territorial.

A incorporação do turismo nas pesquisas de estruturação territorial apontou no estudo um leque de reflexões acerca dos instrumentos que possam estar subsidiando os gestores públicos e atores ligados à difusão da atividade turística no processo de desenvolvimento local.

No que tange ao referencial teórico auferido na investigação, é pertinente ressaltar que o material bibliográfico norteou reflexões e avaliações sobre o turismo, o Cadastro Técnico Multifinalitário, a paisagem, a representação de dados espaciais, concedendo ao pesquisador um suporte teórico aos resultados esperados.

A pesquisa objetivou apresentar a contribuição do Cadastro Técnico Multifinalitário e da análise da paisagem no planejamento turístico do espaço rural de Camboriú-SC, buscando a formatação de um cenário prospectivo do turismo na dimensão espacial local, partindo de um planejamento interativo. Para tanto, notou-se a necessidade do acompanhamento dos gestores quanto aos estudos aplicados nas localidades e a participação integrada da comunidade nos processos de tomada de decisões.

Desta forma, a confirmação das hipóteses partiu da aplicação de um Sistema Turístico Cadastral Territorial com parâmetros interligados de reconhecimento do espaço rural de Camboriú-SC, incluindo o Cadastro Técnico Multifinalitário com a investigação da análise cadastral das propriedades rurais, a seleção e levantamento de dados dos imóveis rurais, os componentes do turismo e a investigação da análise da paisagem. Cabe salientar que todos os elementos foram conexos ao planejamento participativo, criando a valoração do potencial turístico e subsídios para a gestão territorial no espaço rural de Camboriú-SC.

O processamento do estudo estruturou-se na vertente metodológica qualitativa e quantitativa com variáveis que viabilizaram a efetuação das etapas da pesquisa, correspondentes ao Sistema Turístico Territorial Cadastral.

Na concepção da contribuição do Cadastro Técnico Multifinalitário no planejamento turístico, o estudo no espaço rural de Camboriú-SC foi dividido no reconhecimento territorial, com a aplicação do inventário rural no âmbito de indicadores humanos, de estrutura, de uso e histórico-culturais. Posteriormente, foram selecionados dois imóveis rurais, “Pousada Recanto das Bromélias e Centro de Lazer Cascata do Encanto”, para a aplicação do método de coleta de pontos de controle terrestre e representação de dados espaciais.

Observou-se sobre a utilização do Cadastro Técnico Multifinalitário uma indispensável ferramenta para o planejamento do desenvolvimento do turismo no que diz respeito à otimização do diagnóstico territorial e informações plausíveis para a gestão municipal. Reforça-se a importância dos planejadores das atividades turísticas integrarem a novos paradigmas de auxílio aos planos estratégicos do território, principalmente porque a demanda turística é influenciada pelos produtos que a destinação oferece aos clientes.

Logo, corrobora-se o grau de relevância do Cadastro Técnico Multifinalitário para o planejamento turístico, o que pode ser inserido como diferencial nos dados de base técnica e jurídica no cenário de desenvolvimento do território.

Quanto aos dados de base, os gestores terão um banco de informações ligado aos aspectos físicos, socioeconômicos, estrutura fundiária e outros, resultando em produtos cartográficos confiáveis como referência ao cenário prospectivo do espaço rural. Já os dados jurídicos para os registros, identificação dos limites, definirão os direitos de propriedade e as limitações. Para o turismo, o entendimento da propriedade, a função social e o uso das áreas de Proteção Ambiental são fundamentais no processo de reconhecimento do território.

A falta de conhecimento da Superestrutura, da proteção legal das Unidades de Conservação e seu efeito sobre a propriedade geraria conflitos de uso. Assim, o ponto de partida sobre a correlação do Cadastro Técnico Multifinalitário e o Turismo baseou-se no princípio de equilíbrio vinculado à função social e ambiental.

Os parâmetros ligados à análise da qualidade visual da paisagem foi outra referência significativa quanto à substancial contribuição e compreensão do espaço geográfico. Foram efetuados trabalhos de campo, constantes entrevistas como ins-

trumentos de coleta de dados e oficinas no ambiente interno e externo da área de estudo.

O significado da experiência humana e a significância do lugar foram diretrizes relevantes na estruturação da pesquisa. Identificou-se como a paisagem torna-se uma categoria singular e integrada na percepção cotidiana da comunidade no espaço rural, além do conceito-chave de muitos estudos científicos, dentre eles o turismo.

A paisagem foi identificada como um recurso turístico e compreendendo um dos objetos das análises realizadas. Verificou-se que o cenário paisagístico no conjunto das localidades situadas no espaço rural de Camboriú-SC apresentou-se com uma classificação mediana (5,3) da qualidade visual. Dos indicadores propostos de análise como diversidade, naturalidade, singularidade e detratores, resultou em caracterizar-se o espaço rural de Camboriú-SC com destaque para a singularidade nas localidades a partir de uma imagem verde sobre o território, significativa e de valor para o ambiente, portanto, com pontos de detratores contribuindo para a redução da expressividade das feições naturais.

Este fato proporciona reflexões sobre a avaliação do potencial turístico do espaço geográfico delimitado para o estudo, e emergencialmente necessita de um acompanhamento dos gestores, principalmente por estar em uma classificação quase no limite para ser definida como baixa. Tal linha de percepção sugere uma atenção para os fatores de conscientização da comunidade, juntamente com os gestores e empreendedores sobre a conservação dos atrativos naturais e dos problemas ambientais possíveis de impactar o lugar e degradar o potencial turístico. Lembrando que o segmento “Turismo no espaço rural” depende dos recursos naturais conservados para motivar a demanda turística.

Observou-se que as representações simbólicas, marcadas pela herança cultural, manifestam-se no processo de organização do espaço ancorado no conjunto de ações que transformam os objetos geográficos e que refletirão no desenvolvimento local. Neste contexto, a pesquisa mostrou que as metodologias empregadas no cenário real/potencial do turismo no espaço vivido foram indispensáveis para registrar a afetividade manifestada pela comunidade ao lugar e confirmar que há potencial turístico no espaço rural de Camboriú-SC. Reforça-se, porém, a necessidade de uma administração transparente para promover ações de conservação dos recursos naturais compatibilizados com a mobilização social.

Reconheceu-se, a partir da investigação dos pressupostos, que o espaço rural de Camboriú-SC apresenta uma fragilidade na infraestrutura básica e de apoio, elementos essenciais para o desenvolvimento do turismo. Para tanto, os investimentos deverão ser permanentes nas políticas públicas, com propostas de valor, pois são inúmeros os atores governamentais com interface no fenômeno turístico.

A necessidade de práticas de sustentabilidade do desenvolvimento foi evidenciada no prognóstico turístico das localidades e propriedades do espaço rural. Portanto, a aplicabilidade do instrumento de gestão gera expectativas a todas as pessoas ligadas direta ou indiretamente às questões de gerenciamento do território, principalmente quanto à responsabilidade no tocante a esta complexidade epistemológica.

A multifinalidade do Cadastro Técnico e a subjetividade compartilhada da valoração da paisagem promoveram novos paradigmas de projeção do espaço rural de Camboriú-SC como ferramentas indispensáveis para potencializar o turismo. No cenário prospectivo foram sugeridas metodologias participativas, responsabilidades e planos de controle territorial para alavancar o desenvolvimento turístico, partindo de estratégias como a integração do CTM e análise da paisagem ao planejamento turístico e a criação de um Sistema de Informação Territorial.

Recomenda-se uma participação conjunta de atores governamentais e não governamentais na definição de metas para o desenvolvimento das atividades turísticas local, para que o espaço rural de Camboriú-SC possa ser reconhecido regionalmente e nacionalmente como uma destinação turística que agrega valor e significado.

Os agentes públicos e privados devem inserir como pauta contínua a efetivação do desenvolvimento do turismo no espaço rural de Camboriú-SC através do compromisso de conservação dos recursos e gestão participativa.

É importante elencar que a abordagem metodológica contribuiu para que mais um parâmetro de estudos turísticos integrasse o reconhecimento no âmbito da ciência, destacando o Cadastro Técnico Multifinalitário e a análise da paisagem como ferramentas inevitáveis ao quadro teórico de referência no processo de investigação conexa ao turismo.

A interpretação do espaço rural de Camboriú-SC abre caminho para recomendar, ainda, aos trabalhos futuros uma proposta de estudo alicerçada ao valor do indivíduo no processo de planejamento participativo. O entendimento da dinâmica,



manifestada no sentido do homem como integrante da paisagem, necessita descobrir a sua essência e importância na vida cotidiana. Esta base pode ser a vertente de mobilização no plano situacional de gestão do território e comunicação entre a comunidade e a superestrutura no sistema turístico.

## REFERÊNCIAS

ACEVEDO, Cláudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Monografia no curso de Administração**: guia completo de conteúdo e forma. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ACERENZA, M. A. **Administracion Del Turismo**: conceptualizacion y organizacion. México: trilhas, 1986.

ALVES, José Luiz; SOUZA, Moacir Canuto. Levantamentos cadastrais para projetos fundiários. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 3., 1998, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1998.

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). Teoria Geral do Turismo. In: \_\_\_\_\_. **Turismo Como aprender, Como ensinar**. São Paulo: Senac São Paulo, 2001. v. 2. cap. 1, p 11-36.

ATLAS, National Geographic. São Paulo: Abril, 2008.

BADO, S. R. L. de; SANTIL, F. L. P. de. Aplicação da cartografia Temática para o Planejamento Municipal. In: SIMPÓSIO IBERO AMERICANO DE CARTOGRAFIA PARA CRIANÇA: PESQUISA E PERSPECTIVA EM CARTOGRAFIA PARA ESCOLARES, 1., 2002, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UERJ, 2002. CD-ROM.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 11. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BOMBIN, M. M. E. et al. **El paisaje** - Unidades Temáticas ambientales. MOPU. Madrid, 1987.

BRASIL. Leis Orgânicas. Disponível em: <[http:// www. Planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 01 set. 2006.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo III, artigo 186. Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, Lei nº 7661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providencias. Detalhamentos e operacionalização foram objeto da Resolução nº 01/90 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), de 21 de novembro de 1990, aprovada após audiência do Conselho Nacio-

nal de Meio Ambiente (CONAMA). A própria lei já previa mecanismos de atualização de PNGC, por meio do grupo de Coordenação e Gerenciamento Costeiro (COGERCO).

BRASIL, Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art 255, § 1º, inciso I, II, III, IV da Constituição Nacional de Unidade de Conservação. Diário Oficial, Brasília, DF, 19 de julho de 2000.

CAVEDON, Fernanda de Salles. **Função Social e Ambiental da Propriedade**. Florianópolis: Visual Books, 2003.

COELHO, Marcos de Amorim; TERRA, Lygia Soares. **Geografia Geral: o espaço natural e socioeconômico**. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2001.

COOPER, Chris. et al. **Turismo: princípios e práticas**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CORRÊA, Isaque de Borba. **História de duas cidades: Camboriú e Balneário Camboriú**. Balneário Camboriú: Ed. do Autor, 1985.

CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

COSGROVE, Denis. A geografia em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

COSTA, Alexandre M. et al. Contribuições do Cadastro Técnico Multifinalitário para a Gestão Municipal. In: SCHENINI, P. C. (Org.). **Planejamento, Gestão e Legislação Territorial Urbana: uma abordagem sustentável**. Florianópolis: FEPESE, 2006.

CRISÓSTOMO, Francisco Roberto. **Turismo e Hotelaria**. São Paulo: DCL, 2004.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza de. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Turismo**. 8. ed. São Paulo: Futura, 2004.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

DUQUE, Renato Câmara; MENDES, Catarina Lutero. **O Planejamento Turístico e a Cartografia**. Campinas, SP: Alínea, 2006.

EMPRESAS DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. **Dados Meteorológicos de Camboriú**. CIRAM, 2008

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**. São Paulo: FAPESP, 2007.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS GEÔMETRAS. 1998. Declaração da FIG sobre o Cadastro. Disponível em: <[http://www. File://E:\fig\Statement\FIG\\_decl\\_BR.htm](http://www.File://E:\fig\Statement\FIG_decl_BR.htm)> Acesso em: 07 set. 2004.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo Rural e Geografia**. A Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: UNESP, 2002.

FERRETTI, Eliane Regina. **Turismo e Meio Ambiente**: uma abordagem integrada. São Paulo: Roca, 2002.

GAPLAN. **Atlas de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986.

GERDAN, Claire et al. **Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais**: conceitos, controvérsias e experiências. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2002.

GOELDNER, Charles R.; RITCHIE, J. R. Brent; MCINTOSH, Robert W. **Turismo**: princípios, práticas e filosofias. 8. ed. Porto Alegre: Book-man, 2002.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O Conceito de Região e Sua Discussão. In: CASTRO, Iná Elias de (Org.). **Geografia**: conceitos e temas. 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Cap. 2, p. 49-76

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HUGO, Graeme; CHAMPION, Anthony; LATTES, Alfredo. **New conceptualisation of settlement for demography**: beyond the rural/urban dichotomy. Bahia: IUSSP Conference, 2001.

IGNÁCIO, C. F. et al. **Guía para Elaboración de Estudios del Medio Físico**: contenido y metodología. 2. ed. Madrid: GEOTMA, 1984.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Metodologia do Censo Demográfico**. 2000.

\_\_\_\_\_. **Glossário Cartográfico**. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossari\\_cartografico.shtml#B](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossari_cartografico.shtml#B). Acesso em: 21 jun. 2006.

\_\_\_\_\_. **Aspectos Humanos de Camboriú**, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>. Acesso em: 14 jun. 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Evolução da Estrutura Agrária do Brasil**. Brasília, 1987.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale**: sociologie des compagnes du monde occidental. Paris: Armand Colin, 1972.

KELM, Danielle F. P; LOCH, Ruth E. N.; LOCH, Carlos. O Cadastro Técnico Multifinalitário como ferramenta de avaliação da progressão da degradação ambiental em área de mineração de carvão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 1998, Florianópolis.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**: a edição do novo milênio. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

LAUS NETO, José Augusto (coord.). **Inventário das terras em bacias hidrográficas**: bacia hidrográfica do Rio Camboriú (município de Camboriú e Balneário Camboriú, SC). Florianópolis: Epagri/Ciram, 1999.

LARSSON, Gearhard. **Land Registration and cadastral systems**: tools for land information and management. London, 1996.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. **The production of space**. Oxford: Blackwell, 1995.

LIMA-E-SILVA, Pedro Paulo et al. **Dicionário Brasileiro de Ciências Ambientais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Thex, 2002.

LOCH, Carlos. **A Interpretação de imagens aéreas**: noções básicas e algumas aplicações nos campos profissionais. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1989.

\_\_\_\_\_. **Monitoramento Global Integrado de Propriedades Rurais**. Florianópolis: UFSC, 1990.

LOCH, Carlos et al. Proposta de Cadastro Técnico Multifinalitário Rural para Santa Catarina. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 4., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2000.

LOCH, Carlos; ERBA, Diego Afonso. **Cadastro Técnico Multifinalitário**: rural e urbano. Cambridge: Lincoln Institute Of Land Policy, 2007.

LOCH, Ruth E. N. **Cartografia**: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Florianópolis: UFSC, 2006.

LORENA, Carlos. O Cadastro de Imóveis Rurais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE CADASTRO TÉCNICO RURAL E URBANO, 1., 1987, CURITIBA. **Anais...** Curitiba: ITCF, 1987.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: 2004.

MARTINELLI, M. **Mapas da Geografia e Cartografia Temática**. São Paulo: Contexto, 2007.

MILARÉ, Édis. **Direito do Ambiente**: doutrina, prática, jurisprudência, glossário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Programa de Regionalização do Turismo**. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional do Turismo**: Diretrizes, Metas e Programas 2003-2007. Brasília: 2003.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional do Turismo**: Diretrizes, Metas e Programas 2007-2010. Brasília: 2007.

MOLINA, Sérgio; RODRÍGUEZ, Sérgio. **Planejamento Integral do Turismo**: um enfoque para a América Latina. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia**: pequena história crítica. 17. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORENO, Carmem Venegas. **Valoración de los Paisajes Monumentales**: una propuesta metodológica para la integración paisajística de los conjuntos históricos. Soria> Fundación Duques de Soria, 1999.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História**: das cavernas ao terceiro milênio. São Paulo: Moderna, 1997.

MUNFORD, Lewis. **A Cidade na História**. Suas origens, transformações e perspectivas. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

NASCIMENTO, Daniel Trento do. Planejamento Estratégico para o Setor Público e Agenda 21. In: SCHENINI, Pedro Carlos (Org.). **Planejamento, Gestão e Legislação Territorial Urbana**: uma abordagem sustentável. Florianópolis: FEPESE, Papa-Livro, 2006. Cap. 6, p. 107-120.

NEUMANN, Pedro Selvino ET AL. A importância do sistema cadastral para o diagnóstico e o monitoramento permanente dos estabelecimentos agropecuários. In: IV ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMA DE PRODUÇÃO, 2001, Belém- PA. **Anais** do IV ENCONTRO... 2001.

NIEHUES, Valdete Daufemback (org.). Turismo no Espaço Rural e Sustentabilidade. In: \_\_\_\_\_. **Turismo no Espaço Rural**: enfoques e perspectivas. São Paulo: Roca, 2006.

NORMA TÉCNICA PARA GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS. Aplicada à Lei 10267 de 28 de ago. 2001 e do Decreto 4449 de 30 out. 2002. Brasília: INCRA, 2003.

NOVAES, Marlene Huebes. Turismo Rural como Fator de Desenvolvimento Local e Regional em Santa Catarina. In: REJOWSKI, Mirian (Org.). **Turismo Contemporâneo**: desenvolvimento, estratégia e gestão. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento**: planejamento e organização. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Heloísa Gama de. Construindo com a Paisagem: um projeto para a Serra do Cipó. In: ALBANO, CELINA (Org.). **Interpretar o Patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATOR AND DEVELOPMENT, **Territorial indicators of employment**: focusing on rural development. Paris: OCDE, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao Turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PIRES, Paulo dos Santos. Caracterização e Análise Visual da Paisagem Rural com Enfoque Turístico: uma contribuição metodológica. **Turismo Visão e Ação**, ano 4, n. 8, p. 83-87, abr./set.2001.

\_\_\_\_\_. A Paisagem Rural como Recurso Turístico. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo Rural**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PETERS, Edson Luiz. O Direito de Propriedade da Terra no Brasil e a Exploração Econômica da Natureza. In: \_\_\_\_\_. **Meio Ambiente e Propriedade Rural**. Curitiba: Juruá, 2005. Cap. 1, p. 23 – 62.

PLANO ESTRATÉGICO DE MARKETING TURÍSTICO INTEGRADO. Itajaí: IFES, 2006.

PETROCCHI, Mário. **Turismo**: planejamento e Gestão. São Paulo: Futura, 2001.

PETROCCHI, Mario; BONA, André. Agências de Turismo. In: \_\_\_\_\_. **Agências de Turismo**: planejamento e gestão. São Paulo: Futura, 2003. Cap. 1, p. 11-43.

RAMOS, p. R; RAMOS, L. A; LOCH, C. Sensoriamento Remoto como Ferramenta para a Gestão Ambiental e o Desenvolvimento Local. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 6., 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2004 CD-ROM.

REBELO, José Ângelo. **Sem História Não Dá: E assim se fez em Camboriú.** Ed. do Autor, 1997.

ROBINSON, A. M. et al. **Elementos of cartography.** 6. ed. New York: John Wiley & Sons, Inc. 1995.

SALVATI, Sérgio Salazar (Org.). **Turismo Responsável: Manual para Políticas Locais.** Brasília: WWF Brasil, 2004.

SANTA CATARINA TURISMO. **Pesquisa de demanda,** Florianópolis, 2008.

SANTOS, Humberto Gonçalves dos. et al. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos.** 2. ed. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2006.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico, um híbrido. In: \_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e Emoção.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SCHENINI, Pedro Carlos; LOCH, Carlos. SIG como suporte para a gestão pública sustentável. In: SCHENINI, Pedro Carlos (Org.). **Planejamento, Gestão e Legislação Territorial Urbana: uma abordagem sustentável.** Florianópolis: FEPESE, 2006.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização.** 2. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

SILVA, José Graziano da et al. Turismo em Áreas Rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. In: ALMEIDA, J. A. et al. **Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável.** Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA ATENÇÃO BÁSICA, **Consolidado Anual das Famílias Cadastradas por Equipe.** Camboriú, 2008

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização.** 15 ed. São Paulo: Contexto, 2005

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos,** Florianópolis, n.12, p. 47-58, maio 2005.

ZAMPIERI, Sérgio Luiz et al. Mapas sugeridos para implementar Cadastros Técnicos Multifinalitários para o meio rural em apoio aos sistemas integrados de gestão ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 4., 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2000. CD-ROM.

TOBAR, Federico; YALOUR, Margot Romano. **Como fazer teses em saúde pública.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.



UBERTI, Antonio A. A. et al. **Metodologia para classificação da aptidão de uso das terras do estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Empasc/Acaresc, 1991. (Documentos, 119).

VEIGA, José Eli da. The birth of another rurality. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.20, n.57, maio/ago. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/en\\_a23v2057.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n57/en_a23v2057.pdf). Acesso em: 23 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. Destinos da ruralidade no processo de globalização. **Estudos Avançados**, São Paulo, n.57, maio/ago. 2004.

\_\_\_\_\_. **Cidades Imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2. Ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

\_\_\_\_\_. **Como reconhecer uma cidade**. O Estado de São Paulo, 17 jun. 2000.

VIERA, Eleanara Viera de; CANDIDO, Índio. **Glossário Técnico**: gastronômico, hoteleiro e turístico. 2. ed. Caxias do Sul: Edusc, 2003.

WILLIAMSON, Ian. **Using Cadastres to Support Sustainable Development**. In: IX NATIONAL CONGRESS OF SURVEYING ENGINEERS TOP-CART, 2008. Valencia, Spain.

## GLOSSÁRIO

### A

**Agências de Turismo:** são organizações que têm a finalidade de comercializar produtos turísticos. Elas orientam as pessoas que desejam viajar, estudam as melhores condições tanto em nível operacional quanto financeiro, e assessoram os clientes acerca da definição dos itinerários. (PETROCCHI; BONA, 2003)

**Alimentos e Bebidas (A&B):** são classificados como serviços de alimentação, tais como: restaurantes, bares, cafés, lanchonetes, casas de chás, confeitarias, cervejarias, casas de sucos e sorvetes, quiosques de praia ou campo. (BENI, 2006).

**Ambiente:** conjunto de fatores naturais, sociais e culturais que envolvem um indivíduo e com os quais ele interage, influenciando e sendo influenciado por eles. (LIMA-E-SILVA et al, 2002).

**Aspectos Fisionômicos:** correspondem a dinâmica da paisagem formados pelos processos internos e externos do relevo.

**Atrativos Turísticos:** todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva a deslocamento de grupos humanos para conhecê-los. (BENI, 2006)

### B

**Biodiversidade:** diversidade biológica. [...] não está sendo considerado apenas no nível das espécies, mas também dos ecossistemas, dos habitats e até da paisagem; pode incluir não só as comunidades de organismos em um ou mais habitats como as condições físicas sobre as quais eles vivem. (LIMA-E-SILVA et al, 2002)

### C

**Cadastro Técnico Multifinalitário:** contempla além dos aspectos econômicos, físicos e jurídicos tradicionais, os dados ambientais e sociais do imóvel e das pessoas que o habitam. Estrutura-se a partir da integração de instituições com Registros de Imóveis, a Prefeitura (através da secretarias), as empresas de serviços e todas aquelas instituições que desenvolvem atividades referidas ao território. (LOCH; ERBA, 2007)

**Cenário:** construção teórica ou experimental, simulando eventos ou situações reais, de mo-

do a estudar seu desenvolvimento e consequências, especular sobre suas possibilidades e avaliar os possíveis impactos ambientais. Um cenário é uma situação com limites e condições estabelecidas. (LIMA-E-SILVA et al, 2002)

**Configuração Territorial:** conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a estes sistemas naturais. (SANTOS, 2008).

**Componentes do Turismo:** correspondem aos subsistemas identificados nos conjuntos das Relações Ambientais, da Organização Estrutural e das Ações Operacionais do Sistema Turístico, quais sejam, os subsistemas ecológico, social e cultural, da superestrutura, da infra-estrutura, do mercado, da oferta, da oferta, da demanda, de produção, de distribuição e de consumo. (BENI, 2006)

**Conservação:** aplica-se a utilização racional de um recurso natural qualquer, de modo a se obter um rendimento considerado bom, garantindo-se, entretanto, sua renovação ou sua autossustentação. (LIMA-E-SILVA et al, 2002)

### D

**Desenvolvimento do Espaço Rural:** exige a adoção de dois procedimentos: o primeiro é preciso entender o desenvolvimento não como desejo ou utopia, pelos conteúdos expressos num “dever ser”, mas como evolução de configurações sociais determinadas, analisando as interdependências entre meio ambiente, instituições e estruturas sociais a partir de um enfoque de sua trajetória em longo prazo. O segundo é definir em que consiste a particularidade desse tipo de espaço que é o rural. (FAVARETO, 2007).

**Diversidade:** expressa à variedade paisagística existente num determinado espaço territorial. (PIRES, 2001)

**Direito de Propriedade:** é construído a partir da intenção de compatibilizar as vantagens individuais do proprietário advindas do exercício desse direito com os interesses maiores da sociedade. Portanto, há uma publicização do direito de propriedade, no sentido de que este passa a compreender também objetivos de ordem social, transpondo a concepção da

propriedade eminentemente individualista do direito moderno. (CAVEDON, 2003).

**Detratores:** decorre do estabelecimento de atividades humanas na paisagem e caracteriza o impacto visual por elas gerado. (PIRES, 2001)

**Demanda Turística:** pessoas que se deslocam temporariamente de sua residência habitual, com propósito recreativo ou por outras necessidades e razões. (BENI, 2006).

**Diagnóstico:** compreende o exame de todos os componentes do turismo dos pontos de vista efetivos e potencial. Abrange, portanto, o exame da demanda existente, da oferta de atrativos, de serviços, de serviços urbanos de apoio ao turismo e de infraestrutura básica. [...] compreende, ainda, análise quantitativa e qualitativa dos recursos humanos disponíveis para o turismo e o exame dos instrumentos legais de preservação do patrimônio turístico, de controle de qualidade do produto turístico e de fomento da atividade. (IGNARRA, 2003)

## **E**

**Ecossistemas:** sistema natura, aberto, que inclui, em uma certa área, todos os fatores físicos e biológicos (elementos bióticos e abióticos) daquele ambiente e suas interações. (LIMA-E-SILVA et al, 2002)

**Entretenimento:** referem-se a locais destinados a proporcionar divertimento, dotados de equipamentos e serviços indispensáveis à atividade turística. (BENI, 2006).

**Espaço Geográfico:** é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. [...] Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de formas-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos. Por isso, esses objetos não mudam de lugar, mas mudam de função, isto é de significação de valor sistêmico. (SANTOS, 2008).

**Estratégia:** é a forma como a organização utiliza seus pontos fortes existentes e potenciais para alcançar seus objetivos, levando sempre em consideração as mudanças do ambiente externo e interno. (NASCIMENTO, 2006).

**Equipamentos Turísticos:** representam o conjunto de edificações, de instalações [...] indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística. Compreendem os meios de hospedagem, serviços de alimentação, de entretenimento, de agenciamento, de informação e outros. (BENI, 2006).

**Excursionistas:** é aquele que não pernoita em um alojamento coletivo ou privado no lugar que visita. (DIAS, 2005).

## **F**

**Fenômeno Turístico:** é extremamente dinâmico e suas variáveis estão em constante mutação. Assim, algo que planejamos há um ou dois anos pode acabar não acontecendo de forma diversa da esperada. Por isso, o plano deve contar com um sistema permanente de monitoramento que permita, a cada instante, que haja correções de rotas para que seja garantido atingir os objetivos determinados. Mesmo estes precisam estar constantemente sendo avaliados, pois a conjuntura pode se alterar e, com isso, também os objetivos da comunidade. (IGNARRA, 2003)

**Função Ambiental da Propriedade Rural:** denominação empregada a partir do dispositivo constitucional (utilização adequada dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente como elementos integrantes da função social da propriedade). [...] Somente se dará quando o seu uso e exploração for compatível com a manutenção da integridade e da qualidade dos recursos ambientais nela existentes, garantindo o potencial produtivo da propriedade e uma reserva de bens ambientais para o uso das futuras gerações. (CAVEDON, 2003).

**Função Social da Propriedade Rural:** Conforme o art. 186 da Constituição Federativa do Brasil de 1988 é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigências estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores. (CONSTITUIÇÃO, 1988).

## **G**

**Gestão Participativa:** o modelo de gestão participativa pode trabalhar não apenas em prol da integração entre as diversas esferas em que atuam os agentes decisores, mas na

democratização da informação e de dados para permitir a construção de uma nova forma de agir, fora dos velhos paradigmas do assistencialismo e do paternalismo, utilizando, em vez disso, um planejamento participativo, integrado e, mais importante, convergente com os anseios da população, sendo um multiplicador do conhecimento, de histórias e de identidades locais. [...] A gestão participativa forma gestores locais e regionais, e multiplica o conhecimento técnico, científico e humano dos diversos atores participantes nos diversos processos, promovendo o desenvolvimento local. (BENI, 2006)

**Gestão Territorial:** requer o acompanhamento sistemático da dinâmica dos fenômenos que interferem no espaço físico rural [...] e exige mapas da área de interesse (em escala compatível à análise que se pretende executar) elaborados em diferentes épocas, de maneira que os gestores visualizem o presente e o entendam, através da análise, as mudanças temporais.

## H

**Histórico-cultural:** são manifestações sustentadas por elementos materiais que se apresentam sob forma de bens imóveis ou móveis. Para os bens imóveis deverão ser considerados apenas aqueles ditos fixos, entendendo-se por bens móveis fixos aqueles pertencentes ou não a coleções ou acervos, que estejam em exposições permanentes no mesmo local. (BENI, 2006).

## I

**Implementação:** preenchimento de um espaço intencionalmente aberto ou criado por políticas e projetos que foram priorizados na área de que se ocupa uma administração, seja ela pública ou privada. (MILARÉ, 2000).

**Infraestrutura:** deve-se fazer uma destinação entre a infraestrutura geral e específica. A infraestrutura geral consiste na rede viária e de transportes, no sistema de telecomunicações, de distribuição de energia, de água, de captação de esgotos e outros, sem os quais nenhuma classe de consumidor disporia dos serviços públicos básicos. [...] Quanto à infraestrutura específica, pode ser dividida em duas classes distintas, que às vezes se sobrepõem: a primeira está relacionada com a situação do investimento e a segunda, com o Turismo como forma particular de atividade econômica. (BENI, 2006).

**Infraestrutura de Apoio Turístico:** condições básicas que garantam uma boa qualidade de

vida para a comunidade e à prática do turismo, tais como: sistema de transporte, sistemas de comunicação, energia elétrica, serviço de abastecimento de água, rede esgotos e outros. (BENI, 2006)

**Interpretação:** é um ato de comunicação. Pode-se dizer que interpretar é a arte de comunicar mensagens e emoções a partir de um texto [...] um processo de reconhecimento, de apreensão por parte do visitante, de um aprendizado revelador da nova informação. Isto quer dizer que a interpretação deve ser interativa e que o visitante deve ter a chance de registrar respostas ou aprender mais com a experiência do lugar. (MURTA; ALBANO, 2002).

## L

**Local:** O local é um lugar simbólico, onde muitas culturas se encontram e talvez entrem em conflito. (CROSGOVE, 1998).

**Lugar:** cada lugar é, ao mesmo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente. [...] A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade. (SANTOS, 2008).

## M

**Mapa:** representação dos aspectos físicos naturais ou artificiais, ou aspectos abstratos da superfície terrestre, numa folha de papel ou monitor de vídeo, que se destina para fins culturais, ilustrativos e para análises qualitativas ou quantitativas genéricas. Geralmente é concebido em escalas pequenas. [...] a partir de dois elementos da realidade: localização e atributos. (LOCH, 2006)

**Mapas Temáticos:** não trazem uma herança de convenções fixas em suas origens porque sempre há uma mudança de tema e aspectos da realidade a serem visualizados. Justamente por representarem uma enorme variação temática, fazem-se necessárias adaptações diferenciadas para cada situação. Eles não são governados por convenções pré-definidas. Para representar os diversos temas é preciso recorrer ao conjunto de pontos, traços e áreas, e arranjá-los de forma a aumentar a eficiência no fornecimento da informação. (LOCH, 2006)

**Meios de Hospedagem:** empresas que oferecem alojamento [...], entre os principais temos: alojamentos hoteleiros (hotéis, pousada, motéis, pensões, apart-hotéis); apartamentos de

uso exclusivamente turístico; acampamentos (campings); alojamentos de turismo rural; colônias de férias; albergues. (DIAS, 2005)

## **N**

**Naturalidade:** expressa-se pela ausência ou pela insignificância de elementos ou estruturas de origem humana numa área. (PIRES, 2001)

**Nova Ruralidade:** corresponde ao surgimento de qualidades singulares de um sistema que só podem existir em certas condições. Somente em situações de grande prosperidade socioeconômica é que se manifestam as qualidades singularidades dessa ruralidade. Situações capazes de impulsionar simultaneamente os três vetores: conservação da biodiversidade, o aproveitamento econômico de suas repercussões paisagística, por meio das diversas formas de “turismo”, bem como a alteração da matriz energética mediante aumento de suas fontes renováveis. Por isso, ela deve ser considerada nova, em vez de renascente. (VEIGA, 2004)

## **O**

**Oferta Turística:** conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, de alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos, capaz de atrair e assentar numa determinada região, durante um período determinado de tempo, um público visitante. (BENI, 2006)

## **P**

**Paisagem:** é o conjunto de formas que, num dado momento exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. [...] a paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. (SANTOS, 2008)

**Políticas Públicas:** conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade. [...] é um conjunto de ações exclusivas do Estado. São linha de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum. (DIAS, 2003).

**Política de Turismo:** é formada pelo conjunto de ações que afetam o desenvolvimento turístico numa determinada destinação. (DIAS, 2005).

**Potencial Turístico:** é a possibilidade de destinar o espaço real a algum uso diferente do atual; portanto, o espaço potencial não existe no presente, sua realidade pertence à imagi-

nação dos planejadores, quando, depois do diagnóstico, ao passar para a parte propositiva do plano, estudam-se as possibilidade de uso de um território. (BOULLON, 2002)

**Preservação:** ato de proteger, contra a destruição e qualquer forma de dano ou degradação, um ecossistema, uma área geográfica definida, ou espécies animais e vegetais ameaçadas de extinção, adotando-se as medidas preventivas legalmente necessárias e as medidas de vigilância adequadas. (LIMA-E-SILVA et al, 2002)

**Produto Turístico:** é um conjunto composto de bens e serviços produzidos em diversas unidades econômicas, que sofre uma agregação no mercado ao serem postos em destaque os atrativos turísticos. (BENI, 2006).

**Prognóstico:** compreende a elaboração de situações e de cenários futuros, mediante projeções tanto do crescimento da demanda quanto do incremento da oferta turística. (IGNARRA, 2003)

**Planejamento:** pode ser considerado como a formulação sistemática de um conjunto de decisões, devidamente integrado, que expressa os propósitos de uma empresa e condiciona os meios de alcançá-los.

**Planejamento Estratégico:** é um processo que consiste na análise sistemática dos pontos fortes e fracos da organização e das oportunidades e ameaças do meio, com o intuito de estabelecer objetivos, estratégias e ações que possibilitem alcançar os resultados esperados. (NASCIMENTO, 2006).

**Planejamento territorial:** é o ordenamento das ações do homem sobre o território, e ocupa-se em resolver harmonicamente a construção de todo tipo de coisas, bem como em antecipar o efeito da exploração dos recursos naturais. (BOULLON, 2002)

**Plano de Controle Territorial:** é o acompanhamento da aplicação das ações estratégicas, verificando o cumprimento dos objetivos, responsabilidades estabelecidas e os instrumentos necessários a esse controle.

## **R**

**Recursos Culturais:** são constituídos pela herança cultural material e não material, que são, entre outros: o patrimônio artístico, arqueológico, histórico, paleontológico, as festas, festivais, eventos, folclore, a música, a dança etc., que constituem e caracterizam a

comunidade local. Possuem valor no mercado turístico, pois os visitantes buscam a diversidade cultural que existe com alguma singularidade em qualquer município brasileiro. (DIAS, 2005).

**Recursos Naturais:** tudo o que se encontra na natureza que podemos utilizar. (LIMA-E-SILVA et al, 2002)

**Recurso Turístico:** constituem-se nos atrativos que formam a matéria-prima do “produto turístico”. (IGNARRA, 2003). Todo elemento que por si mesmo ou em combinação com outros seja capaz de gerar deslocamentos turísticos. (DIAS, 2005).

**Regionalização:** classe de área, fruto de uma classificação geral que divide o espaço segundo critérios ou variáveis arbitrários que possui justificativa no julgamento de sua relevância para uma certa explicação. [...] Uma regionalidade há sempre uma proposição política vista sob um ângulo territorial. (GOMES, 2006).

## **S**

**Segmento de Mercado:** consiste na divisão em grupos de consumidores relativamente homogêneos em relação a um critério adotado (idade, interesses específicos etc.) com o objetivo de desenvolver, para cada um desses grupos, estratégias de marketing diferenciadas que ajudem a satisfazer a suas necessidades e conseguir os objetivos de atração da demanda para determinado núcleo receptor. (DIAS, 2005)

**Singularidade:** caracteriza-se pela existência de ocorrências de origem natural [...] e elementos visuais dotados de atributos, tais como: unicidade, raridade, harmonia [...]. (PIRES, 2001)

**Sistema de Informação Territorial:** é a capacidade de tratar relações espaciais entre objetos geográficos [...] entre as funções principais encontram-se as de integrar dados espaciais, censitários e de cadastro, de imagem de satélite, rede de pontos e modelos numéricos do terreno; utilizar uma base única de dados, cruzar informações através de algoritmos para gerar mapeamentos temáticos, consultar, recuperar, visualizar, e permitir saídas gráficas. (LOCH; ERBA, 2007).

**Sistema de Objeto/Sistema de ações:** sistema de objetos e sistema de ações interagem [...]. Os objetos são tudo o que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana que se

objetivou. [...] As ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam à funções. [...] O espaço é hoje uma sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade. (SANTOS, 2008).

**Sistema Turístico:** conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, ideias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo. (BENI, 2006).

**Superestrutura:** processo destinado a determinar os objetivos gerais de desenvolvimento do Turismo, suas políticas e as estratégias que nortearão os aspectos relativos a investimentos, uso e ordenamento dos recursos utilizáveis para este fim. (BENI, 2006).

**Sustentável:** capacidade de se manter em seu estado atual durante um tempo indefinido, principalmente devido à baixa variação em seus níveis de matéria e energia; desta forma não esgotando os recursos de que necessita. (LIMA-E-SILVA et al, 2002)

## **T**

**Território:** historicamente, a concepção de território associa-se à ideia de natureza configuradas por um limite de extensão do poder. [...] Recentemente, este conceito indica possibilidades analíticas que não deixam de privilegiar a ideia de dominação/apropriação do espaço. Esta flexibilização do conceito permite tratar de territorialidades como expressão da coexistência de grupos, por vezes no mesmo espaço físico em tempos diferentes. (SUERTEGARAY, 2005).

**Topofilia:** expressão usada para definir o sentimento de prazer do homem com o lugar vivido. Representa a conexão positiva entre o homem e a natureza.

**Topofobia:** expressão usada para definir o sentimento de aflição do homem com o lugar vivido. Representa a conexão negativa entre o homem e a natureza.

**Turismo:** é o movimento físico de pessoas que se deslocam fora de seu lugar de residência e que permanecem temporariamente em determinado destino. (DIAS, 2005).

**Turismo no Espaço Rural:** visitação a propriedades rurais, com ou sem pernoite, e o envolvimento ou não do turista com as práticas rurais comumente presentes nesses espaços. (CRUZ, 2003).

**Trade Turístico:** caracterizado por equipamentos de prestação de serviços como agências de viagens e turismo, meios de hospedagem, bares e restaurantes, centro de convenções, empresas de transportes e outros, ligados direta ou indiretamente a atividade turística.

## **V**

**Valoração da Qualidade Visual da Paisagem:** expressa, sobretudo, os valores perceptivos e culturais que abrangem aspectos subjetivos derivados da paisagem, tais como sensação de mistério, valor cultural, histórico e cênico [...]. (PIRES, 2003)

## **Z**

**Zoneamento:** método de organização do territorial, que consiste em dividir o espaço territorial em vários pedaços e dar uma destinação própria para cada uma destas porções [...] de acordo com a vocação natural e visando à harmonia entre as diversas atividades exercidas pelo homem. (PETERS, 2005).

## APÊNDICE A – INVENTÁRIO NO ESPAÇO RURAL, CAMBORIÚ-SC

### 1. Indicadores Humanos: dados pessoais e de relacionamento

a) Localidade: \_\_\_\_\_

- Equipamento Turístico  
 Equipamento Não Turístico

b) Sexo:

- masculino  
 feminino

c) Idade

- 20 – 30  
 31 – 40  
 41 – 50  
 51 – 60  
 60 ou +

d) Naturalidade

- Santa Catarina  
 Paraná  
 Rio Grande do Sul  
 outros

e) Tempo de residência na comunidade

- 1 a 5 anos  
 6 a 10 anos  
 11 a 15 anos  
 16 a 20 anos  
 acima de 20 anos

f) Escolaridade

- Não estudou,  
 Ensino fundamental incompleto  
 Ensino fundamental completo  
 Ensino médio completo  
 Ensino superior completo  
 outros

g) Condição da pessoa no imóvel rural:

- Proprietário  
 Parceiros  
 Arrendatários  
 Assalariados  
 Assalariados Permanentes  
 Assalariados Temporários

### 2. Indicadores de Estrutura e Socioeconômicos

a) Tipo de Imóvel Rural: \_\_\_\_\_

b) Área total em hectares: \_\_\_\_\_

c) Forma de aquisição e ano: \_\_\_\_\_

d) Construções existentes

- casa sede  
 administração  
 casa de funcionários (colonos)

abrigo para animais (cocheiras, baias, galinhas)

- oficinas  
 quiosques  
 piscinas  
 churrasqueiras  
 ranchos  
 mirantes  
 sanitários  
 outros: \_\_\_\_\_

e) Renda familiar mensal

- menos de 1 salário mínimo  
 1 salário mínimo  
 2 a 3 salários mínimos  
 4 a 5 salários mínimos  
 6 a 10 salários mínimos  
 acima de 10 salários mínimos

f) Atividade profissional

- funcionário público  
 assalariado  
 autônomo  
 empresário  
 biscates  
 nenhuma

g) Atividade econômica

- Agricultura  
 Pecuária  
 Indústria  
 Construção civil  
 Comércio  
 Servidor público  
 Educação  
 Turismo  
 Outros: \_\_\_\_\_

h) Abastecimento de água

- CASAN  
 ponteiros  
 poço  
 outros: \_\_\_\_\_

i) Formas de utilização da água

- irrigação  
 consumo  
 outros: \_\_\_\_\_

j) Lixo/Contenções

- vala  
 latões  
 improvisada

k) Formas de coleta de lixo

- seletiva  
 indiscriminada



- l) Destino final do lixo  
 aterro  
 queima  
 lançado nos rios  
 valas compactadas  
 coleta pública  
 terrenos baldios
- m) Situação do esgoto  
 fossa séptica  
 rede coletora  
 sumidouro  
 a céu aberto  
 outros: \_\_\_\_\_

### 3. Indicadores de Uso

- a) Tipo de cultura  
 culturas permanentes  
 culturas temporárias  
 horticulturas
- b) Condições de plantio  
 uso de insumos  
 combate de pragas  
 manejo  
 instalações de cultivos (canteiros, pomares)
- c) Tipo de criação  
 avicultura  
 suinocultura  
 ovinocultura  
 piscicultura  
 apicultura  
 eqüinos  
 animais silvestres
- d) Instalações para pecuária  
 baias  
 galinheiros  
 cocheiras  
 viveiros

### 4. Indicadores histórico-cultural

- a) Colonização predominante na comunidade: \_\_\_\_\_
- b) Edificações centenárias  
 casa  
 senzala  
 moinhos  
 galpões  
 edificações possíveis de tombamento
- c) Acervo histórico  
 mobiliário  
 ferramentas de trabalho  
 maquinários  
 documentos pessoais  
 fotografias  
 mapas  
 outras
- d) Artesanato local  
 cerâmica  
 renda  
 bordados  
 marcenaria  
 couro  
 tapeçaria  
 instrumentos musicais  
 outras: \_\_\_\_\_
- e) Você tem o conhecimento da existência de sítios arqueológicos:  
 sim     não  
 Localidade: \_\_\_\_\_

Fonte: Rech (2007), com adaptações do Boletim do INCRA (Declaração para cadastro de imóveis rurais).



## APÊNDICE C – LEVANTAMENTO DOS COMPONENTES DO TURISMO

Infra-Estrutura Turística	Equipamentos hoteleiros	Meios de hospedagem	Localidade	Capacidade	Classificação		
Meios de Hospedagem	() Hotel Central	1					
		2					
		3					
	() Hotel Não-Central	1					
		2					
		3					
	() Hotel de Lazer / Resort	1					
		2					
		3					
	() Hotel Fazenda	1					
		2					
		3					
	() Hotel Residência/Flat	1					
		2					
		3					
	() Motel	1					
		2					
		3					
	Equipamentos Extra-hoteleiros	() Pousada	1				
			2				
			3				
() Camping		1					
		2					
		3					
() Casas de Excursão		1					
		2					
		3					
() Outros Tipos		1					
		2					
		3					
Alimentos e Bebidas	Identificadores		Nº	Classificação		Localidade	
	() Cachaçarias			1	1		
				2	2		
				3	3		
	() Churrascarias/Restaurantes			1	1		
				2	2		
				3	3		
	() Lanchonetes			1	1		
				2	2		
				3	3		
	() Padarias			1	1		
				2	2		
				3	3		
	() Pastelaria			1	1		
				2	2		
				3	3		
	() Pizzarias			1	1		
				2	2		
				3	3		
	() Sorveterias			1	1		
				2	2		
				3	3		
	() Outros			1	1		
				2	2		
				3	3		
	Entretenimento	Identificadores		Nº.	Classificação		Localidade
		() Instalações Desportivas			1		
					2		
					3		
		() Parques, Jardins, Praças			1		
				2			
				3			

	() Clubes		1			
			2			
			3			
	() Locais para compras diversas/souvenires			1		
				2		
				3		
	() Casas de show/ danceterias			1		
				2		
				3		
	() Bancas/Fotos e Filmes/Locadoras			1		
				2		
				3		
	() Locais de espetáculos públicos			1		
				2		
				3		
	() Outros			1		
				2		
				3		
Agenciamento	() Agências de Viagens/ Turismo Emissivo e Receptivo		Classificação	Localidade	Serviços	
			1			
			2			
	() Guias Locais			3		
				1		
				2		
	() Tradutores			3		
				1		
				2		
	() Câmbios			3		
				1		
				2		
	Outros Serviços	() Locais de Informação Turística		3		
				1		
				2		
Infra-Estrutura de Apoio	Identificadores	Nº	Nominação	Localidade		
Condições Básicas	() Postos de Gasolina			1		
				2		
				3		
	() Estabelecimento de saúde				1	
					2	
					3	
	() Terminal Rodoviário				1	
					2	
					3	
	() Aeroporto				1	
					2	
					3	
	() Farmácia				1	
					2	
					3	
	() Outros				1	
					2	
					3	

Fonte: Beni, 2006 (adaptado)

## APÊNDICE D – PESQUISA DE DEMANDA

Equipamento turístico: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

### 1. Perfil do visitante

a) Cidade de origem: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

b) Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

c) Idade:

- ( ) 10-20
- ( ) 21-30
- ( ) 31-40
- ( ) 41-50
- ( ) 51 ou +

d) Escolaridade:

- ( ) Ensino fundamental (1º grau) completo
- ( ) Ensino fundamental (1º grau) incompleto
- ( ) Ensino médio (2º grau) completo
- ( ) Ensino médio (2º grau) incompleto
- ( ) Ensino Superior
- ( ) Pós-graduação

e) Qual a sua profissão:

- ( ) Comerciante ( ) Profissional liberal ( ) Funcionário público ( ) Empresário ( ) Estudante
- ( ) Outro: \_\_\_\_\_

f) Principais Mercado Emissores Internacionais

- ( ) Paraguai
- ( ) Argentina
- ( ) Chile
- ( ) Uruguai
- ( ) outros

g) Meios de Hospedagem utilizados

- ( ) casa de amigos/parentes
- ( ) Casa ou apartamento de aluguel
- ( ) hotel
- ( ) casa própria
- ( ) pousada
- ( ) camping
- ( ) Hospedaria, Pensão, Dormitório
- ( ) Albergues/Alojamentos

h) Veículos de Propaganda que influenciou a viagem?

- ( ) Amigos ( ) Parentes ( ) Por acaso ( ) TV ( ) Jornal ( ) Revista ( ) Folhetos/Folder
- ( ) Rádio ( ) Eventos ( ) Internet ( ) Filmes ( ) Outros: \_\_\_\_\_

i) Motivos da Viagem

- ( ) Turismo
- ( ) Negócios
- ( ) Outros

## j) Principais atrativos turísticos

- atrativos naturais  
 visita a amigos/ parentes  
 Atrativos histórico-cultural  
 Entretenimento  
 Manifestação popular  
 tratamento de saúde  
 religião/peregrinação  
 compras

## k) Meios de transportes

- Automóvel  
 Ônibus  
 Avião  
 Outros

2. Quanto à localidade e infra-estrutura do equipamento turístico, defina sua classificação em escala de **excelente a ruim**:

Itens	Excelente	Muito bom	Bom	Razoável	Ruim
Infra-estrutura					
Qualidade do ambiente					
Sinalização indicativa do equipamento turístico.					
Serviços de informações					

3. Você indicaria este equipamento turístico para alguém?

- Sim  Não

Por que?

---



---

4. Sugestões e críticas

---



---

Fonte: Rech (2007-2008), com adaptações da SANTUR (Pesquisa de Demanda).

## APÊNDICE E - RETROALIMENTAÇÃO

### Subsídio para avaliação do potencial turístico

- a) Serviços de Alimentos e Bebidas (AeB)  
 excelente     boa     não existe  
 regular     péssima
- b) Meios de transportes  
 excelente     bom     ruim  
 regular     péssima
- c) Situação das vias de acesso  
 ótima     boa  
 regular     péssima
- d) Sinalização de Acesso (placas, setas)  
 ótima     boa     regular  
 fraca     não existe
- e) Condições de visibilidade e iluminação  
 ótima     boa     regular  
 fraca     não existe
- f) Você acha importante captar investimentos para o desenvolvimento da atividade turística no município?  
 muito importante  
 importante  
 pouco  
 sem importância  
 não sabe
- g) Meios de Hospedagem  
 excelente     boa     não existe  
 regular     péssima
- h) O que significa meio ambiente?  
 natureza (matas, rios, animais)  
 conservar a natureza com ajuda de comunidade local  
 não deixar ninguém tocar na natureza  
 conservação da natureza e qualidade de vida  
 local onde as pessoas vivem  
 outros: \_\_\_\_\_
- i) Na sua opinião, o que é Turismo?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_
- j) De que forma a atividade turística poderá contribuir para o desenvolvimento do município?  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

## APÊNDICE F – LEVANTAMENTO DA ANÁLISE DA PAISAGEM

Indicadores	Ambientes Observados	Aspectos Geográficos	Ponto de Observação	Parâmetros de avaliação		Peso				Classificação no Conjunto
				Interesse Turístico	Variáveis Visuais	Nenhum 0	Baixa 1	Média 3	Alta 6	
Diversidade	Geomorfológico	Morros		Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Planícies		Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Encosta com afloramento rochoso		Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
	Hidrológico	Rios		Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Quedas d'água		Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Lagoas		Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Nascente		Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
	Biogeográficos	Floresta Pluvial Tropical		Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Mata Ciliar		Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Floresta Planteda		Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
	Uso do Solo	Plantio		Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Atividades Pastorais		Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Reflorestamento		Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Rede viária		Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					
		Área edificada		Atratividade Turística	Cor Forma Tamanho Textura					



	<b>Indicadores do Interesse Turístico:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>Atratividade Turística (condições de acesso, sinalização, plenitude de exploração turística).</li> </ul> <b>Parâmetro de Avaliação dos ambientes observados:</b> OBS: para cada parâmetro de avaliação dos ambientes observados (interesse Turístico e Variáveis visuais) serão atribuídos valores de 0 (zero) a 10 (dez). Para obter-se a média aritmética simples de cada elemento observado será considerado a soma das notas atribuídas aos parâmetros de avaliação dividido pelo número de elementos observados, para identificar o peso correspondente no julgamento. <ul style="list-style-type: none"> <li>Neutra expressividade – 0 (peso 0)</li> <li>Baixa expressividade – abaixo de 5 (peso 1)</li> <li>Média expressividade – 5 a 7 (peso 3)</li> <li>Alta expressividade – 8 a 10 (peso 6)</li> </ul>			<b>Escala de Classificação (Hierarquização – Relevância Turística)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>O julgamento do peso correspondeu à subjetividade compartilhada para chegar-se através da média ponderada na classificação no conjunto de cada ambientes observados.</li> <li>Atribuída à média ponderada no conjunto de cada ambiente observado, definiu-se a classificação do indicador da análise da qualidade visual da paisagem através da média aritmética simples obtida pelo somatório das notas de cada ambiente observado explicitado na classificação no conjunto             <ul style="list-style-type: none"> <li>Nenhuma Diversidade: 0 (zero)</li> <li>Baixa Diversidade: abaixo de 5. (BD)</li> <li>Média Diversidade: 5 a 7. (MB)</li> <li>Alta Diversidade: 8 a 10. (AD)</li> </ul> </li> </ul>					
Naturalidade	<b>Ambientes observados</b>		<b>Ponto de Tomada da Foto</b>	<b>Peso</b>				<b>Classificação no conjunto</b>	
				<b>Nenhum 0</b>	<b>Baixa 1</b>	<b>Média 3</b>	<b>Alta 6</b>		
	<b>Paisagem Geográfica</b>	Paisagem sem alterações							
		Paisagem tipicamente rural (campos cultivados)							
Paisagem rural com elementos do meio urbano									
	<b>Parâmetro de Avaliação dos ambientes observados:</b> OBS: para cada parâmetro de avaliação dos ambientes observados serão atribuídos valores de 0 (zero) a 10 (dez). Para obter-se a média aritmética simples de cada elemento observado será considerado a soma das notas atribuídas aos parâmetros de avaliação dividido pelo número de elementos observados. <ul style="list-style-type: none"> <li>Neutra expressividade – 0 (peso 0)</li> <li>Baixa expressividade – abaixo de 5 (peso 1)</li> <li>Média expressividade – 5 a 7 (peso 3)</li> <li>Alta expressividade – 8 a 10 (peso 6)</li> </ul>			<b>Escala de Classificação (Hierarquização – Relevância Turística)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>O julgamento do peso correspondeu à subjetividade compartilhada para chegar-se através da média ponderada na classificação no conjunto de cada ambientes observados.</li> <li>Atribuída à média ponderada no conjunto de cada ambiente observado, definiu-se a classificação do indicador da análise da qualidade visual da paisagem através da média aritmética simples obtida pelo somatório das notas de cada ambiente observado explicitado na classificação no conjunto             <ul style="list-style-type: none"> <li>Nenhuma naturalidade: 0 (zero)</li> <li>Baixa naturalidade: abaixo de 5 (BN)</li> <li>Média naturalidade: 5 a 7 (MN)</li> <li>Alta naturalidade: 8 a 10 (AN)</li> </ul> </li> </ul>					
Singularidade	<b>Aspectos Observados</b>			<b>Nº Foto</b>	<b>Peso</b>				<b>Classificação no Conjunto</b>
					<b>Nenhum 0</b>	<b>Baixa 1</b>	<b>Média 3</b>	<b>Alta 6</b>	
	<b>Importância dos Componentes Naturais e Construídos</b>	<b>Paisagem no conjunto</b>	Grandiosidade						
			Beleza						
			Unicidade						
			Característica						
			Significativa						
			Agradável						
		<b>Paisagem com aspectos de relevância</b>	Grande Amplitude Visual						
			Ecológicos						
			Geográficos						
		<b>Paisagem com potencial de atratividade turística</b>	Históricos						
			Municipal a Regional						
Regional a Estadual									
Nacional									
		Internacional							

	<p><b>Parâmetro de Avaliação dos ambientes observados:</b> OBS: para cada parâmetro de avaliação dos ambientes observados serão atribuídos valores de 0 (zero) a 10 (dez). Para obter-se a média aritmética simples de cada elemento observado será considerado a soma das notas atribuídas aos parâmetros de avaliação dividido pelo número de elementos observados, para identificar o peso correspondente no julgamento.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Neutra significância – 0 (peso 0)</li> <li>• Baixa significância – abaixo de 5 (peso 1)</li> <li>• Média significância – 5 a 7 (peso 3)</li> <li>• Alta significância – 8 a 10 (peso 6)</li> </ul>	<p><b>Escala de Classificação (Hierarquização – Relevância Turística)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O julgamento do peso correspondeu à subjetividade compartilhada para chegar-se através da média ponderada na classificação no conjunto de cada ambientes observados.</li> <li>• Atribuída à média ponderada no conjunto de cada ambiente observado, definiu-se a classificação do indicador da análise da qualidade visual da paisagem através da média aritmética simples obtida pelo somatório das notas de cada ambiente observado explicitado na classificação no conjunto</li> <li>• Nenhuma singularidade: 0 (zero)</li> <li>• Baixa singularidade: abaixo de 5 (BS)</li> <li>• Média singularidade: 5 a 7 (MS)</li> <li>• Alta singularidade: 8 a 10 (AS)</li> </ul>					
<b>Detratores</b>	<b>Aspectos Observados</b>		<b>Peso</b>				<b>Classificação no conjunto</b>
			<b>Nenhum 0</b>	<b>Baixa 1</b>	<b>Média 3</b>	<b>Alta 6</b>	
	<b>Paisagem no conjunto</b>	Traçado de estradas e caminhos nas encostas					
		Mineração de superfície					
		Desmatamento					
		Queimado					
		Terrenos com erosão					
		Cursos d'água poluídos e assoreados					
Margens de rios sem vegetação natural							
Construções nas encostas							
	<p><b>Parâmetro de Avaliação dos ambientes observados:</b> OBS: para cada parâmetro de avaliação dos ambientes observados serão atribuídos valores de 0 (zero) a 10 (dez). Para obter-se a média aritmética simples de cada elemento observado será considerado a soma das notas atribuídas aos parâmetros de avaliação dividido pelo número de elementos observados, para identificar o peso correspondente no julgamento</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Neutra artificialização – 0 (peso 0)</li> <li>• Baixa artificialização – abaixo de 5 (peso 1)</li> <li>• Média artificialização – 5 a 7 (peso 3)</li> <li>• Alta artificialização – 8 a 10 (peso 6)</li> </ul>	<p><b>Escala de Classificação (Hierarquização – Relevância Turística)</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O julgamento do peso correspondeu à subjetividade compartilhada para chegar-se através da média ponderada na classificação no conjunto de cada ambientes observados.</li> <li>• Atribuída à média ponderada no conjunto de cada ambiente observado, definiu-se a classificação do indicador da análise da qualidade visual da paisagem através da média aritmética simples obtida pelo somatório das notas de cada ambiente observado explicitado na classificação no conjunto</li> <li>• Nenhum detrator: 0 (zero)</li> <li>• Baixo detrator: abaixo de 5 (BD'r)</li> <li>• Médio detrator: 5 a 7 (MD'r)</li> <li>• Alto detrator: 8 a 10 (AD'r)</li> </ul>					

Fonte: Pires, 2001 (adaptado)

OBS: Questionário aplicado na comunidade, como complemento para a situação real/potencial do espaço rural

a) Conservação dos recursos naturais na comunidade

- ( ) péssimo  
 ( ) ruim  
 ( ) regular  
 ( ) bom  
 ( ) excelente  
 ( ) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

b) Importância dos recursos naturais, na ordem crescente.

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

d) Conhecimento das leis e órgãos que protegem o meio ambiente.

- ( ) IBAMA  
 ( ) FATMA  
 ( ) SNUC  
 ( ) Plano Diretor  
 ( ) Secretaria do Meio Ambiente  
 ( ) Polícia Ambiental  
 ( ) outros

Fonte: Rech (2007)

c) Principais problemas ambientais observados, na ordem crescente.

## APÊNDICE G – CARTAS DE AUTORIZAÇÃO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL – PPGEC**  
**CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E GESTÃO TERRITORIAL**

**CARTA DE AUTORIZAÇÃO – LEVANTAMENTO PROPRIEDADE RURAL**

Camboriú, 21 de julho de 2007.

Exmo(a). Sr(a) proprietário(a):

A finalidade desta carta é requerer a vossa autorização para que sejam realizadas atividades de levantamento da propriedade, no que diz respeito à verificação dos vértices com o aparelho receptor GPS de precisão, que configuram os limites da propriedade, vértices das benfeitorias, cursos hídricos de dentro das propriedades (nascentes, córregos), tipos de cultivo (se houver), coleta do material fotográfico, constatação da existência de áreas de preservação permanente ou de interesse legal dentro da propriedade, vias de acesso e outras.

A assinatura do impresso significa concordar com as seguintes questões:

1. A utilização dos dados coletados na propriedade servirá apenas para fins acadêmicos como publicação da tese de doutorado (impresso e eletrônico), páginas na internet, periódicos, revistas, jornais.
2. A publicação de fotografias e filmes da propriedade será utilizada para fins acadêmicos e divulgação do empreendimento para atividades turísticas.
3. A elaboração da planta da propriedade terá como finalidade mostrar a infra-estrutura turística e a paisagem como atrativo aos visitantes e turistas.

Concordando com as condições acima estabelecidas, a autorização entrará em vigor com as assinaturas do proprietário ou responsável e da doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina, área de Cadastro Técnico Multifinalitário.

**Proprietário ou responsável:**

Nome completo: Edson da Silva CPF: 844540839-91

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Acadêmica:**

Nome completo: Fláudia Maria Leiva Borges Rech CPF: 635452936-68

Assinatura: \_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL – PPGEC**  
**CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO E GESTÃO TERRITORIAL**

**CARTA DE AUTORIZAÇÃO – LEVANTAMENTO PROPRIEDADE RURAL**

Camboriú, 21 de julho de 2007.

Exmo(a). Sr(a) proprietário(a):

A finalidade desta carta é requerer a vossa autorização para que sejam realizadas atividades de levantamento da propriedade, no que diz respeito à verificação dos vértices com o aparelho receptor GPS de precisão, que configuram os limites da propriedade, vértices das benfeitorias, cursos hídricos de dentro das propriedades (nascentes, córregos), tipos de cultivo (se houver), coleta do material fotográfico, constatação da existência de áreas de preservação permanente ou de interesse legal dentro da propriedade, vias de acesso e outras.

A assinatura do impresso significa concordar com as seguintes questões:

1. A utilização dos dados coletados na propriedade servirá apenas para fins acadêmicos como publicação da tese de doutorado (impresso e eletrônico), páginas na internet, periódicos, revistas, jornais.
2. A publicação de fotografias e filmes da propriedade será utilizada para fins acadêmicos e divulgação do empreendimento para atividades turísticas.
3. A elaboração da planta da propriedade terá como finalidade mostrar a infra-estrutura turística e a paisagem como atrativo aos visitantes e turistas.

Concordando com as condições acima estabelecidas, a autorização entrará em vigor com as assinaturas do proprietário ou responsável e da doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Santa Catarina, área de Cadastro Técnico Multifinalitário.

**Proprietário ou responsável:**

Nome completo: ALERY ANTONIO DE SOUZA CPF: 295.819.239-34  
 Assinatura: \_\_\_\_\_

**Acadêmica:**

Nome completo: Eláudia Maria Correia Bezerra Rech CPF: 635752996-68  
 Assinatura: Rech